

Anuários Estatísticos Regionais

Um Retrato Territorial de Portugal

2002



Ano de edição 2003

NOTA INTRODUTÓRIA

O INE, através das suas Direcções Regionais, disponibiliza, desde o início da década de 90, um vasto conjunto de informação regional e sub-regional (principalmente concelhia) nos **Anuários Estatísticos Regionais**. Estas publicações sempre procuraram corresponder às crescentes necessidades de informação à escala regional e sobretudo local, tendo conseguido aumentar a sua abrangência: quer territorial (encontram-se disponíveis para as sete NUTS II de Portugal), quer informacional (cobre a quase totalidade das áreas temáticas do Sistema Estatístico Nacional). A estruturação da informação divulgada prossegue o caminho da máxima compatibilidade entre as diversas regiões, bem como entre edições de diversos anos, por forma a facilitar as comparações regionais e/ou temporais.

É neste contexto que se inicia a presente publicação: **Anuários Estatísticos Regionais - Um Retrato Territorial de Portugal**, que apresenta um retrato sócio-económico do território de Portugal, essencialmente ao nível concelhio, explorando a riqueza informacional dos *Anuários Estatísticos Regionais* editados em 2003. Contém, para cada capítulo dos *Anuários Estatísticos Regionais*, um texto com as ideias mais relevantes que decorrem da análise do vasto conjunto de informação, privilegiando, desta forma, a abrangência da análise em detrimento da opção pela integração inter-temática.

Pelo facto de se tratar de uma primeira edição, para além da inevitável caracterização das evoluções conjunturais dos territórios, foi concedida alguma ênfase a conclusões estruturais sobre as dinâmicas territoriais portuguesas. Houve, ainda, uma clara aposta na utilização de indicadores sintéticos e imagens gráficas e cartográficas apelativas, com o objectivo de destacar as principais ideias sobre cada tema.

À semelhança dos *Anuários Estatísticos Regionais*, esta publicação foi elaborada pelos Serviços de Estudos das Direcções Regionais do INE. Para além do apoio dos restantes Departamentos do INE, para a produção da presente publicação foi determinante a colaboração de outros organismos produtores de informação de base de diversos sectores, a quem gostaríamos de deixar expresso um sincero agradecimento.

ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA	3
01 TERRITÓRIO E DEMOGRAFIA	11
02 EMPREGO E SALÁRIOS	23
03 CONTAS REGIONAIS	35
04 AGRICULTURA, SILVICULTURA, PECUÁRIA E PESCA	45
05 ENERGIA	55
06 CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO	63
07 TRANSPORTES	75
08 COMÉRCIO INTERNACIONAL	85
09 TURISMO	95
10 EMPRESAS	105
11 MERCADO MONETÁRIO E FINANCEIRO	115
12 PREÇOS	125
13 FINANÇAS AUTÁRQUICAS	133
14 SAÚDE	141
15 PROTECÇÃO SOCIAL	151
16 EDUCAÇÃO	163
17 CULTURA E RECREIO	171
18 JUSTIÇA E NOTARIADO	179
19 AMBIENTE	185
20 CONDIÇÕES DE VIDA	193
SIGLAS E ABREVIATURAS	203
NOMENCLATURAS	207
UNIDADES TERRITORIAIS	211

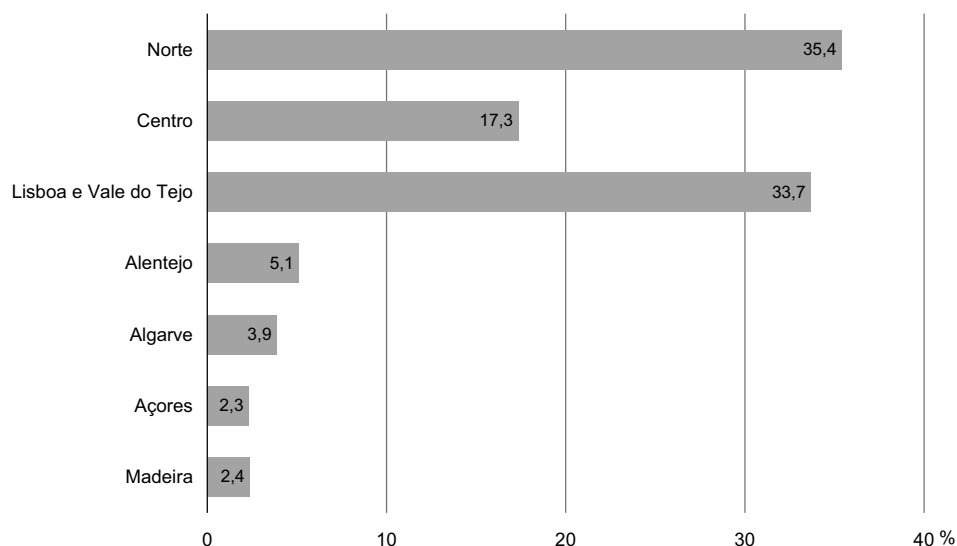
01 | TERRITÓRIO E DEMOGRAFIA

POPULAÇÃO

A população residente em Portugal, estimada para Dezembro de 2001, ascendia a mais de 10,3 milhões de habitantes, o que representa um aumento de 0,7% face ao ano anterior.

As regiões NUTS II com maior número de residentes eram, nessa data, o Norte, com mais de 3,6 milhões de habitantes, Lisboa e Vale do Tejo, com quase 3,5 milhões, e o Centro, com perto de 1,8 milhões. No conjunto, estas três regiões representavam quase 87% do total da população residente no país. Das restantes regiões, o Alentejo era a mais populosa, com um efectivo que pouco ultrapassava os 500 mil habitantes, enquanto o Algarve, os Açores e a Madeira ficavam abaixo deste limiar [Figura 1.1].

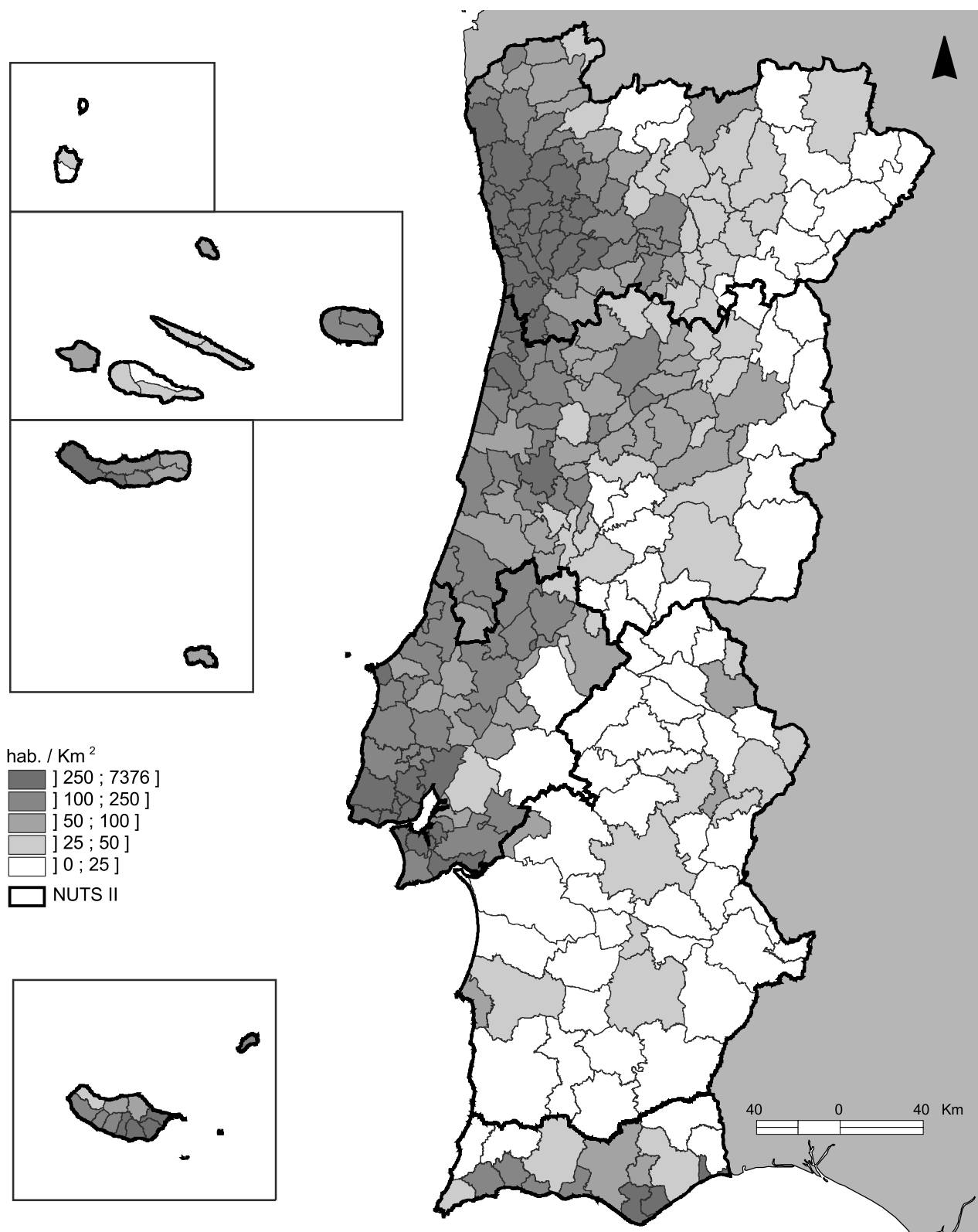
FIGURA 1.1 PROPORÇÃO DE POPULAÇÃO RESIDENTE, POR NUTS II, 2001



O rácio entre a população residente e a área mostra que, em 2001, a Madeira era a região que tinha a maior densidade populacional do país, perto de 311 habitantes por quilómetro quadrado. O segundo valor mais elevado pertencia a Lisboa e Vale do Tejo, enquanto que o Norte, com o maior efectivo populacional do país, apresentava a terceira maior densidade. O Alentejo, ocupando quase 1/3 da superfície do território nacional, era a região do país que apresentava a densidade populacional mais baixa, com cerca de 19 habitantes por km².

A densidade populacional revelava-se, em 2001, consideravelmente mais elevada em alguns municípios das duas regiões autónomas e no litoral continental, apenas interrompido na costa alentejana e em alguns concelhos algarvios. Além disso, as áreas mais interiores do Norte e do Centro contrariavam mais o fenómeno de litoralização do povoamento comparativamente às áreas interiores do sul [Figura 1.2].

FIGURA 1.2 DENSIDADE POPULACIONAL, POR CONCELHO, 2001



____| ESTRUTURA ETÁRIA

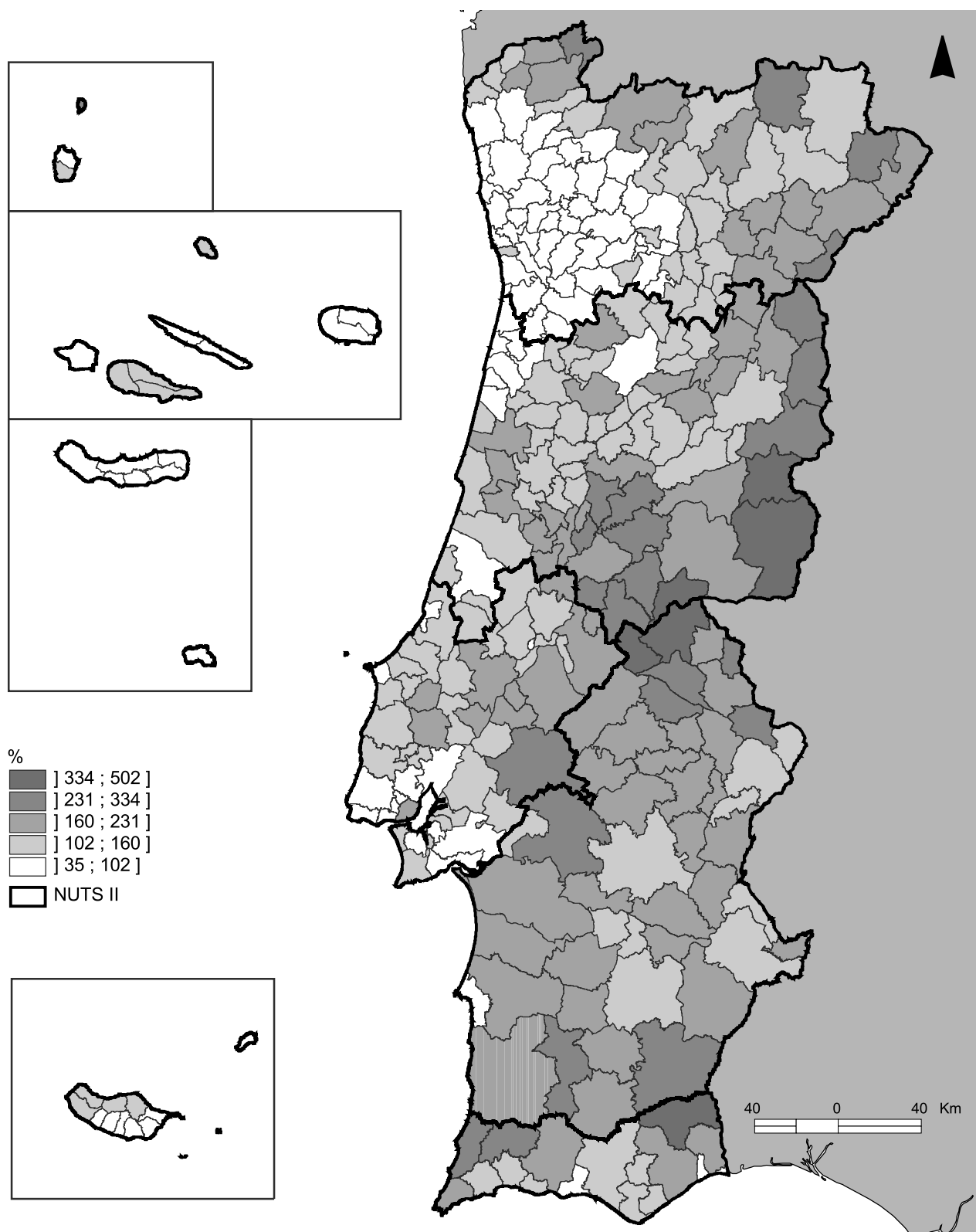
A estrutura etária da população residente em Portugal revela um duplo envelhecimento: na base e no topo da pirâmide. Em 2001, o grupo dos residentes mais idosos (65 ou + anos) representava cerca de 16,5% do total, enquanto o grupo dos residentes mais jovens (0-14 anos) não ia além dos 16%. Entre 2000 e 2001 o índice de envelhecimento aumentou de 102,3 para 103,6 idosos por 100 jovens.

Por regiões, a estrutura etária revelava um estado de maior envelhecimento nas NUTS do Alentejo, do Centro e do Algarve, detentoras, simultaneamente, das menores proporções de população jovem e das maiores proporções de população idosa. Entre estas regiões, o índice de envelhecimento mais elevado em 2001 era o do Alentejo, que ascendia a mais de 175%.

Pelo contrário, o envelhecimento era menor nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira e na região Norte, qualquer uma delas com um índice de envelhecimento abaixo da média nacional. Os Açores, a região menos envelhecida do país, registava em 2001 um índice de 57,5%.

A distribuição concelhia do envelhecimento revela que os 16 concelhos com maior índice de envelhecimento em 2001 pertenciam às três NUTS II mais envelhecidas – Alentejo, Centro e Algarve. Naquela distribuição destacavam-se os concelhos de Nisa, Vila Velha de Ródão, Idanha-a-Nova, Penamacor, Alcoutim e Gavião, todos com mais de 400 idosos por 100 jovens. Genericamente, constata-se que o interior é mais envelhecido do que o litoral [Figura 1.3].

FIGURA 1.3 ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO, POR CONCELHO, 2001



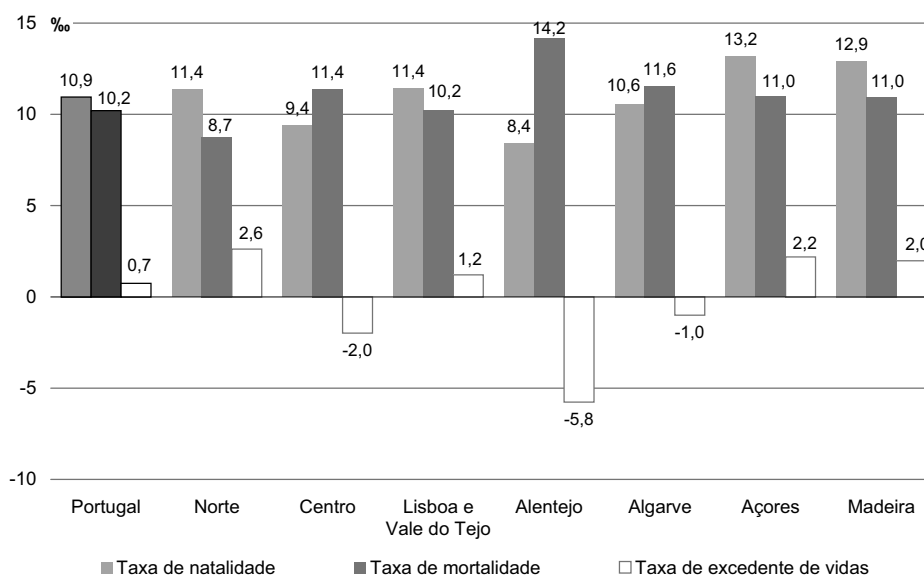
MOVIMENTOS DEMOGRÁFICOS

A componente do crescimento demográfico natural (nados vivos – óbitos) registou, em 2001, um aumento de 0,7% a nível nacional, cerca de metade do resultado que o país tinha obtido no ano anterior.

Em associação com o envelhecimento, as regiões do Alentejo, do Centro e do Algarve são, também, as que apresentavam, naquela data, as mais baixas taxas de excedente de vidas (ou de crescimento natural) do país, qualquer uma delas de valor negativo. Em terreno negativo, o principal destaque pertencia ao Alentejo, com uma taxa de crescimento natural de -5,8%.

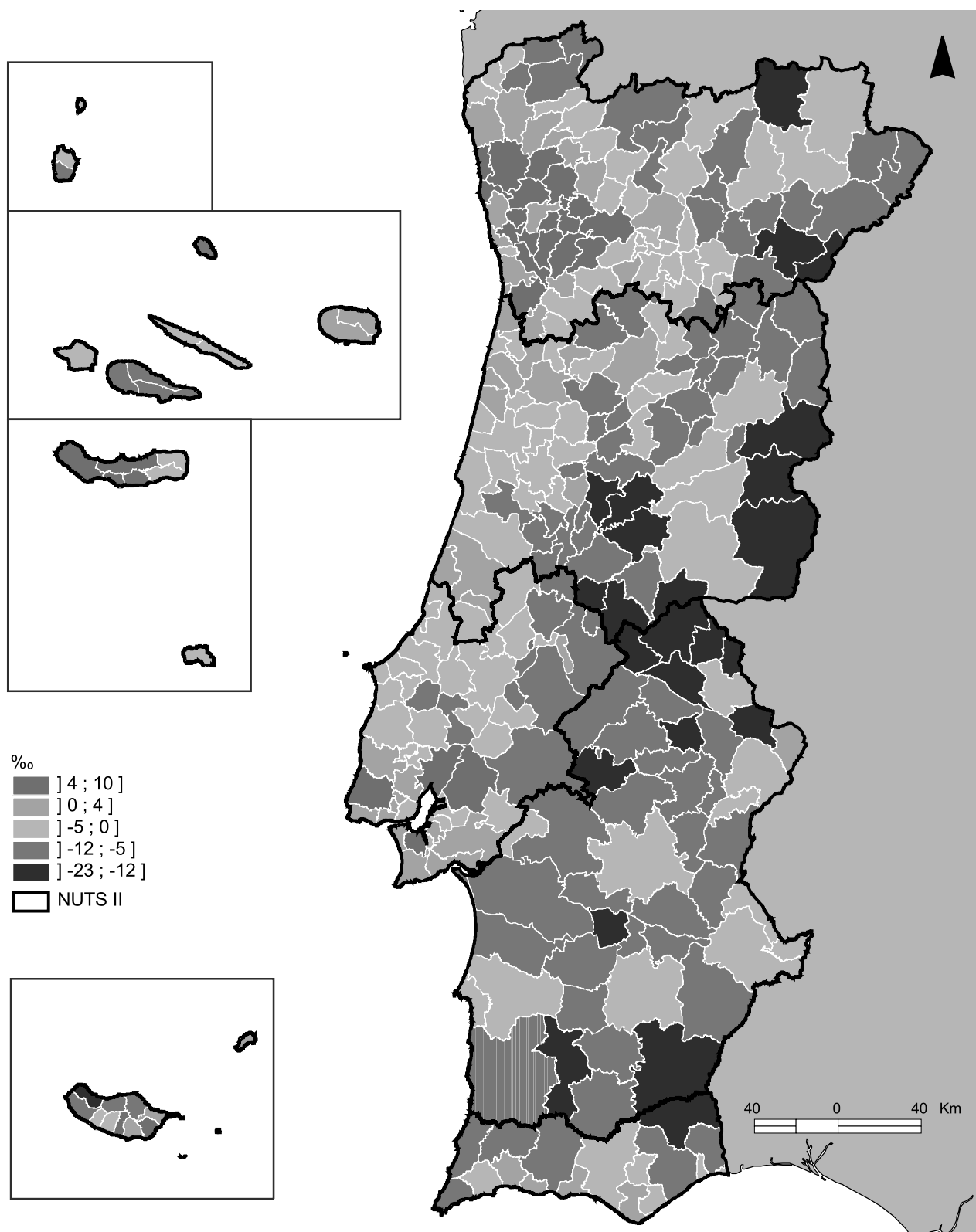
As outras regiões apresentavam valores de crescimento natural acima da média nacional e, fruto de taxas de natalidade superiores às taxas de mortalidade, todos positivos. Entre elas, a região do Norte destacou-se com a maior variação positiva em 2001, cerca de 2,6% [Figura 1.4].

FIGURA 1.4 TAXAS DE NATALIDADE, MORTALIDADE E EXCEDENTE DE VIDAS, PORTUGAL E NUTS II, 2001



Por concelhos, constata-se que as taxas de crescimento natural se mostram mais elevadas em alguns municípios das regiões autónomas (designadamente em Câmara de Lobos e Ribeira Grande), bem como nas zonas litorais do Continente, em particular nas áreas metropolitanas e concelhos adjacentes [Figura 1.5].

FIGURA 1.5 TAXA DE EXCEDENTE DE VIDAS, POR CONCELHO, 2001



FAMÍLIAS

Relativamente aos padrões familiares, as estatísticas mais recentes confirmam as principais tendências que se têm verificado ao longo dos últimos anos. De 2000 para 2001, registou-se em Portugal uma diminuição dos valores relativos da nupcialidade, da fecundidade geral e dos casamentos católicos e um aumento da proporção de nados-vivos fora do casamento. A taxa de divórcio apresentou uma ligeira descida, embora quase estabilizada abaixo dos 2 %.

Por regiões, os dados reportados a 2001 reflectem alguns padrões territoriais relativamente estáveis nos últimos anos. Em termos gerais, as regiões do Norte e do Centro destacavam-se com proporções mais elevadas de casamentos católicos e valores mais baixos de taxa de divórcio e de proporção de nados-vivos fora do casamento, enquanto nas regiões do Alentejo e do Algarve ganhavam relevo os menores valores de nupcialidade e de casamentos católicos e as maiores proporções de nados-vivos fora do casamento. Neste confronto, a região de Lisboa e Vale do Tejo apresentava-se em posições intermédias em vários indicadores, sobressaindo das suas congéneres, em 2001, com taxas de divórcio e de fecundidade geral mais altas. Por sua vez, as regiões autónomas e, em particular os Açores, assumiam a primazia nacional nos níveis de nupcialidade e de fecundidade geral, por oposição aos seus baixos valores relativos de casamentos católicos e de nados-vivos fora do casamento [Figura 1.6 e Figura 1.7].

FIGURA 1.6 TAXAS DE NUPCIALIDADE E DIVÓRCIO, PORTUGAL E NUTS II, 2001

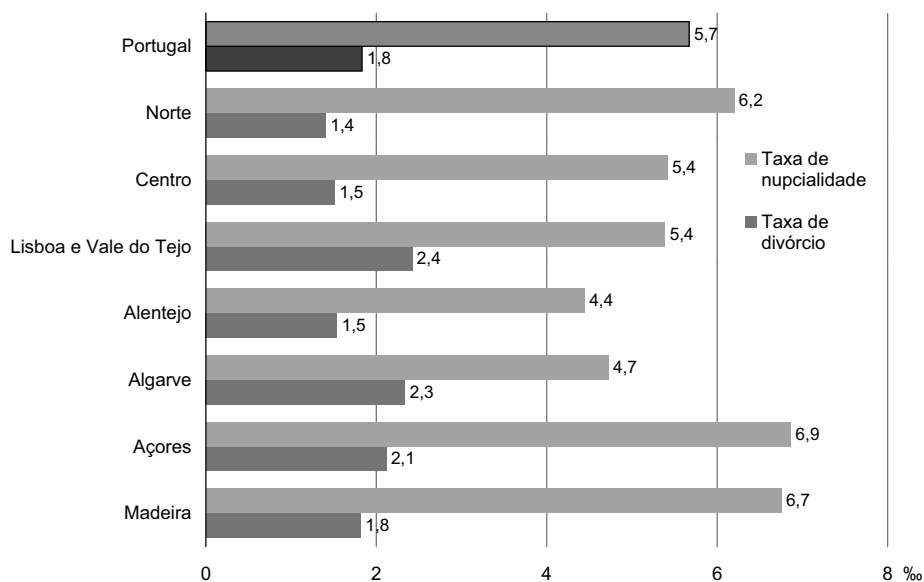
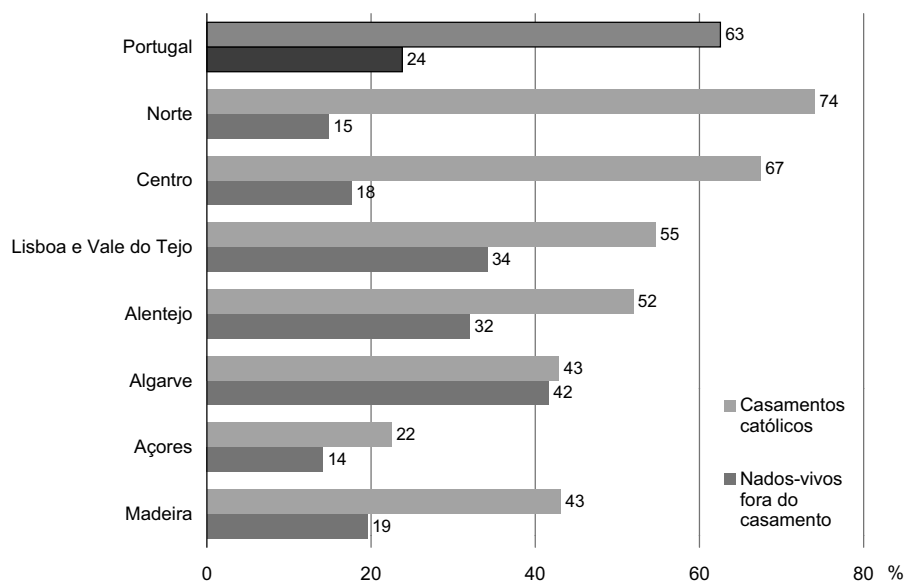


FIGURA 1.7 CASAMENTOS CATÓLICOS E NADOS-VIVOS FORA DO CASAMENTO, PORTUGAL E NUTS II, 2001



As distribuições concelhias da fecundidade geral e dos nados-vivos fora do casamento para 2001 revelam geografias díspares destes fenómenos em Portugal.

A taxa de fecundidade geral aparece representada de forma relativamente indiferenciada no sul do Continente e com maior intensidade nas zonas litorais do Norte e Centro e em alguns concelhos das regiões autónomas. Ribeira Grande, nos Açores, e Câmara de Lobos e Santa Cruz, na Madeira, assumem os três valores mais elevados do país em 2001. Neste contexto, o interior transmontano e beirão sobressai como a área com menor taxa de fecundidade [Figura 1.8].

A percentagem de nados-vivos fora do casamento revela um padrão municipal particularmente intenso no sul continental, em oposição notória ao litoral da região Norte e a alguns concelhos das regiões autónomas. Entre os concelhos sobressaem, com os valores mais elevados, Amadora, Almodôvar, Alzejur, Ourique, Cuba, Alter do Chão e Albufeira [Figura 1.9].

FIGURA 1.8 TAXA DE FECUNDIDADE GERAL, POR CONCELHO, 2001

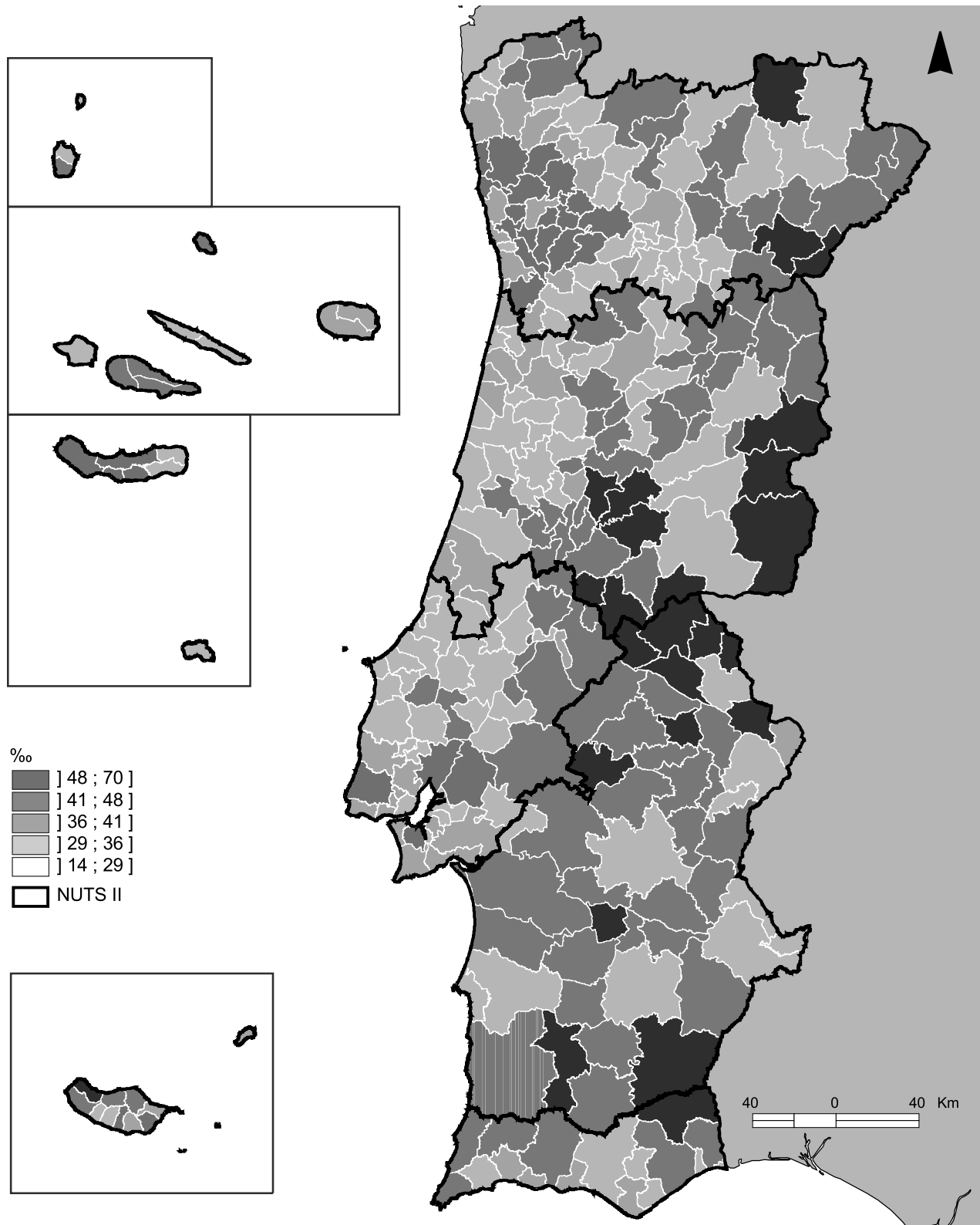
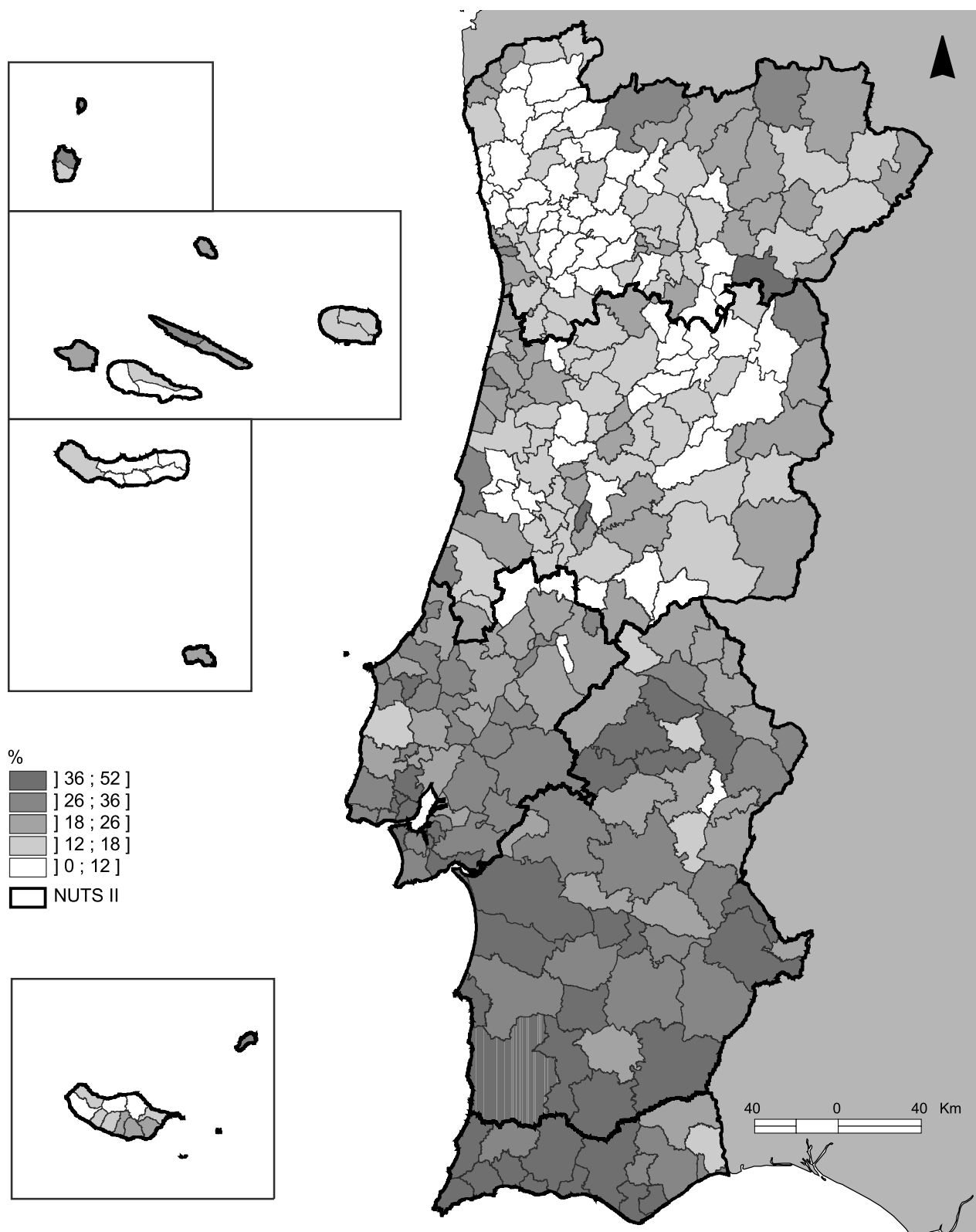


FIGURA 1.9 PERCENTAGEM DE NADOS-VIVOS FORA DO CASAMENTO, POR CONCELHO, 2001

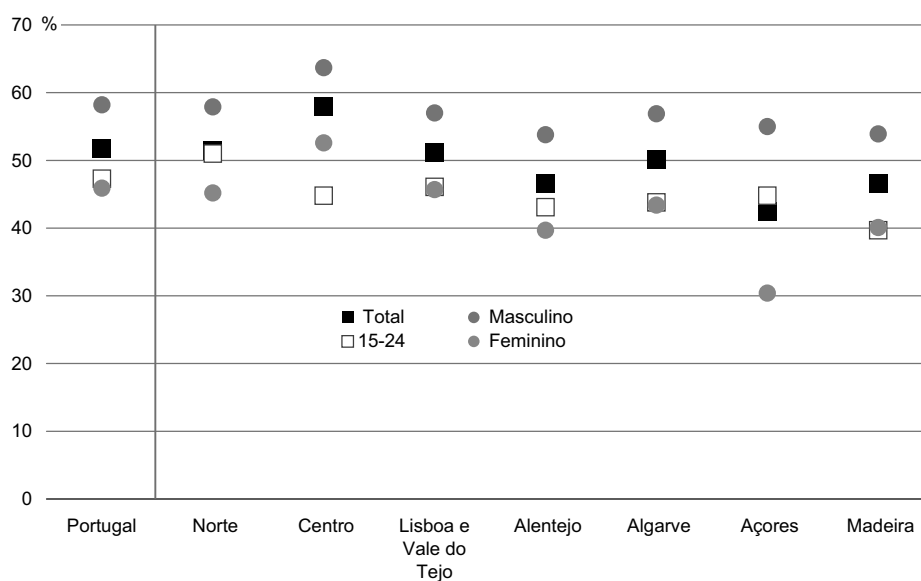


02 | EMPREGO E SALÁRIOS

POPULAÇÃO ACTIVA

Em 2002¹, a taxa de actividade da população total do país situava-se nos 51,8%, apresentando os homens uma maior proporção de indivíduos disponíveis para trabalhar (58,2%) do que as mulheres (45,9%). Os Açores eram a região onde esta discrepância era maior, apresentando os homens e as mulheres taxas de actividade na ordem dos 55,0% e 30,4%, respectivamente, constituindo ainda a região com a mais baixa taxa de actividade do país (42,5%). Ao baixo valor da taxa de actividade das mulheres a residir nos Açores não será alheia a maior proporção nacional de domésticas que esta região apresentava relativamente à população total. Refira-se ainda que a diminuta proporção de reformados nesta região era coerente com o facto de os Açores apresentarem a população mais jovem do país. Por outro lado, era na região Centro que se encontrava a maior proporção de indivíduos activos (57,9%), facto que se estendia a ambos os sexos [Figura 2.1].

FIGURA 2.1 TAXA DE ACTIVIDADE TOTAL, DOS JOVENS E POR SEXO, PORTUGAL E NUTS II, 2002



Restringindo a análise aos jovens dos 15 aos 24 anos, verifica-se que este era o grupo etário com a taxa de actividade mais baixa do país (47,3%), o que não é uma novidade já que esta faixa da população é maioritariamente constituída por estudantes. Em termos regionais, era o Norte que detinha a maior taxa de actividade jovem (51,0%), o que poderá estar associado a maiores níveis de abandono escolar. Por outro lado, a Madeira apresentava a menor proporção de jovens activos (39,7%) em relação à população aí residente. De facto, tal como nos Açores, também a Madeira é composta por uma população jovem, encontrando-se neste território a maior proporção de estudantes relativamente à população total da região [Figura 2.1].

É de salientar que as taxas de actividade no país e nas regiões reflectem uma composição mais ou menos estrutural da população, sem alterações de relevo de um ano para outro.

¹ Neste capítulo *Emprego e Salários*, sempre que a análise se reportar aos anos de 2001 e 2002, diz respeito aos valores médios anuais do Inquérito ao Emprego, não sendo feito qualquer estudo dos valores trimestrais que também são publicados nos Anuários Regionais.

Uma análise do nível de qualificações académicas da população activa do país permite concluir que a região Centro apresentava, em 2002, os mais baixos níveis de instrução escolar. De facto, cerca de 14,1% dos activos residentes no Centro não possuíam qualquer instrução, enquanto a proporção média de activos nesta situação no país se situava nos 7,9% (Lisboa e Vale do Tejo apresentava o rácio mais baixo do país, com 4,7%). Por outro lado, também era a população activa do Centro que apresentava os menores níveis de cumprimento da escolaridade obrigatória (3º ciclo do ensino básico). Assim, enquanto cerca de 38,4% dos activos do país concluíram o 3º ciclo do ensino básico, a região Centro apresentava uma proporção de apenas 29,9% e a região de Lisboa e Vale do Tejo voltava a destacar-se, com cerca de metade dos seus activos residentes a possuir a escolaridade obrigatória. Para além de Lisboa e Vale do Tejo, apenas o Alentejo e o Algarve apresentavam proporções superiores à média nacional em termos de cumprimento da escolaridade obrigatória.

Em Portugal, o conjunto de indivíduos disponíveis para trabalhar com habilitações académicas de nível superior não chegava a um décimo do total (apenas cerca de 9,7%). Esta proporção de activos variava bastante de acordo com as regiões, verificando-se que apenas Lisboa e Vale do Tejo e o Alentejo apresentavam proporções acima da média nacional (13,5% e 10,5%, respectivamente). As regiões autónomas apresentavam a mais baixa proporção de indivíduos activos com habilitações académicas de nível superior (5,4% nos Açores e 5,6% na Madeira).

Relativamente ao ano anterior, há a salientar o maior crescimento do número de activos com níveis de escolaridade mais elevados, o que acontece de uma forma geral em todo o país.

____| POPULAÇÃO DESEMPREGADA

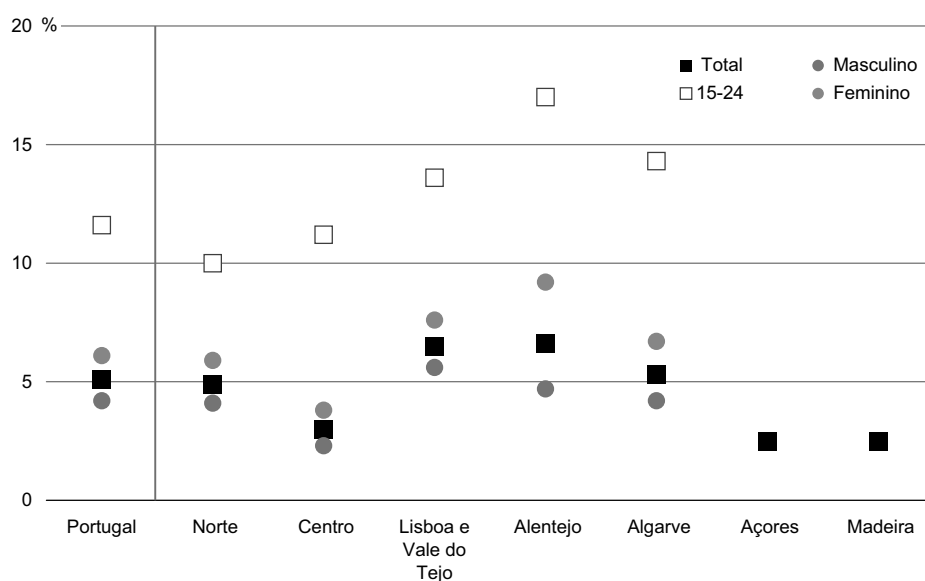
Em 2002, a população nacional desempregada ascendia a cerca de 272 mil pessoas, tendo aumentado substancialmente relativamente ao ano anterior (a taxa de desemprego situou-se nos 5,1%, significando o acréscimo de um ponto percentual relativamente ao ano anterior), com as regiões do Algarve e do Norte a apresentarem as maiores taxas de crescimento no número de desempregados. Tal como no ano anterior, o Alentejo e Lisboa e Vale do Tejo continuavam a apresentar os valores mais elevados na taxa de desemprego (6,6% e 6,5%, respectivamente). O desemprego masculino era mais expressivo em Lisboa e Vale do Tejo (uma taxa de 5,6% relativamente a um total nacional de 4,2%), enquanto o Alentejo apresentava a maior proporção de mulheres desempregadas atingindo uma taxa de desemprego de 9,2%, quando o valor nacional se situava em 6,1%. Refira-se que, em todas as NUTS II, o desemprego atingia mais as mulheres do que os homens. As regiões autónomas eram as menos afectadas pelo desemprego. De facto, em ambas as regiões, 2,5% da população activa estava desempregada em 2002 e a Região Autónoma da Madeira foi a única região do país a não assistir a um aumento da taxa de desemprego, quando comparada com a do ano anterior. No Continente, a região Centro continuava a apresentar as menores proporções de desempregados (3,0% da população activa em 2002) [Figura 2.2].

Uma apreciação do desemprego jovem (entre os 15 e os 24 anos) permite concluir que esta era a faixa etária com as maiores taxas de desemprego em todo o país (em 2002, o valor nacional situava-se nos 11,6%). No entanto, este fenómeno era mais acentuado no Alentejo e no Algarve onde as proporções de

jovens desempregados eram não só as mais elevadas do país (17,0% e 14,3%, respectivamente) como apresentavam a maior discrepância relativamente ao desemprego total, com rácios quase três vezes superiores às taxas de desemprego total das regiões em causa [Figura 2.2].

Quando comparada com os valores de 2001, a proporção de activos jovens desempregados no país aumentou mais de dois pontos percentuais em 2002, com a taxa de desemprego jovem a agravar-se em todas as regiões NUTS II.

FIGURA 2.2 TAXA DE DESEMPREGO TOTAL, DOS JOVENS E POR SEXO, PORTUGAL E NUTS II, 2002



NOTA: Apenas se apresentam as taxas com margens de erro aceitáveis.

Em 2002, cerca de 16,0% dos desempregados do país procuravam um primeiro emprego, o que significou uma diminuição relativa face ao ano anterior. Por outro lado, do conjunto dos indivíduos desempregados no país, cerca de 38% procuravam emprego há mais de 1 ano. A comparação com o ano de 2001 permite verificar uma ligeira diminuição da proporção de desempregados de longa duração no país, relativamente ao número total de indivíduos à procura de emprego.

POPULAÇÃO EMPREGADA

Uma possível medida do aproveitamento da população através do mercado de trabalho é a denominada *taxa de emprego dos potencialmente activos*, definida como a relação entre o número de indivíduos empregados e o total da população com 15 ou mais anos. Esta taxa de emprego permite ter uma percepção de qual a proporção da população envolvida na actividade económica nacional. Assim, a análise deste indicador para as diferentes regiões do país revela que, por exemplo, a Região Autónoma dos Açores, apesar de ter tido a mais baixa taxa de desemprego do país, em 2002 (como foi aliás referido anteriormente), detinha também uma das taxas de emprego mais baixas. De facto, apenas 53,1% da população açoreana com 15 ou mais anos estava empregada, quando a média nacional se

situou nos 58,6% e a região Centro apresentava 66,1%, o valor mais elevado do país. Assim, para o caso particular da Região Autónoma dos Açores, pode reafirmar-se a análise feita no início deste capítulo, ou seja, é a região do país com a maior proporção de inactivos na população. É de salientar que, em termos nacionais, o Alentejo apresentava a taxa de emprego mais baixa com o valor de 50,3%.

A análise do emprego por profissão em 2002 permite constatar que apenas cerca de 1/5 dos empregados portugueses ocupavam cargos associados a qualificações intermédias ou superiores no sector privado ou público (*Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresa, Especialistas das profissões intelectuais e científicas e Técnicos e profissionais de nível intermédio*). As regiões de Lisboa e Vale do Tejo e Alentejo apresentavam não só proporções acima da média nacional, como estas profissões ocupavam mesmo a maior faixa de empregados nestas regiões. O Centro e a Madeira apresentavam as menores proporções de empregados com qualificações mais elevadas, predominando nestas regiões as profissões com um nível médio e baixo de qualificações (*Pessoal administrativo e similares, Pessoal dos serviços e vendedores, Operários, artífices e trabalhadores similares e Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem*). Aliás, estas profissões associadas a qualificações médias e baixas ocupavam a maior parte dos empregados do país.

A análise do quociente de localização² mostra que as únicas profissões de especialização da região Norte estavam ligadas às actividades industriais (*Operários, artífices e trabalhadores similares e Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem*). Também através do quociente de localização é possível deduzir que, em 2002, os *Trabalhadores não qualificados* tinham ainda um lugar importante no Algarve, nas regiões autónomas e no Alentejo, aparecendo como a primeira profissão de especialização no emprego destas regiões. Os *Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e da pesca*, que abrangiam cerca de um décimo dos empregados nacionais, tinham um peso maior na região Centro (cerca de 26% do total de empregados) e nas regiões autónomas onde constavam como profissões de especialização. Finalmente, os *Especialistas das profissões intelectuais e científicas* surgiam como profissão de especialização apenas em Lisboa e Vale do Tejo (com o quociente de localização mais elevado desta região) e Alentejo [Quadro 2.i].

² Rácio entre o peso, em termos de número de empregados, de uma determinada profissão na região e o peso, em termos de emprego nacional, da profissão no país. Se este rácio for superior a 1 significa que a profissão em questão tem maior relevância no emprego total da região do que ao nível nacional, ou seja, em termos de emprego, a região é especializada nessa profissão.

QUADRO 2.1 PROFISSÕES DE ESPECIALIZAÇÃO DAS REGIÕES, SEGUNDO O QUOCIENTE DE LOCALIZAÇÃO, 2002

Especializações	1ª Profissão	2ª Profissão	3ª Profissão	4ª Profissão
Norte	Operários,artífices e trabalhadores similares	Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem		
Centro	Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pesca	Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem		
Lisboa e Vale do Tejo	Especialistas das profissões intelectuais e científicas	Pessoal administrativo e similares	Quadros superiores da adm.pública, dirigentes e quadros superiores de empresa	Técnicos e profissionais de nível intermédio
Alentejo	Trabalhadores não qualificados	Quadros superiores da adm.pública, dirigentes e quadros superiores de empresa	Técnicos e profissionais de nível intermédio	Especialistas das profissões intelectuais e científicas
Algarve	Trabalhadores não qualificados	Pessoal dos serviços e vendedores	Quadros superiores da adm.pública, dirigentes e quadros superiores de empresa	Pessoal administrativo e similares
Açores	Trabalhadores não qualificados	Técnicos e profissionais de nível intermédio	Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pesca	Operários,artífices e trabalhadores similares
Madeira	Trabalhadores não qualificados	Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pesca	Pessoal dos serviços e vendedores	Pessoal administrativo e similares

Relativamente ao ano de 2001, na análise da evolução do emprego por profissões, há a destacar um crescimento de 6,7% nos empregados como *Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresa* que ocorreu sobretudo na região de Lisboa e Vale do Tejo (aumento de cerca de 10% nestas profissões), no Norte (6,5%) e na Madeira (25%). Por outro lado, também o número de *Trabalhadores não qualificados* ganhou peso em termos nacionais através de um crescimento de quase 3% (recorde-se que o emprego nacional apresentou um crescimento de apenas 0,2%, de 2001 para 2002). O Alentejo e os Açores foram as regiões que sentiram mais fortemente o aumento do número de *Trabalhadores não qualificados*, com evoluções na ordem dos 18,6% e 12,2% respectivamente. No caso particular da Região Autónoma dos Açores, esta constatação é tanto mais interessante quanto se verificou, de 2001 para 2002, uma diminuição do número de indivíduos com profissões associadas a qualificações intermédias ou superiores.

Na análise da distribuição do emprego por ramos de actividade em 2002, imediatamente sobressai, em termos nacionais, a já conhecida preponderância do sector terciário e, dentro deste, dos ramos do comércio, num país em que o sector primário ocupava pouco mais de 12% dos indivíduos e o sector secundário abrangia cerca de um terço do emprego total.

Através do quociente de localização, aplicado aos ramos de actividade, é possível deduzir que apenas a região Norte era especializada no sector secundário, sobretudo em termos de emprego feminino. A região Centro era claramente especializada no sector primário e as regiões de Lisboa e Vale do Tejo e Algarve apresentavam um quociente de localização superior a 1 apenas para o sector terciário. As restantes regiões (Alentejo, Açores e Madeira) eram relativamente especializadas nos sectores primário e terciário. No entanto, no caso do Alentejo e dos Açores, a especialização no sector primário era apenas patente ao nível do emprego masculino, enquanto era o emprego feminino que tornava a Madeira especializada no sector primário.

No sector secundário, é de salientar a importância determinante das indústrias têxteis, vestuário e calçado para a especialização da região Norte neste sector (em 2002, estas indústrias ocupavam cerca de um terço do emprego industrial do Norte). O ramo da construção era responsável por uma parte significativa do emprego no sector secundário, chegando a atingir quase dois terços no Algarve e nas regiões autónomas.

No âmbito do sector terciário, há a destacar o peso dominante do ramo do alojamento e restauração no emprego do Algarve (mais de um quinto do emprego no sector terciário) e o papel importante do emprego na Administração Pública para que regiões pouco populosas, como o Alentejo, os Açores e a Madeira, tivessem apresentado mais emprego terciário do que a média do país. A região de Lisboa e Vale do Tejo concentrava a maior parte do emprego das actividades financeiras e serviços prestados às empresas.

Quando comparados com os dados de 2001, os números do emprego em 2002 revelam uma perda de peso do sector primário no emprego nacional, o que foi compensado sobretudo pelo aumento do emprego no sector terciário. O Norte e o Centro são as regiões onde esta transferência de emprego foi mais sentida, com reduções de emprego no sector primário na ordem dos 7% e 3% e crescimentos de emprego terciário de cerca de 2% e 3%, respectivamente. A Madeira registou um aumento de 11,6% no emprego dos serviços, acompanhado por uma diminuição de mais de 5% nos ramos industriais. O emprego nacional no sector secundário registou uma ligeira descida (-0,3%), verificando-se que apenas as regiões do Alentejo e dos Açores apresentaram variações positivas com algum significado (3,5% e 5,4%, respectivamente).

Examinando o emprego através do prisma da situação na profissão, verifica-se que, em 2002, os trabalhadores por conta de outrem representavam quase $\frac{3}{4}$ do emprego nacional, com um peso ligeiramente mais significativo no emprego feminino do que no masculino. Lisboa e Vale do Tejo, Madeira e Alentejo eram as regiões onde esta diferença era mais evidente. De facto, mais de 80% do emprego da região de Lisboa e Vale do Tejo era composto por trabalhadores por conta de outrem, ascendendo este valor a 85,2% no caso das mulheres. Por outro lado, o Centro detinha a maior proporção de trabalhadores por conta própria, no valor de 38,1% do emprego total, sendo a única região do país onde existiam quase tantas mulheres como homens a trabalhar por conta própria. Tal como já foi referido, nas restantes regiões, o emprego por conta própria era sobretudo masculino.

____ | TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM (QUADROS DE PESSOAL)

Em 2000, os Quadros de Pessoal do Ministério da Segurança Social e Trabalho abrangiam, em Portugal, cerca de 2 milhões de Trabalhadores por Conta de Outrem (TCO), mais 1,7% do que no ano anterior. Deste total, 41% eram do sexo feminino, sendo o Algarve a região onde aquela percentagem assumia maior expressividade (45,6%) enquanto, no outro extremo, se situavam os Açores (35,2%). A este nível, o máximo concelho registava-se em Belmonte (região Centro) com 67,2% e o mínimo em Cinfães (região Norte) com apenas 11,3% dos TCO a pertencerem ao sexo feminino.

Em Portugal, $\frac{3}{4}$ dos TCO estavam empregados em pequenos e médios estabelecimentos (com menos de 250 trabalhadores), tendo-se registado um aumento de 2 pontos percentuais face a 1999. Os micro-estabelecimentos (menos de 10 trabalhadores) detinham mais de 1/5 do emprego por conta de outrem.

Regionalmente, a proporção de emprego em estabelecimentos de grande dimensão (mais de 250 trabalhadores) era mais expressiva na região de Lisboa e Vale do Tejo (31%) e na Madeira (25%) e menos expressiva no Alentejo (18%). No polo oposto, o emprego em micro-estabelecimentos era mais relevante na região do Alentejo (34%), enquanto a menor proporção pertencia a Lisboa e Vale do Tejo (21%).

Analisando a proporção de TCO a laborar em micro-estabelecimentos, verifica-se que esta se apresentava mais elevada no interior, sobretudo na região Norte e na sub-região Baixo Alentejo. Refira-se que, em 16 dos 308 concelhos do país, o emprego em micro-estabelecimentos representava mais de metade do total de TCO do concelho [Figura 2.3].

Em 2000, o ganho médio mensal nacional dos TCO presentes nos Quadros de Pessoal era de 729 euros, mais 4% face ao ano anterior (recorde-se que o nível de crescimento médio dos preços no consumidor neste período foi de 2,9%).

Territorialmente, os ganhos médios mensais mais elevados concentravam-se, essencialmente, no litoral do país, nomeadamente nos concelhos centrais das áreas metropolitanas. Estas diferenças salariais em termos médios são o reflexo da conjugação de diferentes especializações dos concelhos ao nível dos sectores de actividade, das profissões e da dimensão dos estabelecimentos, não derivando directamente do facto de as remunerações para empregos “equivalentes” serem mais elevadas no litoral do que no interior [Figura 2.4].

FIGURA 2.3 PROPORÇÃO DE TCO EM MICRO-ESTABELECIMENTOS (MENOS DE 10 TRABALHADORES),
POR CONCELHO, 2000

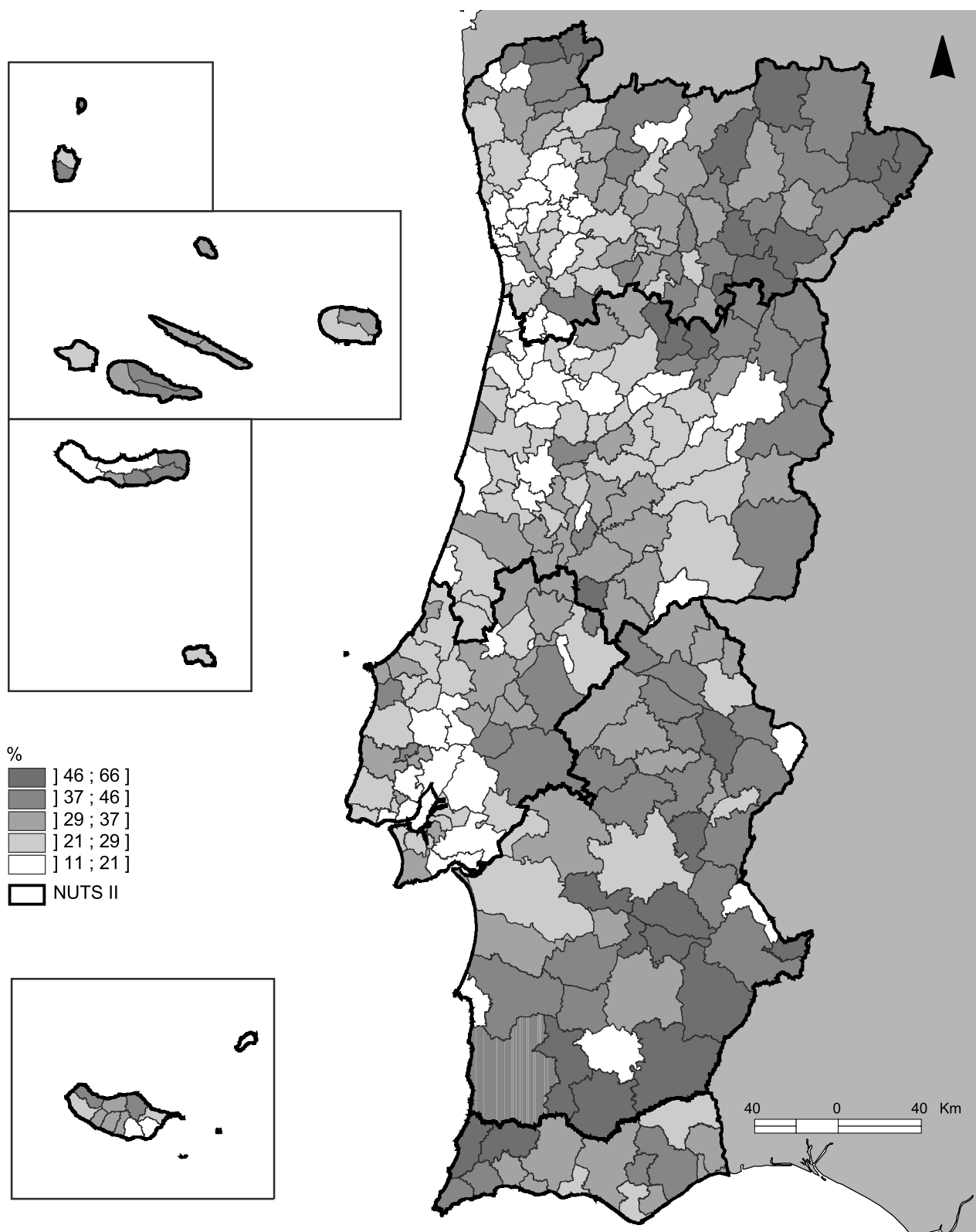
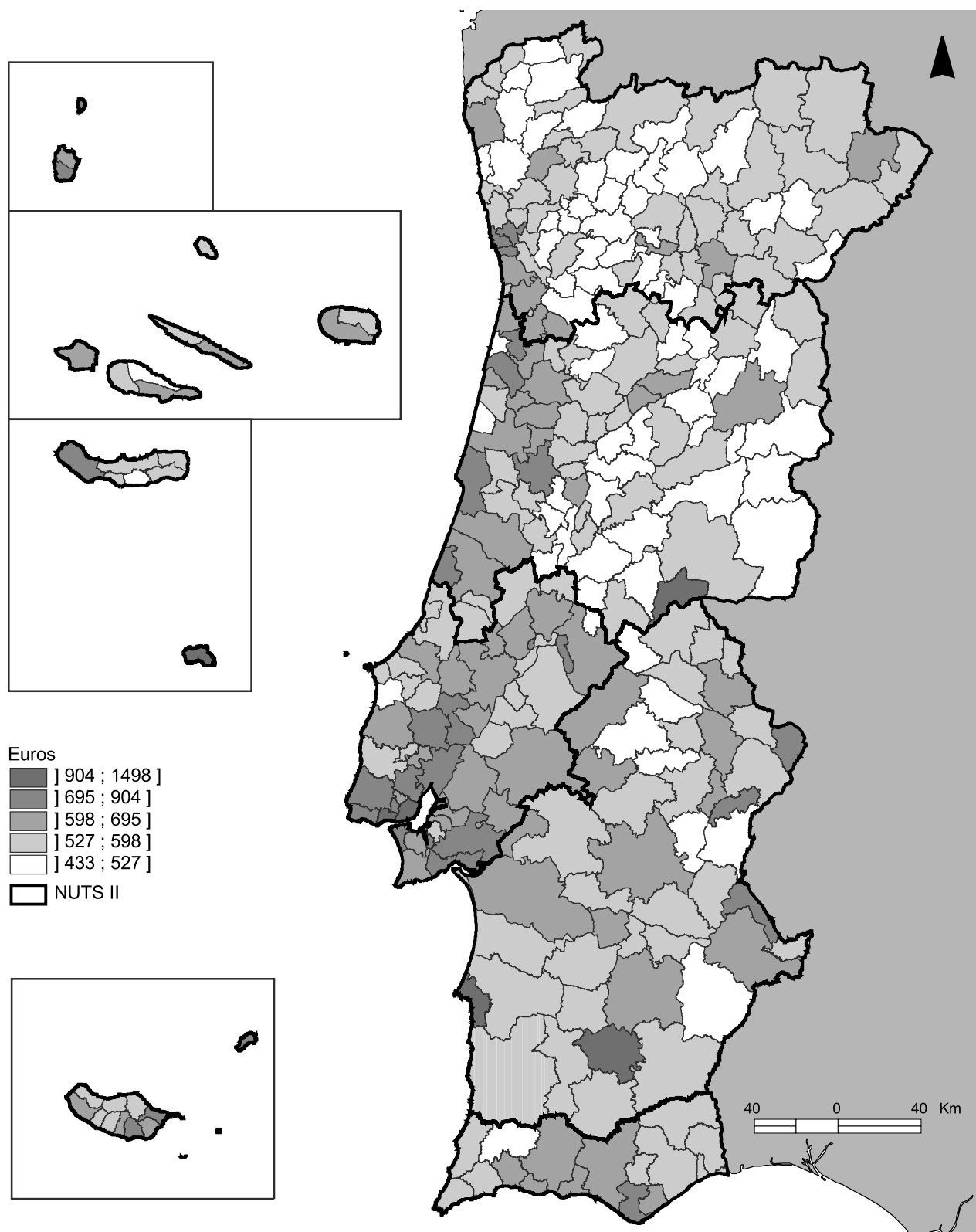


FIGURA 2.4 GANHO MÉDIO MENSAL DOS TCO, POR CONCELHO, 2000

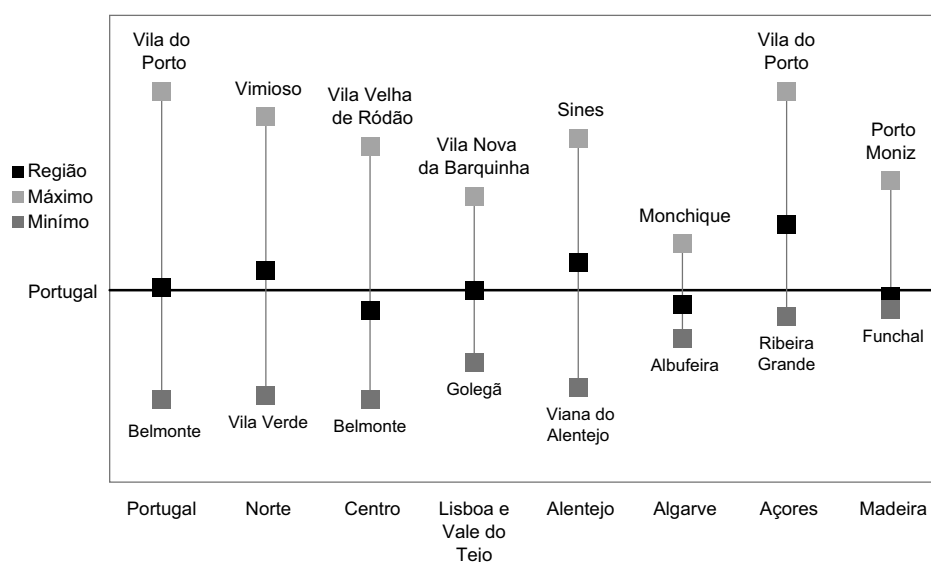


Em 2000, ao nível nacional, o ganho médio mensal das mulheres (605 euros) representava 74% do dos homens (818 euros). Esta disparidade era mais significativa no sector terciário (71%). Em termos regionais, o Centro registava o maior diferencial de ganho médio mensal (72%), seguido de Lisboa e Vale do Tejo e Alentejo (ambos com 73%).

Ao nível nacional, o ganho médio mensal aumentava com a dimensão do estabelecimento, sendo que o valor para os estabelecimentos com mais de 500 trabalhadores era mais do dobro do valor dos micro-estabelecimentos (menos de 10 trabalhadores). Esta evolução no mesmo sentido entre os escalões de dimensão dos estabelecimentos e a remuneração média mensal era extensível a todas as regiões.

Através da análise do coeficiente de variação dos ganhos médios mensais por escalões de dimensão dos estabelecimentos (ponderados pelo peso em termos de emprego dos diversos escalões) pode-se constatar que os Açores eram a região que registava a maior disparidade de remunerações médias mensais entre os diversos escalões de dimensão, com um coeficiente de variação ponderado de 0,40, quando ao nível nacional este coeficiente era de 0,27. No extremo oposto, a região Centro registava o menor nível de disparidade, com um coeficiente de 0,23. Ao nível concelhio, Belmonte registava o menor nível de disparidade (coeficiente de variação ponderado de 0,06), enquanto o maior valor pertencia ao concelho de Vila do Porto (0,65) [Figura 2.5].

FIGURA 2.5 DISPARIDADES³ DE GANHOS MÉDIOS MENSALIS ENTRE ESCALÕES DE DIMENSÃO DOS ESTABELECIMENTOS, PORTUGAL E NUTS II, 2000



³ A disparidade foi calculada com base nos coeficientes de variação ponderados (pelo peso do emprego dos diversos escalões de dimensão no total do emprego da respectiva unidade territorial).

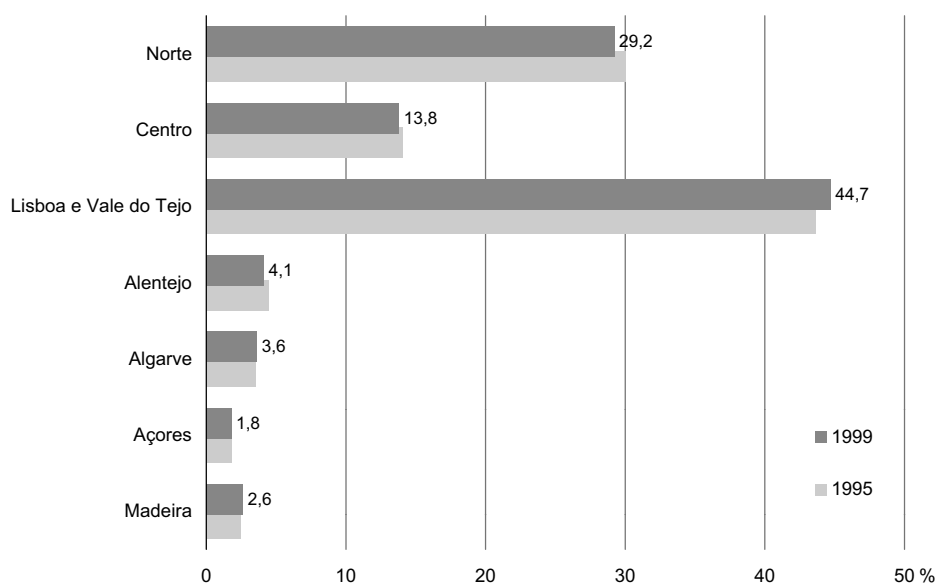
03 | CONTAS REGIONAIS

____| PRODUTO INTERNO BRUTO

O Produto Interno Bruto (PIB) português cresceu, no período de 1995 a 1999, a uma taxa média anual⁴ de 7,5%, atingindo, em 1999, 108 mil milhões de euros. Por seu turno, o crescimento médio anual do PIB *per capita* foi de cerca de 7%, alcançando, em 1999, 10,6 milhares de euros. Apenas as regiões da Madeira e Lisboa e Vale do Tejo registaram, para ambos os indicadores, um crescimento médio anual superior à média nacional. O Alentejo evidenciou, a este nível, o pior desempenho de entre as NUTS II do país.

Em 1999, Lisboa e Vale do Tejo foi responsável por quase 45% do PIB português; seguindo-se-lhe o Norte e o Centro: 29% e 14%, respectivamente. As regiões autónomas foram as que menos contribuíram para o PIB nacional. Face a 1995, o Norte, o Centro e o Alentejo viram a sua importância relativa para o PIB diminuir. Pelo contrário, o contributo de Lisboa e Vale do Tejo para o PIB foi o que mais cresceu, entre 1995 e 1999 [Figura 3.1].

FIGURA 3.1 PROPORÇÃO DO PIB POR NUTS II, 1995 E 1999



Entre as NUTS III, somente três sub-regiões, para além da Região Autónoma da Madeira, ultrapassaram a média nacional do PIB *per capita*: Grande Lisboa, Grande Porto e Alentejo Litoral, apresentando, em 1999, índices de 172, 110 e 108, relativamente à média nacional (100). Pelo contrário, a sub-região Tâmega apresentou ao longo do período o mais baixo índice (que, em 1999, correspondia a 48), sendo a única NUTS III do país a registar um PIB *per capita* inferior à metade do valor nacional. Seguiram-se-lhe as sub-regiões Serra da Estrela e Pinhal Interior Norte [Figura 3.2 e Figura 3.3]. No período em análise, e a seguir à Região Autónoma da Madeira, o crescimento médio anual mais elevado coube à Lezíria do Tejo (9,1%) enquanto a menor taxa correspondeu ao Baixo Alentejo (3,0%).

⁴ As variações apresentadas neste capítulo são sempre nominais, ou seja, calculadas com base em valores a preços correntes.

FIGURA 3.2 DISPARIDADES REGIONAIS DO PIB *PER CAPITA*, POR NUTS II, 1999

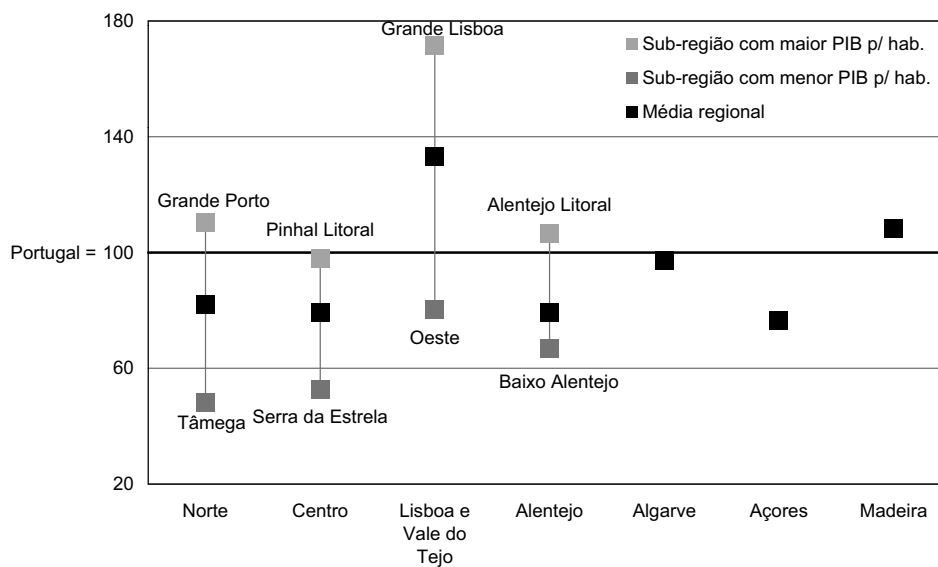
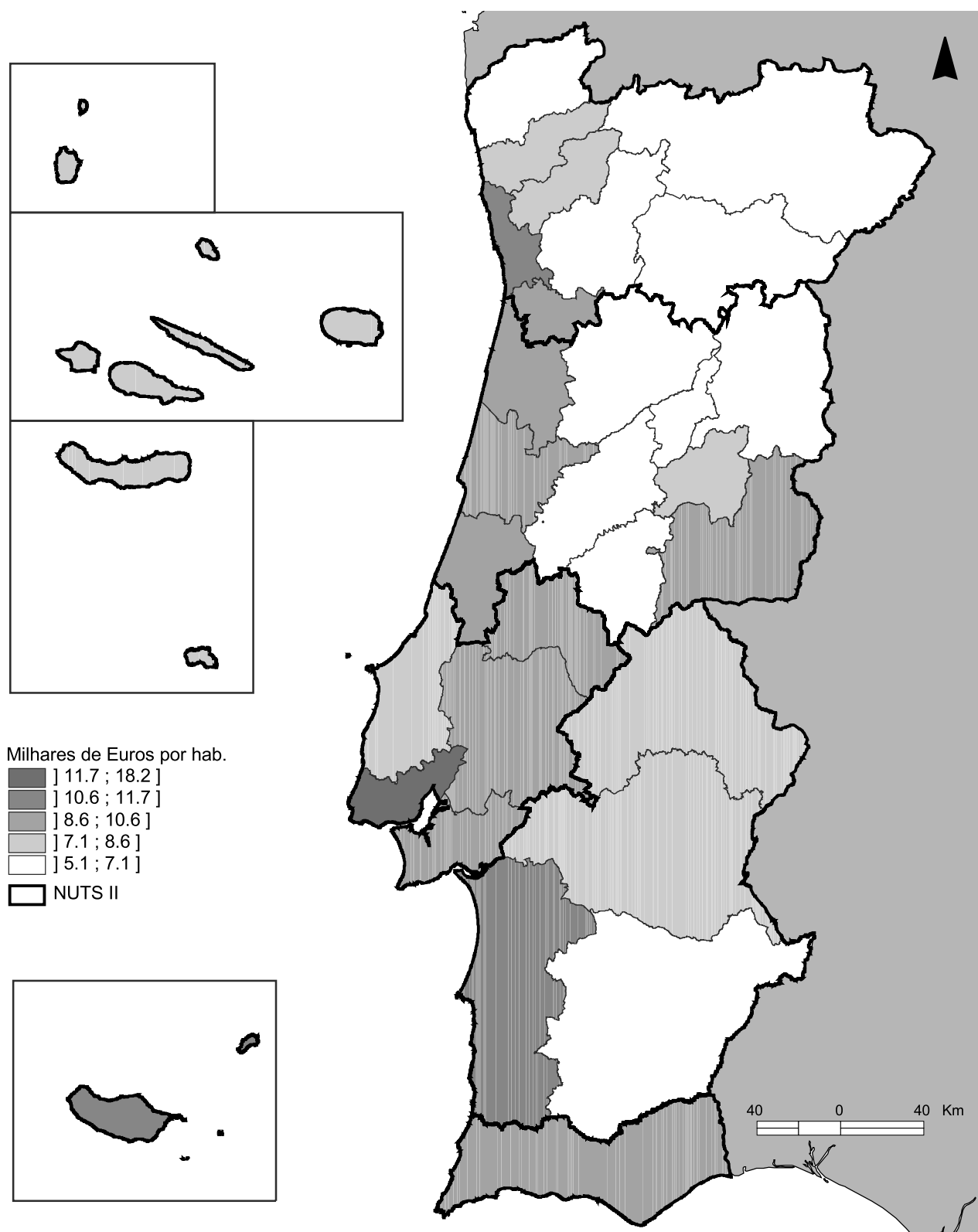
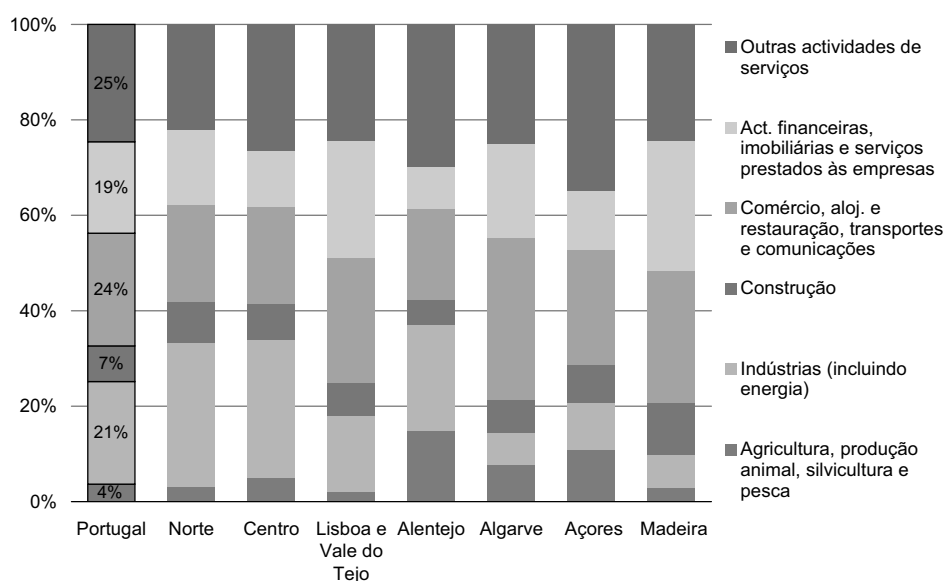


FIGURA 3.3 PIB *PER CAPITA*, POR NUTS III, 1999

—| VAB, EMPREGO E REMUNERAÇÕES

A análise da estrutura sectorial do Valor Acrescentado Bruto (VAB), relativa a 1999, evidencia que os Serviços dominavam a actividade produtiva nas sete regiões portuguesas. O contributo deste sector para o VAB foi particularmente expressivo na Madeira, no Algarve e em Lisboa e Vale do Tejo, tendo sido superior a três quartos do VAB regional, nos três casos. Por seu turno, o contributo do sector da Indústria e Construção foi mais elevado no Norte e no Centro: 38,8% e 36,7%, respectivamente. O sector primário apresentou o contributo mais expressivo para a formação do VAB no Alentejo (cerca de 15%), seguido dos Açores e do Algarve [Figura 3.4].

FIGURA 3.4 VAB POR RAMO DE ACTIVIDADE, PORTUGAL E NUTS II, 1999



O VAB por pessoa empregada, medida usual da produtividade do trabalho, cresceu, em termos anuais médios e em Portugal, no período de 1995 a 1999, a uma taxa de 5,2%, atingindo, em 1999, 19,2 milhares de euros. No mesmo período, a remuneração por pessoa empregada cresceu, em média, a um ritmo de 5,8% ao ano.

Apenas a Madeira, o Algarve e Lisboa e Vale do Tejo registaram um crescimento anual médio da produtividade do trabalho superior ao observado para o país. Em 1999, estas foram as únicas regiões com produtividades do trabalho superiores à média nacional. Ao Alentejo coube o pior desempenho, ao longo do período em análise, com uma taxa de crescimento médio anual de 2,9%. Ainda assim, esta região apresentou, em 1999, uma produtividade do trabalho superior à do Norte, Centro e Açores.

As regiões NUTS III com produtividade do trabalho superior à média nacional foram, em 1999: Grande Lisboa, Alentejo Litoral, Península de Setúbal, Lezíria do Tejo e Grande Porto. Ao Pinhal Interior Sul correspondia o menor valor; seguiram-se-lhe o Tâmega, a Beira Interior Norte e a Serra da Estrela [Figura 3.5].

Atente-se, ainda, no facto de apenas no Baixo Alentejo se ter registado um crescimento médio anual do emprego superior ao observado para o VAB. A Madeira, pelo contrário, registou a maior diferença entre as variações anuais médias do VAB (+ 9,4%) e do emprego (+ 1,7%). À Madeira pertenceu,

mesmo, o maior crescimento médio anual do VAB, neste quinquénio, enquanto os acréscimos mais expressivos no emprego ocorreram no Pinhal Litoral, no Médio Tejo, na Lezíria do Tejo e no Dão-Lafões (em todos os casos, superior a 3%) [Figura 3.6].

FIGURA 3.5 VAB POR PESSOA EMPREGADA, POR NUTS III, 1999

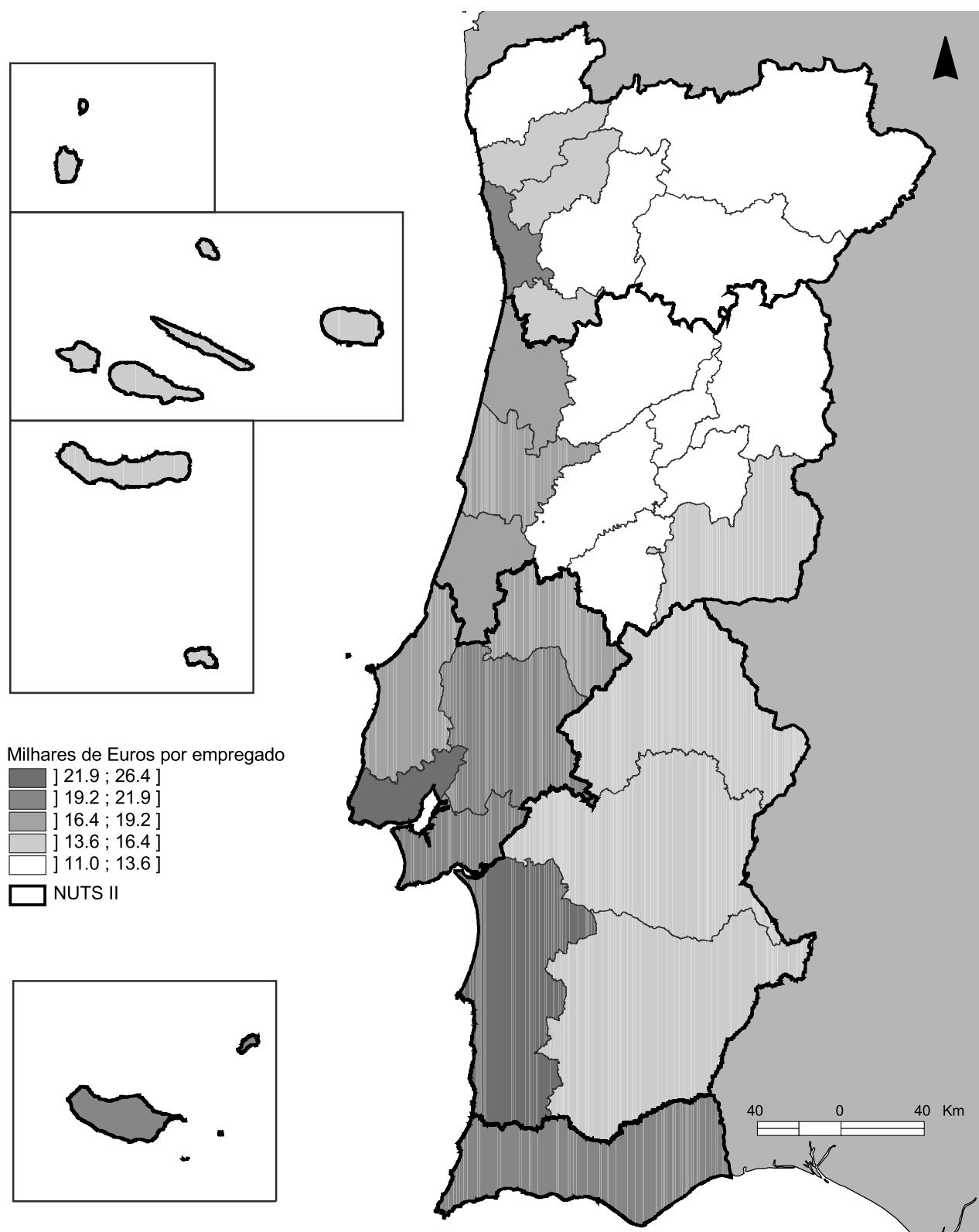
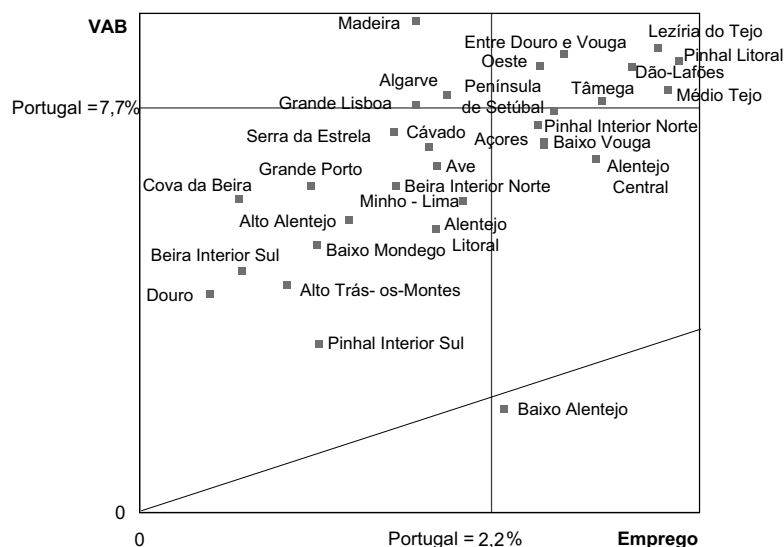
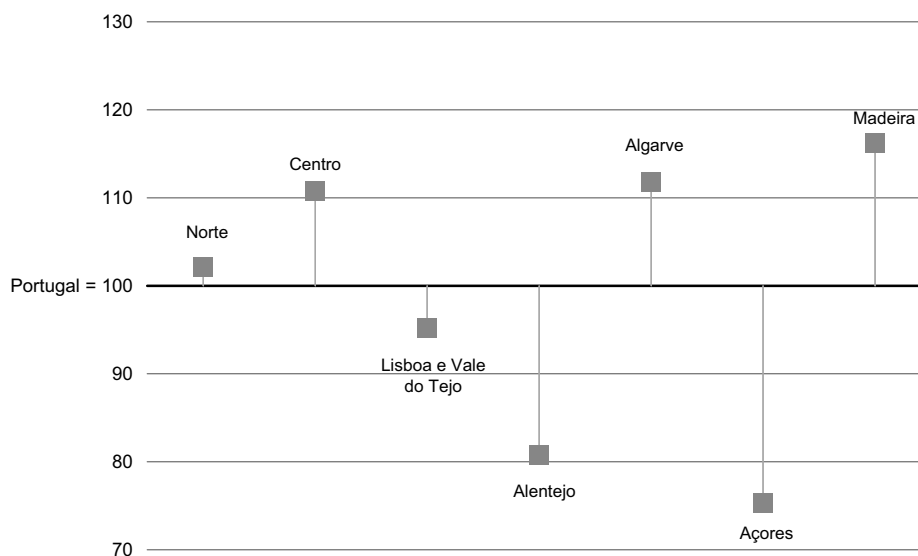


FIGURA 3.6 TAXAS DE VARIAÇÃO ANUAIS MÉDIAS DO VAB E DO EMPREGO, POR NUTS III, 1995-1999



A remuneração por pessoa empregada cresceu a uma média anual de 5,8%, no período de referência. Em Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Açores observou-se uma taxa de crescimento inferior à média nacional. Ao Centro coube o maior crescimento enquanto aos Açores correspondeu a evolução menos expressiva [Figura 3.7]. Em 1999, Lisboa e Vale do Tejo destacava-se por exibir uma remuneração por pessoa empregada claramente superior à observada nas restantes regiões NUTS II.

FIGURA 3.7 CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL DAS REMUNERAÇÕES POR PESSOA EMPREGADA, POR NUTS II, 1995-1999



____| FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO

A Formação Bruta de Capital Fixo cresceu, entre 1995 e 1999, a uma taxa anual média ligeiramente superior a 12%. Aquém deste crescimento, ficaram o Centro (9%), o Alentejo (10,9%) e os Açores (10,5%). A Lisboa e Vale do Tejo pertenceu, invariavelmente, o maior contributo para o valor nacional, com particular expressão em 1997 (quase metade do investimento bruto gerado no país). O Norte foi responsável por pouco mais de um quarto do valor nacional, no quinquénio em estudo, enquanto o Centro apresentou contributos que variaram entre 12% e 16%. Às restantes regiões corresponderam quotas menos expressivas. No conjunto do período de 1995 a 1999, as actividades económicas em que mais se investiu, ao nível nacional, foram as *Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas* às quais correspondeu perto de um terço do investimento nacional (32%); seguiram-se a *Indústria transformadora* (15%) e a *Administração pública, defesa e segurança social obrigatória* (14%).

____| RENDIMENTO DISPONÍVEL BRUTO DAS FAMÍLIAS

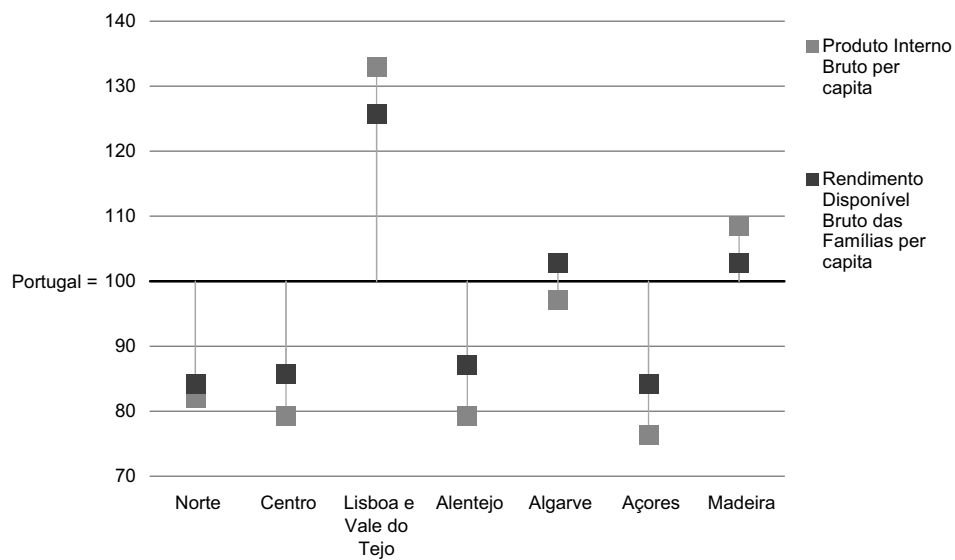
Em 1999 e em termos de Rendimento Disponível Bruto *per capita*, as regiões de Lisboa e Vale do Tejo, da Madeira e do Algarve apresentavam um índice superior à média nacional: 126, 103 e 102, respectivamente. Ao Norte e aos Açores correspondiam os menores índices: 84, em ambos os casos.

Apenas Lisboa e Vale do Tejo, a Madeira e os Açores registavam, em 1999, índices superiores aos observados em 1995. A região de Lisboa e Vale do Tejo apresentou uma tendência crescente, aumentando o diferencial face à média nacional, a Madeira ultrapassou a média nacional enquanto os Açores, também com uma tendência crescente, se aproximaram do valor nacional.

A região Algarve evidenciou uma evolução decrescente ao longo de todo o período embora se mantivesse, em 1999, acima da média nacional. O Norte, o Centro e o Alentejo, que já em 1995 registavam um Rendimento Disponível Bruto *per capita* inferior ao valor nacional, exibiram, no período em análise, uma tendência decrescente, afastando-se da média nacional.

Importa sublinhar que a análise do Rendimento Disponível Bruto das Famílias *per capita*, por região NUTS II, revela menores disparidades em torno da média nacional do que o observado para PIB *per capita*. Desta forma as regiões que, em 1999, se encontravam abaixo da média nacional ao nível do PIB *per capita* – Norte, Centro, Alentejo, Algarve e Açores, estão mais próximas desta média, quando se considera o Rendimento Disponível Bruto das Famílias *per capita*. No caso do Algarve, o Rendimento Disponível Bruto das Famílias *per capita* ultrapassou inclusivamente a média nacional [Figura 3.8].

FIGURA 3.8 PIB *PER CAPITA* E RENDIMENTO DISPONÍVEL BRUTO DAS FAMÍLIAS *PER CAPITA*,
POR NUTS II, 1999



04 | AGRICULTURA, SILVICULTURA, PECUÁRIA E PESCA

____ | PRINCIPAIS CULTURAS

Em 2001, as culturas com maior peso em área a nível nacional foram o olival, a vinha, o trigo e o milho. Face ao ano anterior, não se registaram alterações expressivas na estrutura das diversas culturas em análise. A vinha e o olival são culturas características de regiões mediterrâneas, constituindo os cereais, nomeadamente o trigo e o milho, matérias primas ou bens alimentares relevantes na alimentação portuguesa.

Através da análise do peso da área é possível destacar as culturas predominantes nas regiões agrárias do Continente e regiões autónomas. A importância da vinha e do olival é extensível à quase totalidade do Continente, surgindo entre as cinco principais culturas de cada região agrária, com as exceções do Alentejo, no caso da vinha (embora o seu peso em área tenha aumentado nos últimos anos) e Entre Douro e Minho e regiões autónomas, no caso do olival. Para além destas, os cereais assumem particular importância, com excepção do Algarve, onde predominam os frutos secos (amêndoa) e citrinos, e da Madeira, onde a batata assume especial relevância. De entre os cereais, o milho ocupa a maior proporção de área em Entre Douro e Minho e Beira Litoral, enquanto o trigo assume igual posição no Alentejo [Quadro 4.i].

QUADRO 4.i PRINCIPAIS CULTURAS, POR REGIÃO AGRÁRIA, 2001

Regiões	5 Principais Culturas em área					% área
	1	2	3	4	5	
Entre Douro e Minho	Milho	Vinha	Batata	Feijão	Centeio	93
Trás-os-Montes	Olival	Vinha	Castanha	Amêndoa	Centeio	80
Beira Litoral	Milho	Olival	Vinha	Batata	Arroz	87
Beira Interior	Olival	Vinha	Centeio	Milho	Batata	82
Lisboa e Vale do Tejo	Vinha	Olival	Milho	Pêra	Tomate	74
Alentejo	Trigo	Olival	Aveia	Girassol	Milho	86
Algarve	Amêndoa	Laranja	Olival	Tangerina	Vinha	75
Açores	Vinha	Batata	Milho	Laranja	Beterraba	88
Madeira	Batata	Vinha	Maçã	Feijão	Castanha	94

Entre 2000 e 2001 observaram-se diminuições significativas de produtividade nos cereais (trigo, centeio, aveia e cevada), devidas nomeadamente às condições climáticas que impediram a conclusão das sementeiras. As regiões de Trás-os-Montes, Alentejo e Beira Interior contribuíram fortemente para esta diminuição. Relativamente aos frutos frescos registaram-se diminuições mais acentuadas na produtividade do pêssigo e damasco (em ambos casos generalizadas à maioria das regiões) enquanto a produtividade da cereja apresentou um dos maiores aumentos de produtividade (sobretudo devido à Beira Interior). Os frutos secos (à excepção da noz) apresentaram diminuições de produtividade face a 2000, sendo a mais significativa na amêndoa e castanha, com Trás-os-Montes a contribuir expressivamente para esta diminuição, em ambos os casos e o Algarve a contrariar com

um aumento de produtividade no caso da amêndoa. Entre 2000 e 2001, a produtividade dos citrinos diminuiu no caso da laranja e aumentou no caso da tangerina e toranja. O Algarve foi a região que mais influenciou esta evolução da produtividade, embora no caso da laranja, também as regiões de Trás-os-Montes, Beira Litoral e Lisboa Vale do Tejo apresentassem diminuições que contribuíram para a evolução nacional.

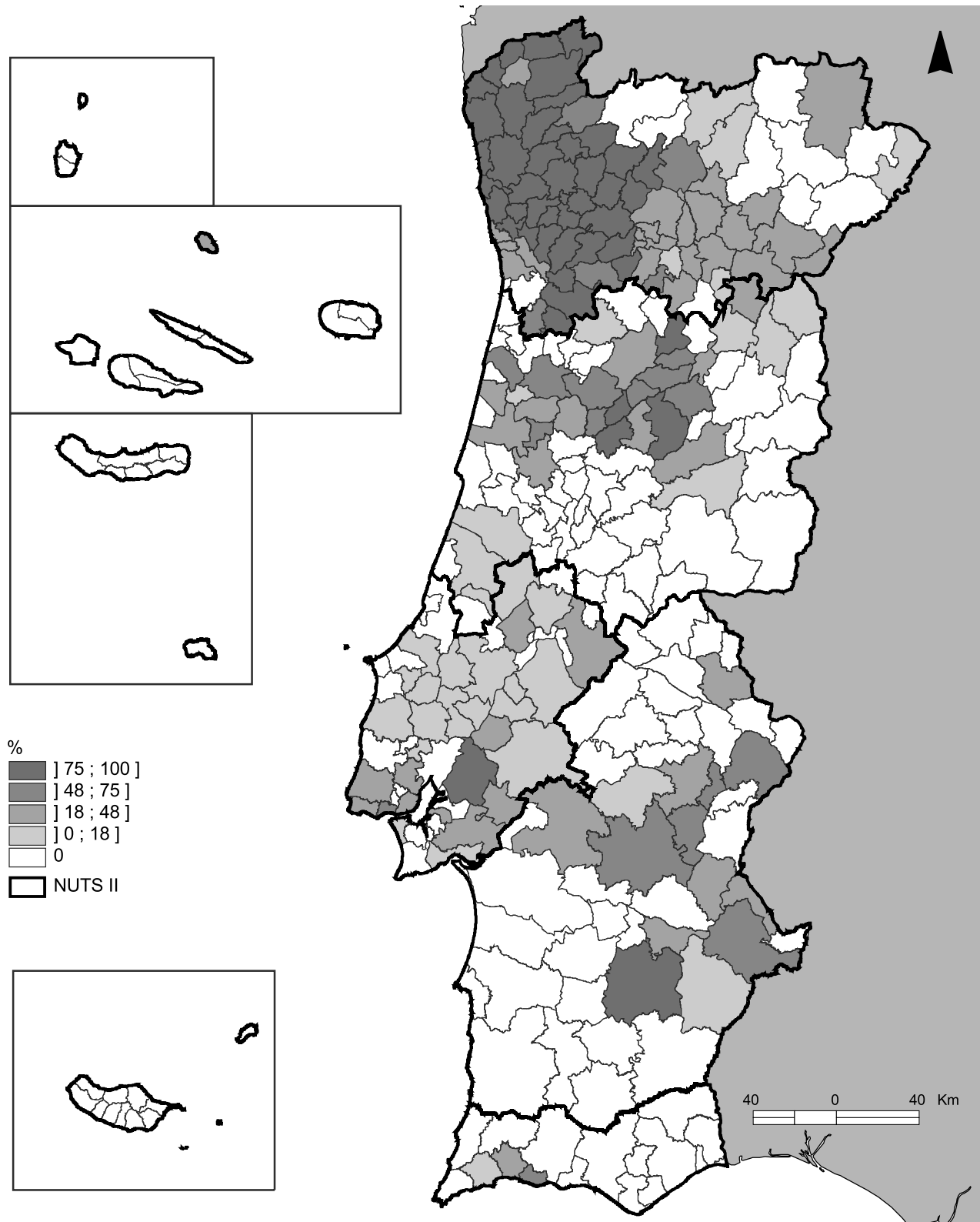
____| PRODUÇÃO DE VINHO

Em 2001, a quantidade de vinho produzida (expressa em mosto) em Portugal foi de quase 7,5 milhões de hectolitros. Face a 2000, trata-se de um acréscimo de cerca de 13%. A produção de Vinho de Qualidade Produzido em Região Demarcada⁵ (VQPRD) representava 39% da totalidade de vinho produzida em Portugal, mais 6 pontos percentuais do que no ano anterior. Ao nível das NUTS II, o Norte registava a maior proporção de VQPRD no total da produção vinícola (55%), seguido do Alentejo (46%), enquanto no extremo oposto surgiam as regiões autónomas e Lisboa e Vale do Tejo. Refira-se que a quase totalidade (98%) da produção de vinho na Região Autónoma da Madeira foi de Vinho Licoroso de Qualidade Produzido em Região Demarcada (VLQPRD). Também na região Norte o VLQPRD assumiu uma importância acrescida (mais de 50%) na sub-região do Douro e nos concelhos do Porto e Vila Nova de Gaia da sub-região Grande Porto associada à produção do Vinho do Porto.

O litoral da região Norte, a região do Dão e o interior da região Alentejo surgem como as áreas com maior proporção de VQPRD face ao total de vinho produzido. Os concelhos com maior proporção de VQPRD no total foram: Castelo de Paiva, Valongo, Caminha, Vila Nova de Cerveira, Ponte de Lima, Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Barcelos (região Norte), Tábua e Carregal do Sal (região Centro), com percentagens acima de 98% [Figura 4.1].

⁵ As regiões vinícolas VQPRD cobrem grande parte do país e evidenciam a importância da região de cultivo dos vinhedos na determinação da qualidade e identidade dos vinhos produzidos. Consoante os níveis de qualidade atingidos, estes podem ser classificados em DOC (Denominação de Origem Controlada) ou I.P.R. (Indicações de Proveniência Regulamentada). A delimitação destas regiões está regulamentada pelo Decreto-Lei 8/85, de 4 de Junho (Lei Quadro das Regiões Vitivinícolas).

FIGURA 4.1 PROPORÇÃO DE VQPRD NO TOTAL DA PRODUÇÃO VINÍCOLA, POR CONCELHO, 2001



____| PRODUÇÃO DE AZEITE

Em 2001, a produção de azeite manifestada em Portugal foi de cerca de 350 mil hectolitros, mais 29% do que o produzido no ano anterior.

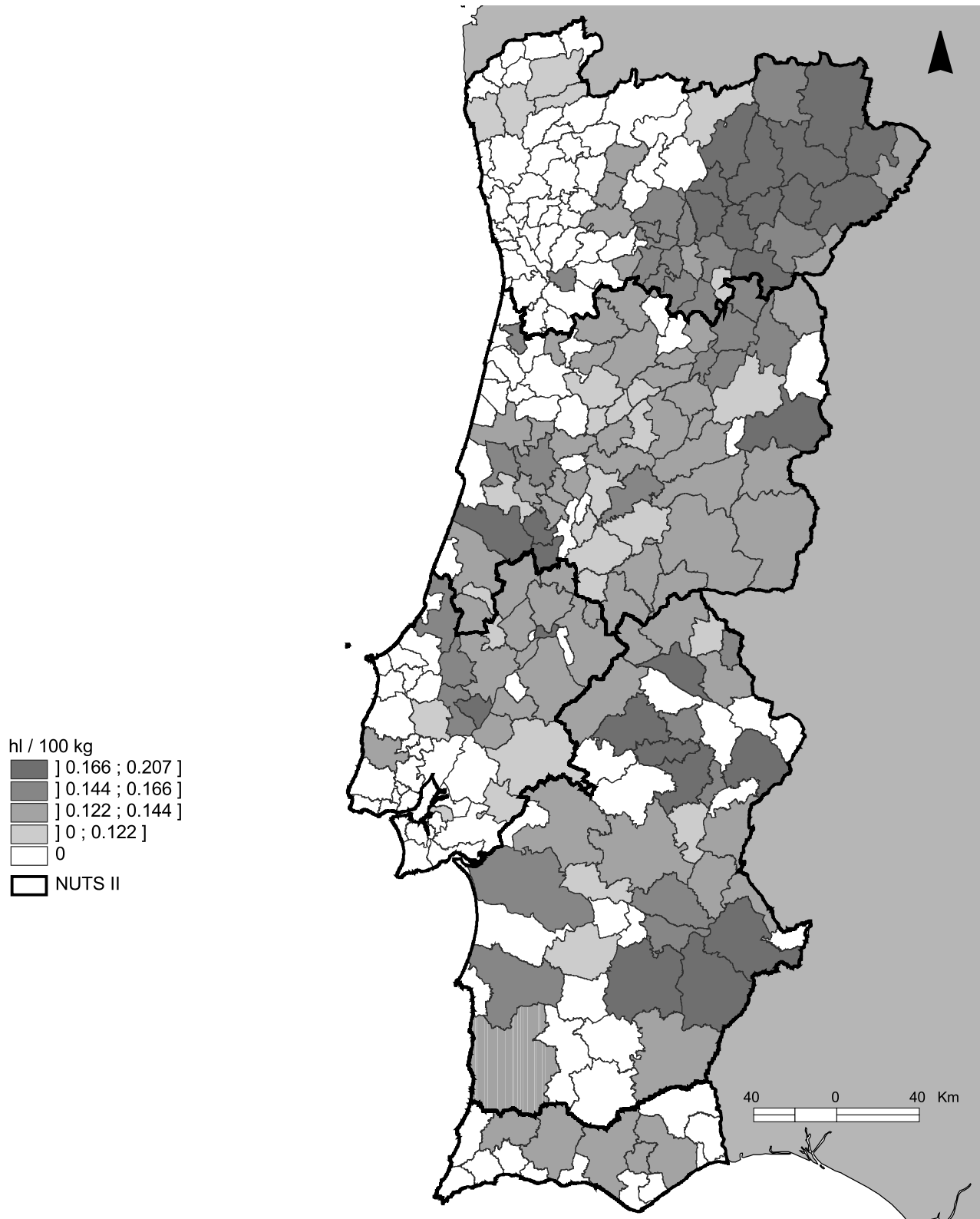
Relativamente ao azeite obtido, por grau de acidez, observa-se que o azeite extra ($<1^\circ$) se apresentava como o mais representativo (42% da produção), embora a sua importância tenha diminuído face a 2000 (em que representava 52% da produção). Em contrapartida, assistiu-se a um aumento da produção de azeite lampante, com maior grau de acidez ($>3,3^\circ$), representando 12% da produção de 2001, face a 4% da produção de 2000.

As regiões Norte (principalmente nas sub-regiões Alto de Trás-os-Montes e Douro), Alentejo e Centro foram as que mais contribuíram para a produção nacional de azeite, com produções de 130 mil, 95 mil e 80 mil hectolitros, respectivamente, representando em conjunto quase 90% da produção nacional. Note-se que toda a produção nacional se concentra no Continente, na medida em que não se produz azeite nas regiões autónomas. Ao nível concelhio, Valpaços e Mirandela na região Norte e Moura na região Alentejo apresentaram as maiores produções de azeite: 23 426 (7%), 14 783 (4%) e 14 743 (8%) hectolitros, respectivamente.

Face a 2000, a produção de azeite nacional registou uma melhoria ao nível da produtividade, tendo o azeite obtido por quintal de azeitona aumentado de 0,15 para 0,16 hl/100kg. Este acréscimo de produtividade deriva das evoluções positivas nas regiões mais importantes na produção nacional (Norte, Centro e Alentejo), que mais do que compensaram os decréscimos de produtividade registados em Lisboa e Vale do Tejo e Algarve.

Em termos concelhios as maiores produtividades – hectolitros de azeite produzido por cada 100 kg de azeitona oleificada - verificaram-se no Cartaxo (região de Lisboa e Vale do Tejo); em Alfândega da Fé e Vila Flor (região Norte); no Sabugal, Pombal, Ansião e Alvaiázere (região Centro) e em Moura e Serpa (região Alentejo). Note-se ainda que as regiões e concelhos com produtividades de azeite mais elevadas se inserem nas Regiões de Azeite com Denominação de Origem Protegida: Trás-os-Montes, Ribatejo, Norte Alentejano, Moura e Beira Interior [Figura 4.2].

FIGURA 4.2 AZEITE OBTIDO POR QUINTAL DE AZEITONA OLEIFICADA (HL/100KG), POR CONCELHO, 2001



____| INCÊNDIOS FLORESTAIS

Em 2001, a área total ardida no Continente foi cerca de 112 mil hectares, tendo sido a área referente a matos a que mais contribuiu para aquele total (60%), correspondendo os restantes 40% a povoamentos florestais. Face a 2000, a área total ardida sofreu um decréscimo de 30%. As regiões do Centro e Norte foram as mais assoladas pelos incêndios florestais, com 52 mil e 46 mil hectares de área ardida, respectivamente. Os concelhos do interior da região Centro foram os mais afectados pelos incêndios florestais, dos quais se salientam: a Covilhã (4 868 ha), Seia (3 960 ha), Pampilhosa da Serra (3 921 ha), Idanha-a-Nova (3 880 ha) e Gouveia (3 015ha).

A taxa de devastação (relação percentual entre a área florestal ardida e a área total do concelho - arborizada e não arborizada) foi mais elevada nas regiões Norte e Centro interior, regiões com maior área florestal e logo, maior propensão a incêndios. A nível concelhio, as taxas mais expressivas registaram-se em Fornos de Algodres (12%), Vouzela (11%), Celorico da Beira (11%), Gouveia (10%), Pampilhosa da Serra (10%); Seia (9%), Vila de Rei (9%), na região Centro e Freixo de Espada à Cinta (9%), na região Norte. Note-se que os concelhos da região Centro com taxas mais expressivas são aqueles que se situam no parque natural da Serra da Estrela ou nas áreas adjacentes [Figura 4.3].

____| E FECTIVO ANIMAL

Relativamente ao efectivo animal nacional por espécie, existiam em 2001, 3,5 milhões ovinos, 2,4 milhões suínos, 1,4 milhões bovinos e 0,6 milhões caprinos. Face ao ano anterior, apenas nos caprinos se registou uma evolução expressiva (diminuição do efectivo de 10%).

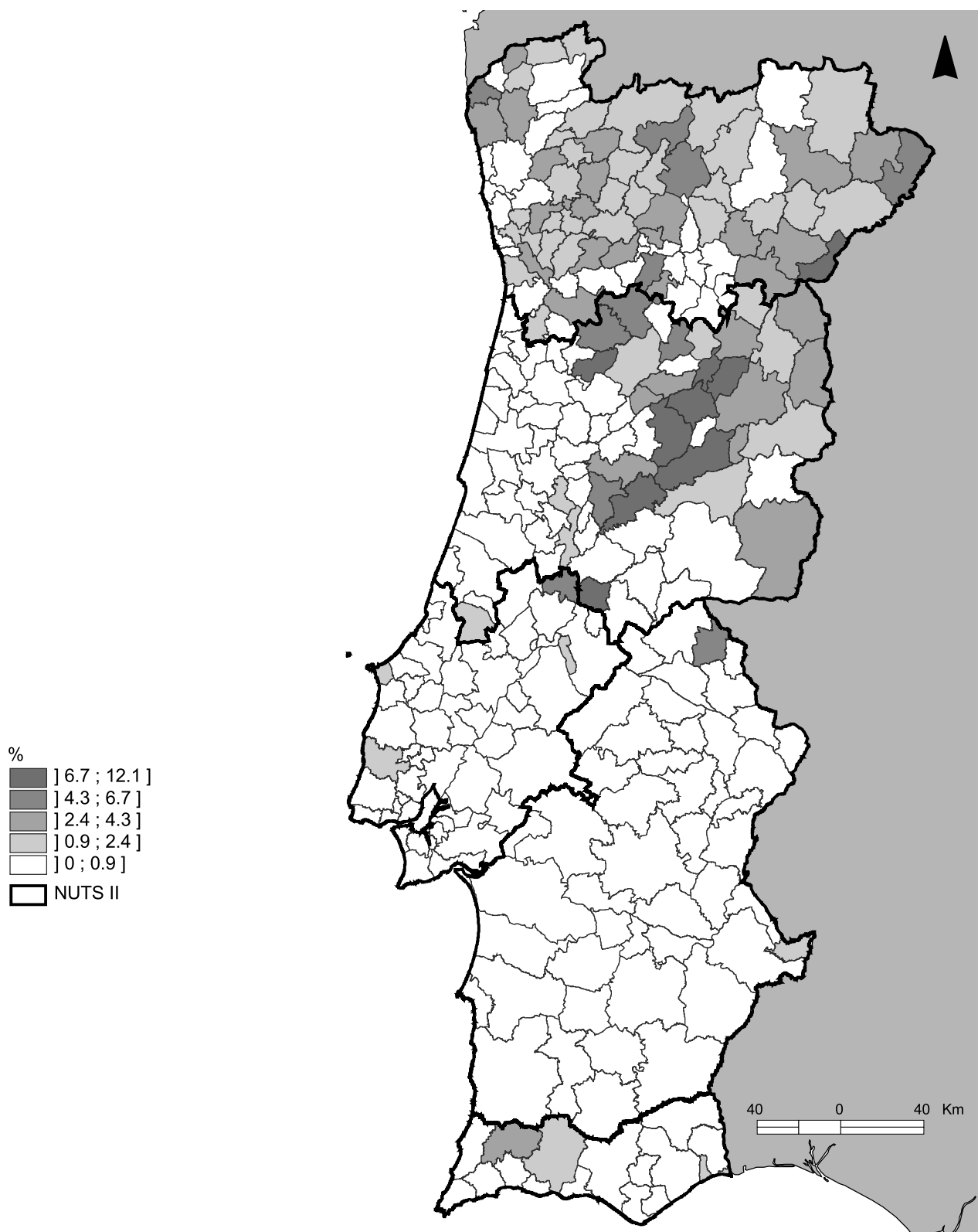
Analisando o peso do efectivo animal por espécie, tem-se que o efectivo bovino era maioritário nas regiões do Alentejo, Entre Douro e Minho e Açores (em conjunto estas regiões representam mais de 70% do efectivo bovino nacional). Nas vacas leiteiras, destaque para o Entre Douro e Minho e Açores. O efectivo ovino era mais relevante nas regiões do Alentejo e Beira Interior enquanto que o efectivo suíno predominava nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo, Beira Litoral e Alentejo.

O peso do efectivo bovino sobressai nos Açores (nomeadamente nas vacas leiteiras) e Entre Douro e Minho, enquanto o efectivo suíno tem maior relevância na região de Lisboa e Vale do Tejo. Note-se que o efectivo ovino é a espécie predominante das regiões da Beira Interior, Alentejo, Trás-os-Montes e Algarve [Quadro 4.ii].

QUADRO 4.ii PROPORÇÃO DO E FECTIVO ANIMAL, POR REGIÃO AGRÁRIA, 2001

Peso em %	Entre Douro e Minho	Trás-os-Montes	Beira Litoral	Beira Interior	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Bovinos excepto vacas leiteiras	32	12	9	5	7	14	6	44	7
Vacas leiteiras	18	3	6	2	2	1	1	32	2
Suínos	17	12	52	9	67	16	39	20	55
Ovinos	23	58	24	67	21	65	41	1	14
Caprinos	10	15	9	17	3	4	13	3	21

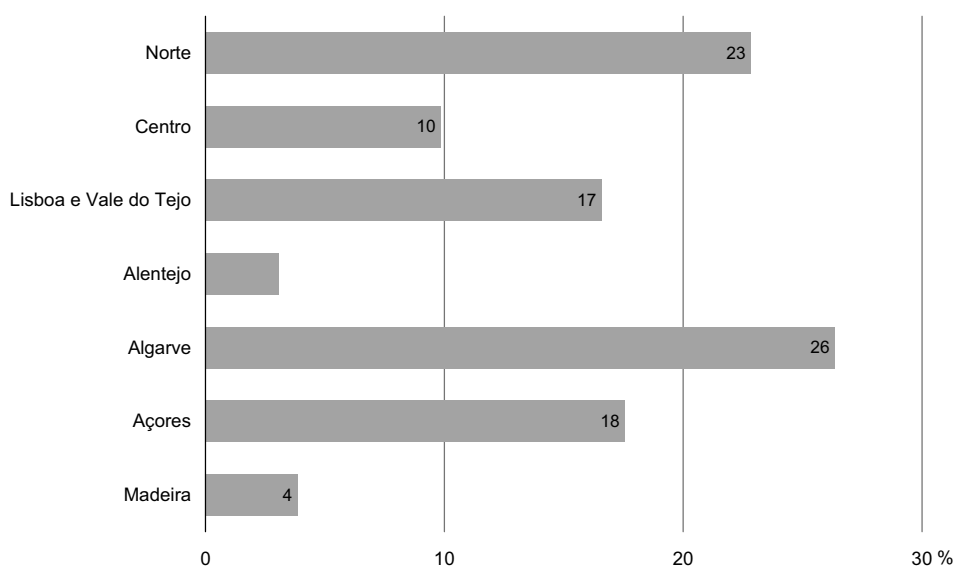
FIGURA 4.3 TAXA DE DEVASTAÇÃO, POR CONCELHO, 2001



____| P ESCA

No final de 2001, encontravam-se matriculados 23 580 pescadores nos vários portos do país, menos 1 441 matrículas do que ano anterior, representando uma diminuição de 6%. Os pescadores matriculados assumiam uma maior concentração nas regiões do Algarve e Norte, distribuição semelhante à do ano anterior [Figura 4.4].

FIGURA 4.4 PROPORÇÃO DOS PESCADORES MATRICULADOS POR NUTS II, 31.12.2001



Relativamente à frota nacional de embarcações com motor, o seu número cifrou-se, em 2001, em mais de 8 mil embarcações que totalizavam uma capacidade de cerca de 108 mil toneladas de arqueação bruta (tAB) e uma potência de quase 406 mil kW.

Por região, verifica-se que o número de embarcações de Lisboa e Vale do Tejo e Algarve tem maior peso no total, enquanto que avaliando por tAB se destacam o Centro e Lisboa e Vale do Tejo.

O total de pesca descarregada nos portos do país atingiu as 146 mil toneladas em 2001, representando em valor cerca de 255 milhões de euros. Face ao ano 2000, houve uma diminuição das toneladas de pescado descarregado de 4%, registando-se, no entanto, um aumento em valor de 1%.

Para 2001, a espécie de peixe descarregada com maior peso, quer em toneladas, quer em valor nos portos do Continente foi a sardinha, enquanto nos Açores foi o atum e similares (tunídeos) e na Madeira foi o peixe espada preto.

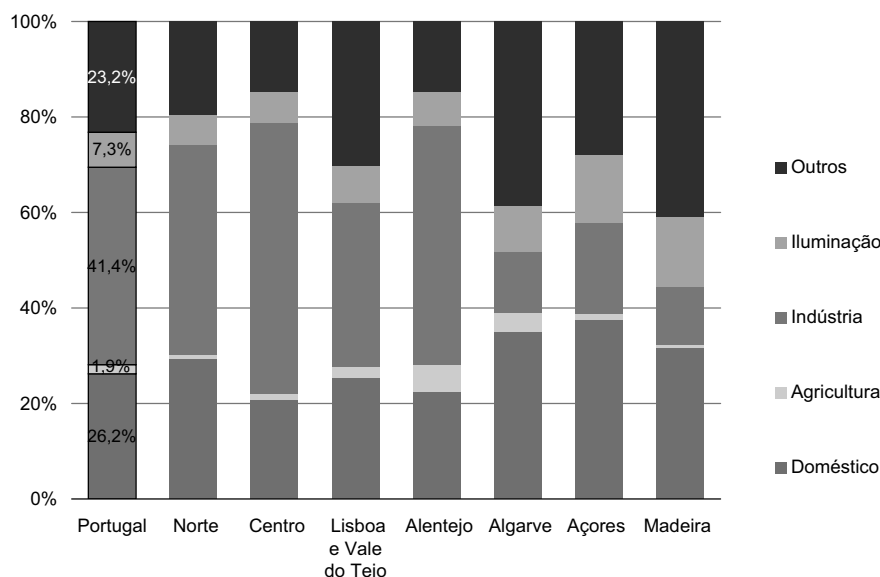
05 | ENERGIA

____| CONSUMO DE ELECTRICIDADE

Em 2001, foram consumidos cerca de 40 541 milhões de kW/h de electricidade no país. Deste total cerca de 34,6% foi consumido na região de Lisboa e Vale do Tejo, seguindo-se o Norte (32,5%) e o Centro (20,2%). Com proporções inferiores a 10% do total de consumo surgiram as regiões do Alentejo (5,7%), Algarve (4,2%), Madeira (1,6%) e Açores (1,2%). Face a 2000, o valor nacional registou um crescimento de 4,1% e entre as NUTS II os maiores acréscimos registaram-se na Madeira (11,7%), Algarve (9,8%) e Açores (7,3%).

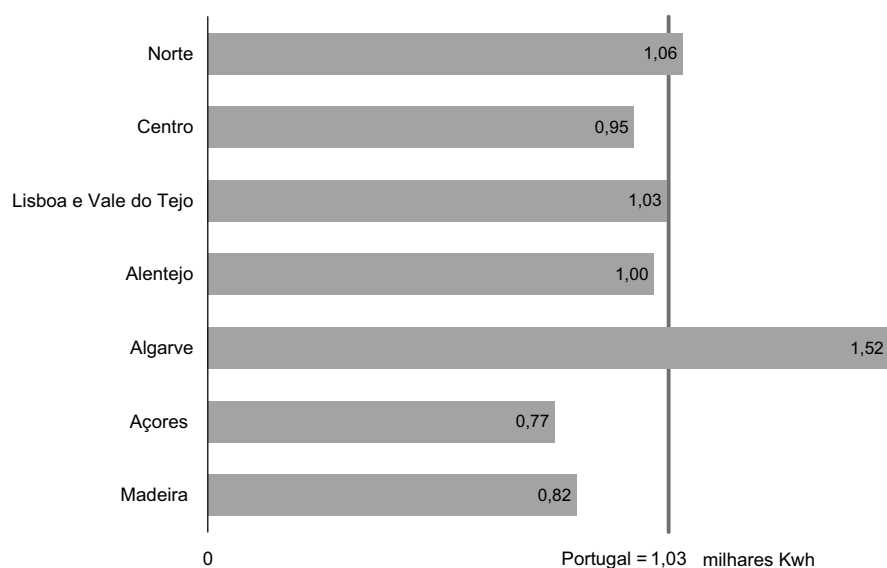
Do total de electricidade consumida no país, 41,4% ficou a dever-se ao sector industrial, 26,2% ao sector doméstico, 7,3% a iluminação (de vias públicas e de edifícios do Estado ou de utilidade pública) e apenas 1,9% ao sector agrícola, pertencendo o restante consumo a outros sectores. Em termos sectoriais, os Açores registaram a maior proporção de consumo doméstico de electricidade (37,6%), o Alentejo assumiu esta posição no sector agrícola (5,5%) enquanto a maior proporção de consumo de electricidade no sector industrial pertenceu ao Centro (56,7%) e a maior proporção de electricidade destinada a iluminação pertenceu à Madeira (14,4%) [Figura 5.1].

FIGURA 5.1 CONSUMO DE ELECTRICIDADE POR TIPO DE CONSUMO, PORTUGAL E NUTS II, 2001



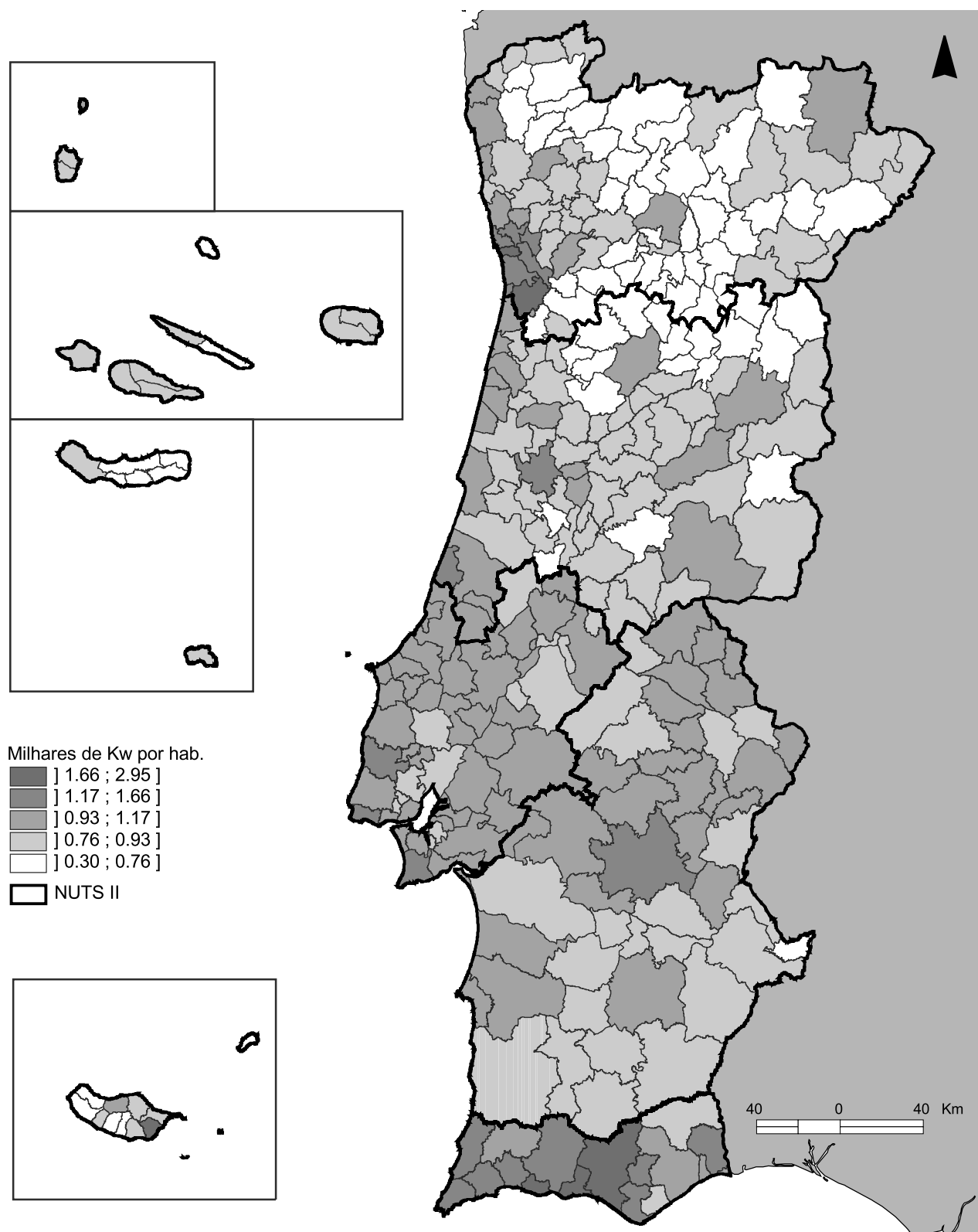
Em 2001, o consumo doméstico de electricidade por habitante no país foi de 1,03 milhares de kW/h. Às regiões Algarve e Norte corresponderam os níveis de consumo doméstico por habitante acima do valor nacional (1,52 e 1,06 milhares de kW/h, respectivamente), enquanto que, de entre as restantes regiões, o menor consumo doméstico de electricidade por habitante se registou nos Açores (0,77 milhares de kW/h) [Figura 5.2].

FIGURA 5.2 CONSUMO DOMÉSTICO DE ELECTRICIDADE POR HABITANTE, POR NUTS II, 2001



Quanto ao consumo doméstico de electricidade por habitante ao nível concelhio, em 2001, os valores mais elevados concentram-se nos concelhos da faixa litoral norte e nos concelhos do centro e sul do país. Aos concelhos de Santa Cruz, Lagoa, Albufeira e Loulé corresponderam os maiores níveis de consumo doméstico de electricidade por habitante do país, com 2,9, 2,4 e 2,3 (nos dois últimos concelhos) milhares de kW/h, respectivamente. Pelo contrário, Ribeira Brava, Porto Santo e Oliveira de Azeméis registaram os menores valores, com 0,3 e 0,5 (nos dois últimos concelhos) milhares de kW/h, respectivamente [Figura 5.3].

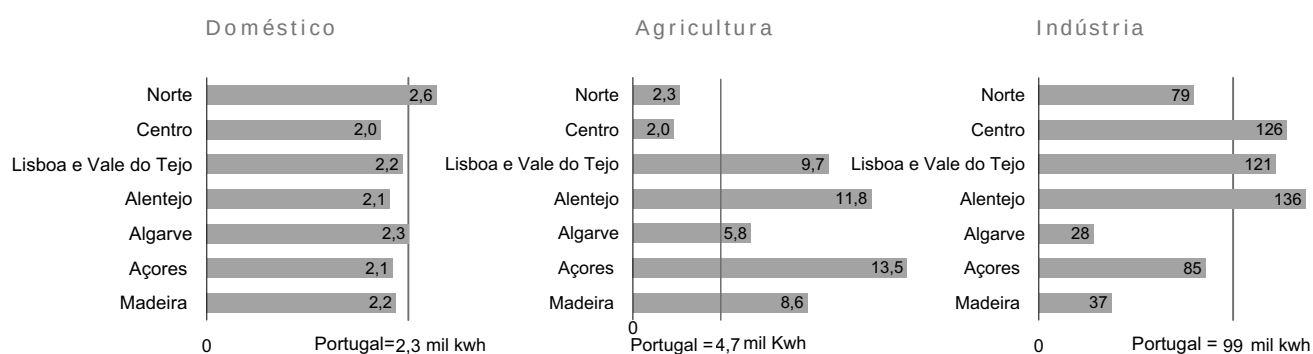
FIGURA 5.3 CONSUMO DOMÉSTICO DE ELECTRICIDADE POR HABITANTE, POR CONCELHO, 2001



Em 2001 existiam cerca de 5 737 milhares de consumidores de electricidade no país, sendo a distribuição regional destes semelhante à registada para o consumo.

Em termos médios, em 2001 foram consumidos no país cerca de 2,3 milhares de kW/h por consumidor no sector doméstico, 4,7 milhares de kW/h no sector agrícola e 99,1 milhares de kW/h no sector industrial. No sector doméstico, o consumo médio mais elevado registou-se no Norte (2,6 milhares de kW/h) enquanto o consumo mais baixo pertenceu ao Centro (2,0 milhares de kW/h). O consumo de electricidade destinado à agricultura assumiu o valor médio mais elevado nos Açores (13,5 milhares de kW/h) e o mais baixo no Centro (2,0 milhares de kW/h). Por sua vez, o Alentejo registou o consumo industrial médio de electricidade mais elevado do país (135,7 milhares de kW/h) enquanto ao Algarve pertenceu o menor consumo (27,8 milhares de kW/h) [Figura 5.4].

FIGURA 5.4 CONSUMO MÉDIO DE ELECTRICIDADE POR SECTOR, POR NUTS II, 2001

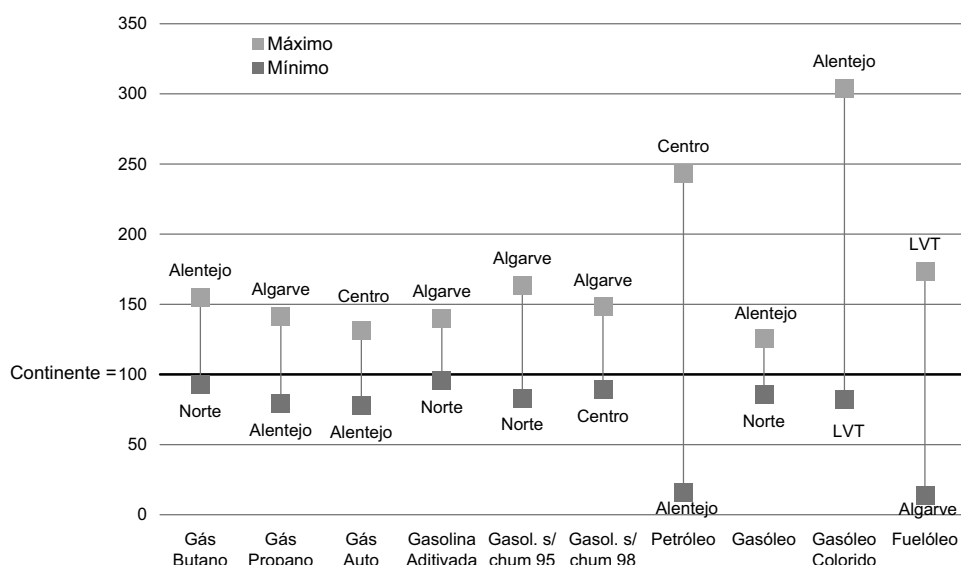


VENDAS DE COMBUSTÍVEIS

De entre os tipos de combustível mais vendidos em 2000, no Continente, destacaram-se o gasóleo (4,2 milhões de toneladas), o fuelóleo (3 milhões de toneladas) e a gasolina sem chumbo 95 (1 milhão de toneladas). Relativamente ao ano anterior, os maiores acréscimos em termos de vendas de combustíveis registaram-se ao nível da gasolina aditivada, da gasolina sem chumbo 95, do gasóleo e do gasóleo colorido, com acréscimos de 49,1%, 20,0%, 12,2% e 11,7%, respectivamente. Pelo contrário, a maior quebra nas vendas de combustíveis, entre 1999 e 2000, registou-se nas vendas de petróleo (-49,6%).

Constata-se que a região Alentejo registou as vendas por habitante mais elevadas de gás butano, gasóleo e gasóleo colorido. No Algarve as vendas por habitante de gás propano, gasolina aditivada, gasolina sem chumbo 95 e gasolina sem chumbo 98 foram as mais elevadas do Continente. O Centro registou as capitações de vendas mais elevadas de gás auto e petróleo enquanto à região Lisboa e Vale do Tejo pertenceram as vendas por habitante mais elevadas de fuelóleo. Por sua vez, o Norte evidenciou-se com os menores valores relativamente ao gás butano, gasolina aditivada, gasolina sem chumbo 95 e gasóleo [Figura 5.5].

FIGURA 5.5 DISPARIDADES REGIONAIS DE VENDA DE COMBUSTÍVEIS POR HABITANTE, POR TIPO DE COMBUSTÍVEL, 2000



De uma forma geral, as vendas por habitante de gasolina sem chumbo 98 e aditivada distribuíram-se de forma homogênea no país, apresentando contudo as vendas de gasolina sem chumbo 95 uma incidência ligeiramente inferior nos concelhos do interior norte e centro e no Alentejo. De igual forma, as capitações de vendas de gás butano e petróleo distribuíram-se homogeneamente pelo país, tendo registado os respectivos valores mais elevados nos concelhos de Azambuja e Nelas.

Por sua vez, as vendas de fuelóleo por habitante assumiram os valores mais elevados nos concelhos de Setúbal, Sines e Mourão, tendo apresentado, também, importantes manchas de penetração radial do litoral em direcção ao interior nos concelhos das regiões Norte, Centro e Lisboa e Vale do Tejo. Por sua vez, as vendas de gás auto e gás propano por habitante assumiram, de uma forma geral, valores mais elevados na faixa do litoral de Viana do Castelo a Setúbal, sendo ainda de destacar as vendas de propano no Algarve.

Relativamente às vendas de gasóleo por habitante, os valores mais elevados concentraram-se maioritariamente nos concelhos situados no sul do Continente. As vendas de gasóleo colorido assumiram alguma predominância nos concelhos do interior, embora o valor mais elevado tenha sido o de Sines.

06 | CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

____ | LICENCIAMENTO DE OBRAS

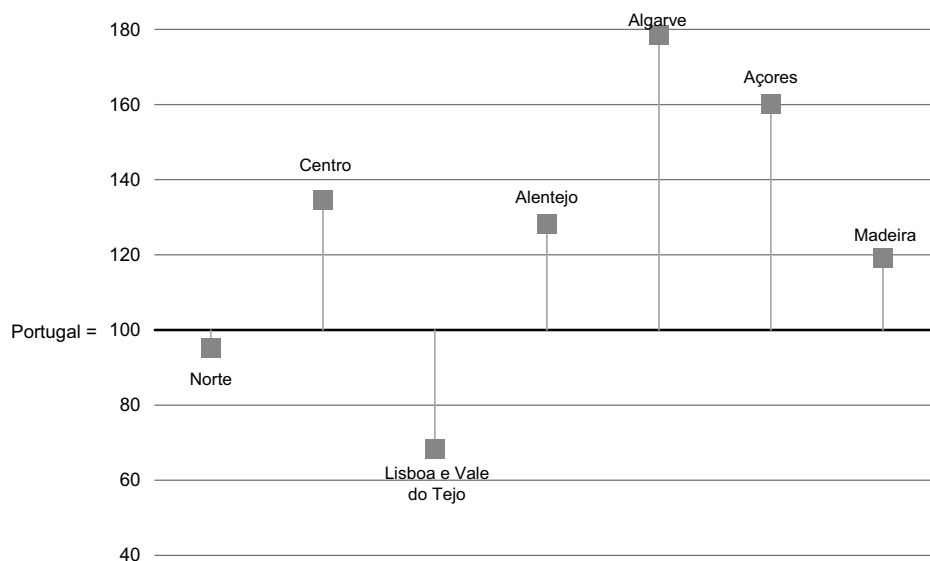
Em Portugal, as câmaras municipais concederam cerca de 59 mil licenças para a realização de obras, ao longo do ano 2001, o que representou um decréscimo de 2,5% face ao ano anterior.

A maioria das licenças concedidas para edifícios foram de construções novas, representando 82,5% do total de licenças. As restantes licenças repartiram-se pelos seguintes tipos de obras: ampliações (8,2%), restaurações (5,9%) e transformações (2,6%). As demolições tiveram um peso diminuto, no total das licenças concedidas, de apenas 0,7%. Quanto ao destino das licenças concedidas para edifícios, a habitação representou 81,9% do total.

Em termos regionais, as licenças concedidas, no ano 2001, concentraram-se, principalmente, nas regiões Norte (33,9%), Centro (23,2%) e Lisboa e Vale do Tejo (22,9%), sendo o conjunto das restantes NUTS II responsáveis por apenas cerca de 20% das licenças concedidas no país. Numa análise concelhia, verifica-se uma maior concentração das licenças concedidas no litoral, confirmando a forte litoralização que caracteriza o nosso país ao nível da fixação da população e contribuindo assim para a sua manutenção ao nível do crescimento do parque habitacional. Os concelhos com maior número de licenças concedidas, no ano 2001, foram Vila Nova de Famalicão, Mafra, Sintra, Braga, Leiria e Guimarães. Pelo contrário, Santa Cruz da Graciosa, Porto Moniz e Corvo registaram os menores valores.

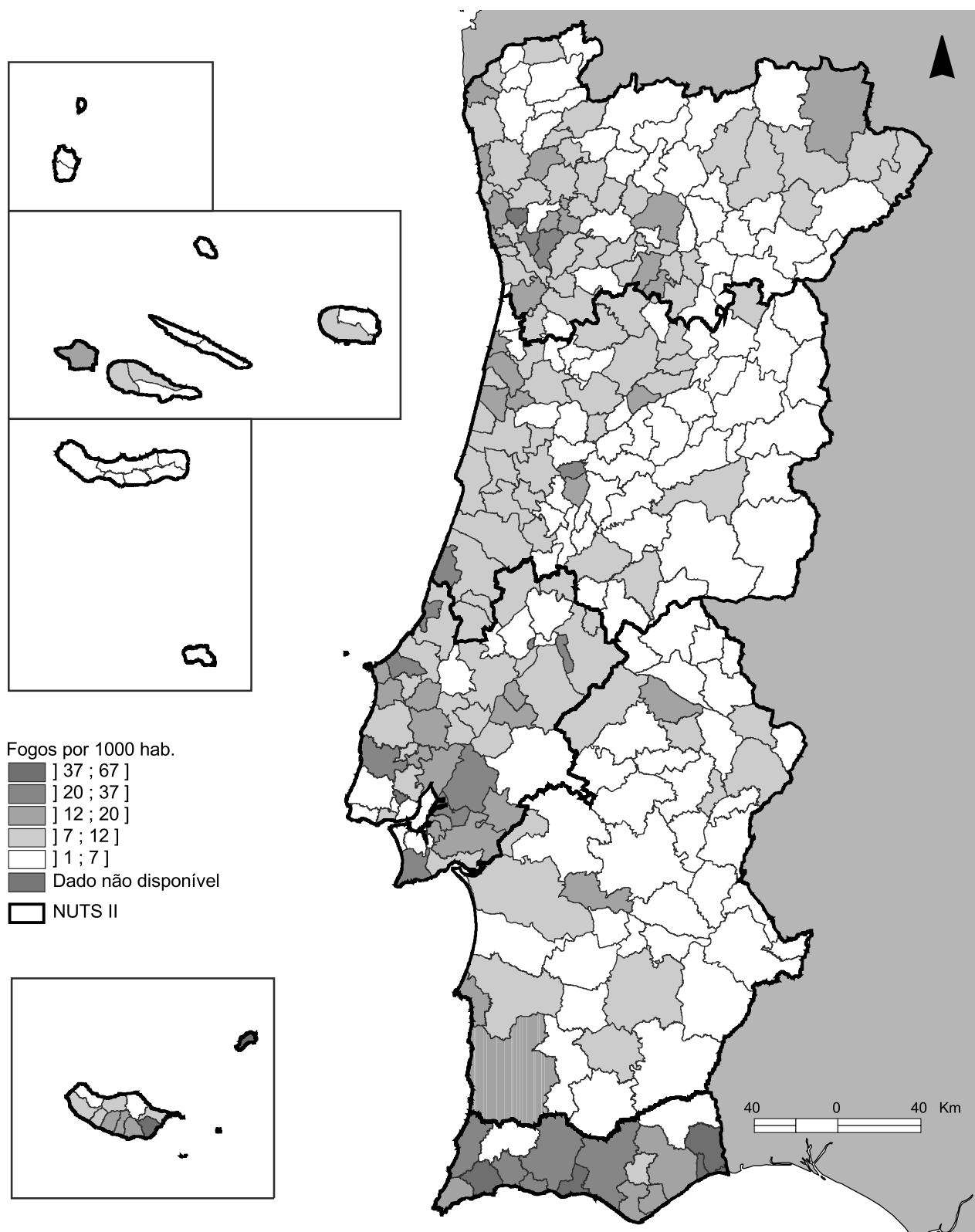
Analisando as licenças concedidas por 1 000 habitantes verifica-se que as regiões do Algarve, Açores, Centro, Alentejo e Madeira ultrapassaram a média nacional, o que poderá ser o resultado do elevado número de licenças destinadas a construções novas para residências secundárias, algo que é independente do número de habitantes que aí reside. Estas regiões são, na realidade, as que a nível nacional, tiveram um maior crescimento de residências secundárias – em zonas balneares (Algarve), em zonas rurais (Alentejo e interior Centro) e em zonas do interior onde residiam famílias de emigrantes que entretanto saíram para grandes centros urbanos ou para o estrangeiro (interior das regiões Norte, Centro e Alentejo). Por outro lado, as regiões mais populosas (Norte e Lisboa e Vale do Tejo) apresentaram índices inferiores a 100 [Figura 6.1].

FIGURA 6.1 LICENÇAS CONCEDIDAS PELAS CÂMARAS MUNICIPAIS POR 1 000 HABITANTES, POR NUTS II, 2001



Na representação cartográfica dos fogos licenciados por 1 000 habitantes, apenas de construções novas com destino à habitação, verifica-se que os concelhos com os maiores registos se encontram particularmente concentrados no Algarve – Albufeira, Castro Marim, Vila Real de Santo António e Lagos, o que poderá, como já foi referido, ser resultado do importante número de residências secundárias existentes nas zonas balneares desta região [Figura 6.2].

FIGURA 6.2 FOGOS LICENCIADOS PELAS CÂMARAS MUNICIPAIS DE CONSTRUÇÕES NOVAS PARA HABITAÇÃO POR 1 000 HABITANTES, POR CONCELHO, 2001



OBRAS CONCLUÍDAS

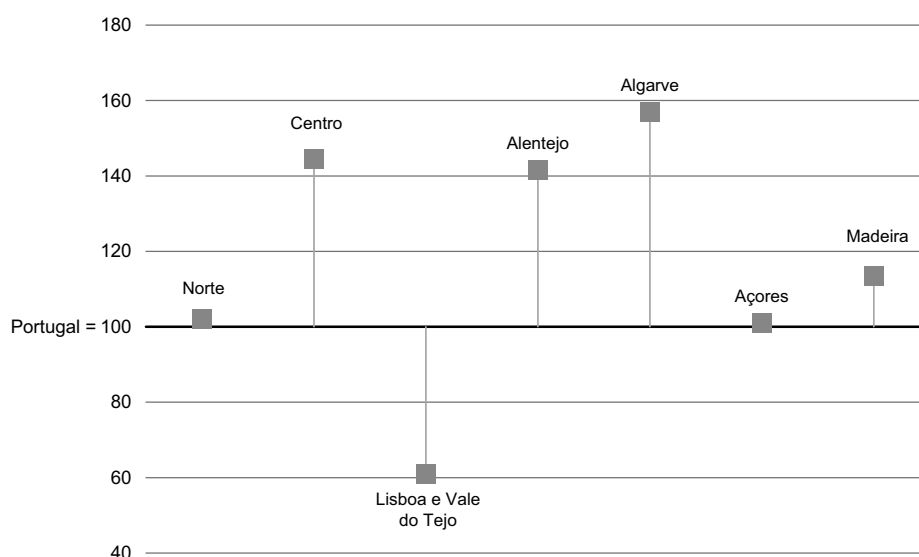
Em 2001, foram concluídas, em Portugal, perto de 55 mil obras, o que reflecte um decréscimo de 1,1% face ao ano anterior, diminuição todavia inferior à verificada no número de licenças concedidas.

As construções de edifícios novos correspondiam a 82,8% do total de obras concluídas, as ampliações a 8,5%, as restaurações a 5,8% e as transformações e demolições a 2,7% e 0,3%, respectivamente. A maioria destas obras concluídas (82,7%) respeitavam a edifícios para habitação.

Em termos territoriais, o total de obras concluídas, em 2001, evidenciava a seguinte distribuição: 36,4% no Norte, 24,9% no Centro, 20,4% em Lisboa e Vale do Tejo, 7,3% no Alentejo, 6,0% no Algarve, 2,4% na Região Autónoma dos Açores e 2,7% na Região Autónoma da Madeira.

Analisando o número de edifícios concluídos por 1 000 habitantes, verifica-se que todas as regiões, à excepção de Lisboa e Vale do Tejo, ultrapassaram a média do país [Figura 6.3].

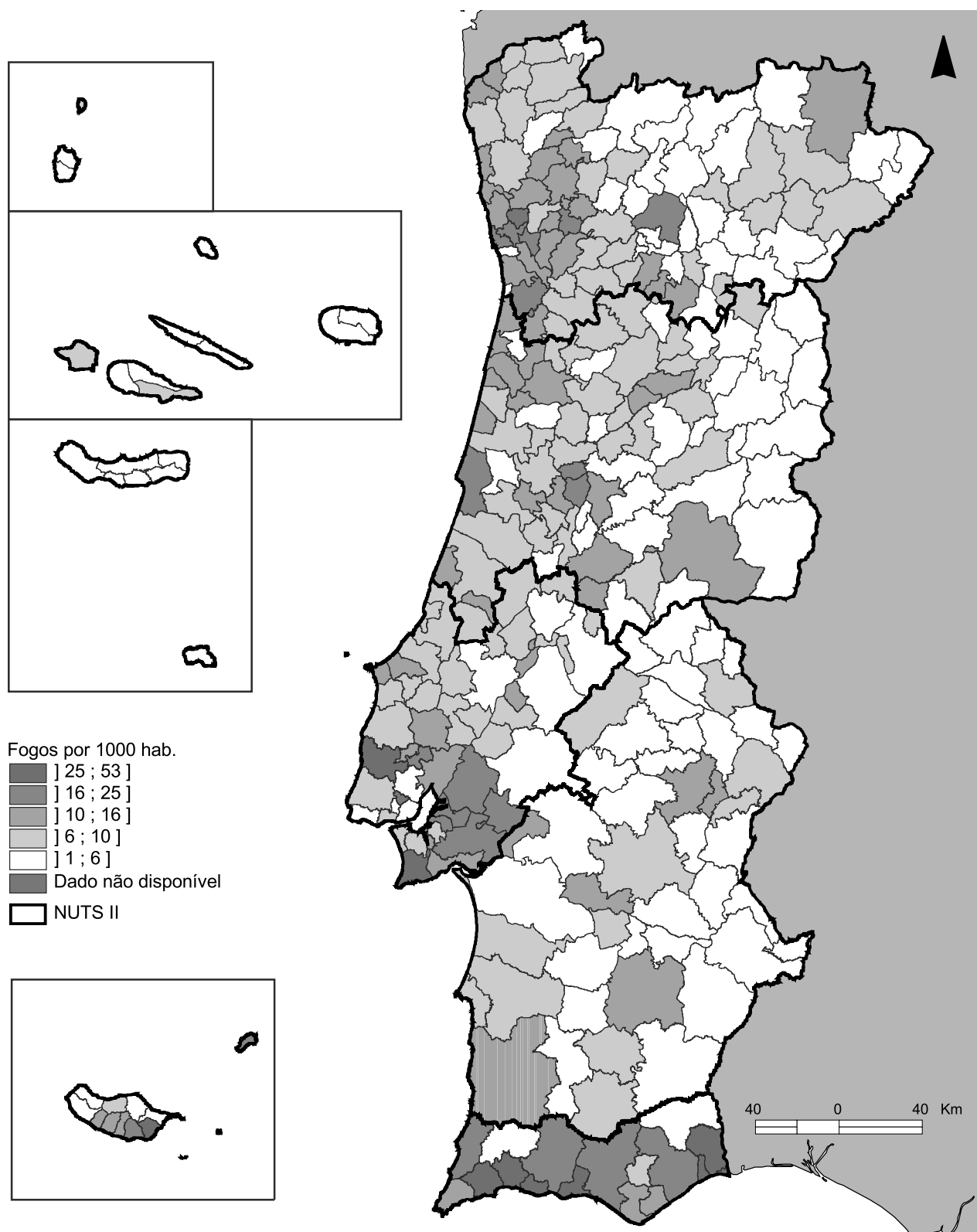
FIGURA 6.3 OBRAS CONCLUÍDAS (EDIFÍCIOS) POR 1 000 HABITANTES, POR NUTS II, 2001



Ao nível infra-regional, foi no litoral do país que mais obras foram concluídas, com destaque para os concelhos de Santa Maria da Feira, Vila Nova de Famalicão e Mafra. Braga e Guimarães salientaram-se também pelo elevado número de obras concluídas, independentemente do tipo de obra.

Também nos novos fogos concluídos por 1 000 habitantes em 2001, se verifica uma concentração dos maiores valores na região do Algarve, com destaque para os concelhos de Castro Marim, Vila Real de Santo António, Portimão e Lagos que registaram valores superiores a 30 fogos concluídos por 1 000 habitantes quando a média nacional se cifra em cerca 10 [Figura 6.4].

FIGURA 6.4 FOGOS CONCLUÍDOS DE CONSTRUÇÕES NOVAS PARA HABITAÇÃO POR 1 000 HABITANTES,
POR CONCELHO, 2001

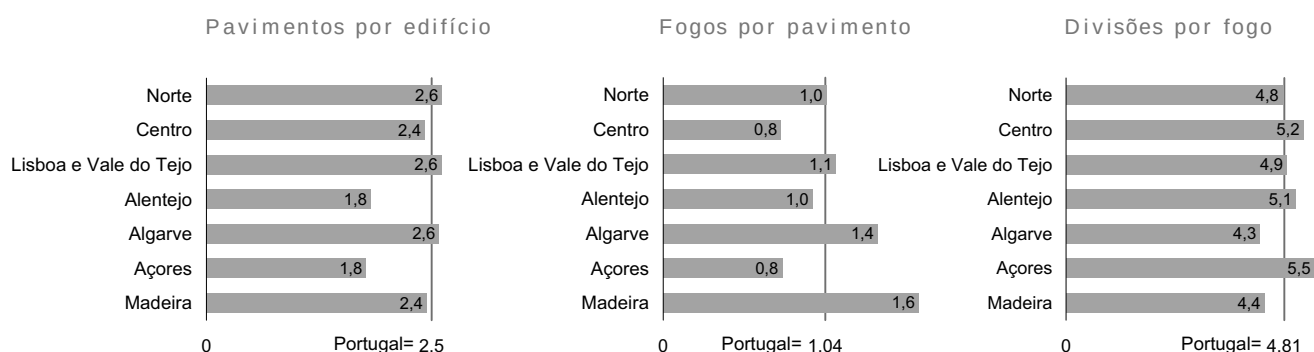


INDICADORES DE LICENCIAMENTO

Os indicadores de licenciamento pretendem caracterizar, territorialmente, as construções novas licenciadas para habitação embora dependam sobretudo das especificidades do tipo de construção de cada concelho. Em Portugal e em 2001, os edifícios novos licenciados para habitação tinham, em média, 2,5 pavimentos, sendo que cada pavimento tinha, em média, 1 fogo.

As regiões Norte, Lisboa e Vale do Tejo e Algarve eram as que apresentavam edifícios com maior número médio de pavimentos, observando-se assim uma pressão construtiva, em altura, mais acentuada. Já nos Açores e no Alentejo se verificavam, em termos médios, valores um pouco aquém dos 2 pavimentos por edifício. Quanto ao indicador fogos por pavimento, a Região Autónoma da Madeira apresentava o maior valor (1,6) enquanto a Região Autónoma dos Açores e o Centro registavam o menor valor (0,8). Já no que respeita à média de divisões por fogo, a Madeira e o Algarve apresentavam os menores valores de divisões por fogo quando comparados com a média nacional enquanto ao Centro e à Região Autónoma dos Açores correspondiam os maiores valores deste indicador [Figura 6.5 e Quadro 6.i].

FIGURA 6.5 MÉDIA DE PAVIMENTOS POR EDIFÍCIO, DE FOGOS POR PAVIMENTO E DE DIVISÕES POR FOGO DE CONSTRUÇÕES NOVAS PARA HABITAÇÃO, POR NUTS II, 2001



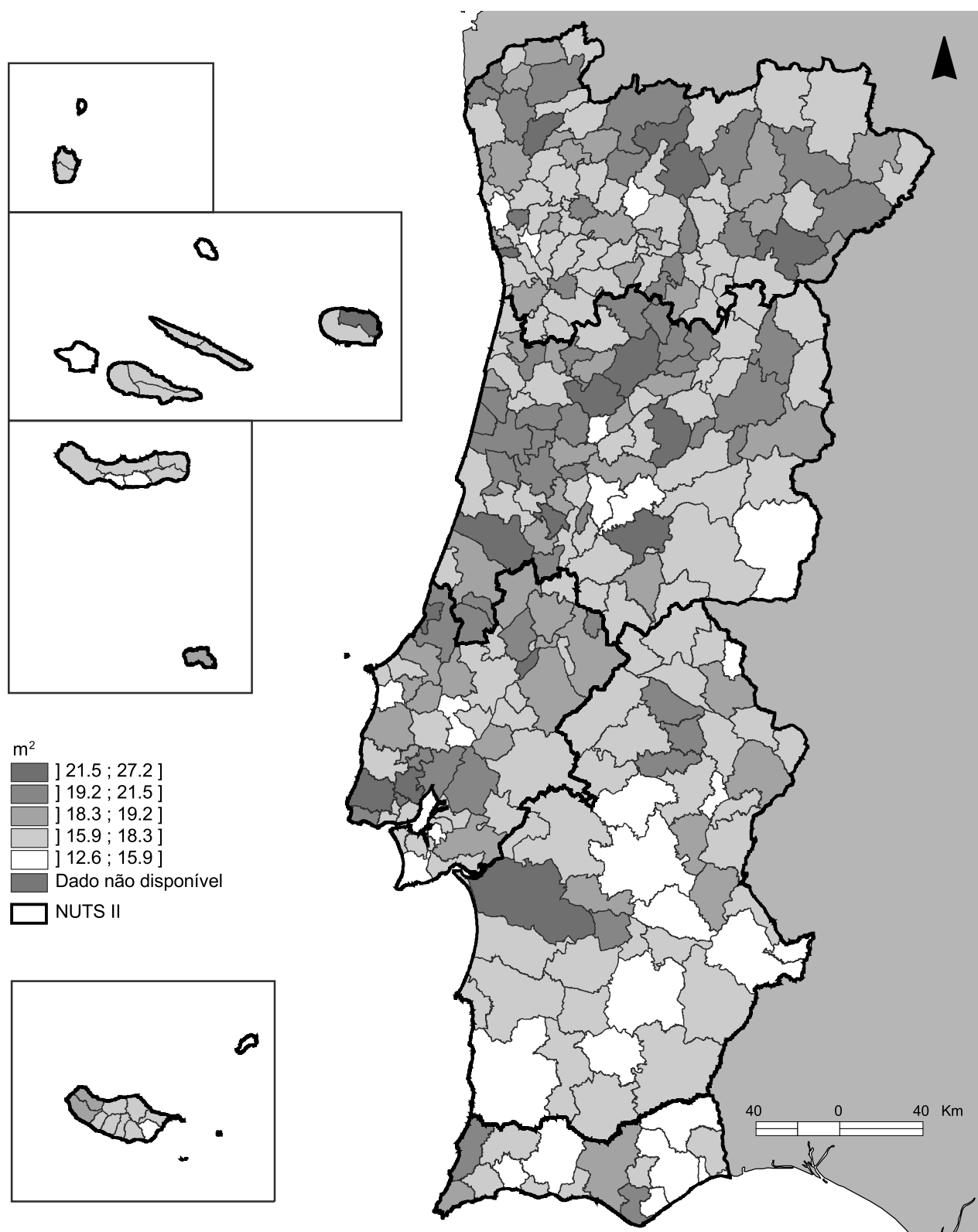
QUADRO 6.i MAIORES E MENORES VALORES DE PAVIMENTOS POR EDIFÍCIO, DE FOGOS POR PAVIMENTO E DE DIVISÕES POR FOGO DE CONSTRUÇÕES NOVAS PARA HABITAÇÃO, POR CONCELHO, 2001

Pavimentos por Edifício Média Nacional - 2,5				Fogos por Pavimento Média Nacional - 1,0				Divisões por fogo Média Nacional - 4,8			
Maiores valores		Menores valores		Maiores valores		Menores valores		Maiores valores		Menores valores	
Concelho	Valor	Concelho	Valor	Concelho	Valor	Concelho	Valor	Concelho	Valor	Concelho	Valor
Lisboa	8,54	Mértola	1,24	Porto	4,73	Mda do Corvo	0,43	Pen. do Castelo	7,41	Alcoutim	4,07
Amadora	4,68	Reg. Monsaraz	1,22	Funchal	2,95	Aguiar da Beira	0,43	Góis	7,31	Amadora	4,04
Porto	4,57	Portel	1,19	Valongo	2,32	Meda	0,42	Cast. de Vide	7,22	Porto	4,01
Loures	4,51	Mora	1,17	Lisboa	2,30	Pen. do Castelo	0,41	Sta Comba Dão	7,15	Corvo	4,00
Oeiras	4,24	Arraiolos	1,14	Santa Cruz	2,28	Seia	0,38	Seia	6,64	Portimão	3,88
S. João Madeira	4,23	Serpa	1,09	Matosinhos	2,24	Manteigas	0,38	Manteigas	6,57	Albufeira	3,74
V. F. de Xira	3,93	Corvo	1,00	Moita	2,18	Pinhel	0,36	Pinhel	6,56	V.R.Sto António	3,71

Em termos de superfície habitável média das divisões verificou-se uma contraposição do norte do país, com uma maior superfície habitável média das divisões, face ao sul com valores inferiores à

média nacional ($18,3 \text{ m}^2$). Ao nível concelhio, registou-se nos concelhos do Porto, Tondela, Boticas e Sintra uma superfície habitável média das divisões superior a 25 m^2 enquanto em Alcoutim e Santa Comba Dão esta média não chegava a 13 m^2 .

FIGURA 6.6 SUPERFÍCIE HABITÁVEL MÉDIA DAS DIVISÕES DE CONSTRUÇÕES NOVAS PARA HABITAÇÃO,
POR CONCELHO, 2001

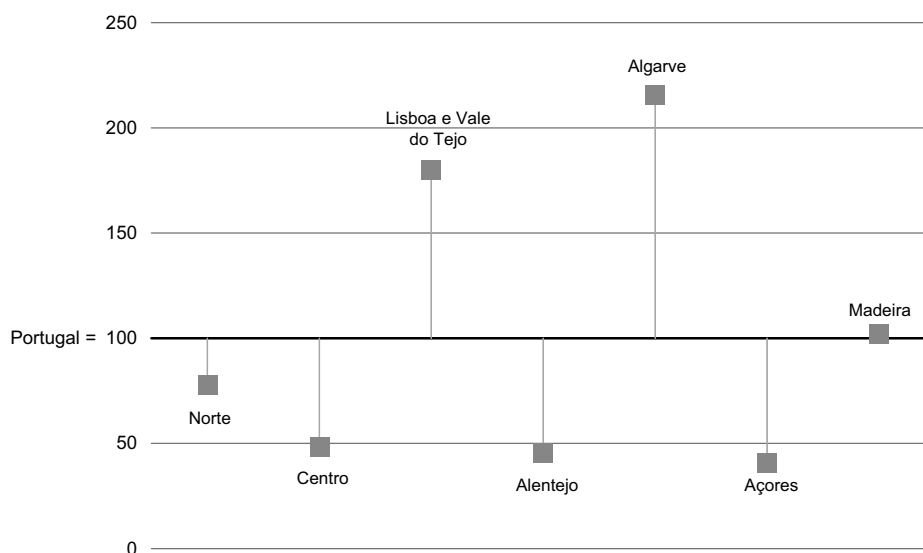


TRANSACÇÕES DE PRÉDIOS

Em 2001, transaccionaram-se⁶ em Portugal, aproximadamente, 327 mil prédios, dos quais 73,6% eram prédios urbanos, 24,9% rústicos e 1,5% mistos. Em termos de valor, as transacções atingiram o montante de cerca de 18 mil milhões de euros, em que 88,4% se deveu a prédios urbanos, 8,5% a prédios rústicos e 3,1% a prédios mistos.

Considerando o valor médio das transacções de prédios por 100 habitantes, verifica-se que as regiões que apresentaram valores acima da média nacional foram o Algarve e Lisboa e Vale do Tejo. O elevado valor deste indicador observado no Algarve poderá ter sido empolado pelo facto de, nesta região, existirem muitas residências secundárias. De facto, dado a transacção de prédios ser contabilizada no local do imóvel, no caso das residências secundárias o valor transaccionado é registado na região onde o imóvel se localiza e não no local de residência do comprador [Figura 6.7].

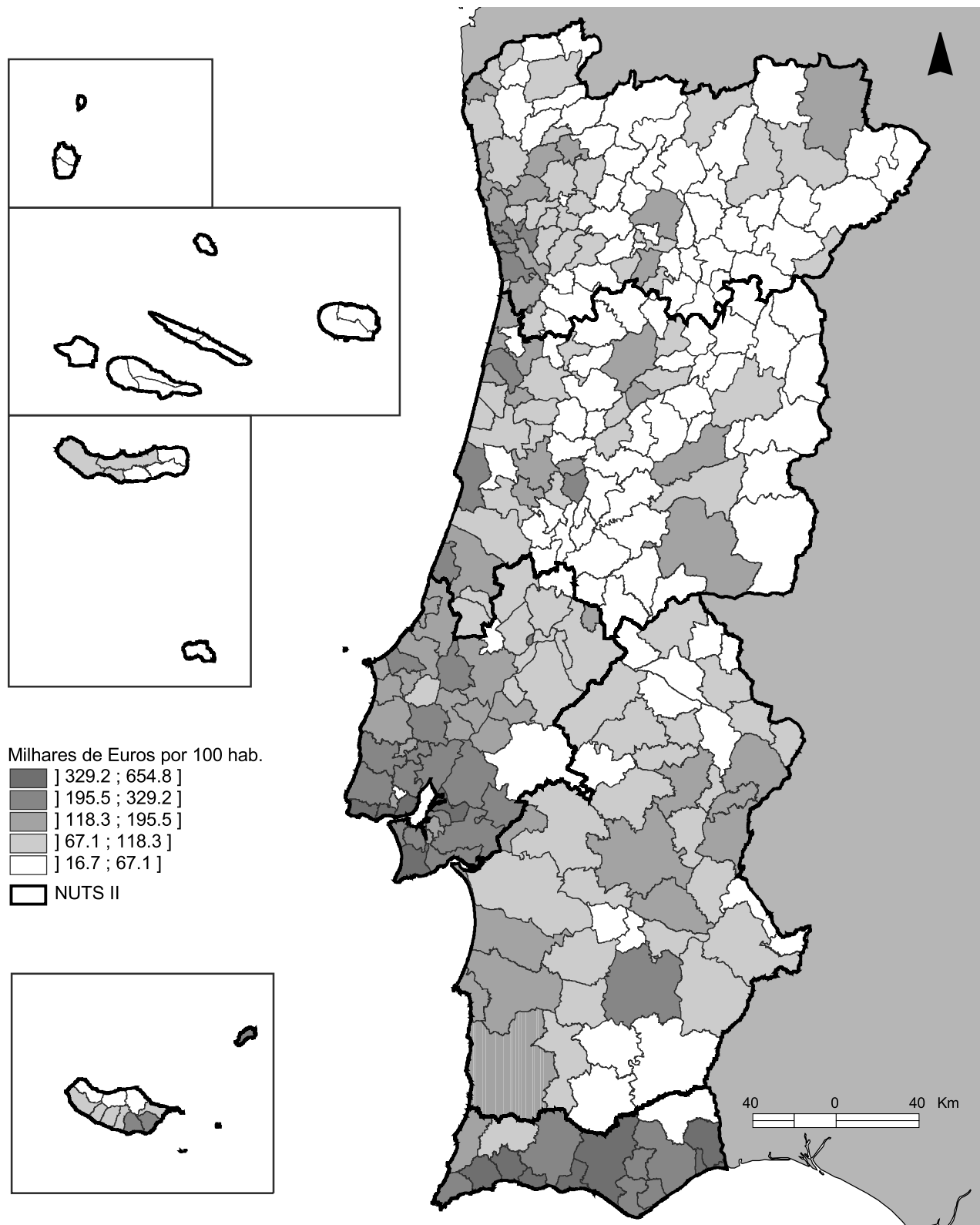
FIGURA 6.7 VALOR MÉDIO DAS TRANSACÇÕES DE PRÉDIOS POR 100 HABITANTES, POR NUTS II, 2001



Em termos infra-regionais, destacaram-se os concelhos do litoral, com excepção do litoral alentejano, em que o valor médio das transacções por habitante registou os valores mais elevados. Destaque para os concelhos algarvios, nomeadamente Albufeira, Lagos e Loulé onde o valor médio das transacções por habitante ultrapassou os 540 mil euros por 100 habitantes [Figura 6.8].

⁶ Estas transacções reflectem os contratos de compra e venda de prédios. São contabilizadas segundo o local do imóvel.

FIGURA 6.8 VALOR MÉDIO DAS TRANSACÇÕES DE PRÉDIOS POR 100 HABITANTES, POR CONCELHO, 2001



07 | TRANSPORTES

____ | ACIDENTES DE VIAÇÃO

Em 2002, o número total de acidentes de viação com vítimas no Continente saldou-se em cerca de 42 mil, dos quais 1,3 mil com vítimas mortais. Do balanço total de acidentes de viação no território continental contabilizaram-se 58,1 mil vítimas distribuídas da seguinte forma: 1,5 mil mortos, 4,8 mil feridos graves e 51,8 mil feridos ligeiros.

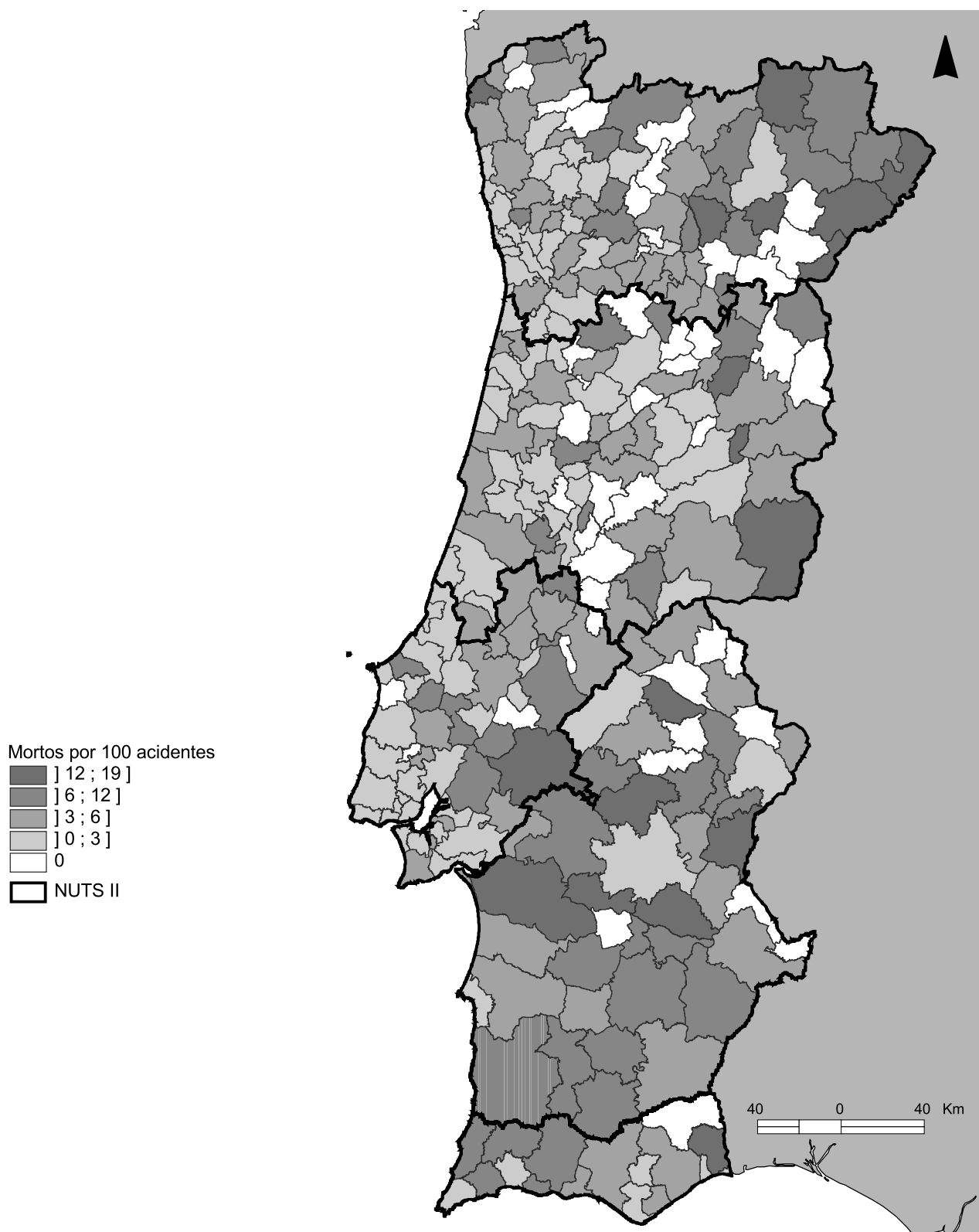
Face a 2001, ocorreram menos 302 acidentes. Mesmo assim, o número de vítimas mortais registou um ligeiro aumento (mais 3 mortos) bem como o número de feridos ligeiros (mais 568). Pela positiva, é de destacar a considerável redução no número de feridos graves (menos 1 027). Também o número de mortos por cada 100 acidentes de viação com vítimas apresentou um ligeiro aumento (de 3,4 em 2001, para 3,5 em 2002).

Em termos regionais, o maior número de acidentes de viação em 2002 foi registado em Lisboa e Vale do Tejo (com 34,4% do total de acidentes ocorridos no Continente), seguindo-se o Norte e o Centro. Saliente-se que, no conjunto destas três regiões, ocorreram 87,0% do total de acidentes. Em 2001, a estrutura regional de acidentes de viação era muito aproximada à situação existente em 2002. É, no entanto, necessário relativizar a concentração de sinistralidade nestas regiões à concentração populacional aí existente e, por conseguinte, à concentração de tráfego rodoviário. Assim, quando se analisa o número de acidentes por 1 000 habitantes verifica-se que o valor mais elevado foi registado no Algarve (7,8), cabendo o menor valor à região Norte (3,4).

Por sua vez, a gravidade dos acidentes⁷ foi superior no Alentejo (com 6,8 mortos por 100 acidentes de viação com vítimas) e no Algarve (4,8) e menor nas regiões com maior concentração de acidentes: Lisboa e Vale do Tejo (2,8), Centro (3,3) e Norte (3,4). Ao nível concelhio, verifica-se que os concelhos com valores superiores a 12 mortos por 100 acidentes de viação com vítimas se encontravam particularmente localizados nas NUTS II Alentejo e Norte [Figura 7.1].

⁷ O indicador de gravidade dos acidentes corresponde ao número de mortos que ocorreram por cada 100 acidentes de viação com vítimas.

FIGURA 7.1 NÚMERO DE MORTOS POR 100 ACIDENTES DE VIAÇÃO COM VÍTIMAS, POR CONCELHO, 2002



COMERCIALIZAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS

No ano de 2001 foram comercializados em Portugal mais de 353 mil veículos automóveis, dos quais 98,3% correspondiam a veículos automóveis ligeiros, 1,3% a veículos automóveis pesados e 0,5% a tractores agrícolas. Do total de veículos automóveis ligeiros, perto de três quartos consistiam em veículos automóveis ligeiros de passageiros e os restantes eram veículos automóveis ligeiros de mercadorias.

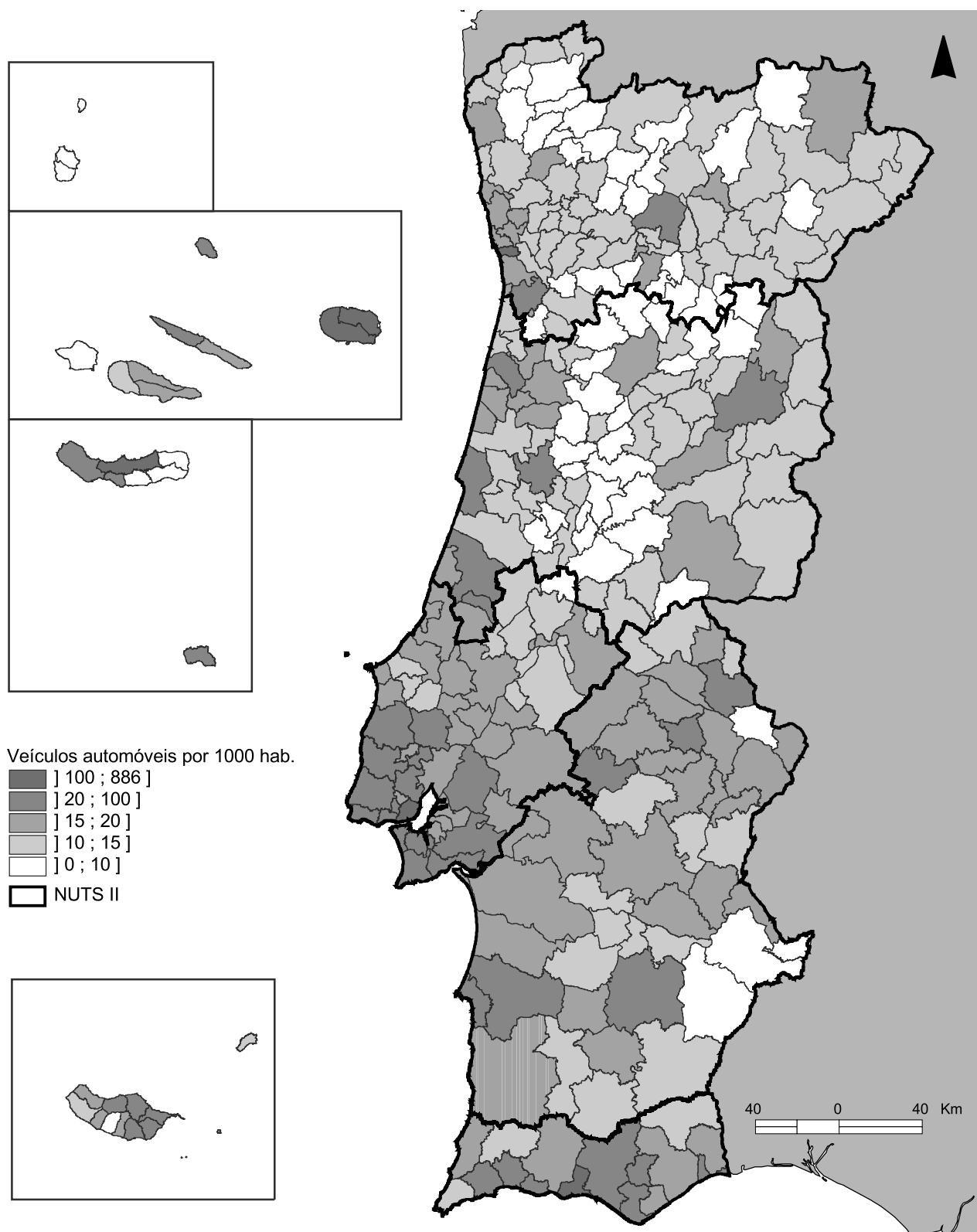
Regionalmente, o destaque vai para a região de Lisboa e Vale do Tejo que absorveu 60,8% das vendas de veículos automóveis, situação extensível a qualquer uma das categorias de veículos. Seguiram-se a região Norte, detentora de 21,3% das vendas de veículos e a região Centro, com 8,1%. Deve-se, contudo, atender ao facto destas serem as regiões mais populosas do país, bem como ao facto das vendas de automóveis poderem ser realizadas em qualquer região, independentemente do local de residência do comprador. A análise dos veículos vendidos por 1 000 habitantes permitiu constatar que Lisboa e Vale do Tejo continuou a deter a posição cimeira (com 61,8 veículos por 1 000 habitantes), seguindo-se o Algarve (com 32,4 veículos), os Açores (26,8) e a Madeira (25,7).

Face a 2000, as vendas de veículos automóveis registaram uma quebra de 9,7%, tendo os maiores decréscimos ocorrido nos tractores agrícolas (-31,8%) e nos pesados de passageiros e de mercadorias (-29,8% e -26,2%, respectivamente). A diminuição da comercialização de veículos automóveis ocorreu em todas as regiões do país, sendo, contudo, mais acentuada no Alentejo e no Norte (-16,0% e -15,0%, respectivamente) e menos intensa no Algarve e na Região Autónoma da Madeira (-1,4% e -2,8%, respectivamente).

A estrutura regional de 2001 foi muito idêntica à observada em 2000, sendo que, nesse ano, o maior volume de vendas ao nível nacional já pertencia à região de Lisboa e Vale do Tejo (com 60,0%), seguindo-se, a grande distância, as regiões Norte (com 22,6%) e Centro (com 7,8%).

A análise por concelho permitiu constatar que uma grande parte dos concelhos pertencentes à Área Metropolitana de Lisboa (como por exemplo, Lisboa, Loures, Oeiras e Cascais), bem como vários concelhos pertencentes aos Açores (Ribeira Grande, Vila Praia da Vitória, Angra do Heroísmo e Ponta Delgada) e ao Algarve (Albufeira, Lagoa e Faro) concentraram os valores mais elevados no que respeita ao número de veículos automóveis vendidos por 1 000 habitantes. Para além destes, saliente-se, ainda, os concelhos do Porto e de Santa Cruz (Madeira) que apresentaram um valor no indicador na ordem dos 100 automóveis vendidos por 1 000 habitantes [Figura 7.2].

FIGURA 7.2 VEÍCULOS AUTOMÓVEIS VENDIDOS POR 1 000 HABITANTES, POR CONCELHO, 2001



TRANSPORTE FERROVIÁRIO

Em 2001, a extensão das linhas ferroviárias em utilização no território nacional era de mais de 2,8 mil quilómetros, sendo 32% desta extensão relativa a linhas electrificadas e 18% a vias duplas ou superiores.

Ao nível regional, verifica-se que o Centro, o Alentejo e Lisboa e Vale do Tejo foram as regiões com maior extensão de linha em utilização, devendo-se contudo relativizar estas extensões à área de cada região. Não obstante, em 2001, na região de Lisboa e Vale do Tejo localizavam-se 52,8% das linhas em via dupla ou superior e 44% das linhas electrificadas do país. Em conjunto com o Centro, onde estavam instaladas 45% das linhas electrificadas nacionais e 35% das linhas em via dupla ou superior, as duas regiões absorviam a quase totalidade de via férrea com as características descritas. Destaque-se, ainda, o facto do Algarve não possuir qualquer troço de linha electrificada nem de via dupla ou superior e do Alentejo dispor, apenas, de pouco mais de 10 km de linha electrificada (o correspondente a 1,5% da extensão total das suas linhas em utilização).

Em 2001, foram transportados por caminho de ferro mais de 49 milhões de passageiros no Continente que adquiriram bilhetes em sistemas informatizados⁸.

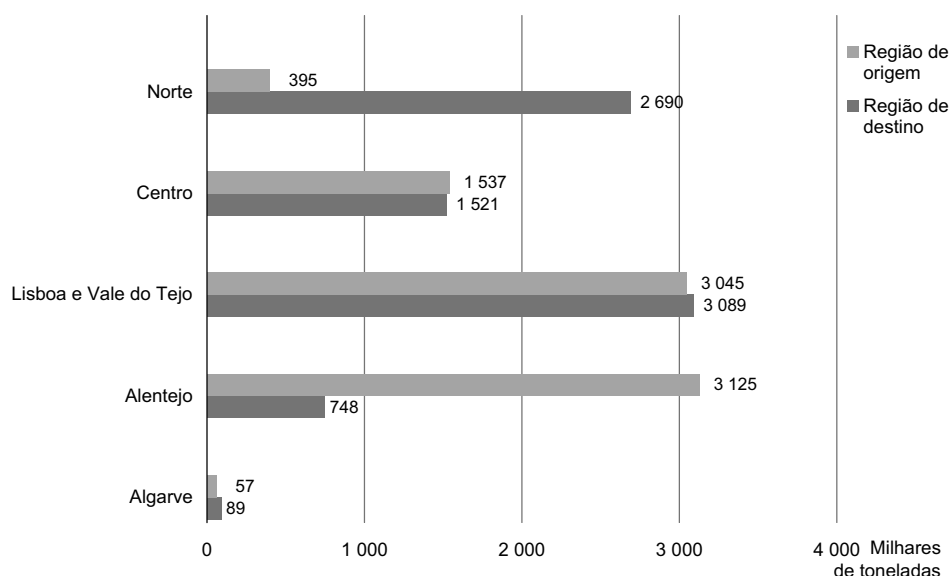
Os maiores fluxos de passageiros transportados verificaram-se em Lisboa e Vale do Tejo com quase 29 milhões de passageiros, quer como fluxo de origem quer como fluxo de destino. Nesta região é de salientar a elevada importância de movimentos intra-regionais, isto é, deslocações realizadas dentro da própria região (mais de 93% em ambos os sentidos), face aos fluxos inter-regionais, ou seja, deslocações realizadas para/de outras regiões. Com o menor número de passageiros transportados, o Alentejo foi a única região do Continente na qual os fluxos inter-regionais superaram os fluxos internos (65,2% contra 34,8%).

As mercadorias transportadas, em 2001, dentro do território continental atingiram cerca de 8,1 milhões de toneladas, das quais mais de 6,6 correspondiam a mercadorias transportadas entre as regiões do Continente e as restantes diziam respeito a mercadorias transportadas no interior das regiões.

O panorama regional ao nível do transporte de mercadorias por via ferroviária diferiu face ao transporte de passageiros. Assim, o Alentejo foi a região da qual tiveram origem a maior quantidade de mercadorias (3,1 milhões de toneladas) apesar do volume de mercadorias chegadas ter sido muito menor (748 mil toneladas). Por seu turno, o Norte apresentou um padrão oposto, registando um fluxo de entradas de mercadorias (2,7 milhões de toneladas) muito superior ao fluxo de saídas de mercadorias (395 mil toneladas) [Figura 7.3].

⁸ A informação relativa a passageiros transportados corresponde apenas a bilhetes vendidos em sistemas informatizados e não contempla as vendas por meios manuais nem os títulos combinados.

FIGURA 7.3 MERCADORIAS TRANSPORTADAS POR VIA FERROVIÁRIA SEGUNDO A REGIÃO DE ORIGEM/DESTINO, POR NUTS II, 2001



TRANSPORTE AÉREO

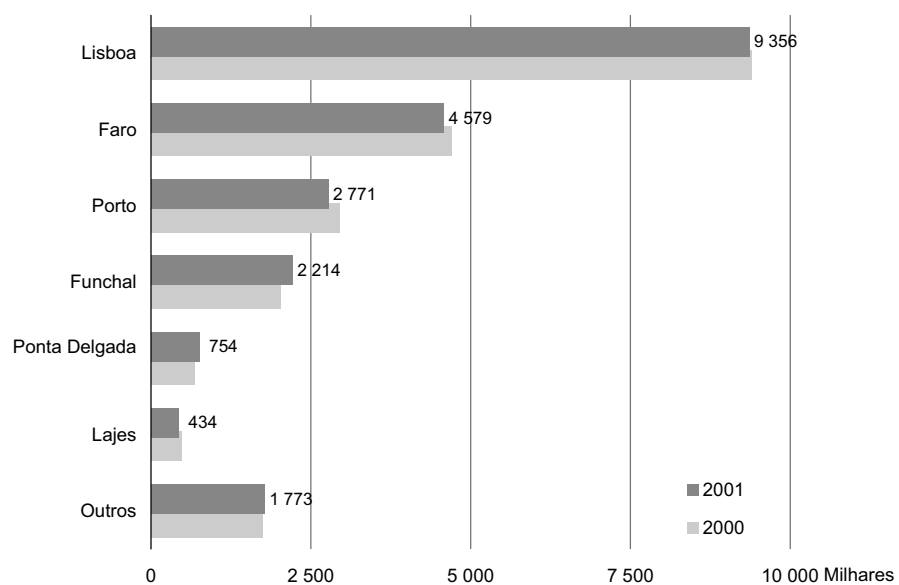
No ano 2001, ocorreu um movimento total de aviões nos aeroportos de Portugal de mais de 119 mil aeronaves aterradas, as quais correspondiam em maior número a tráfego internacional (64,2% do movimento total de aviões). O número total de passageiros rondou os 20,7 milhões, distribuídos por 10,2 milhões embarcados, 10,2 milhões desembarcados e cerca de 340 mil em trânsito directo. A carga embarcada foi de cerca de 72 mil toneladas e a desembarcada foi de mais de 68 mil toneladas, enquanto que o volume de correio embarcado foi de 10,8 mil toneladas e o de correio desembarcado foi de 10,3 mil toneladas.

Nesse ano, o aeroporto da Portela (Lisboa) captou 45,5% da totalidade das aeronaves aterradas no país, 45,2% do total de movimento de passageiros, 59,2% do volume de carga total e 53,6% do volume total de correio. Por sua vez, o aeroporto Francisco Sá Carneiro (Porto) deteve a segunda maior proporção de aeronaves aterradas (17,9%) e de movimento de carga (25,9% do total), apesar de ao nível de movimento de passageiros registar um valor inferior ao do aeroporto Internacional de Faro (13,4% contra 22,1%).

Comparativamente a 2000, registou-se uma diminuição de 1,0% no movimento de aeronaves aterradas nos aeroportos nacionais e, simultaneamente, um decréscimo do tráfego comercial, tanto no movimento total de passageiros (-0,5%) como na carga transportada (-16,1%). Apenas o correio transportado obteve um aumento face ao ano anterior (+ 17,4%).

A comparação dos registos de movimento de passageiros por aeroportos entre 2000 e 2001 permite constatar uma diminuição generalizada no fluxo de passageiros registado nos principais aeroportos do Continente por oposição ao aumento que ocorreu no movimento de passageiros nos principais aeroportos das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores [Figura 7.4].

FIGURA 7.4 MOVIMENTO DE PASSAGEIROS, POR AEROPORTO, 2000 E 2001



08 | COMÉRCIO INTERNACIONAL

____| COMÉRCIO INTERNACIONAL DECLARADO

Ao longo do ano 2001, cerca de 50 mil empresas com sede em Portugal realizaram operações comerciais com países estrangeiros, resultando num movimento comercial cujo valor ultrapassou os 70 mil milhões de euros. Cerca de 19 mil empresas portuguesas efectuaram saídas⁹ no valor de 27 mil milhões de euros e mais de 30 mil efectuaram entradas¹⁰ cujo valor ascendeu a perto de 44 mil milhões de euros. Portugal registou, assim, um saldo comercial negativo, apresentando uma taxa de cobertura das entradas pelas saídas de 62%. Face ao ano anterior, verificou-se um aumento tanto das entradas como das saídas de 1,8% e 3,6%, respectivamente.

Em termos regionais, as empresas com sede¹¹ nas regiões Norte e Lisboa e Vale do Tejo foram responsáveis por mais de 89% do valor das entradas e cerca de 82% do valor das saídas realizadas em Portugal. Quanto ao saldo comercial, as regiões Norte, Centro e Alentejo foram as únicas a registar um saldo positivo em 2001 [Quadro 8.i].

QUADRO 8.i COMÉRCIO INTERNACIONAL DECLARADO DE EMPRESAS COM SEDE NA REGIÃO E NO PAÍS, 2001

	Entradas		Saídas		Saldo
	mil Euros	%	mil Euros	%	mil Euros
Portugal	43 874 393	100,0	27 134 131	100,0	-16 740 262
Norte	10 923 623	24,9	11 910 635	43,9	987 012
Centro	3 792 558	8,6	4 083 033	15,0	290 475
Lisboa e Vale do Tejo	28 318 006	64,5	10 222 277	37,7	-18 095 730
Alentejo	519 935	1,2	833 241	3,1	313 305
Algarve	174 106	0,4	52 088	0,2	- 122 017
Açores	61 530	0,1	14 323	0,1	- 47 207
Madeira	84 636	0,2	18 535	0,1	- 66 101

A observação concelhia das entradas e saídas por empresa¹² demonstra que os padrões territoriais de ambos os fluxos são muito semelhantes, principalmente no que respeita aos concelhos que registavam valores acima das médias nacionais (25 mil euros no caso das saídas e 40 mil euros nas entradas) – Área Metropolitana de Lisboa, Abrantes e Constância em Lisboa e Vale do Tejo; Área Metropolitana do Porto e áreas adjacentes, com especial relevo no vale do Ave, na região Norte; Sines e Mourão, na região do Alentejo; sub-região do Dão-Lafões (nomeadamente Nelas, Mangualde e Tondela) e Ovar na região Centro. Por outro lado, existem alguns concelhos com valores elevados em apenas um dos fluxos, designadamente Íhavo e Alcanena, no caso das entradas, e Covilhã, Oliveira do Hospital, Vila Velha de Rodão, Figueira da Foz, Marinha Grande, Évora, Vila Viçosa e Castro Verde, no caso das saídas [Figura 8.1 e Figura 8.2].

⁹ As saídas resultam da soma das expedições (com países pertencentes à U.E.) e das exportações (com países terceiros).

¹⁰ As entradas resultam da soma das chegadas (com países pertencentes à U.E.) e das importações (com países terceiros).

¹¹ A informação apresentada neste capítulo não traduz com total precisão o comércio internacional da região dada a existência de empresas com estabelecimentos em regiões distintas. Esta informação tende assim a sobreavaliar o comércio internacional das regiões onde predominam as sedes das empresas multiregionais, por oposição a uma subavaliação das restantes.

¹² Consideraram-se todas as empresas com sede no concelho presentes no Fichero de Unidades Estatísticas – INE.

FIGURA 8.1 ENTRADAS DECLARADAS POR EMPRESA, POR CONCELHO, 2001

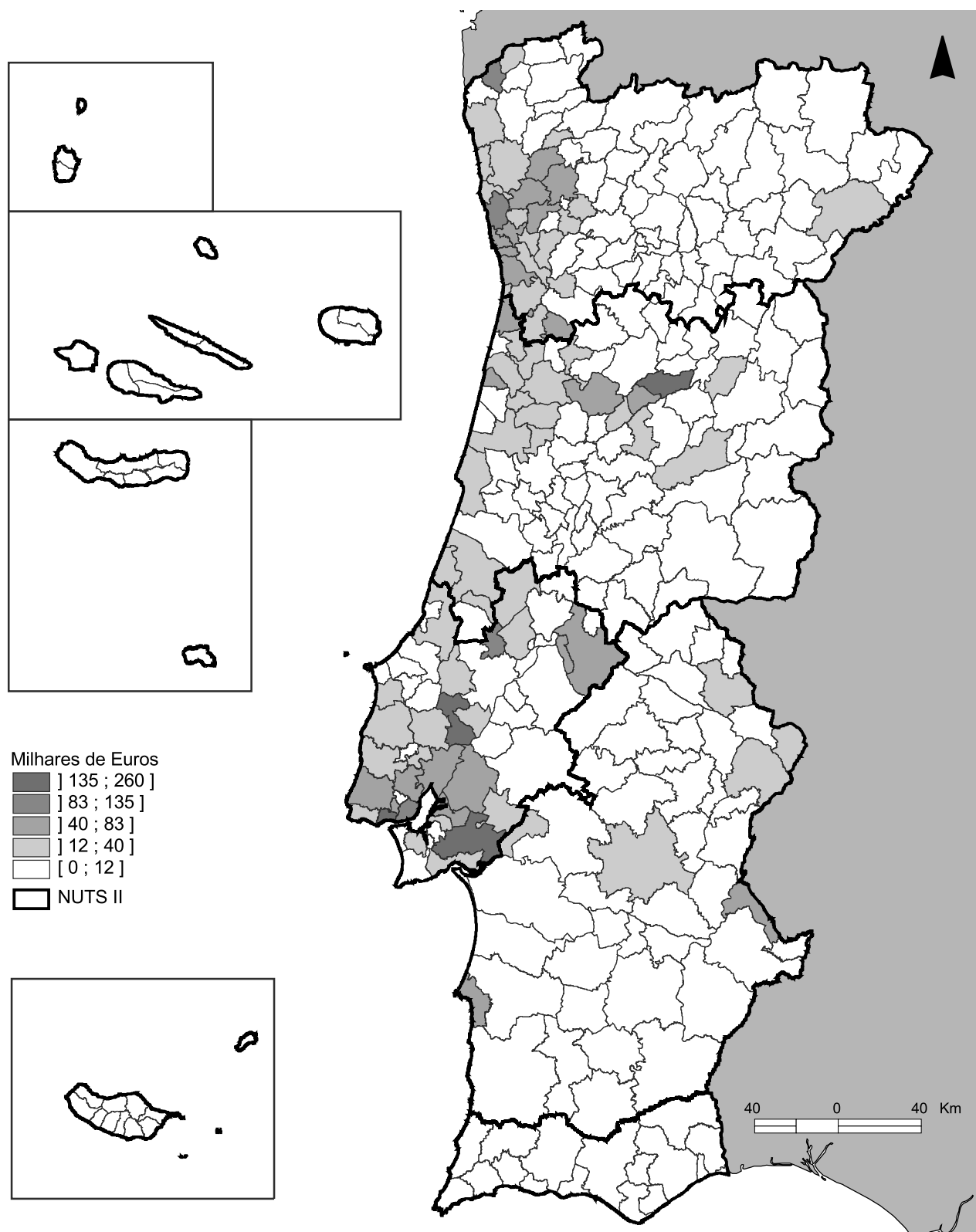
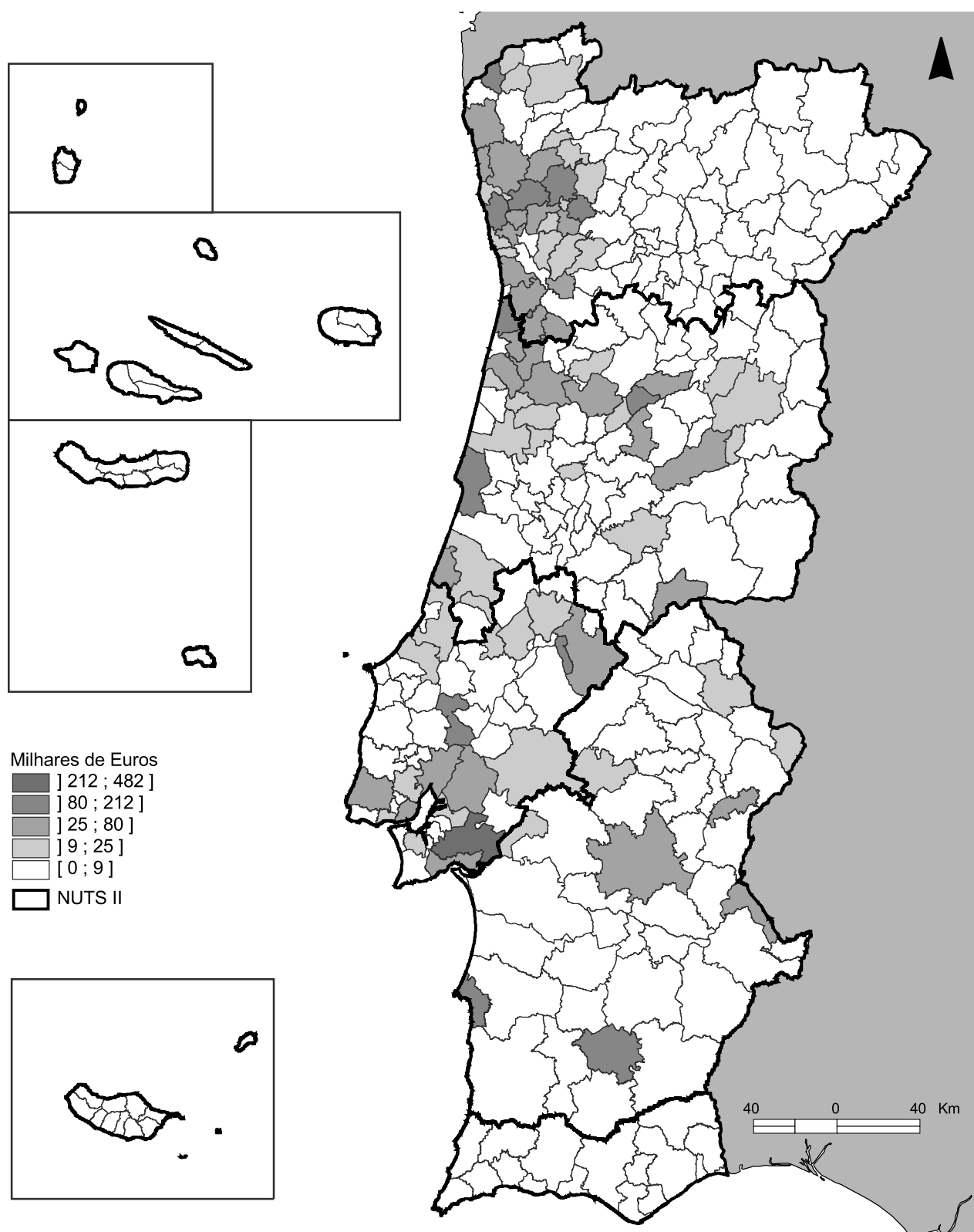


FIGURA 8.2 SAÍDAS DECLARADAS POR EMPRESA, POR CONCELHO, 2001



COMÉRCIO INTERNACIONAL POR PRODUTOS

Em 2001, mais de metade do valor total das saídas com origem em Portugal estava concentrado em apenas três secções da nomenclatura combinada do comércio internacional: *máquinas e aparelhos e material eléctrico* (secção XVI), *matérias têxteis e suas obras* (XI) e *material de transporte* (XVII). No caso das entradas em Portugal também apenas quatro secções representaram cerca de 55% do valor total das entradas no país: *máquinas e aparelhos e material eléctrico* (XVI), *material de transporte* (XVII), *produtos minerais* (V) e *produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas* (VI).

Para analisar as especificidades de cada região, face à estrutura nacional, ao nível dos produtos, quer nas entradas, quer nas saídas, recorreu-se à observação dos quocientes de localização¹³.

Nas entradas, Lisboa e Vale do Tejo apresenta-se relativamente mais especializada nos produtos com maior relevo a nível nacional - *máquinas e aparelhos e material eléctrico* (XVI), *material de transporte* (XVII), *produtos minerais* (V) e *produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas* (VI), o que deriva do peso determinante desta região ao nível das entradas, tal como explicitado anteriormente. Ainda ao nível das entradas: as *matérias têxteis e suas obras* (XI) constituíam produtos de especialização do Norte, Centro e Açores; os *animais vivos e produtos do reino animal* (I) assumiam especial relevância em todas as regiões excepto Lisboa e Vale do Tejo e Algarve; os *plásticos e suas obras, borracha e suas obras* (VII) apresentavam maior importância nas regiões do Norte, Centro, Alentejo e Algarve, comparativamente à média nacional [Quadro 8.ii].

QUADRO 8.ii PRODUTOS (SECÇÕES DA NC) DE ESPECIALIZAÇÃO DAS REGIÕES AO NÍVEL DAS ENTRADAS, SEGUNDO O QUOCIENTE DE LOCALIZAÇÃO, 2001

Especializações	Lisboa e						
	Norte	Centro	Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
1ª Secção	XI	I	V	VII	XIII	II	I
2ª Secção	VII	XV	XVII	II	XX	IV	XX
3ª Secção	I	VII	VI	XV	II	V	XV
4ª Secção	XV	XI	XVI	VI	IV	I	IV
5ª Secção	XVI			I	VII	XI	II

Quanto às saídas, saliente-se as especializações do Norte nos produtos do *calçado* (XII) e *matérias têxteis* (XI), do Centro nas *obras de pedra, cimento, produtos cerâmicos e vidro* (XIII), de Lisboa e Vale do Tejo no *material de transportes* (XVII), do Alentejo nos *produtos minerais* (V), do Algarve nos *produtos do reino vegetal* (II), dos Açores nos *animais vivos e produtos do reino animal* (I) e, por último, da Madeira nos *produtos das indústrias alimentares, bebidas e tabaco* (IV) [Quadro 8.iii].

¹³ Rácio entre o peso, em termos de valor das entradas/saídas, da secção na região e o peso, em termos de valor das entradas/saídas, da secção no país. Consideraram-se os maiores quocientes de localização da região (desde que superiores a 1) desde que o peso da secção seja superior a 5%.

QUADRO 8.iii PRODUTOS (SECÇÕES DA NC) DE ESPECIALIZAÇÃO DAS REGIÕES AO NÍVEL DAS SAÍDAS, SEGUNDO O QUOCIENTE DE LOCALIZAÇÃO, 2001

Especializações	Lisboa e						
	Norte	Centro	Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
1ª Secção	XII	XX	XVII	V	II	I	IV
2ª Secção	XI	XIII	VI	II	I	V	VII
3ª Secção	IX	XV	XV	VII	IV	IV	VI
4ª Secção		XVI		VI	IX		
5ª Secção				XVI			

A análise da estrutura de comércio internacional de cada uma das regiões ao nível das entradas e saídas de cada secção, foi feita por recurso ao índice de Grubel-Lloyd (IGL), que diferencia o comércio entre *intra-indústria* e *inter-indústria*. Este índice permite verificar se as entradas e saídas de dada região respeitam a produtos da mesma secção (comércio *intra-indústria*) ou de secções distintas (comércio *inter-indústria*)¹⁴. Quando este índice é igual a 100 numa dada secção, todo o comércio dos produtos dessa secção na região é *intra-indústria* e quando é igual a 0 todo o comércio é *inter-indústria*.

O comércio realizado para o conjunto do país caracterizou-se por ser na sua maior parte *intra-indústria*, apresentando índices superiores a 90 nos produtos das secções pastas de *madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas e papel ou cartão* (X) e *armas e munições* (XIX). Do lado oposto, com o menor índice (13) encontravam-se os produtos da secção dos *objectos de arte, de colecção ou antiguidade* (XXI) em que o seu comércio foi essencialmente *inter-indústria*.

As regiões Norte e Centro apresentaram o IGL regional mais elevado (na ordem dos 68), caracterizando-se assim por um comércio maioritariamente *intra-indústria*. Já a maioria das relações comerciais das regiões do Algarve, Açores e Madeira foram *inter-indústria*. De todos os índices, cerca de 37% situavam-se acima do 50, sendo que os restantes 63% estavam aquém deste valor. Apenas 7% dos índices se encontravam acima de 90.

Da análise do IGL por secções e para todas as regiões portuguesas para o ano de 2001, verifica-se que o índice mais expressivo (99,9) foi registado na região de Lisboa e Vale do Tejo na secção das *gorduras e óleos animais ou vegetais* (III). Com um índice de 98,4 também se destaca a forte componente *intra-indústria* nas entradas e saídas da região Centro em *produtos das indústrias alimentares, bebidas e tabaco* (IV).

Aos produtos das secções *armas e munições* (XIX) no Algarve, Açores e Madeira e *pérolas naturais e pedras preciosas* (XIV) nos Açores e na Madeira correspondiam índices iguais a 0 dada a inexistência de saídas destas secções nestas regiões.

A região dos Açores mereceu especial destaque dada a fraca componente *intra-indústria* em todas as secções que comercializa tanto via entradas como saídas dado que das 21 secções apenas 2 apresentavam um índice superior a 50.

¹⁴ O IGL é calculado da seguinte forma:

Índice Grubel-Lloyd (secção j) = $[1 - (|X_j - M_j| / (X_j + M_j))] * 100$

Índice Grubel-Lloyd (total) = $[1 - ((\sum |X_j - M_j|) / (\sum (X_j + M_j)))] * 100$

em que j é a secção da nomenclatura combinada, X são as saídas e M as entradas.

QUADRO 8.ÍV IMPORTÂNCIA DO COMÉRCIO INTRA-INDÚSTRIA - ÍNDICE DE GRUBEL-LLOYD, PORTUGAL E NUTS II, 2001

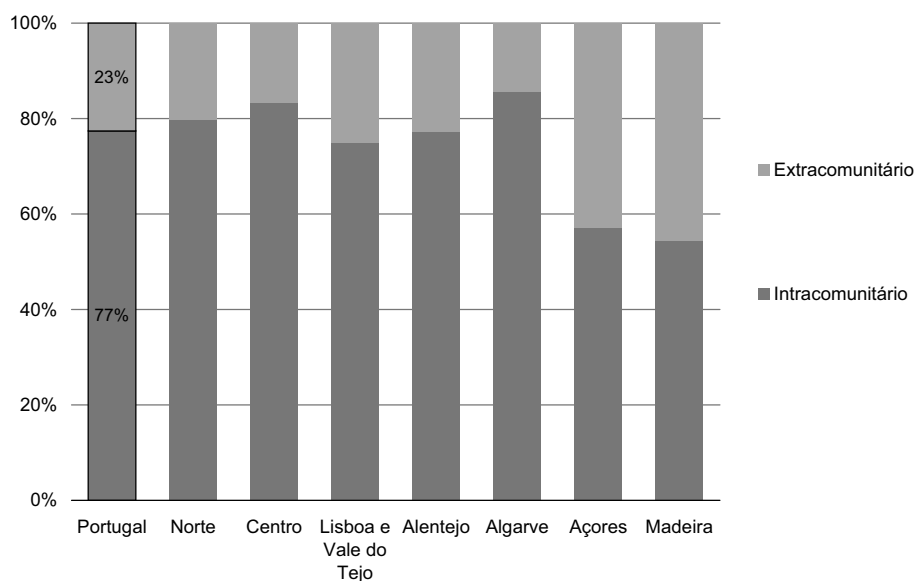
Secções	Portugal	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
I	35,5	41,3	33,7	31,0	32,1	77,9	62,7	2,0
II	30,1	18,4	27,5	26,6	90,2	94,6	5,0	10,8
III	88,2	65,9	44,9	99,9	22,4	40,2	38,9	0,5
IV	78,9	69,8	98,4	54,9	28,8	79,2	12,4	94,6
V	26,1	43,7	26,6	20,6	56,7	79,7	24,9	9,2
VI	44,9	38,1	77,0	38,1	73,3	29,6	12,3	87,5
VII	65,3	82,6	77,4	27,7	61,7	25,3	4,8	64,5
VIII	29,7	20,9	21,0	47,9	16,6	2,2	0,7	0,1
IX	68,3	60,2	80,9	88,2	61,6	82,8	40,4	13,8
X	95,8	89,9	28,7	67,6	79,8	27,5	7,0	82,8
XI	79,0	66,7	84,2	61,3	82,4	2,8	70,3	42,9
XII	40,4	26,5	33,3	29,8	11,2	4,4	1,3	94,4
XIII	74,4	96,3	40,0	83,8	20,3	15,9	19,5	16,4
XIV	35,9	19,2	97,5	17,1	0,5	12,7	0,0	0,0
XV	59,9	65,8	68,8	55,1	16,1	1,1	16,7	7,9
XVI	69,7	93,0	91,6	46,2	65,5	32,2	18,8	42,5
XVII	82,9	78,9	83,9	83,7	43,2	11,8	7,7	15,0
XVIII	38,9	52,5	49,4	32,8	86,5	3,5	4,1	46,7
XIX	93,5	78,6	1,7	58,3	46,0	0,0	0,0	0,0
XX	77,4	85,7	56,3	28,6	49,9	4,7	16,9	4,9
XXI	13,1	50,5	8,3	8,0	2,4	1,7	0,6	48,1
TOTAL	64,6	67,3	68,6	52,0	59,8	44,2	26,2	30,7

COMÉRCIO INTERNACIONAL POR PAÍSES DE ORIGEM/DESTINO

Cerca de 77% do valor das entradas e saídas realizadas por empresas com sede em Portugal respeitaram, em 2001, a relações comerciais com países comunitários. No caso das saídas o predomínio das relações com países da União Europeia foi mais evidente já que as expedições ascenderam aos 80%, enquanto as chegadas representaram cerca de 75% do total.

Estas médias nacionais foram, claramente, ultrapassadas nas regiões Norte, Centro e Algarve, no comércio intracomunitário, e nas regiões Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, Açores e Madeira, no comércio extracomunitário. As regiões autónomas evidenciaram um maior equilíbrio nas suas relações comerciais com países intracomunitários e extracomunitários, a que não serão alheias as suas condicionantes geográficas [Figura 8.3].

FIGURA 8.3 PROPORÇÕES DE COMÉRCIO INTRACOMUNITÁRIO E EXTRACOMUNITÁRIO, PORTUGAL E NUTS II, 2001

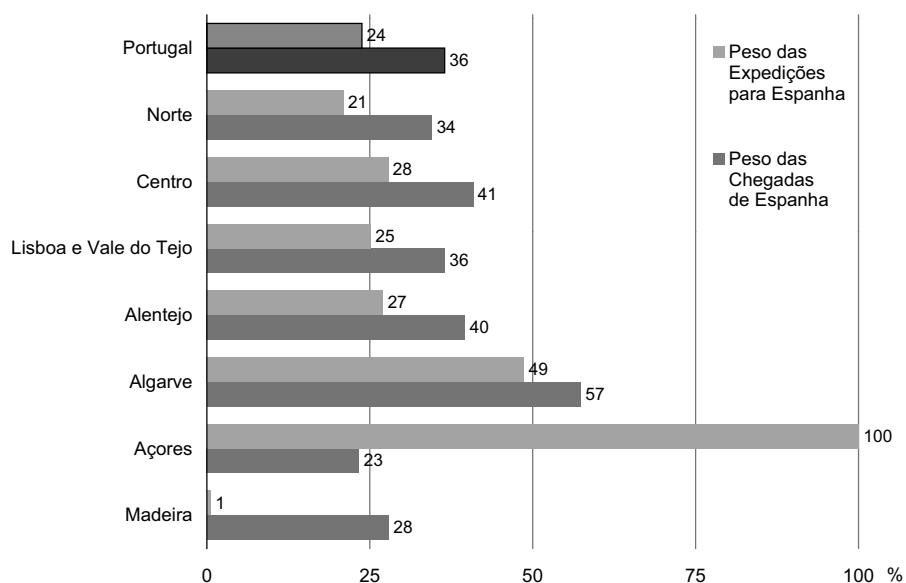


Ao nível do comércio intracomunitário, tanto no caso das expedições como das chegadas destacaram-se, em Portugal, as relações comerciais com a Alemanha, Espanha e França, que em conjunto representaram mais de 60% de ambos os fluxos comerciais.

Ao nível regional manteve-se a supremacia dos países anteriormente mencionados sendo ainda de destacar os fluxos de expedição com origem em Lisboa e Vale do Tejo para o Reino Unido, no Algarve para os Países Baixos, na Madeira para a Itália e para o Reino Unido e as chegadas com origem em Itália para o Norte e para a Madeira e nos Países Baixos para os Açores.

As relações comerciais com Espanha assumiram especial importância no comércio de todas as regiões. De facto, cerca de 24% do valor das expedições realizadas por empresas com sede em Portugal destinaram-se a Espanha e mais de 36% do valor das chegadas tiveram origem neste país. Salientam-se as expedições realizadas pelas empresas das regiões do Algarve e dos Açores para Espanha, movimentos que representaram no total das expedições regionais 49% e 100%, respectivamente [Figura 8.4].

FIGURA 8.4 PROPORÇÃO DAS RELAÇÕES COMERCIAIS COM ESPANHA NO TOTAL DAS RELAÇÕES COMERCIAIS INTRACOMUNITÁRIAS, PORTUGAL E NUTS II, 2001



No que toca ao comércio extracomunitário, destacaram-se as importações com origem nos Estados Unidos da América (EUA) e em Angola, que representaram cerca de 29% e 14%, respectivamente, do total de importações. Os EUA foram também o país para onde foi exportado o maior valor de mercadorias provenientes de empresas com sede em Portugal. Também ao nível regional importa salientar as relações comerciais com os Estados Unidos, em particular os fluxos com origem nos Açores e com destino à mesma região (45% e 80% do total exportado e importado por empresas sediadas naquela região).

09 | TURISMO

CAPACIDADE DE ALOJAMENTO NOS ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS, ALDEAMENTOS E APARTAMENTOS TURÍSTICOS

À data de 31 de Julho de 2001, o número de estabelecimentos hoteleiros recenseados¹⁵ em Portugal era de 1 781, os quais se situavam predominantemente em Lisboa e Vale do Tejo (23%), no Norte (22%) e no Algarve (22%). De um total 228 665 camas¹⁶ existentes no país à mesma data, cerca de 38% concentravam-se no Algarve, seguindo-se Lisboa e Vale do Tejo (24%) e o Norte (13%). Comparativamente a idêntico momento de 2000, a oferta de camas ao nível nacional aumentou 2,6%, tendo as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira registado os maiores acréscimos ao nível regional (de 20% e 14%, respectivamente).

As diferenças entre a distribuição regional de estabelecimentos hoteleiros e a distribuição regional de camas reflectem a heterogeneidade existente em termos das capacidades médias. Enquanto que as regiões do Norte, Centro, Alentejo e Açores apresentavam capacidades médias inferiores a 100 camas por estabelecimento, as regiões de Lisboa e Vale do Tejo e Madeira registavam capacidades médias na ordem das 130 camas e o Algarve ascendia a mais de 220 camas por estabelecimento.

Em termos da categoria do estabelecimento, os *hotéis* constituíam 46% da capacidade total de alojamento do país, seguindo-se as *pensões* e os *apartamentos turísticos* com, respectivamente, 18% e 14% do total de camas. Regionalmente é interessante notar que a capacidade de alojamento em *hotéis* era mais acentuada em Lisboa e Vale do Tejo (68%) e nos Açores (65%) e menos no Algarve e no Alentejo (ambos com 27%). Por outro lado, o Alentejo e o Norte detinham uma maior capacidade de alojamento em *pensões* (37% e 36%, respectivamente), contrariamente ao que sucedia no Algarve (5%) e na Madeira (13%). Já os *apartamentos turísticos* representavam 35% da oferta total de camas do Algarve e menos de 1% da capacidade de alojamento do Norte e de Lisboa e Vale do Tejo.

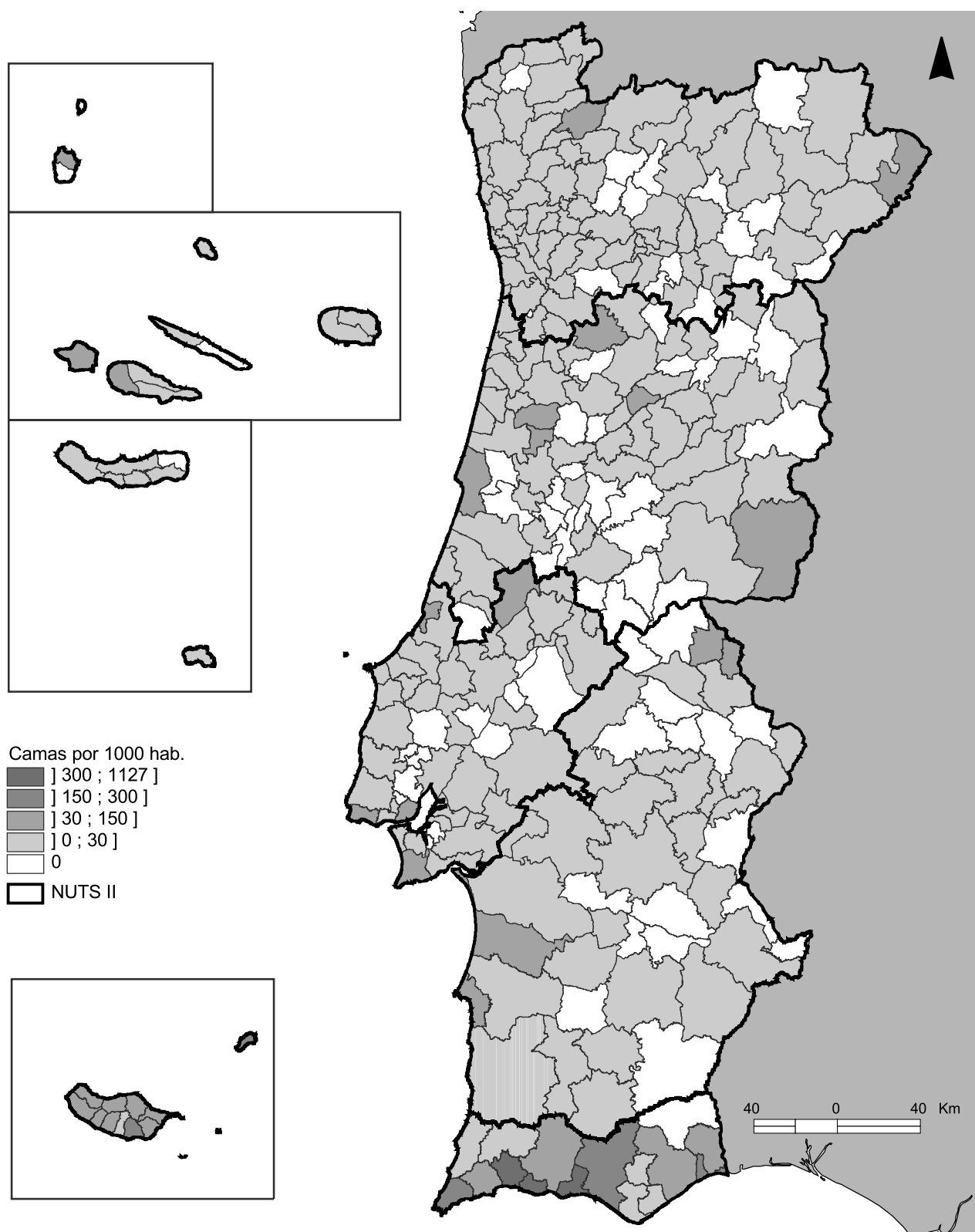
Em 2001, o concelho de Albufeira apresentava a maior capacidade de alojamento do país (com 16% do total de camas), seguindo-se os concelhos de Lisboa (com 12%) e do Funchal (com 8%). Saliente-se que 62% da oferta total de camas se concentrava em apenas 10 dos 308 concelhos do país, metade dos quais pertencentes à região do Algarve. No extremo oposto, é de evidenciar que em 24% dos concelhos do país a oferta de camas era inexistente e em 14% era inferior a 50 camas.

Em termos de capacidade de alojamento por cada 1 000 habitantes, verifica-se que Albufeira, Portimão e Lagoa apresentavam valores superiores a 300 camas por 1 000 habitantes, enquanto que em 87% dos concelhos de Portugal o valor do indicador era inferior a 30 camas por 1 000 habitantes [Figura 9.1].

¹⁵ Estabelecimentos classificados na Direcção Geral do Turismo. Para a análise consideraram-se as seguintes categorias: Hotéis, Hotéis-apartamentos, Apartamentos Turísticos, Aldeamentos Turísticos, Motéis, Pensões, Pousadas e Estalagens.

¹⁶ Nesta análise o termo cama é utilizado como sinónimo de capacidade, considerando-se como duas as camas de casal.

FIGURA 9.1 CAMAS POR 1 000 HABITANTES, POR CONCELHO, 2001



PERMANÊNCIA DE HÓSPEDES NOS ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS, ALDEAMENTOS E APARTAMENTOS TURÍSTICOS

Em 2001, entraram nos estabelecimentos hoteleiros recenseados cerca de 9,4 milhões de hóspedes os quais foram responsáveis por 33,6 milhões de dormidas. Ao nível regional, a maior proporção de hóspedes entrados ocorreu em Lisboa e Vale do Tejo (34%), seguindo-se o Algarve (21%) e o Norte (18%), enquanto que as dormidas se repartiam preferencialmente pelo Algarve (41%), Lisboa e Vale do Tejo (23%) e Madeira (16%). Estas diferenças são o resultado imediato do valor do indicador estada média¹⁷, reflectindo a diversidade das características dos vários produtos turísticos regionais.

Em relação a 2000, registou-se uma quebra nas dormidas totais de 0,7% que se estendeu às regiões do Algarve (-4,6%), de Lisboa e Vale do Tejo (-2,8%) e do Centro (-2,2%). Pela positiva, destacam-se as fortes evoluções ocorridas nas dormidas totais das regiões Autónomas dos Açores e da Madeira (de 23,5% e 9,6%, respectivamente).

Por categoria de estabelecimentos, verifica-se que, em 2001, os *hotéis* foram responsáveis por, aproximadamente, metade das dormidas totais, cabendo ao conjunto dos *hotéis-apartamentos* e dos *aldeamentos turísticos* mais de 30% do valor total. Os *motéis*, as *estalagens* e as *pensões* registaram, no seu conjunto, apenas 3,6% do total de dormidas.

Tal como em relação à oferta turística, também a procura turística se encontrava fortemente concentrada, com 70% das dormidas a ocorrerem em apenas 10 concelhos. Mais sintomático desta situação é o facto de três concelhos, Albufeira (17%), Funchal (13%) e Lisboa (12%), terem captado 42% do total de dormidas. Por sua vez, aproximadamente um terço dos concelhos ou não apresentava movimento de hóspedes ou tinha um registo inferior a 2000 dormidas no ano.

Das 33,6 milhões de dormidas ocorridas em Portugal em 2001, 30% foram efectuadas por residentes em Portugal, seguindo-se os residentes no Reino Unido e na Alemanha com 22% e 14%, respectivamente. De facto, ao nível dos principais mercados turísticos verificaram-se especificidades regionais. Assim, é notória a dependência das regiões Alentejo, Centro e Norte face à origem Portugal, logo seguida da origem Espanha. Para o Algarve e Madeira o Reino Unido foi o principal mercado, seguindo-se Portugal e a Alemanha. A região de Lisboa e Vale do Tejo, para além de registar, maioritariamente, dormidas de hóspedes portugueses, capta uma grande parte das dormidas dos turistas espanhóis que visitam o nosso país (54%). Estas diferenças regionais são extensíveis aos hóspedes entrados [Quadro 9.i].

¹⁷ Relação entre o número de dormidas e o número de hóspedes entrados no estabelecimento hoteleiro.

QUADRO 9.1 DORMIDAS, SEGUNDO OS PRINCIPAIS MERCADOS, PORTUGAL E NUTS II, 2001

NUTS II	1º mercado		2º mercado		3º mercado		4º mercado		Proporção dos 4 principais mercados
	País	%	País	%	País	%	País	%	
Portugal	P	30	UK	22	D	14	E	6	72
Norte	P	61	E	9	UK	5	F	4	79
Centro	P	72	E	8	F	4	I	2	87
Lisboa e Vale do Tejo	P	32	E	14	D	8	UK	7	60
Alentejo	P	75	D	4	E	4	F	3	86
Algarve	UK	36	P	18	D	18	NL	9	80
Açores	P	55	S	24	D	5	EUA	4	87
Madeira	UK	28	D	23	P	14	F	5	70

Legenda: P - Portugal
D - Alemanha
E - Espanha
EUA - Estados Unidos da América
F - França
I - Itália
NL - Holanda
S - Suécia
UK - Reino Unido

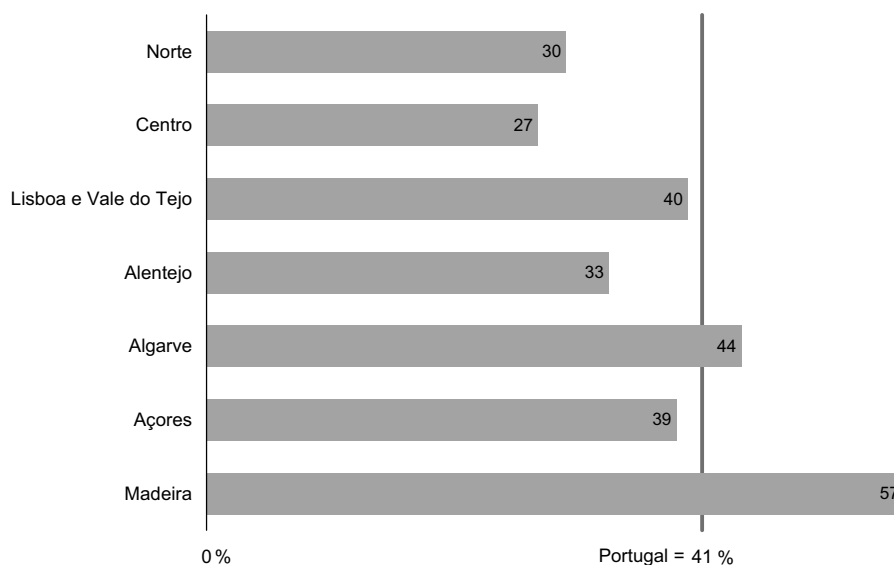
Para o ano em análise e em termos globais, os hóspedes registaram uma estada média de 3,6 noites. O Algarve e a Madeira, apresentaram valores médios de estadias de cerca de 7 noites, enquanto que as restantes regiões do Continente não ultrapassaram a média de 2 noites (à excepção de Lisboa e Vale do Tejo que obteve uma estada média de 2,4 noites). Comparativamente a 2000 são de assinalar ligeiras melhorias no indicador nas regiões do Alentejo (+ 0,3 noites), Açores (+ 0,2 noites) e Lisboa e Vale do Tejo (+ 0,1 noites) e uma pequena diminuição na Madeira (-0,2 noites).

Ao nível das categorias de estabelecimentos também se encontraram diferenças, as quais estão associadas às motivações da visita. Deste modo, enquanto que aos *apartamentos turísticos*, *aldeamentos turísticos* e *hotéis-apartamentos* corresponderam as estadas médias mais elevadas (com 9 noites, nas duas primeiras categorias, e 7 noites, na última) relacionadas com férias/lazer em instâncias turísticas, as menores estadas médias ocorreram no conjunto dos *motéis*, *estalagens* e *pousadas* (com 2 noites), provavelmente, por serem categorias mais utilizadas por razões profissionais/negócios ou em férias de circuitos e de fins-de-semana.

A Taxa de Ocupação-Cama (TOC), indicador que relaciona a procura turística (dormidas) com a oferta (capacidade de alojamento), foi de 41% a nível nacional, registando diferenças elevadas entre categorias de estabelecimento. Assim, em 2001, enquanto que os *hotéis-apartamentos* beneficiaram de uma ocupação média da sua capacidade anual de 51%, as *pensões* não ultrapassaram os 24% de ocupação. Esta supremacia da TOC nos *hotéis-apartamentos* foi extensível a todas as regiões.

Neste domínio, a Madeira obteve o valor mais elevado, registando uma TOC de 57%. As NUTS II Algarve e Lisboa e Vale do Tejo tiveram prestações próximas da média nacional, com 44% e 40%, respectivamente, enquanto que o Centro se pautou pela menor TOC, não indo além dos 27% [Figura 9.2].

FIGURA 9.2 TAXA DE OCUPAÇÃO-CAMA (LÍQUIDA), POR NUTS II, 2001



Ao nível concelhio, destaque-se, ainda, as prestações dos concelhos do Funchal e do Crato, cujas ocupações sobre o total da capacidade instalada em 2001, foram, em média, superiores a 60%. No outro extremo, encontravam-se os concelhos de Ponte da Barca, Santa Marta de Penaguião e Penamacor com taxas inferiores a 3%.

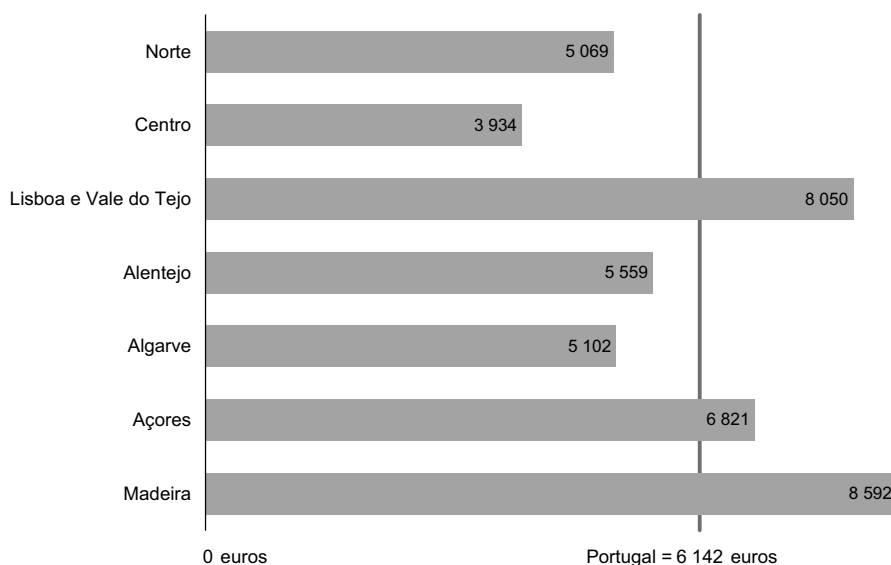
RECEITAS NOS ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS, ALDEAMENTOS E APARTAMENTOS TURÍSTICOS

Em 2001, as receitas totais no país em estabelecimentos hoteleiros recenseados cifraram-se em 1 404 milhões de euros, 68% das quais eram referentes a receitas de aposento. As receitas arrecadadas pelos *hotéis* foram decisivas para os resultados alcançados, pertencendo-lhes um contributo de cerca de dois terços do montante total.

Em termos regionais, o Algarve obteve a maior fatia de receitas (32%, tanto nas receitas totais, como nas receitas de aposento), logo seguido de Lisboa e Vale do Tejo (com 31% das receitas totais e 32% das receitas de aposento) e da Madeira (com 16% das receitas totais e 15% das receitas de aposento). Os Açores e o Alentejo foram as regiões que obtiveram menores receitas (totais e de aposento) pertencendo-lhes, respectivamente, pouco mais que 2% e 3% do total das receitas nacionais.

A análise das receitas totais por cama permite verificar que, em 2001, a Madeira e Lisboa e Vale do Tejo obtiveram os valores mais expressivos (8 592 e 8 050 euros, respectivamente), enquanto que ao Centro e Norte pertenciam valores menos expressivos (3 934 e 5 069 euros, respectivamente). Estes resultados poderão estar relacionados com a existência de diferenças regionais ao nível da categoria dos estabelecimentos [Figura 9.3].

FIGURA 9.3 RECEITAS TOTAIS POR CAMA, POR NUTS II, 2001



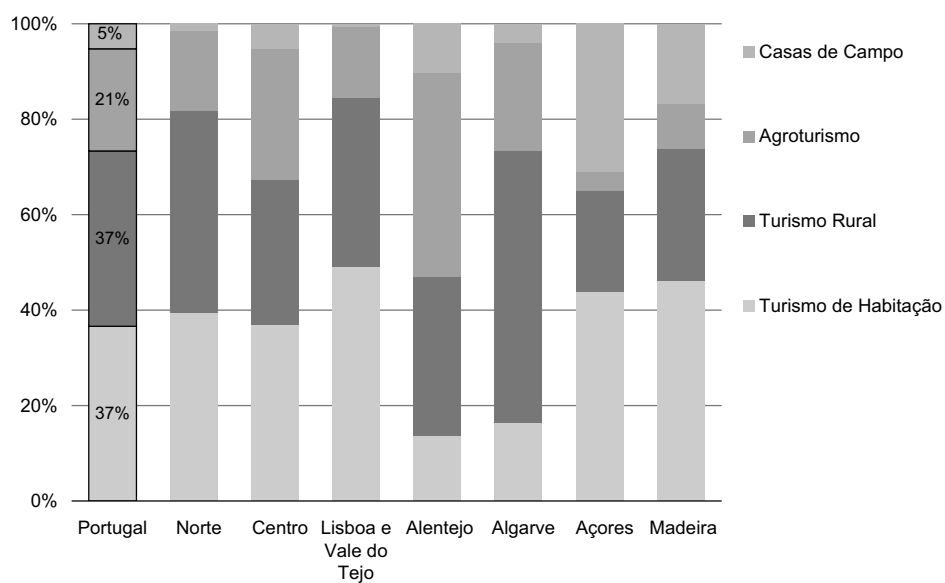
____| CAPACIDADE DE ALOJAMENTO NO TURISMO NO ESPAÇO RURAL

Em 31 de Dezembro de 2001, o número de estabelecimentos classificados em Turismo no Espaço Rural (TER) era de 685, distribuídos pelas modalidades de *turismo rural* (41%), *turismo de habitação* (33%), *agroturismo* (18%) e *casas de campo* (7%). A capacidade de alojamento total destes estabelecimentos era de 6 476 camas e distribuía-se da seguinte forma: 37%, quer em *turismo rural*, quer em *turismo de habitação*; 21% em *agroturismo*; e 5% em *casas de campo* [Figura 9.4]. Em termos médios, cada unidade hoteleira possuía uma oferta de 9 camas, sendo que a capacidade média dos alojamentos de TER foi superior no *agroturismo* (11 camas por estabelecimento) e inferior nas *casas de campo* (6 camas).

O Norte foi a região com maior volume de oferta de TER, possuindo cerca de 40% dos estabelecimentos e da capacidade instalada total do país. O Centro e Lisboa e Vale do Tejo também se destacaram neste domínio e, no seu conjunto, estas três regiões NUTS II ofereceram perto de 75% do total de camas do país. O Algarve foi a região menos representativa, cabendo-lhe, apenas, cerca de 3% da oferta global do TER.

O concelho de Ponte de Lima registou o maior número de estabelecimentos de TER do país (44), seguindo-se Viana do Castelo (com 18). Note-se que, em ambos os concelhos, o Turismo Rural e o Turismo de Habitação eram as modalidades de TER predominantes. Em termos de capacidade de alojamento, estes dois concelhos foram também os mais representativos, oferecendo, no seu conjunto, 9% do total de camas de TER. É de salientar, ainda, que cerca de um terço dos 308 concelhos não possuía qualquer estabelecimento classificado em TER.

FIGURA 9.4 CAPACIDADE DE ALOJAMENTO NO TURISMO NO ESPAÇO RURAL,
SEGUNDO A MODALIDADE, PORTUGAL E NUTS II, 2001



10 | EMPRESAS

____| RETRATO GERAL DO TECIDO EMPRESARIAL

A análise do Ficheiro de Unidades Estatísticas (FUE)¹⁸ permite obter um retrato territorial do tecido empresarial português, a partir da localização concelhia da sede das empresas. Em 31 de Dezembro de 2001, o FUE registava cerca de 1,1 milhões de empresas, das quais cerca de $\frac{3}{4}$ eram empresários em nome individual, sendo as restantes sociedades (309 mil).

Em termos regionais, em Lisboa e Vale do Tejo concentrava-se a maior parte das empresas (cerca de 38%), subindo esta proporção para cerca de 44% se se considerarem apenas as sociedades. Na região Norte, estavam sediadas cerca de 31% das empresas e 30% das sociedades e a região Centro comportava quase 18% das empresas e 15% das sociedades. À medida que se analisam as unidades territoriais menos povoadas do país, verifica-se que a proporção de empresários relativamente à de sociedades vai aumentando. A excepção verifica-se na Região Autónoma da Madeira em que o número de sociedades se aproximava do número de empresários em nome individual, verificando-se que o concelho do Funchal registava inclusivamente mais sociedades que empresários em nome individual. A tal facto não será alheia a existência de uma zona franca na Madeira.

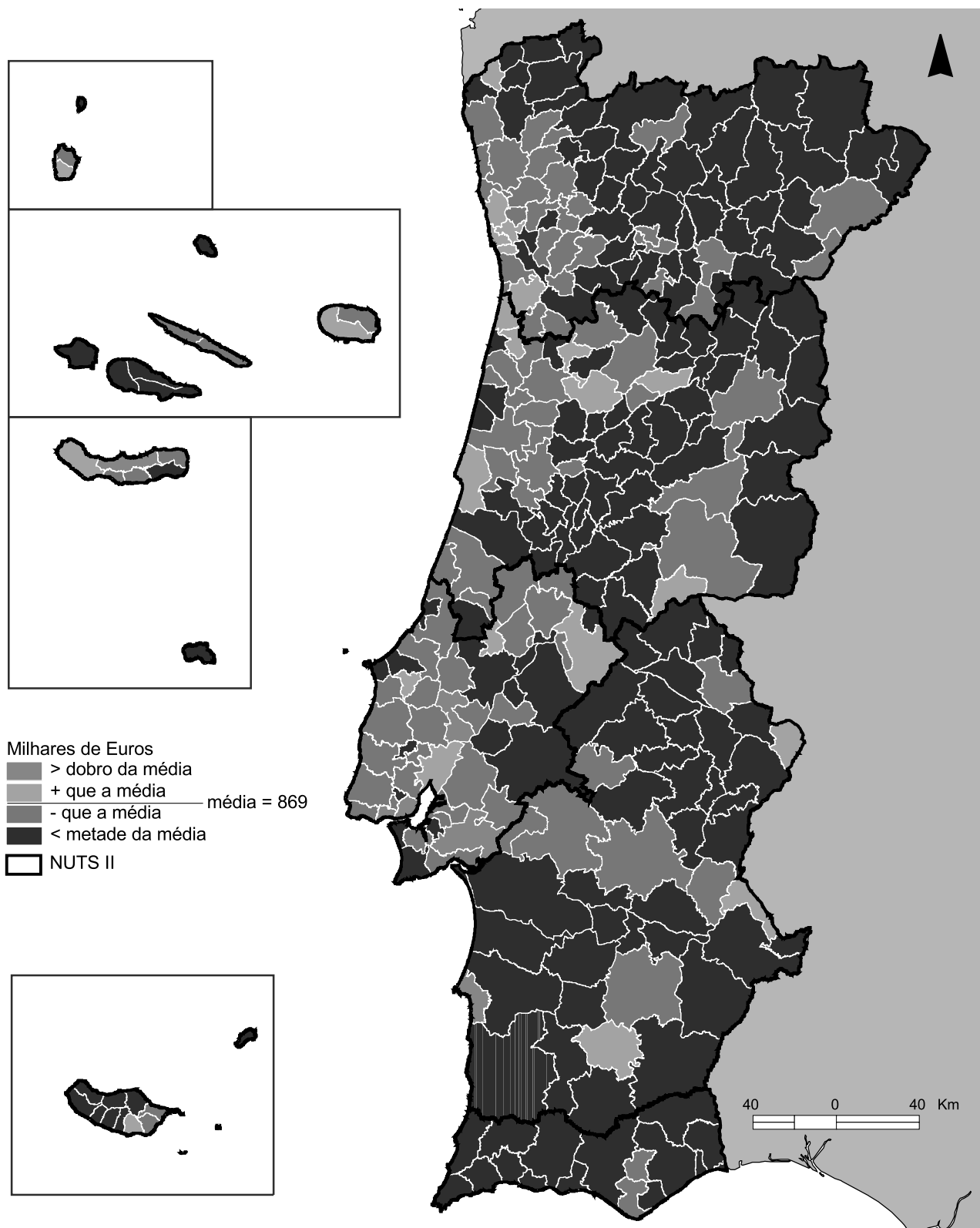
Limitando a análise apenas às sociedades e à sua dimensão média em termos de número de pessoas ao serviço, verifica-se que, ao nível nacional, as maiores sociedades estavam classificadas nos ramos industriais. Desta forma, não é de estranhar que sejam os concelhos da região Norte (nomeadamente nas sub-regiões do Ave e Entre Douro e Vouga), mas também da Região Autónoma dos Açores (particularmente na ilha de São Miguel), a apresentar a maior dimensão média das empresas. Assim, se em termos nacionais cada sociedade detinha, em média, 8 pessoas ao serviço, o Norte e os Açores eram as únicas regiões (ao nível da NUTS II) a registar um valor médio superior (9 e 11, respectivamente). Em termos concelhios, era na Ribeira Grande (Região Autónoma dos Açores) e em Palmela (Lisboa e Vale do Tejo) que se observava a maior dimensão das sociedades, comportando, em média, 21 e 16 pessoas ao serviço, respectivamente. Este valor resulta fundamentalmente das sociedades com actividades extractivas e transformadoras. Por outro lado, o Algarve e a Madeira apresentavam o menor número médio de pessoas ao serviço por sociedade (5).

¹⁸ A informação do FUE engloba dados físicos (número de Empresas/Sociedades) reportados a Dezembro de 2001 e económicos (Pessoas ao Serviço e Volume de Vendas) relativos a Dezembro de 2000.

A análise das sociedades através do seu volume de vendas dá origem a uma imagem do território nacional que põe a claro as seguintes situações [Figura 10.1] :

- apenas os concelhos de Azambuja, Palmela, Oeiras, Lisboa, Sines e Ribeira Grande apresentavam, no final de 2000, um volume de vendas médio das suas sociedades acima do dobro da média nacional. Nestes concelhos, localizavam-se as maiores unidades empresariais do país, industriais, nos casos de Azambuja, Palmela e Sines, e industriais e dos serviços, nos casos de Oeiras, Lisboa e Ribeira Grande;
- na faixa atlântica de Viana do Castelo a Setúbal, concentravam-se a maioria dos concelhos com um volume de vendas mais próximo da média nacional. Nesta situação, encontravam-se ainda algumas capitais de distrito do interior do país (como Viseu, Guarda, Castelo Branco, Beja), mas também todo um conjunto de concelhos alentejanos ao longo do eixo rodoviário Lisboa-Elvas (A6) e, nas ilhas, os concelhos de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo, Lajes das Flores e Funchal;
- finalmente, a maior parte dos concelhos do país apresentava um volume de vendas médio abaixo de metade da média nacional. Estas situações predominavam sobretudo nos concelhos do interior do Continente, bem como em praticamente todos os concelhos do litoral alentejano e algarvio e das regiões autónomas.

FIGURA 10.1 VOLUME DE VENDAS POR SOCIEDADE COM SEDE NO CONCELHO, 31.12.2000



____| ESPECIALIZAÇÃO ECONÓMICA

O estudo da distribuição regional e sectorial do pessoal ao serviço nas sociedades permite retirar algumas conclusões acerca das actividades económicas de especialização das unidades territoriais. A análise seguinte baseia-se nos grandes ramos de actividade económica com quocientes de localização¹⁹ mais elevados nos concelhos, em 31 de Dezembro de 2000 (considerando os casos em que essa actividade económica ocupava pelo menos 10% do emprego do concelho) [Figura 10.2].

É possível observar uma clara divisão do território continental, verificando-se que o Alentejo (sobretudo interior) apresentava uma especialização nas actividades do sector primário, enquanto que, a norte do rio Tejo, a *Indústria* e a *Construção* rivalizavam como principais áreas de especialização dos concelhos. Por outro lado, não é de estranhar que os concelhos do Porto e Lisboa apresentassem especializações nas actividades financeiras e serviços prestados às empresas. É de salientar ainda a clara distinção da região algarvia, onde o *Comércio*, *Alojamento e Restauração* e a *Construção* se assumiam como as actividades de especialização da quase totalidade dos concelhos.

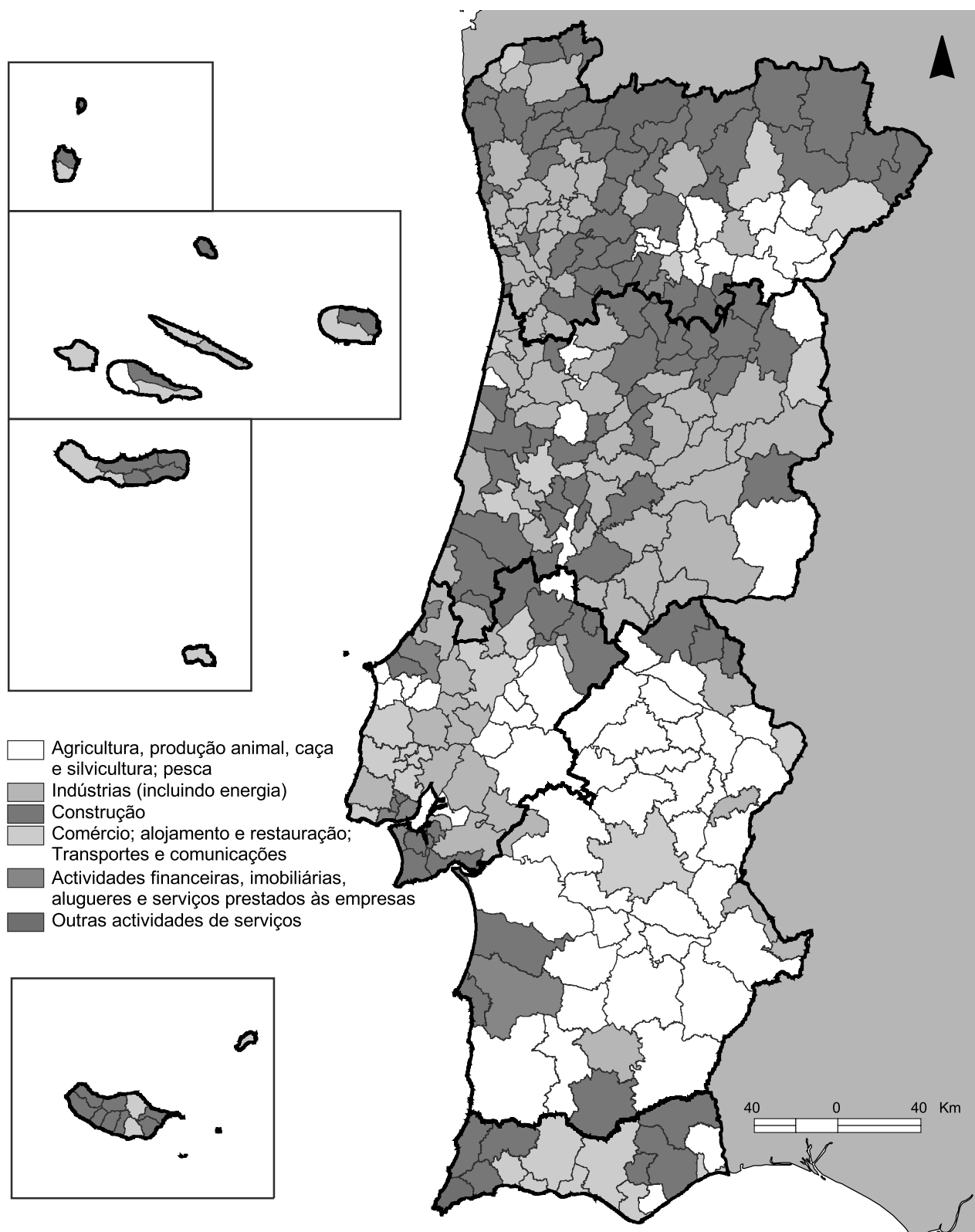
O emprego nas actividades ligadas ao ramo da *Construção*, mas também do *Comércio*, *Alojamento*, *Restauração e Transportes e Comunicações*, predominava ainda de forma particular em ambas as regiões autónomas.

Mantendo a lógica do quociente de localização, interessa fazer a análise a um nível mais detalhado das actividades económicas de especialização, desta feita ao nível das regiões NUTS II²⁰. Assim, há a salientar a importância particular que assumia, na região Norte, a *Indústria Têxtil* (ocupando cerca de 20% do pessoal ao serviço nas sociedades com sede na região), mas também da *Indústria do Couro e dos Produtos do Couro*. No Centro, as diferentes indústrias de especialização da região eram a *Fabricação de Outros Produtos Minerais Não Metálicos*, *Indústrias Metalúrgicas de Base e de Produtos Metálicos*, *Indústrias Alimentares, das Bebidas e do Tabaco*, a *Indústria Têxtil* e a *Construção*. Já a região de Lisboa e Vale do Tejo era especializada apenas em actividades terciárias: *Transportes, Armazenagem e Comunicações*, *Actividades Imobiliárias*, *Alugueres e Serviços Prestados às Empresas*, *Actividades Financeiras*, *Alojamento e Restauração* e, ocupando quase um quarto do emprego das sociedades, o *Comércio e Reparação*. No Alentejo, e para além da importância da *Agricultura e Silvicultura*, há a destacar ainda as *Indústrias Alimentares, das Bebidas e do Tabaco*, o *Comércio e Reparação*, o *Alojamento* e a actividade da *Construção* como áreas de especialização da região. Ao nível das NUTS II e, para além do que já foi analisado, importa ainda referir que, nos Açores, as *Indústrias Alimentares, das Bebidas e do Tabaco* constituem uma importante actividade económica de especialização desta região.

¹⁹ Rácio entre o peso, em termos de emprego (medido através do número de pessoas ao serviço nas sociedades), de um determinado ramo de actividade na região e o peso, em termos de emprego nacional, do ramo de actividade no país. Se este rácio for superior a 1 significa que o ramo de actividade em questão tem maior relevância no emprego total da região do que ao nível nacional, ou seja, a região é especializada nesse ramo de actividade, em termos de emprego.

²⁰ Nesta análise mais detalhada em termos de ramos de actividade, o limiar mínimo para consideração dos quocientes de localização passou a ser de 4% do emprego da NUTS II.

FIGURA 10.2 ACTIVIDADE ECONÓMICA DE ESPECIALIZAÇÃO DOS CONCELHOS, 2000



____| RÁCIOS ECONÓMICO-FINANCEIROS

Neste ponto, pretende-se conduzir a caracterização do tecido empresarial português, com base num conjunto de indicadores económicos e financeiros, tendo por suporte as conclusões obtidas acerca das actividades económicas de especialização das NUTS II na secção anterior.

Para cada actividade referida, proceder-se-á, primeiro, à comparação nacional do desempenho das empresas daquela actividade com o do total de empresas, de forma a identificar as eventuais especificidades da actividade em que a região em causa é especializada. Complementarmente, procurar-se-á comparar o desempenho das empresas sediadas na região com o desempenho das empresas nacionais, ao nível da actividade económica em questão, com vista à identificação das especificidades regionais naquela actividade.

A região Norte registava, no final de 2000, uma especialização, em termos de emprego, na *Indústria do Couro e dos Produtos do Couro* e na *Indústria Têxtil*. A *Indústria do Couro e dos Produtos do Couro* caracterizava-se por ser, naquele ano e para o conjunto do país, a actividade com o mais baixo coeficiente de intensidade capitalística (9,2 milhares de euros por pessoa ao serviço) e com a menor produtividade do trabalho (5,9 euros por hora trabalhada). Ao nível nacional, importa ainda salientar as baixas taxas de rentabilidade, o elevado indicador de endividamento e a expressiva proporção das despesas com o pessoal no VAB. No Norte, esta actividade apresentava um coeficiente de intensidade capitalística e uma produtividade do trabalho ligeiramente inferiores aos registados ao nível nacional. Nos restantes rácios, as empresas desta actividade sediadas na região Norte exibiam um desempenho semelhante ao registado para o conjunto do país.

Também a *Indústria Têxtil* apresentava um dos menores coeficientes de intensidade capitalística e das menores produtividades do trabalho, de entre as várias actividades em análise para o país. Do mesmo modo, os indicadores de rentabilidade e liquidez assumiam valores reduzidos quando comparados com os correspondentes às restantes actividades económicas. O desempenho económico-financeiro das empresas desta actividade sediadas no Norte era semelhante ao das congéneres nacionais; acrescenta-se que esta actividade era ligeiramente mais intensiva em capital no Norte que no conjunto do país.

O Centro apresentava-se especializado na *Fabricação de Outros Produtos Minerais não Metálicos*²¹. Ao nível nacional, esta actividade destacava-se por ser das mais rentáveis e por apresentar, de entre as 23 actividades em análise, o sexto maior coeficiente de intensidade capitalística (41,4 milhares de euros por pessoa ao serviço). Ao nível regional, esta actividade apresentava-se menos intensiva em capital e, consequentemente, com uma proporção das despesas com o pessoal no VAB superior à registada nacionalmente. O país exibiu, nesta actividade, indicadores de rentabilidade maiores e de endividamento menores aos correspondentes à região que, por seu turno, apresentava indicadores de solvabilidade e liquidez mais expressivos. Sublinhe-se, em particular, a diferença registada, no que diz respeito à rentabilidade dos capitais próprios desta actividade: 12%, no país, e 5%, no Centro.

²¹ A *Fabricação de Outros Produtos Minerais não Metálicos* inclui a fabricação de vidro, de produtos cerâmicos, de azulejos, ladrilhos, mosaicos e placas de cerâmica, de tijolos, telhas, de cimento, cal e gesso.

As *Indústrias Metalúrgicas de Base e de Produtos Metálicos* assumiam-se, também, como uma importante actividade de especialização na região Centro. Em termos nacionais, esta actividade apresentava um coeficiente de intensidade capitalística não muito expressivo (25,4 milhares de euros por pessoa ao serviço). Os indicadores de rentabilidade, embora positivos, não eram muito expressivos enquanto o endividamento era dos mais elevados, para o conjunto do país. O desempenho regional, no Centro, apenas se destacava do nacional por apresentar indicadores de rentabilidade superiores e de endividamento inferiores. As empresas desta actividade sediadas no Centro apresentavam-se ligeiramente mais intensivas em mão-de-obra que o conjunto das empresas nacionais desta actividade.

Lisboa e Vale do Tejo exibia os quocientes de localização mais elevados nos *Transportes, Armazenagem e Comunicações* e nas *Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas*. A primeira actividade referida apresentava um dos mais expressivos coeficientes de intensidade capitalística (185,1 milhares de euros por pessoa ao serviço) e uma rentabilidade dos capitais próprios negativa; o indicador de endividamento era, contudo, dos mais reduzidos. Em Lisboa e Vale do Tejo, aquela actividade apresentava-se ainda mais intensiva em capital e com uma produtividade do trabalho superior à nacional. Relativamente aos restantes indicadores económico-financeiros, não há diferenças expressivas a assinalar entre o desempenho das empresas sediadas naquela NUTS II e o desempenho do conjunto das empresas nacionais.

No que diz respeito às empresas com sede em Portugal ligadas às *Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas*, importa sublinhar o facto de exibirem a taxa de acumulação do imobilizado corpóreo mais elevada, de entre as 23 actividades económicas em análise, bem como dos mais baixos indicadores de liquidez. Por outro lado, no conjunto, as empresas nacionais desta actividade apresentavam a mais elevada cobertura, por recursos estáveis²², do imobilizado. A taxa de acumulação e a cobertura, por recursos estáveis, do imobilizado corpóreo eram ainda superiores às correspondentes nacionais, se se considerassem apenas as empresas desta actividade sediadas em Lisboa e Vale do Tejo, que exibiam ainda indicadores de liquidez superiores aos valores nacionais.

As *Indústrias Alimentares, das Bebidas e do Tabaco* constituíam a principal actividade de especialização na Região Autónoma dos Açores. Ao nível nacional, esta actividade apresentava um desempenho inter-médio face às restantes actividades económicas, destacando-se apenas a proporção de despesas com pessoal no VAB, por ser das mais baixas do país. Os Açores exibiam um desempenho em termos de rentabilidade menos satisfatório que o observado ao nível nacional mas mais favorável no respeitante aos indicadores de solvabilidade e autonomia financeira. Acrescente-se que esta actividade apresentava, regionalmente, uma rentabilidade dos capitais próprios negativa.

O *Comércio e Reparação* constituía a segunda actividade de especialização nos Açores. Ao nível nacional, aquela actividade exibiu um desempenho inter-médio na generalidade dos indicadores económico-financeiros, à excepção da rotação do activo líquido que assumia o maior valor nacional. Nos Açores, importa destacar um desempenho menos positivo da produtividade do trabalho aliado a um coeficiente de intensidade capitalística menor que o registado para o conjunto do país.

²² Por recursos estáveis entende-se o valor dos recursos disponíveis na empresa a médio e longo prazo (capital próprio, amortizações e provisões acumuladas e dívidas a terceiros a médio e longo prazo).

O Alentejo apresentava-se particularmente especializado, em termos de emprego, nas actividades ligadas à *Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura* para as quais não está disponível informação relativa a rácios económico-financeiros. As *Indústrias Alimentares, das Bebidas e do Tabaco* constituíam a segunda principal actividade de especialização, registando um coeficiente de intensidade capitalística superior ao observado no país: 48,9 contra 41,4, respectivamente. Regionalmente, esta actividade apresentava indicadores de rentabilidade e de solvabilidade inferiores aos valores nacionais correspondentes.

O Algarve e a Região Autónoma da Madeira constituíam as duas regiões, onde a especialização nas actividades de *Alojamento e Restauração* era notória. Em termos nacionais, sublinhe-se que esta actividade registava uma produtividade do trabalho reduzida e apenas superior à das indústrias *Têxtil* e do *Couro* bem como a menor liquidez reduzida do país, de entre as 23 actividades em análise. Ao nível regional, enquanto no Algarve esta actividade registava uma intensidade capitalística ligeiramente inferior à média nacional, a Madeira exibiu um coeficiente claramente superior, o que se reflectia numa proporção de despesas com o pessoal no VAB inferior à observada, quer para o Algarve, quer para o conjunto do país, o que poderá ser reflexo da existência de uma zona franca na Madeira. Assinale-se, ainda, que ambas as regiões apresentavam indicadores de solvabilidade, autonomia financeira e liquidez mais favoráveis que o conjunto do país nesta actividade. Acrescente-se que, no Algarve, esta actividade registava uma rentabilidade dos capitais próprios inferior à observada, quer na Madeira, quer no conjunto do país.

11 | MERCADO MONETÁRIO E FINANCEIRO

____ | CRÉDITO CONCEDIDO

Em 2001, as instituições bancárias²³ apresentavam, no final do ano, um saldo de crédito sobre clientes e instituições de crédito de 209 mil milhões de euros. Face a 2000, trata-se de um acréscimo de cerca de 10%. O crédito sobre clientes evidenciou um aumento de 14% em relação ao ano anterior, representando 78% do total. Ao nível das NUTS II, importa realçar que a proporção de crédito sobre clientes face ao total assumia maior expressão na região Centro (95%) enquanto, no outro extremo, se situava a Região Autónoma da Madeira (33%). A região de Lisboa e Vale do Tejo concentrava 63% do crédito sobre clientes enquanto ao Norte e ao Centro correspondiam contributos de 19% e 8%, respectivamente. O concelho de Lisboa apresentava o montante de crédito sobre clientes por habitante mais expressivo (131 milhares de euros); seguiam-se-lhe o Funchal, o Porto e São João da Madeira (80, 33 e 27 milhares de euros por habitante, respectivamente). Vila Flor exibia o menor montante de crédito sobre clientes por habitante (mil euros). De entre os seis concelhos com menores valores, apenas um não pertencia à região Norte: Vila Nova de Paiva, no Centro.

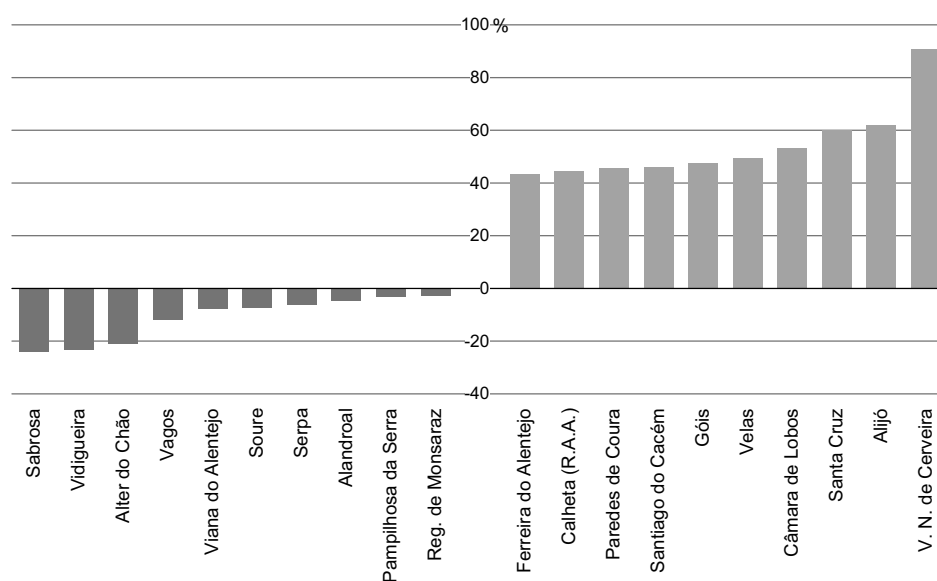
No ano de 2001, o montante de crédito de instituições bancárias sobre clientes, relacionado com a habitação, cifrava-se em 56,9 mil milhões de euros, o que corresponde a 35% e 27%, respectivamente, do crédito sobre clientes e do crédito total. A região de Lisboa e Vale do Tejo absorvia mais de metade daquele montante (58%) e o Norte perto de 25%. No concelho de Lisboa, o montante de crédito para habitação por habitante ascendia a 32 mil euros; a Constância e ao Porto correspondiam valores por habitante de cerca de 11 mil euros. São Brás de Alportel apresentava o menor valor: 480 euros por habitante; seguiam-se-lhe Vimioso e Vila Nova de Paiva, com montantes de crédito para habitação por habitante de cerca de 650 euros.

Face ao total de crédito sobre clientes, o crédito à habitação assumia as maiores proporções nos concelhos de Castro Marim, Vila Nova da Barquinha e Constância (superiores a 79%) enquanto o Funchal registava a menor proporção (6%). Note-se, ainda, que no concelho de Lisboa aquela proporção era inferior a $\frac{1}{4}$, no Porto era de cerca de $\frac{1}{3}$, em Coimbra, perto de metade do crédito sobre clientes.

Em Portugal, o saldo, no final do ano, do crédito à habitação sobre clientes evidenciou um crescimento de perto de 15%, entre 2000 e 2001 (tendo mantido a sua proporção no total de crédito concedido a clientes: 35%). Os maiores aumentos corresponderam aos concelhos de Vila Nova de Cerveira, Alijó e Santa Cruz: +91%, +62%, +60%, respectivamente. Pelo contrário, Sabrosa, Vidigueira e Alter do Chão registaram, a este nível, os decréscimos mais expressivos (superiores a 20%) [Figura 11.1].

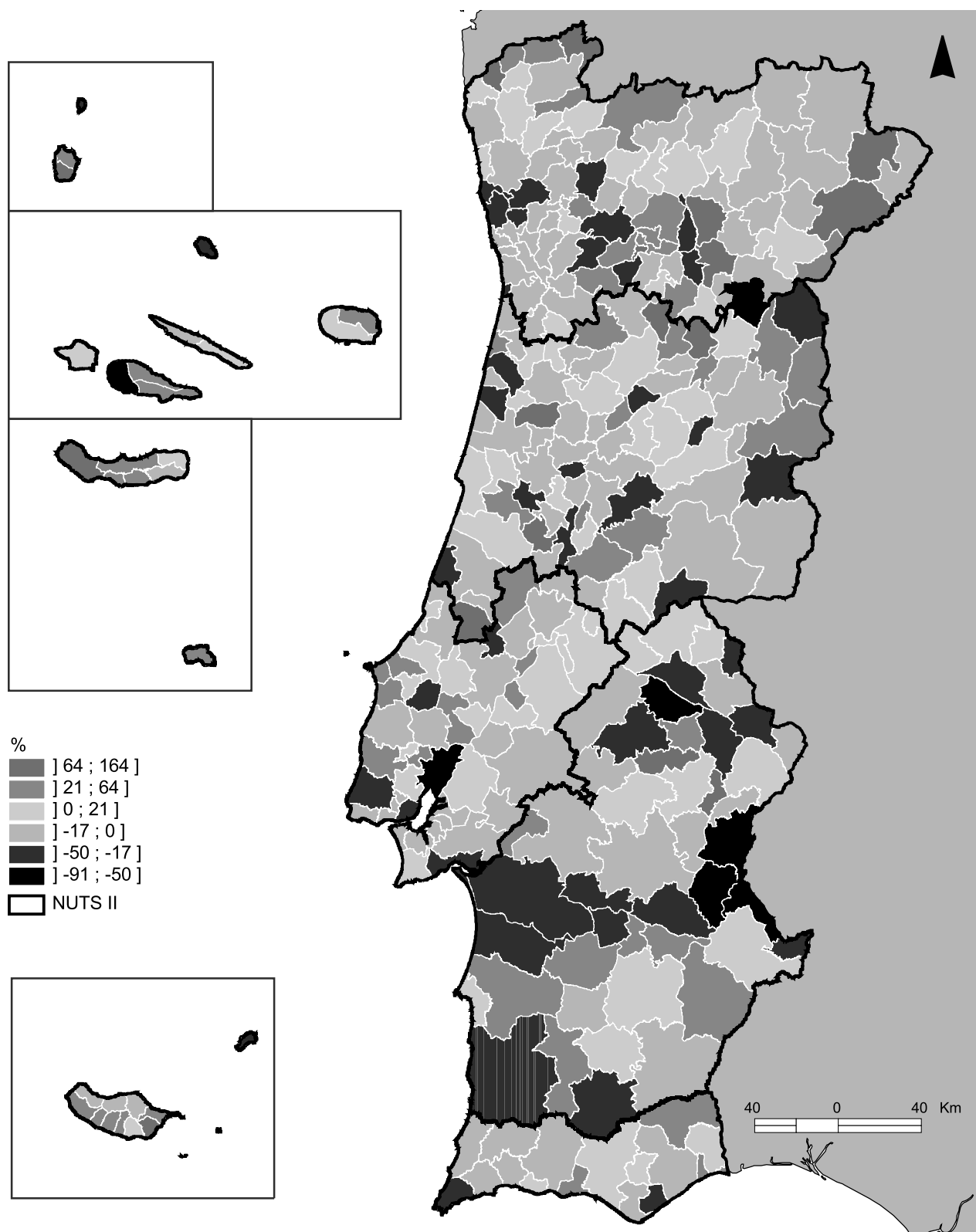
²³ Esta análise exclui o resultado da actividade do Banco de Portugal e da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo.

FIGURA 11.1 MAIORES DECRÉSCIMOS E ACRÉSCIMOS NA VARIAÇÃO DO SALDO (NO FINAL DO ANO) DO CRÉDITO À HABITAÇÃO SOBRE CLIENTES, POR CONCELHO, 2000-2001



Durante o ano de 2001, o crédito à habitação concedido a clientes foi de cerca de 15,8 mil milhões de euros, traduzindo uma diminuição de 24% face ao ano anterior. As variações positivas mais expressivas corresponderam às instituições bancárias localizadas nos concelhos de Sousel (2,6 vezes mais que em 2000), Vila Nova de Paiva (2,5), Mesão Frio (2,4) e Anadia (2,4). Pelo contrário, em Vila Franca de Xira, Mourão, Reguengos de Monsaraz, Alandroal, Alter do Chão e Meda, o crédito à habitação concedido durante 2001 reduziu-se em mais de metade, em relação a 2000 [Figura 11.2].

FIGURA 11.2 TAXA DE VARIAÇÃO DO CRÉDITO À HABITAÇÃO (CONCEDIDO DURANTE O ANO) A CLIENTES,
POR CONCELHO, 2000-2001



____| CAIXAS MULTIBANCO

No final do ano de 2002, existiam em Portugal cerca de nove mil caixas multibanco, traduzindo um crescimento de 5% face ao ano anterior. Cerca de 43% das caixas localizavam-se na região de Lisboa e Vale do Tejo enquanto ao Norte correspondiam 27% e ao Centro 15% do total. Durante o ano de 2002, foram contabilizadas 593 mil operações (mais 12% que em 2001), cabendo às regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Norte 45% e 28%, desse valor, respectivamente.

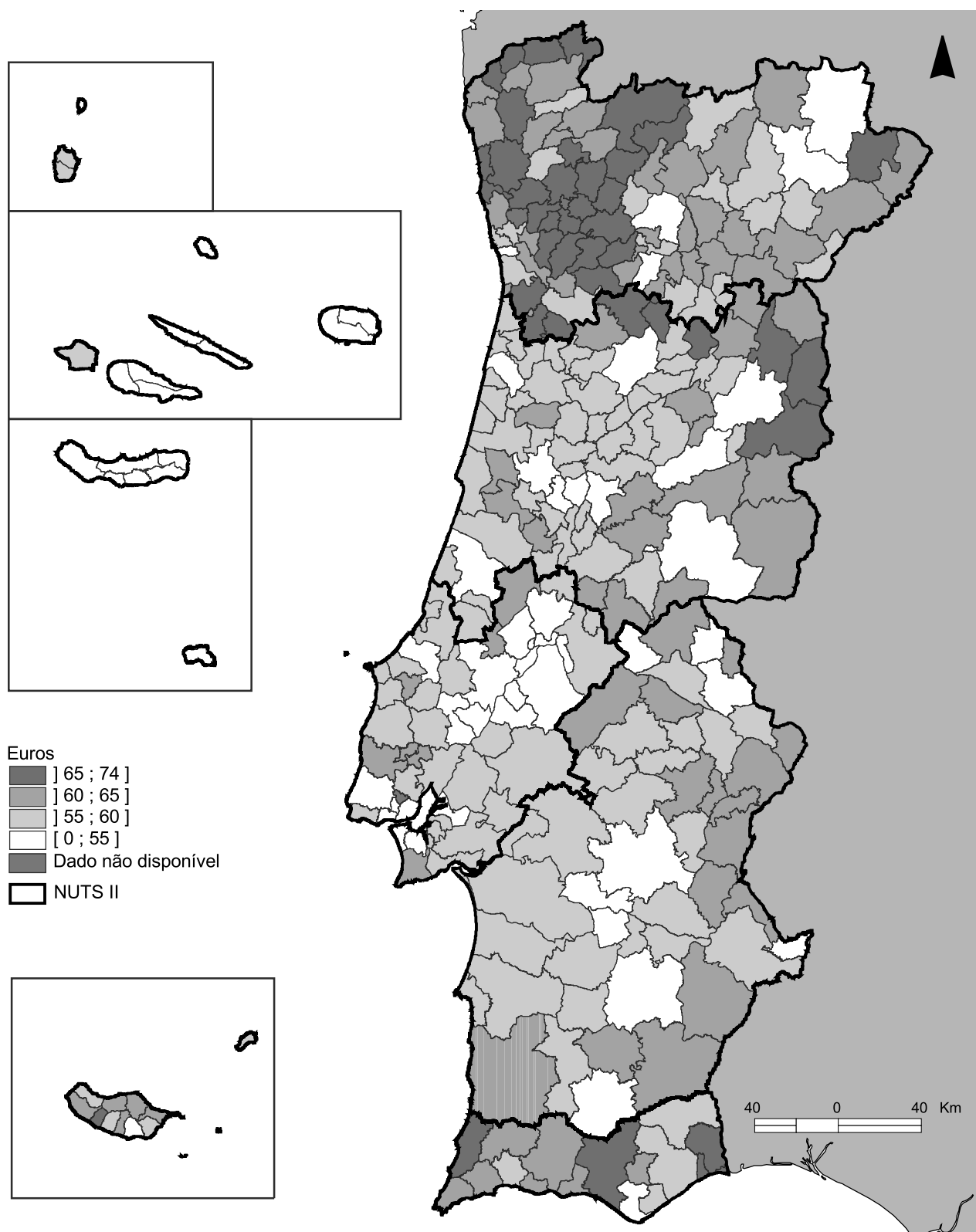
Em 2002, cerca de 49% das operações realizadas nas caixas multibanco em Portugal, diziam respeito a levantamentos nacionais, 29% a consultas e 10% a pagamentos de serviços. Em relação ao ano anterior, os pagamentos de serviços aumentaram 18%, as consultas cresceram 12% e o número de levantamentos nacionais registou um acréscimo de 8%.

Os concelhos²⁴ de Sesimbra, Ferreira do Zêzere, Lousã e Porto Santo registaram, em 2002, o número mais elevado de operações por caixa multibanco (superior, nos quatro casos a 90 mil operações).

Os levantamentos nacionais ascenderam a 16,5 mil milhões de euros, tendo cada levantamento sido, em média, de 56,9 euros. Apenas no Norte, no Algarve e no Alentejo, o levantamento médio foi superior à média nacional (61, 60 e 57 euros, respectivamente) enquanto à Região Autónoma dos Açores coube o menor levantamento médio (51 euros). Montalegre, Baião e Lousada registaram os maiores levantamentos médios concelhios (superiores a 73 euros); pelo contrário, na Povoação, em Coimbra, em Ponta Delgada e em Vila Nova da Barquinha, o levantamento médio assumiu os menores montantes (inferiores a 49 euros). Note-se que os concelhos que apresentaram os levantamentos médios mais elevados concentram-se na faixa litoral da região Norte, no interior da zona Centro e, também, no Algarve [Figura 11.3].

²⁴ Na impossibilidade de obter informação para concelhos da Trofa, Vizela e Odivelas, optou-se por analisar os dados referentes aos concelhos, para os limites geográficos que estavam em vigor antes da criação daqueles concelhos.

FIGURA 11.3 LEVANTAMENTO (NACIONAL) MÉDIO, POR CONCELHO, 2002

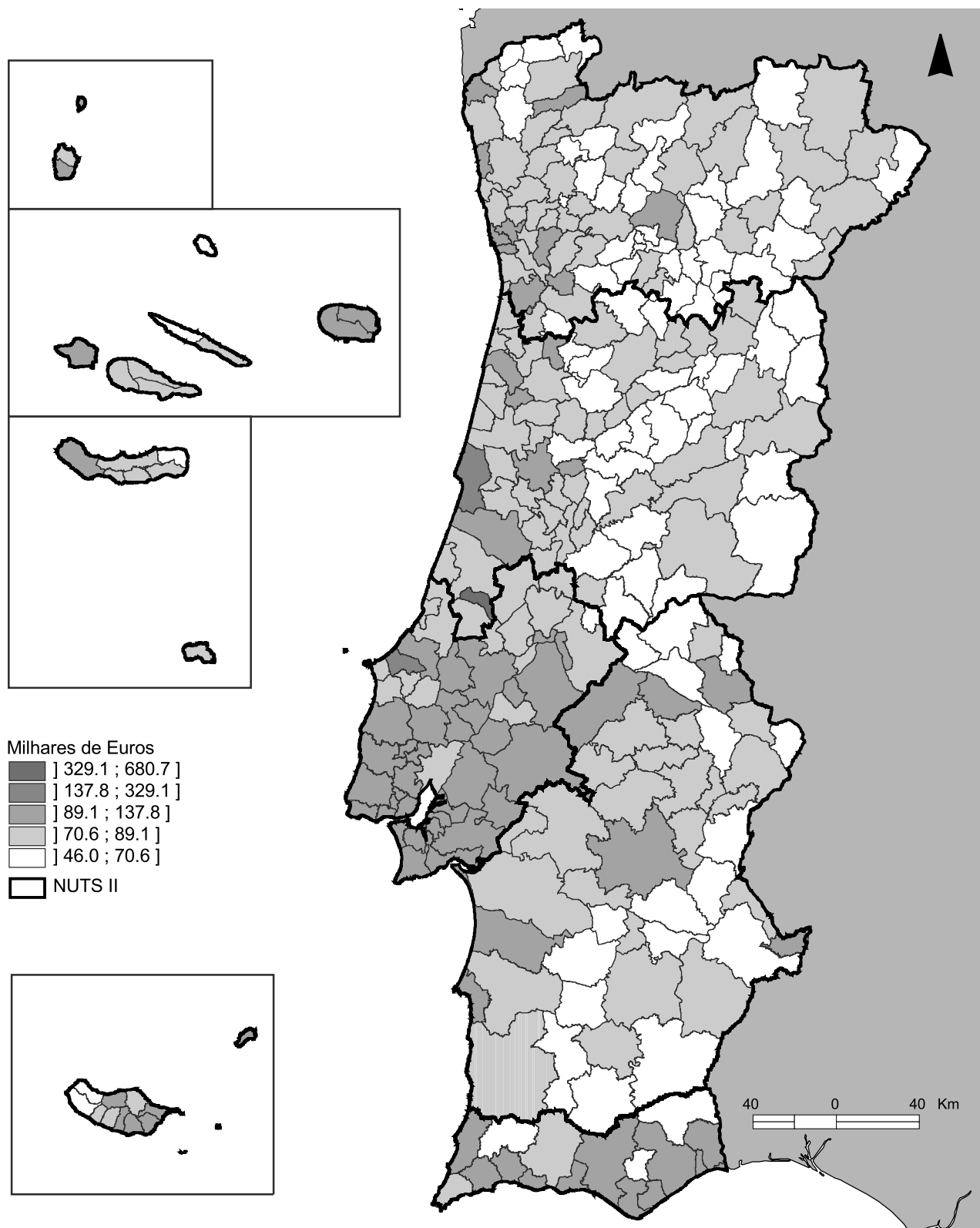


____| PRÉDIOS HIPOTECADOS

Em 2001, foram contabilizados, em Portugal, perto de 222 mil prédios hipotecados, correspondendo a 21,6 mil milhões de euros. Em relação a 2000, embora não se tenha registado uma alteração assinalável no número de prédios hipotecados, o valor correspondente aumentou cerca de 9%. O valor médio nacional dos prédios hipotecados era de 97 mil euros, em 2001. As regiões de Lisboa e Vale do Tejo, do Centro e da Madeira registaram valores médios superiores à média nacional (107, 103 e 102 mil euros, respectivamente). O Alentejo apresentou o menor valor médio (83 mil euros), seguido do Norte (85 mil euros). Os concelhos da Batalha, da Figueira da Foz e de Óbidos, todos na região Centro, apresentaram os valores médios concelhios mais expressivos (681, 329 e 212 mil euros, respectivamente); no outro extremo, encontravam-se os concelhos nortenhos de Murça, Vinhais, Vieira do Minho e Vila Nova de Foz Côa (com valores médios inferiores a 50 mil euros) [Figura 11.4].

No ano de 2001, os concelhos de Lisboa e Sintra concentravam, no conjunto, perto de um décimo dos prédios hipotecados em Portugal e 13% do valor dos mesmos. Do total de prédios hipotecados, 96% eram urbanos e, destes, 69% constituíam propriedade horizontal. Em termos monetários, aquelas proporções eram menos expressivas: 94% e 61%, respectivamente. Os concelhos do Corvo, de Boticas e de São Vicente eram os únicos onde a proporção de prédios urbanos hipotecados em relação ao total de prédios hipotecados era inferior a 50%; porém, em termos monetários, apenas o Corvo e São Vicente registavam um valor de prédios urbanos hipotecados inferior a metade do valor do total de prédios hipotecados.

FIGURA 11.4 VALOR MÉDIO DOS PRÉDIOS HIPOTECADOS, POR CONCELHO, 2001



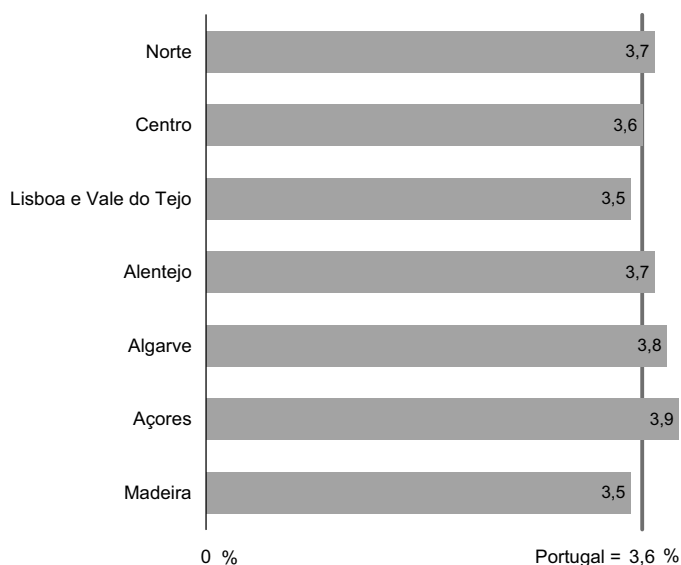
12 | PREÇOS

____| ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR – VARIAÇÃO MÉDIA DOS ÚLTIMOS 12 MESES

Em Dezembro de 2002, a taxa de inflação em Portugal, medida pela variação média anual (dos últimos 12 meses) do Índice de Preços no Consumidor (IPC), fixou-se em 3,6%. Este valor foi inferior em 0,8 pontos percentuais (p.p.) ao registado em Dezembro de 2001.

A comparação da evolução dos preços entre as NUTS II permite constatar que o crescimento médio anual em 2002 foi mais elevado nos Açores (3,9%), seguido do Algarve (3,8%), do Alentejo e do Norte (ambas com 3,7%). De entre as restantes regiões, Lisboa e Vale do Tejo e a Madeira registaram o crescimento de preços menos acentuado no país (ambas com 3,5%) [Figura 12.1]. Face a Dezembro de 2001 apenas os Açores registaram um acréscimo (0,3 p.p.) na taxa de variação média do IPC, enquanto nas restantes regiões o seu valor diminuiu, com destaque para o Norte que registou uma taxa inferior em 1,2 p.p. à registada no ano anterior.

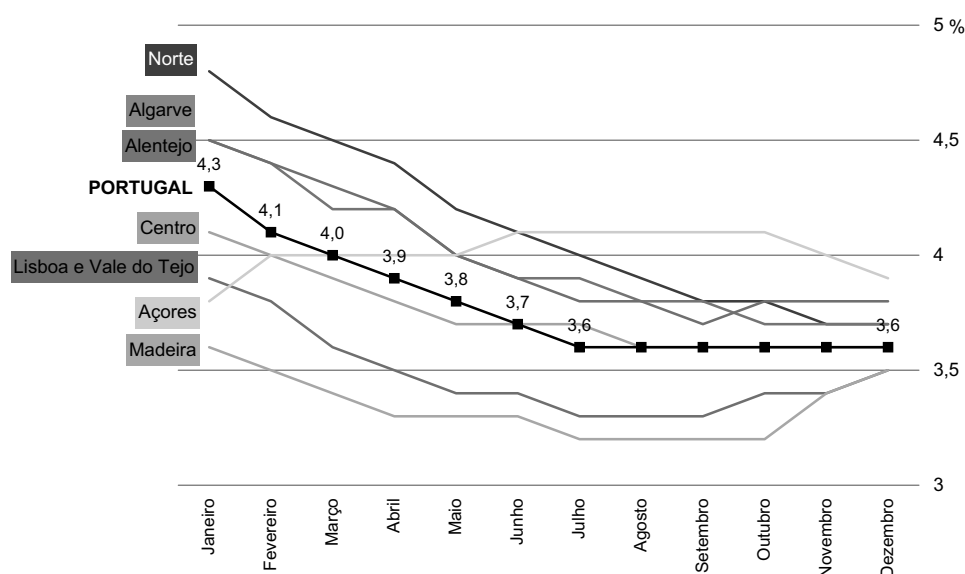
FIGURA 12.1 TAXA DE VARIAÇÃO MÉDIA DOS ÚLTIMOS 12 MESES DO IPC,
POR NUTS II, DEZEMBRO DE 2002



Na evolução mensal da taxa de variação média (dos últimos doze meses) do IPC ao longo de 2002, o valor nacional assumiu uma tendência decrescente durante o primeiro semestre do ano, tendo estabilizado em 3,6% no segundo semestre. À excepção dos Açores, a taxa de variação média do IPC de todas as regiões registou, de uma forma geral, uma tendência decrescente durante os primeiros seis meses do ano. O Centro foi a região cujos valores mais se aproximaram da média nacional, tendo a taxa de variação média coincidido com a nacional a partir de Agosto. O Norte e o Algarve registaram evoluções descendentes, com excepção do ligeiro acréscimo registado em Outubro no Algarve. Apenas

em Lisboa e Vale do Tejo e Madeira os valores foram inferiores aos nacionais ao longo de todo o ano, tendo-se registado em ambas uma ligeira aceleração do crescimento dos preços no final do ano. Por fim, nos Açores o crescimento dos preços alternou entre períodos de aceleração e de estabilização, situação que se inverteu apenas nos dois últimos meses do ano, em que se registaram desacelerações [Figura 12.2].

FIGURA 12.2 TAXA DE VARIAÇÃO MÉDIA DOS ÚLTIMOS 12 MESES DO IPC, SEGUNDO O MÊS, PORTUGAL E NUTS II, 2002

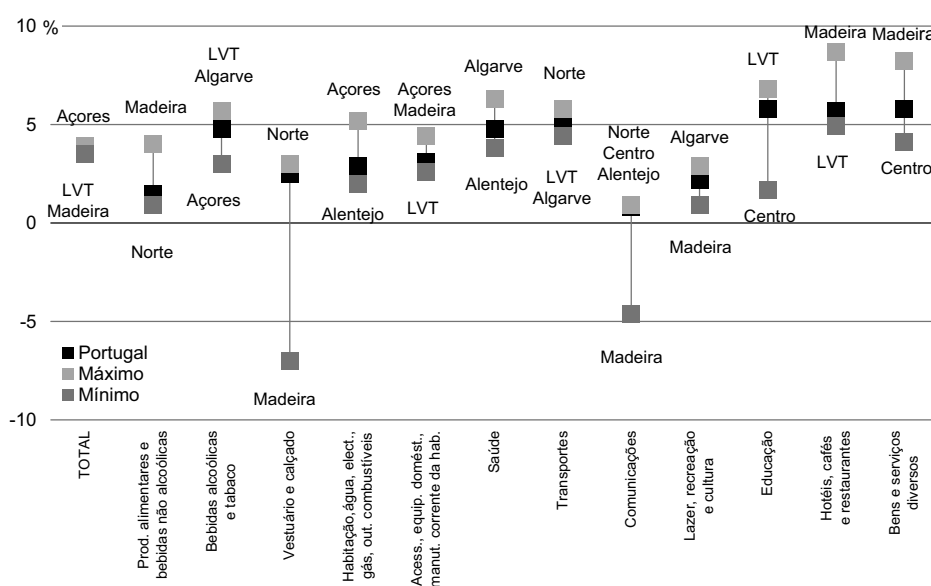


Entre as classes de despesa do IPC, as taxas de variação média anual mais elevadas no país pertenceram às classes *Educação* e *Bens e serviços diversos* (ambas com 5,8%) e *Hotéis, cafés e restaurantes* (5,7%) enquanto o menor crescimento dos preços entre 2001 e 2002 foi registado ao nível das classes *Comunicações* (0,8%), *Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas* (1,5%) e *Lazer, recreação e cultura* (2,2%) [Figura 12.3].

Face ao ano anterior as maiores acelerações no ritmo de crescimento de preços (avaliadas pelos diferenciais entre as taxas de variação média anual de Dezembro de 2002 e Dezembro de 2001) registaram-se nas classes *Comunicações*, *Bebidas alcoólicas e tabaco* e *Hotéis, cafés e restaurantes*, com mais 3,0 p.p., 1,6 p.p. e 1,5 p.p., respectivamente. Em sentido inverso, importa destacar a evolução dos preços na classe *Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas*, a qual apresentou um abrandamento no ritmo de crescimento dos preços (-5,0 p.p.) face ao ano anterior.

A análise da taxa de variação média anual do IPC para cada classe de despesa, por NUTS II, mostra que o crescimento de preços mais acentuado ocorreu nas classes *Hotéis, cafés e restaurantes* (8,7%) e *Bens e serviços diversos* (8,2%), ambas na Madeira. Pelo contrário, o maior decréscimo de preços ocorreu igualmente na Madeira nas classes *Vestuário e calçado* (-7,0%) e *Comunicações* (-4,6%) [Figura 12.3].

FIGURA 12.3 DISPARIDADES REGIONAIS DA TAXA DE VARIAÇÃO MÉDIA DOS ÚLTIMOS 12 MESES DO IPC, POR CLASSE DE DESPESA DO IPC, DEZEMBRO DE 2002



Da análise das diferenças, por classe de despesa, entre a taxa de variação média do IPC nacional e a das diferentes regiões, é possível constatar que a classe *Hotéis, cafés e restaurantes* surge como a que registou o maior diferencial positivo na Madeira, no Algarve e no Centro, face ao valor nacional. Nas restantes regiões esta posição foi assumida por diferentes classes: *Transportes* no Norte, *Educação* em Lisboa e Vale do Tejo, *Acessórios, equipamento doméstico, manutenção corrente da habitação* no Alentejo e, por fim, *Habituação, água, electricidade, gás e outros combustíveis* nos Açores. Em oposição, a classe cuja taxa de variação média se situou mais abaixo do respectivo valor nacional foi a classe *Bebidas alcoólicas e tabaco* nos Açores e no Norte, enquanto na Madeira e no Algarve esta posição pertenceu à classe *Vestuário e calçado*. Esta mesma situação registou-se em relação à *Educação* no Centro, *Hotéis, cafés e restaurantes* na região de Lisboa e Vale do Tejo e, por fim, à classe *Saúde* no Alentejo [Quadro 12.i].

QUADRO 12.i CLASSES DE DESPESA DO IPC COM MAIORES DIFERENÇAS (EM PONTOS PERCENTUAIS) FACE AO VALOR NACIONAL, POR NUTS II, DEZEMBRO DE 2002

		Acima do valor nacional		Abaixo do valor nacional	
Norte	1ª Classe	Transportes	0,8 p.p.	Bebidas alcoólicas e tabaco	-0,7 p.p.
	2ª Classe	Educação	0,7 p.p.	Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	-0,6 p.p.
Centro	1ª Classe	Hotéis, cafés e restaurantes	0,9 p.p.	Educação	-4,1 p.p.
	2ª Classe	Habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis	0,4 p.p.	Bens e serviços diversos	-1,7 p.p.
		Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	0,4 p.p.		
Lisboa e Vale do Tejo	1ª Classe	Educação	1,0 p.p.	Hotéis, cafés e restaurantes	-0,8 p.p.
	2ª Classe	Bebidas alcoólicas e tabaco	0,9 p.p.	Transportes	-0,6 p.p.
Alentejo	1ª Classe	Acessórios, equipamento doméstico, manutenção corrente da habitação	1,2 p.p.	Saúde	-1,0 p.p.
	2ª Classe	Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	1,1 p.p.	Habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis	-0,9 p.p.
Algarve	1ª Classe	Hotéis, cafés e restaurantes	2,4 p.p.	Vestuário e calçado	-2,2 p.p.
	2ª Classe	Saúde	1,5 p.p.	Transportes	-0,6 p.p.
Açores	1ª Classe	Habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis	2,3 p.p.	Bebidas alcoólicas e tabaco	-1,8 p.p.
	2ª Classe	Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	1,3 p.p.	Vestuário e calçado	-1,3 p.p.
		Acessórios, equipamento doméstico, manutenção corrente da habitação	1,3 p.p.		
Madeira	1ª Classe	Hotéis, cafés e restaurantes	3,0 p.p.	Vestuário e calçado	-9,5 p.p.
	2ª Classe	Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	2,5 p.p.	Comunicações	-5,4 p.p.

ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR – PREÇOS MÉDIOS DE ALGUNS PRODUTOS ALIMENTARES

A evolução dos preços dos produtos alimentares e bebidas condiciona de forma significativa o comportamento da inflação, uma vez que estes representam uma parcela com grande peso nos gastos de consumo das famílias portuguesas.

Da comparação dos preços médios²⁵ dos produtos considerados entre as regiões NUTS II do país, constata-se que a maioria dos preços médios máximos pertenceu às regiões Açores e Alentejo, enquanto a maioria dos preços médios mínimos se registou nas regiões Centro e Norte [Quadro 12.ii].

²⁵ Nesta análise, os preços médios anuais das regiões resultaram do cálculo de uma média aritmética dos preços médios mensais registados em 2002. O preço médio nacional resultou do cálculo de uma média aritmética dos preços médios regionais obtidos através do procedimento anterior.

A dispersão regional de preços, avaliada através do rácio entre a diferença do preço máximo e mínimo e o preço nacional, assumiu os valores mais elevados nos três produtos com preços médios mais baixos (batata fresca, cenoura e cebola) [Quadro 12.ii].

QUADRO 12.ii PREÇOS MÉDIOS DE ALGUNS PRODUTOS ALIMENTARES E DISPARIDADES REGIONAIS DOS MESMOS, 2002

Produtos	Unidade	Preço Médio Nacional	(Máximo - Mínimo) / Preço Nacional	Preço Médio Máximo		Preço Médio Mínimo	
		Euros		Euros	Região	Euros	Região
Chá preto embalado	kg	16,15	0,51	19,81	Centro	11,56	Açores
Café moído embalado	kg	9,19	0,43	10,69	Açores	6,77	Centro
Carne de 1ª sem osso - vaca	kg	7,92	0,27	9,07	Alentejo	6,90	Centro
Queijo flamengo nacional	kg	7,31	0,29	7,98	Alentejo	5,85	Açores
Manteiga com sal	kg	5,51	0,46	6,18	Alentejo	3,64	Madeira
Carne limpa de porco	kg	5,47	0,56	7,57	Açores	4,50	Norte
Carne de 2ª sem osso - vaca	kg	5,40	0,37	6,25	Alentejo	4,23	Açores
Azeite fino embalado (1 a 1,5º)	L	3,12	0,27	3,52	Madeira	2,69	Centro
Margarina uso culinário	kg	2,09	0,25	2,35	Açores	1,82	Centro
Frango morto limpo	kg	2,00	0,24	2,29	Açores	1,81	Norte
Alface	kg	1,83	0,68	2,67	Açores	1,42	Norte
Tomate fresco	kg	1,50	0,35	1,86	Madeira	1,33	Centro
Vinho mesa maduro tinto	L	1,34	0,60	1,79	Alentejo	0,99	Madeira
Vinho mesa maduro branco	L	1,27	0,62	1,76	Açores	0,97	Madeira
Maçã e pêro	kg	1,22	0,49	1,49	Algarve	0,89	Norte
Pêra	kg	1,20	0,48	1,47	Algarve	0,89	Madeira
Cerveja branca nacional garrafa L	L	1,15	0,51	1,48	Madeira	0,90	Centro
Banana	kg	1,14	0,31	1,29	Alentejo	0,94	Madeira
Laranja	kg	0,93	0,29	1,07	Açores	0,79	Algarve
Cebola	kg	0,82	0,75	1,29	Madeira	0,67	Norte
Cenoura	kg	0,79	0,66	1,14	Madeira	0,61	Norte
Batata fresca	kg	0,51	0,70	0,71	Algarve	0,35	Centro

13 | FINANÇAS AUTÁRQUICAS

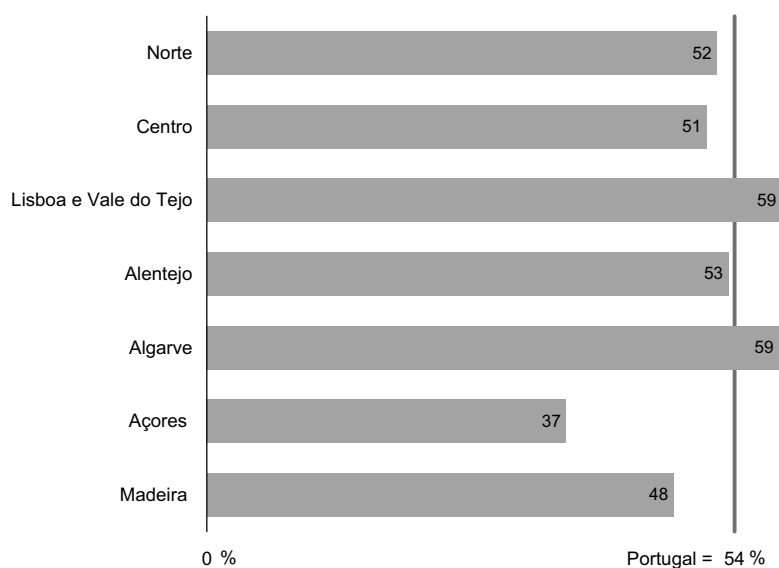
As receitas/despesas das câmaras municipais de Portugal aumentaram 18% face ao ano anterior, atingindo em 2001 cerca de 7 mil milhões de euros. Este aumento foi mais acentuado no caso das receitas e despesas de capital (34% e 23%, respectivamente) do que nas receitas e despesas correntes (7% e 13%, respectivamente).

A distribuição territorial das despesas e receitas (e respectivas rubricas) de 2001 manteve-se, na generalidade, idêntica à do ano anterior, continuando a ser as câmaras municipais das regiões de Lisboa e Vale do Tejo e Norte as que mais despesas/receitas efectuaram, com um peso no total do país de 35% e 31%, respectivamente. Os fundos municipais (Fundo Geral Municipal, Fundo de Coesão Municipal e Fundo de Base Municipal) e impostos municipais foram as principais fontes de receita das câmaras municipais e no que diz respeito às despesas, os custos com pessoal e os investimentos assumiram particular importância nas despesas correntes e de capital, respectivamente.

RECEITAS DAS CÂMARAS MUNICIPAIS

Em 2001, as receitas correntes dos municípios representavam 54% do total das receitas a nível nacional (3,8 mil milhões de euros), revelando assim um maior peso face às receitas de capital em todas as regiões NUTS II, à excepção dos Açores e da Madeira. Apenas as regiões de Lisboa e Vale do Tejo e Algarve apresentavam uma proporção das receitas correntes nas receitas totais superior à observada para o conjunto do país (ambas com 59%) [Figura 13.1].

FIGURA 13.1 PROPORÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES NO TOTAL DE RECEITAS, POR NUTS II, 2001

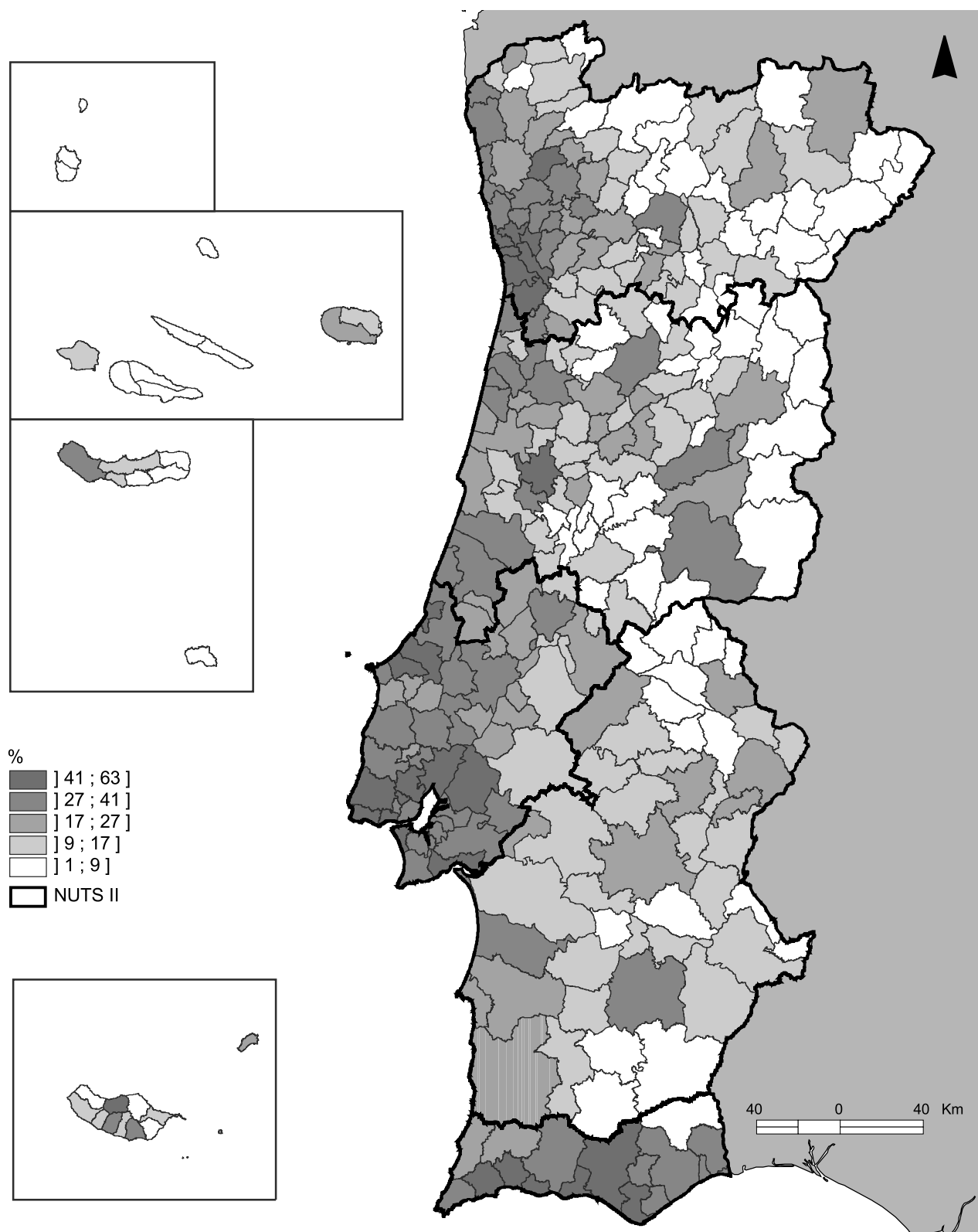


Sendo os impostos municipais - SISA, Contribuição Autárquica e Imposto sobre veículos - uma das fontes de receita mais importante para os municípios, assumindo em 2001 um peso de 34% das receitas correntes a nível nacional e tendo atingido 1,3 mil milhões de euros, importa analisar a proporção destas receitas a nível concelhio.

Em 2001, foi nas câmaras municipais do litoral do país que os impostos municipais tiveram maior expressão no total de receitas correntes, sendo este padrão idêntico à concentração populacional e habitacional nestes municípios, claramente urbanos. Assim, os impostos municipais tiveram maior relevância nas câmaras municipais das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, em Guimarães, Coimbra, na sub-região Oeste e em Lagos, Portimão, Lagoa, Albufeira, Loulé e Faro [Figura 13.2].

A segunda fonte de receita mais importante foram os fundos municipais, sendo uma receita fundamental para os municípios pois representam 30% das receitas correntes e 24% das receitas de capital. Estes fundos assumiam uma importância acrescida em concelhos com menores efectivos populacionais e consequentemente menores receitas provenientes de impostos municipais. Assim, a proporção de fundos municipais nas receitas correntes apresenta um padrão territorial inverso ao da proporção de impostos municipais.

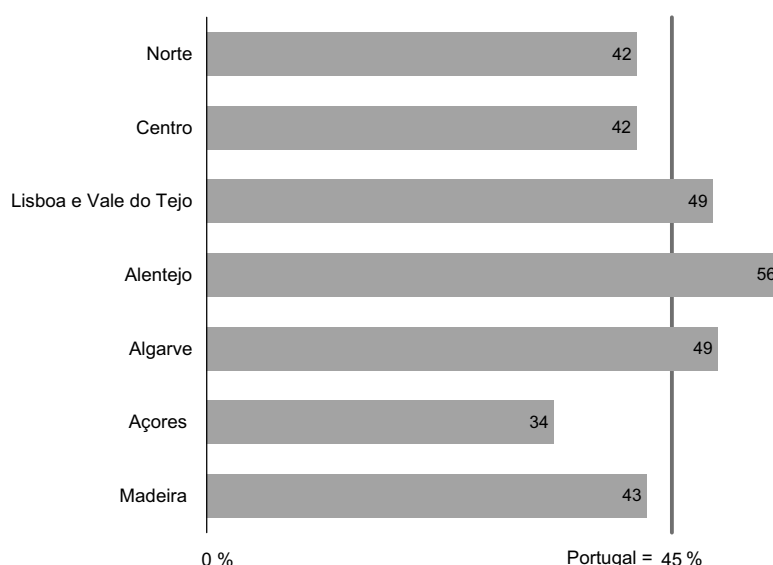
FIGURA 13.2 PROPORÇÃO DOS IMPOSTOS MUNICIPAIS - SISA, CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA E IMPOSTO SOBRE VEÍCULOS - NAS RECEITAS CORRENTES, POR CONCELHO, 2001



DESPEAS DAS CÂMARAS MUNICIPAIS

Relativamente às despesas correntes, que atingiram mais de 3 mil milhões de euros em 2001, verificou-se que a sua proporção nas despesas totais foi inferior ao das despesas de capital (45% contra 55%). Apenas na região do Alentejo as despesas correntes assumiram maior relevância que as de capital (56%), enquanto as regiões de Lisboa e Vale do Tejo e Algarve se aproximaram do equilíbrio entre despesas correntes e de capital [Figura 13.3].

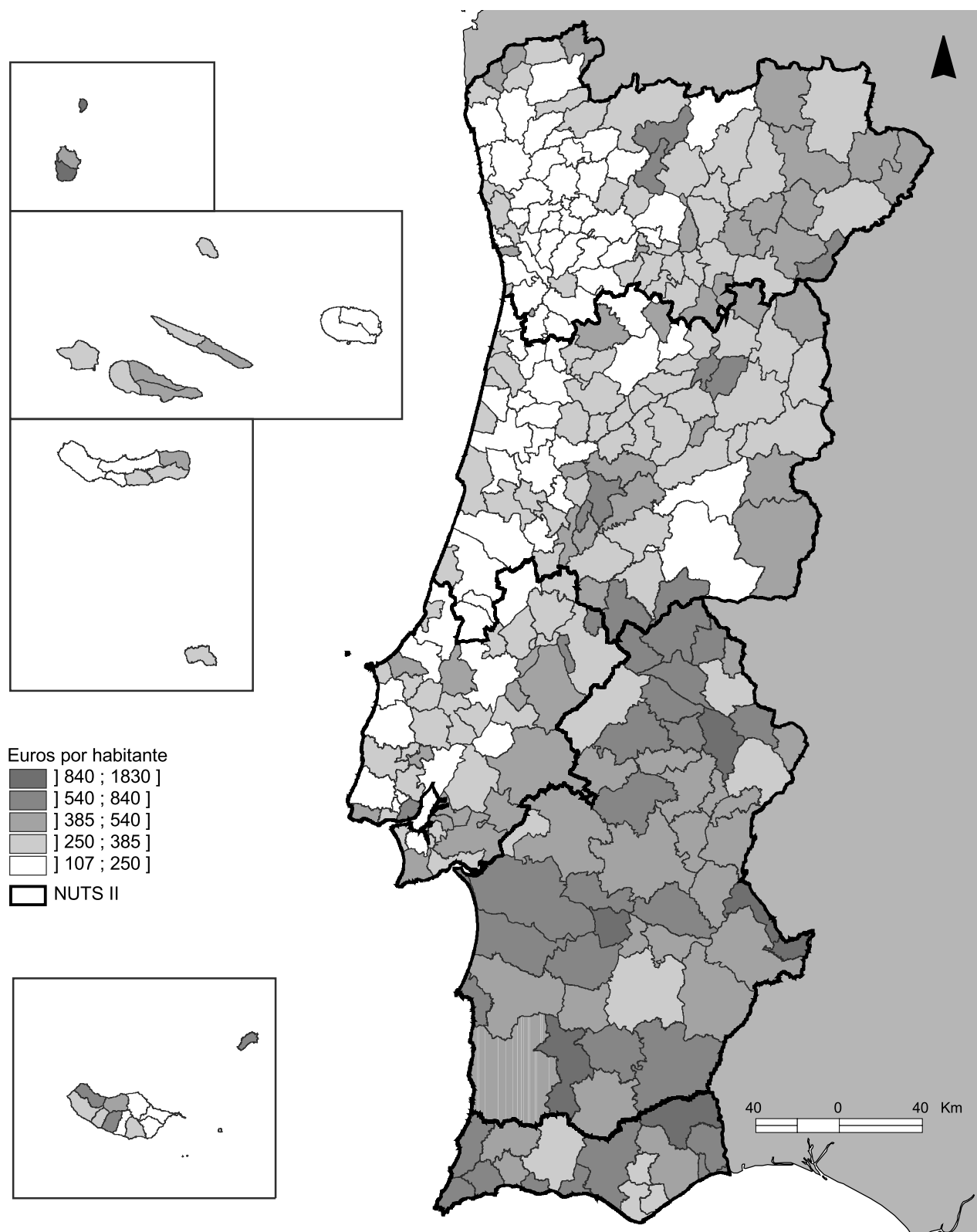
FIGURA 13.3 PROPORÇÃO DAS DESPESAS CORRENTES NO TOTAL DE DESPESAS, POR NUTS II, 2001



Em qualquer uma das regiões do país, a rubrica despesas com pessoal assumiu maior expressão nas despesas correntes, sendo a média nacional de quase 50%. As regiões dos Açores, Madeira e Alentejo apresentaram uma proporção de despesas com pessoal nas despesas correntes acima da média nacional, 60%, 59% e 56%, respectivamente. Nas despesas de capital, destaque para o peso assumido pelos investimentos, uma vez que 70% das despesas de capital dos municípios do país são investimentos, tendo as regiões do Alentejo e da Madeira apresentado um peso superior a 80%.

As despesas correntes por habitante revelaram uma heterogeneidade marcada pela dicotomia norte-sul, com os concelhos do sul a registarem despesas por habitante mais elevadas, exceptuando Ribeira de Pena e Vila Velha de Ródão que, situados a norte do país, apresentaram também despesas por habitante elevadas. Note-se ainda, no Norte do país, o padrão territorial que revela a oposição litoral-interior, com os concelhos do interior a apresentarem gastos mais acentuados que os do litoral. Esta imagem do território indica que os gastos correntes por habitante mais elevados se concentram nos concelhos menos populosos. Os concelhos com gastos correntes por habitante mais expressivos foram Monforte, Mourão, Alvito, Barrancos e Ourique na região do Alentejo, Alcoutim no Algarve e as Lajes das Flores e Corvo nos Açores. Pelo contrário, os concelhos com menores despesas correntes por habitante situavam-se maioritariamente na faixa atlântica da sub-região Minho-Lima à sub-região do Oeste, assim como nos concelhos de Castelo Branco e Fundão na região Centro, de Santa Cruz e Câmara de Lobos na Madeira e da ilha Terceira e ainda nos concelho de Ponta Delgada e Ribeira Grande na ilha de São Miguel, nos Açores [Figura 13.4].

FIGURA 13.4 DESPESAS CORRENTES POR HABITANTE, POR CONCELHO, 2001



14 | SAÚDE

____| EQUIPAMENTOS

Em 2001, Portugal estava equipado com 217 hospitais, 392 centros de saúde, 1 962 extensões de centros de saúde e 496 postos médicos. Existiam, também, 2 556 farmácias e 332 postos de medicamentos em todo o território nacional.

Estes equipamentos localizavam-se, maioritariamente, em três regiões do Continente – Lisboa e Vale do Tejo, Norte e Centro –, onde se concentrava, também, a maior parte da população residente no país.

Nota-se alguma alternância entre aquelas três regiões na dotação dos vários tipos de equipamentos analisados. Em Lisboa e Vale do Tejo concentrava-se a maior parte dos hospitais, dos postos médicos e das farmácias, ao passo que a região Norte detinha o maior número de centros de saúde (com e sem internamento) e a região Centro se destacava no número de extensões de centros de saúde e de postos de medicamentos.

Esta situação revelava, além disso, alguma complementaridade dos próprios equipamentos. As regiões que detinham maior número de hospitais nem sempre eram as que possuíam mais centros de saúde com internamento, o mesmo se passando, por exemplo, na relação entre centros de saúde e respectivas extensões, ou entre farmácias e postos de medicamentos.

Independentemente desta complementaridade, as regiões autónomas dos Açores e da Madeira e o Algarve eram as regiões que apresentavam, em 2001, os menores números em qualquer dos equipamentos considerados, o que não será alheio aos seus menores efectivos populacionais. Nestas diferenças de dotação regional, o Alentejo assumia uma posição intermédia, explicada não só pelo respectivo efectivo populacional, mas também por razões de acessibilidade impostas pela grande superfície desta região [Quadro 14.i].

QUADRO 14.i EQUIPAMENTOS DE SAÚDE, PORTUGAL E NUTS II, 2001

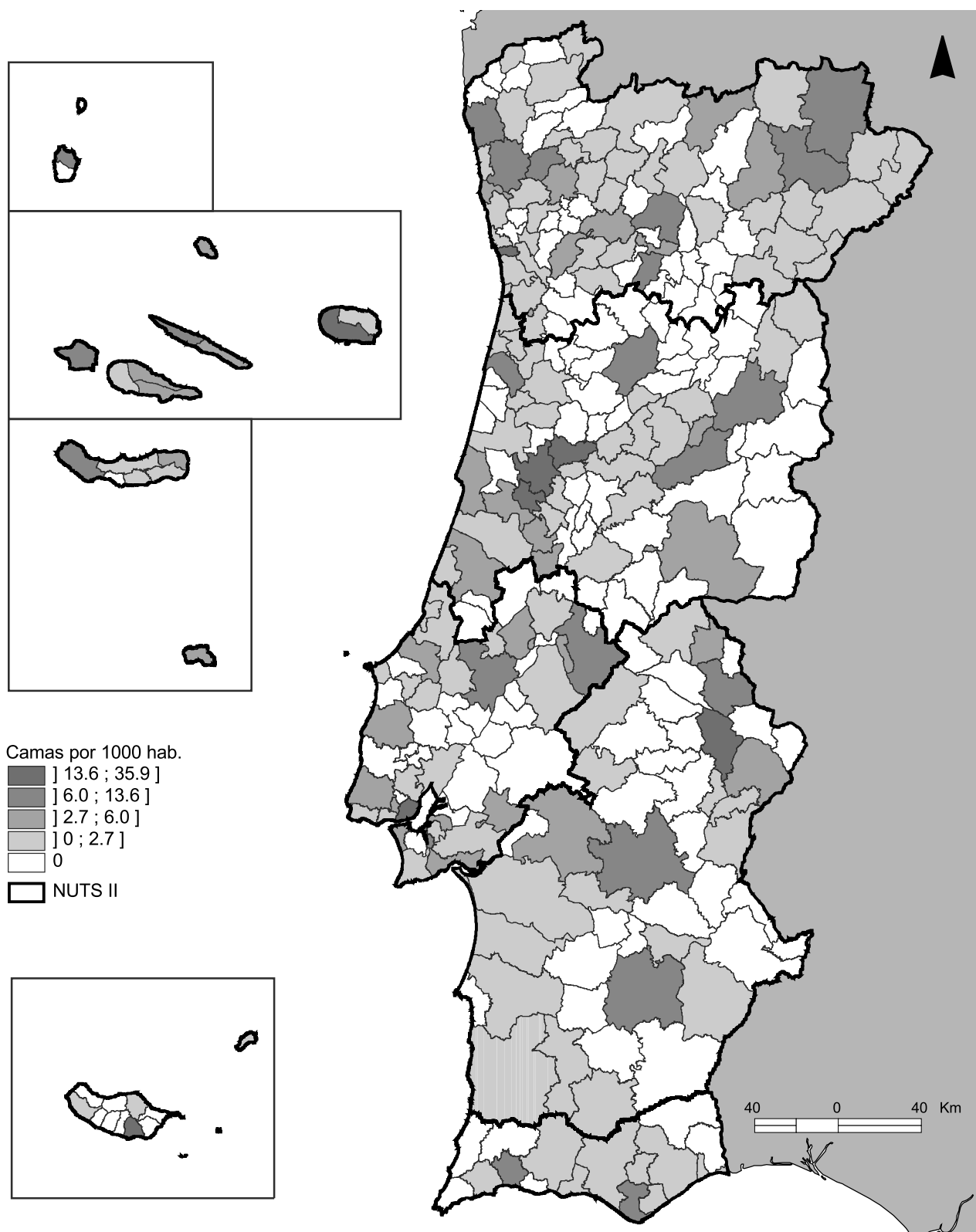
NUTS	Hospitais		Centros de Saúde				Extensões dos Centros de Saúde		Postos Médicos		Farmácias		Postos de Medicamentos	
			Com internamento		Sem internamento									
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Portugal	217	100	79	100	313	100	1 962	100	496	100	2 556	100	332	100
Norte	64	29	21	27	103	33	455	23	137	28	752	29	55	17
Centro	42	19	14	18	73	23	601	31	65	13	502	20	96	29
Lisboa e Vale do Tejo	77	35	7	9	81	26	422	22	223	45	942	37	55	17
Alentejo	10	5	14	18	34	11	275	14	32	6	170	7	88	27
Algarve	8	4	7	9	9	3	67	3	14	3	104	4	8	2
Açores	8	4	13	16	4	1	104	5	16	3	46	2	18	5
Madeira	8	4	3	4	9	3	38	2	9	2	40	2	12	4

No que diz respeito à capacidade de internamento existente no território nacional em 2001, os hospitais dispunham de cerca de 42 mil camas e os centros de saúde com serviço de internamento possuíam 1,3 mil camas. No conjunto, o país detinha mais de 43 mil camas de internamento, a maior parte localizada nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo (16 mil camas), do Norte (13 mil) e do Centro (8 mil). Em qualquer das outras regiões do país, a capacidade de internamento era inferior a 2 mil camas.

A capitação da capacidade global de internamento em hospitais e centros de saúde revela que as regiões autónomas dos Açores e da Madeira detinham, em 2001, os maiores números de camas por 1 000 habitantes, bastante acima da média nacional. Por sua vez, as regiões do Algarve, Alentejo e Norte destacavam-se com os mais baixos valores do país.

Por concelhos, os maiores números de camas por 1 000 habitantes pertenciam, em 2001, a Monforte, Condeixa-a-Nova, Coimbra, Porto, Funchal, Lisboa, Angra do Heroísmo e Penacova. Além destes, destacavam-se, em alguns casos, os municípios sede de distrito, o que advém, em grande medida, da localização estratégica dos hospitais públicos distritais. Em situação oposta encontrava-se um grande número de concelhos sem qualquer capacidade de internamento, localizados de forma relativamente indiferenciada no território nacional [Figura 14.1].

FIGURA 14.1 CAMAS DE INTERNAMENTO POR 1 000 HABITANTES, POR CONCELHO, 2001

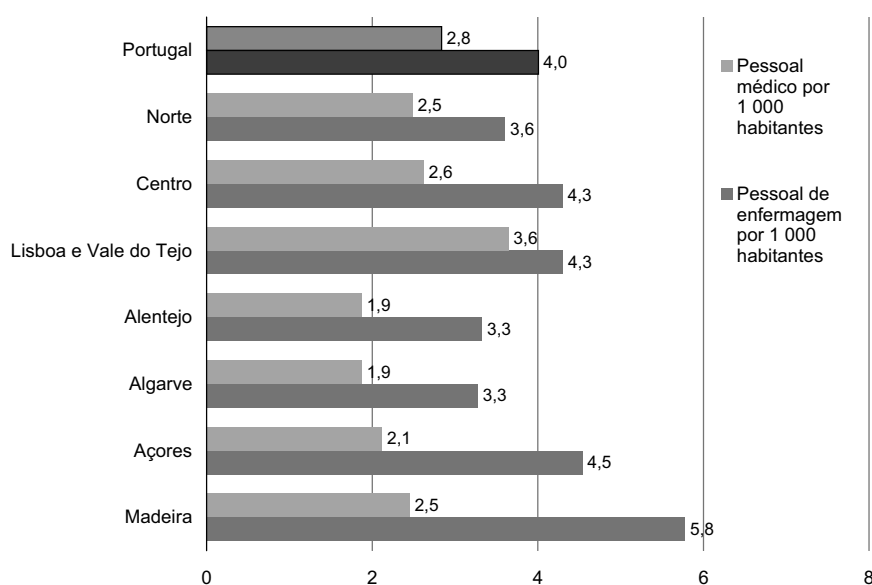


—| PESSOAL AO SERVIÇO

Em 2001, cerca de 29 mil médicos e 41 mil profissionais de enfermagem trabalhavam nos hospitais, nos centros de saúde e nos postos médicos existentes em Portugal. Estes valores não excluem a possível existência de contagens repetidas de pessoal ao serviço em mais do que um estabelecimento de saúde, mas quantificam a oferta dos serviços disponíveis.

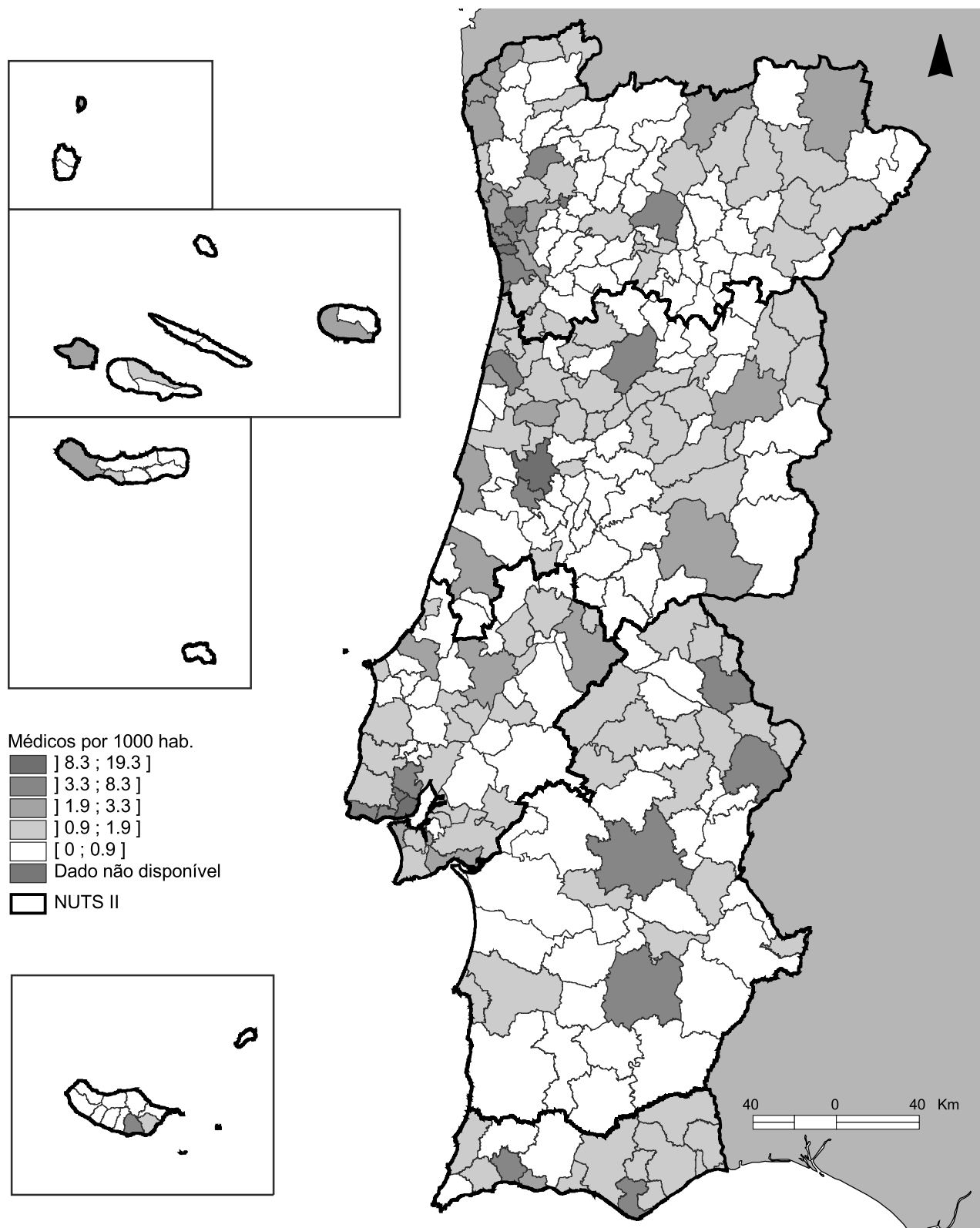
A relação entre o pessoal ao serviço (pessoal médico e de enfermagem) e a população residente mostra que apenas a região de Lisboa e Vale do Tejo detinha um número de médicos por 1 000 habitantes superior à média nacional, sendo que as regiões do Alentejo e Algarve apresentavam o menor valor para este indicador. No que respeita ao pessoal de enfermagem, as disparidades entre as diversas NUTS II são menores, com as regiões da Madeira, Centro e Lisboa e Vale do Tejo a apresentarem valores por 1 000 habitantes superiores à média do país. O Alentejo e o Algarve registavam também neste indicador o menor valor [Figura 14.2].

FIGURA 14.2 PESSOAL MÉDICO E DE ENFERMAGEM AO SERVIÇO POR 1 000 HABITANTES, PORTUGAL E NUTS II, 2001



A distribuição concelhia do número de médicos residentes em relação ao número de habitantes apresentava, em 2001, valores mais elevados nos concelhos mais populosos: Coimbra (com cerca de 19 médicos por 1 000 habitantes) e as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto. Este indicador apresentava também valores elevados nos municípios sede de distrito [Figura 14.3].

FIGURA 14.3 MÉDICOS POR 1 000 HABITANTES, SEGUNDO O CONCELHO DE RESIDÊNCIA, 2001

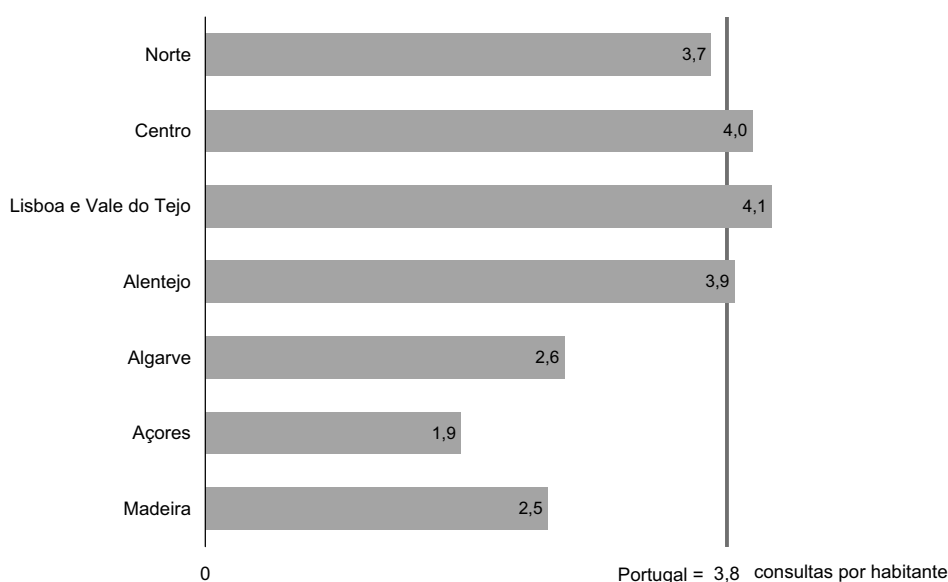


—| SERVIÇOS PRESTADOS

Em 2001, o número total de consultas médicas efectuadas nos hospitais, centros de saúde e postos médicos do país foi superior a 39 milhões. Deste total, a maior parte ocorreu nos centros de saúde, com um parcial de quase 28 milhões de consultas.

A região de Lisboa e Vale do Tejo detinha, em 2001, o maior número de consultas por habitante, o que poderá estar associado à centralidade de alguns dos seus hospitais que detêm, para certas especialidades, áreas de influência que extravasam claramente os limites da região. O Alentejo destacava-se neste indicador, com um valor superior ao da região Norte e quase em paralelo ao da região Centro. Por sua vez, as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e o Algarve apresentavam os números de consultas por habitante mais baixos do país [Figura 14.4].

FIGURA 14.4 CONSULTAS MÉDICAS POR HABITANTE, POR NUTS II, 2001



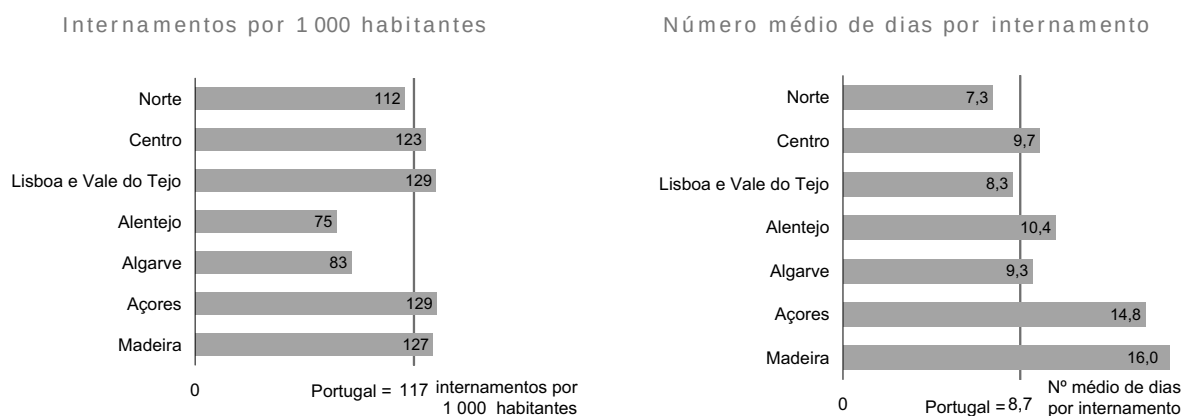
A distribuição concelhia da capitação das consultas médicas revela, para 2001, uma distribuição relativamente homogénea no território municipal do país. Os concelhos do Porto, Alter do Chão, Lisboa, Arronches e Coimbra eram, nessa data, os que apresentavam os valores mais elevados, próximos ou acima de 8 consultas por habitante. Ao contrário, alguns municípios das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e do Algarve detinham os valores mais baixos, inferiores a 2 consultas por habitante e nulos em dois casos (Lajes das Flores e Corvo).

Relativamente à acção desenvolvida na área de internamento, a informação disponível registava, para 2001, cerca de 1,2 milhões de internamentos em Portugal, com uma duração média de 8,7 dias por internamento.

Por regiões, Lisboa e Vale do Tejo, o Norte e o Centro concentravam cerca de 89% dos internamentos ocorridos no país e 84% dos dias de internamento. Estas três regiões apresentavam valores médios de dias por internamento mais baixos do que as restantes regiões nacionais, registando-se um máximo de 16 dias por internamento na Região Autónoma da Madeira [Figura 14.5].

A distribuição regional do número de internamentos por 1 000 habitantes revela que, em 2001, Lisboa e Vale do Tejo e os Açores assumiam os valores mais elevados neste indicador, enquanto o Alentejo e Algarve detinham os valores mais baixos. [Figura 14.5].

FIGURA 14.5 INTERNAMENTOS POR 1 000 HABITANTES E DIAS DE INTERNAMENTO POR 10 000 HABITANTES, POR NUTS II, 2001

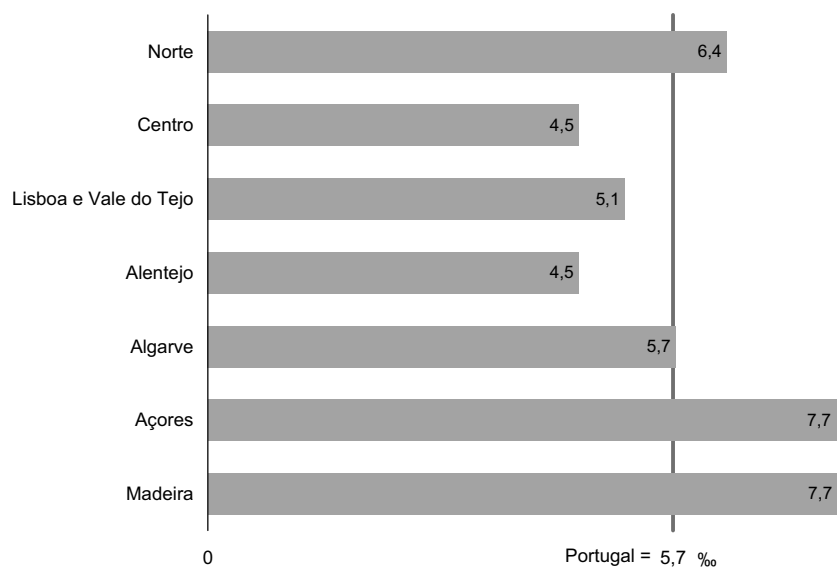


TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL

A taxa de mortalidade infantil em Portugal, calculada para o quinquénio de 1997-2001, era de 5,7 ‰. Este valor representa menos 4 décimas do que o valor do quinquénio de 1996-2000 e confirma a diminuição progressiva da importância relativa deste indicador ao longo dos últimos anos.

Por regiões, a mortalidade infantil assumia, no período analisado, taxas mais baixas nas regiões do Centro e do Alentejo e mais altas nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Além destas últimas, a região Norte também tinha um valor acima da média nacional [Figura 14.6].

FIGURA 14.6 TAXA MÉDIA DE MORTALIDADE INFANTIL, POR NUTS II, QUINQUÉNIO 1997-2001



A desagregação por concelhos daquela informação sobre mortalidade infantil mostra que, para o quinquénio de 1997-2001, em 29 municípios do país a respectiva taxa era nula. Estes concelhos apareciam dispersos pelo território nacional, com especial incidência no interior do Continente. Por seu turno, os concelhos com maior mortalidade infantil eram, naquele período, o das Lajes das Flores, Barrancos, Crato e Vimioso, com taxas acima dos 20 ‰.

15 | PROTECÇÃO SOCIAL

____ | PENSIONISTAS DA SEGURANÇA SOCIAL

No final do ano de 2002, existiam em Portugal cerca de 2 milhões e meio de pensionistas da Segurança Social (activos²⁶). Este número sofreu um acréscimo de 1,4% face a 2001, o que representa um aumento de cerca de 35 mil pensionistas e se deveu exclusivamente ao incremento do número de pensionistas por velhice e sobrevivência, já que os pensionistas por invalidez sofreram um decréscimo de cerca de 1,5%. Esta evolução foi semelhante nas várias regiões.

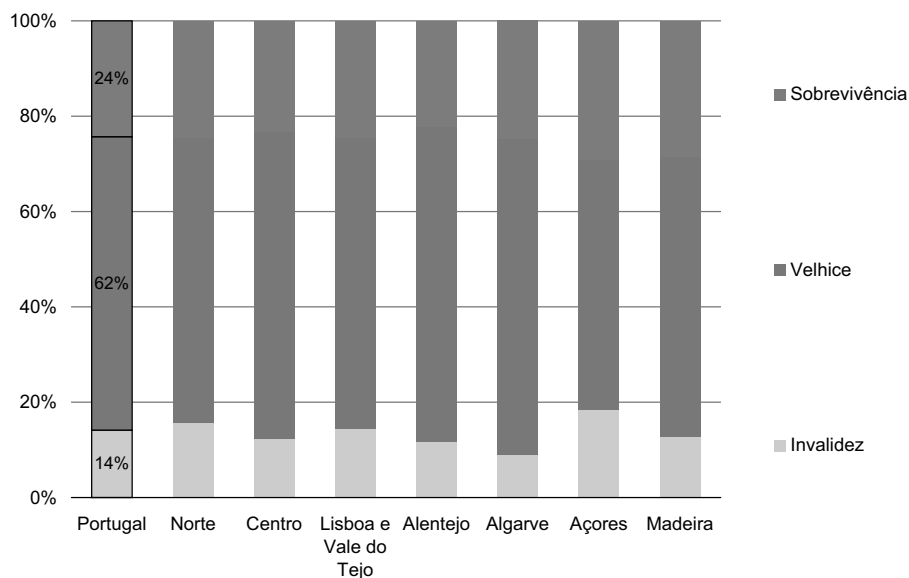
Já em 2001, cerca de 24,5% da população residente no país encontrava-se a receber uma pensão da Segurança Social por motivos de invalidez, velhice ou sobrevivência. A distinção entre estes tipos de pensionistas reside no motivo pelo qual usufrui desta prestação: os pensionistas por invalidez são todos os que recebem uma prestação concedida em vida aos beneficiários que antes de atingirem a idade de reforma por velhice, se encontrem, por motivo de doença ou acidente, definitivamente incapacitados de trabalhar na sua profissão; os pensionistas por sobrevivência são todos os que recebem uma prestação cujo objectivo é o de proteger a família do beneficiário por morte deste e os pensionistas por velhice são os que recebem uma prestação concedida em vida dos beneficiários com o objectivo de os proteger na situação de velhice, substituindo as retribuições de trabalho.

Em termos da distribuição por tipo de pensão, a maior parte dos pensionistas (62%) recebeu uma pensão por motivos de velhice. Os pensionistas por motivos de invalidez e sobrevivência representaram 14% e 24%, respectivamente, do total de pensionistas [Figura 15.1].

As regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Norte, sendo as mais populosas, absorviam perto de 64% dos pensionistas existentes no país. No entanto, as regiões do Alentejo e Centro foram as que concentraram maior número de pensionistas por cada 100 habitantes e os Açores foram a região com menor registo para este indicador.

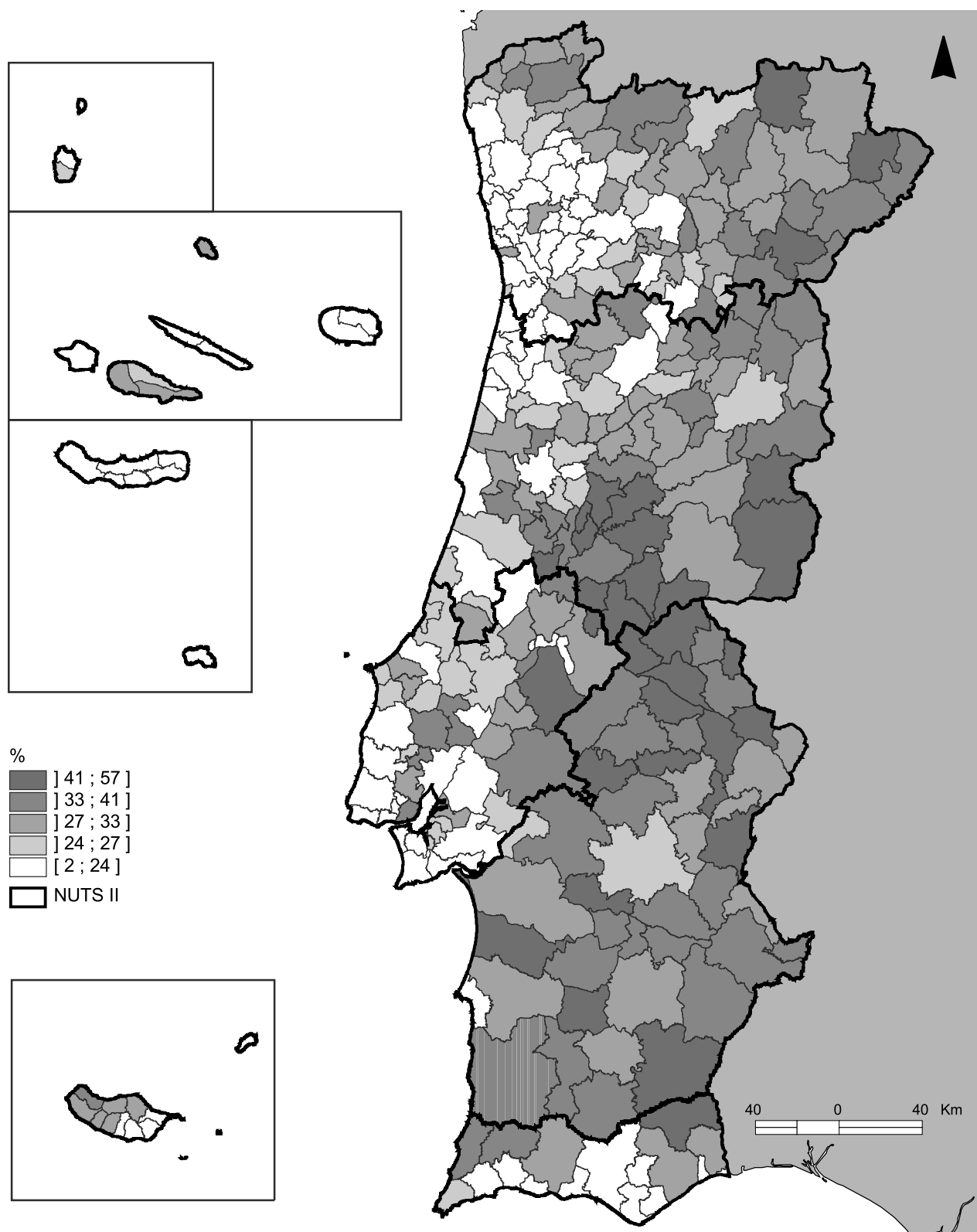
²⁶ Para a análise dos pensionistas e pensões da Segurança Social foram considerados apenas os pensionistas activos, ou seja, os pensionistas registados em 31 de Dezembro, não contemplando assim os pensionistas suspensos que foram registados durante o ano excluindo o mês de Dezembro.

FIGURA 15.1 PENSIONISTAS POR INVALIDEZ, VELHICE E SOBREVIVÊNCIA,
PORTUGAL E NUTS II, 2001



A relação entre o número de pensionistas activos e a população residente ao nível dos concelhos mostra que o interior apresentou, em 2001, uma maior concentração de pensionistas por 100 habitantes, fenómeno a que não é alheia a existência de uma população mais envelhecida nestas áreas do país. É de salientar o facto de cerca de 70% dos concelhos terem apresentado um número de pensionistas activos por 100 habitantes superior à média do país, ou seja, acima de 24% [Figura 15.2].

FIGURA 15.2 PENSIONISTAS POR 100 HABITANTES, POR CONCELHO, 31.12.2001

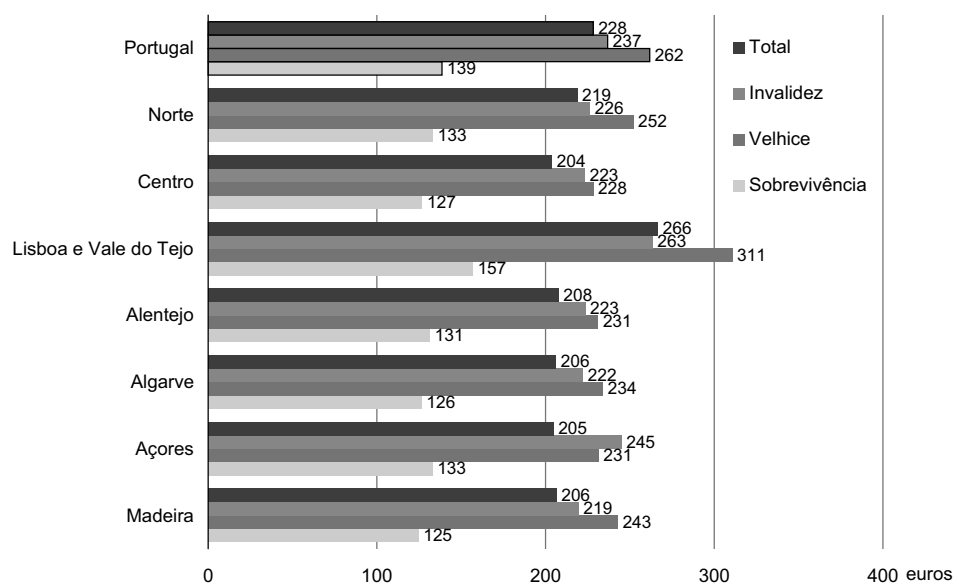


— | PENSÕES DA SEGURANÇA SOCIAL

O universo dos pensionistas em Portugal usufruiu, em 2002, de um montante total de pensões superior a 8 mil milhões de euros, registando um aumento de cerca de 9% face a 2001 (crescimento bastante superior ao observado no número de pensionistas).

Da análise da pensão média mensal paga por pensionista concluiu-se que o valor médio observado para o país foi claramente influenciado pelo valor das pensões pagas em Lisboa e Vale do Tejo dado que foi este o único a situar-se acima do valor nacional (com a excepção dos Açores que também se encontravam acima da média nacional nas pensões de invalidez). A pensão média mensal de sobrevivência situou-se bastante aquém da dos restantes tipos de pensão, tendo a mais elevada sido a de velhice [Figura 15.3].

FIGURA 15.3 PENSÃO MÉDIA MENSAL PAGA POR PENSIONISTA,
PORTUGAL E NUTS II, 2002



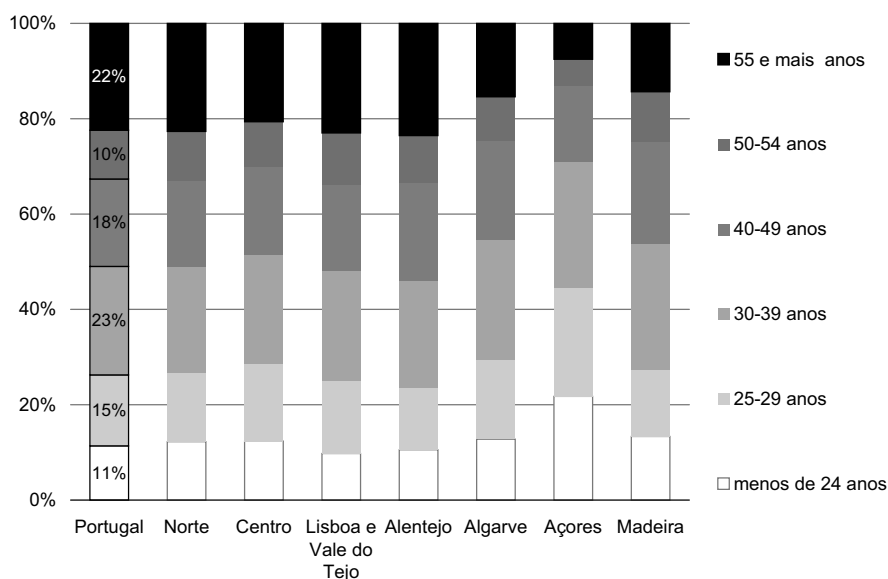
— | PRESTAÇÕES DE DESEMPREGO

Em 2002, cerca de 370 mil indivíduos foram beneficiários de prestações de desemprego, sendo que 157 mil começaram a receber pela primeira vez esta prestação ao longo do ano. Em Portugal, a maior parte destes indivíduos (59%) eram do sexo feminino, tendo esta supremacia sido mais acentuada no Centro (62%), Açores (66%), Alentejo (68%) e Algarve (67%).

Caracterizando os beneficiários deste tipo de prestações segundo a idade, concluiu-se que, em quase todas as regiões, a maior parte dos indivíduos tinha entre 30 e 39 anos. Constatou-se, ainda, que genericamente o segundo escalão etário mais representativo foi o dos 55 e mais anos, o que poderá dever-se ao facto de nestas idades ser mais difícil encontrar nova colocação no mercado de trabalho e

ao processo de reformas antecipadas em que o indivíduo fica durante algum tempo (normalmente coincide com o tempo necessário até atingir a idade de reforma) a usufruir de uma prestação de desemprego. Inclusivamente, este escalão foi ligeiramente superior ao dos 30 aos 39 anos nas regiões Norte e Alentejo. Este fenómeno não se verificou nas regiões do Algarve (onde o segundo escalão mais representativo foi o dos 40 aos 49 anos), dos Açores (com o escalão 25-29 anos a assumir a segunda maior proporção) e da Madeira (onde o escalão 40-49 anos detinha a segunda maior percentagem) [Figura 15.4].

FIGURA 15.4 BENEFICIÁRIOS DAS PRESTAÇÕES DE DESEMPREGO SEGUNDO A IDADE, PORTUGAL E NUTS II, 2002



Ao longo do ano 2002 foi processado, em Portugal, um montante de prestações de desemprego superior a mil milhões de euros, o que equivalia a cerca de 2 900 euros por beneficiário. Ao nível regional, observaram-se grandes disparidades quanto ao montante médio processado por beneficiário com valores que oscilaram entre 3 316 euros, em Lisboa e Vale do Tejo, e 744, nos Açores. Tendo em conta os dias processados e a média de dias processados por beneficiário, o montante recebido por beneficiário foi superior a 13 euros por dia.

Em média, os beneficiários das prestações de desemprego usufruíram-na por um período inferior a um ano.

Os Açores foram a região que apresentou, simultaneamente, o menor montante processado por beneficiário e o menor registo de dias processados por beneficiário, o que poderá dever-se, entre outras razões, a um menor tempo de serviço do beneficiário (que lhe permite usufruir também durante menos tempo da prestação) quer a uma mais rápida colocação no mercado de trabalho [Quadro 15.i].

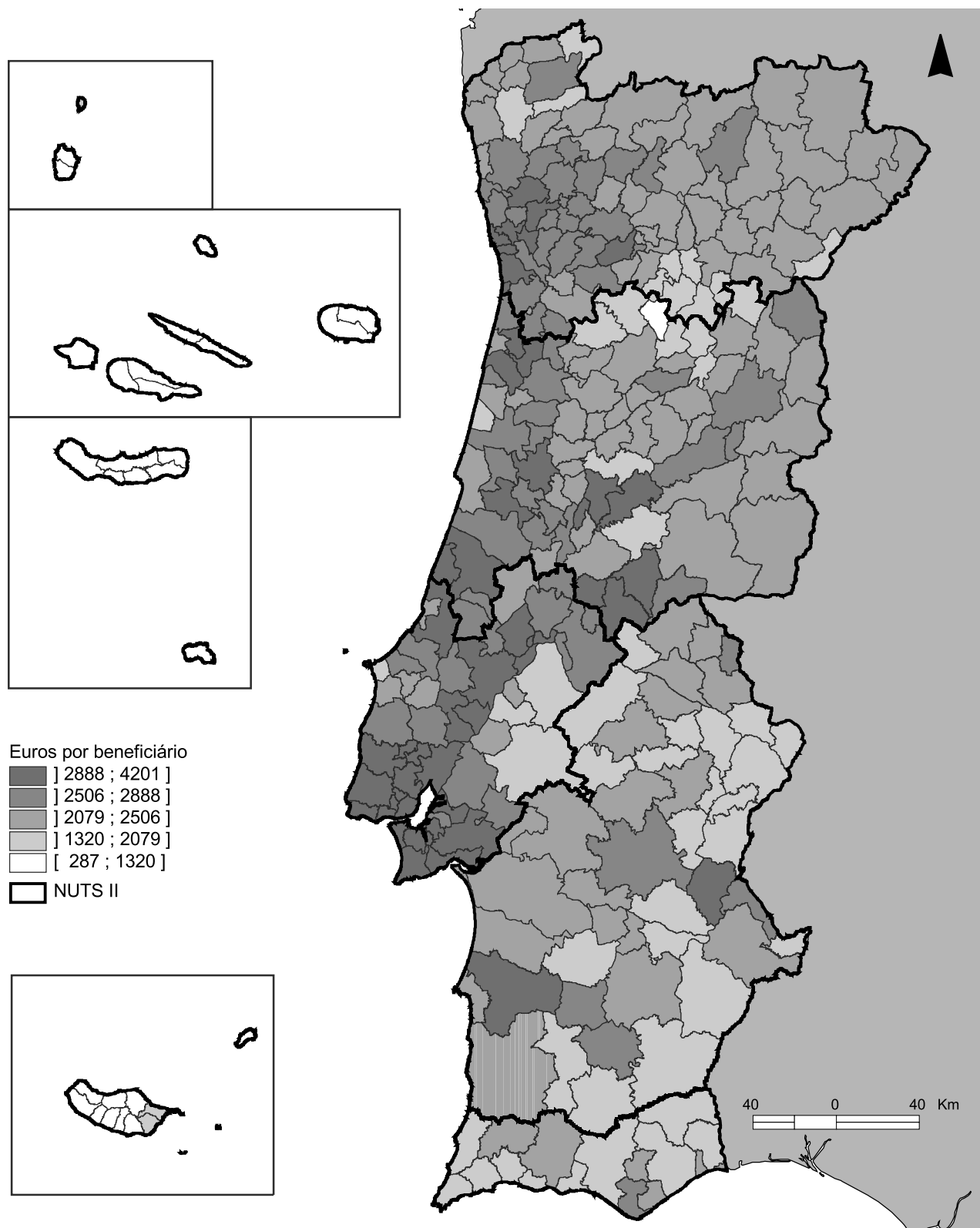
QUADRO 15.i MONTANTES E DIAS PROCESSADOS DE PRESTAÇÕES DE DESEMPREGO,
PORTUGAL E NUTS II, 2002

NUTS II	Montantes processados	Montante médio processado por beneficiário	Dias processados	Dias processados por beneficiário
	Euros		Nº	
Portugal	1 068 990 410	2 888	80 084 288	216
Norte	387 651 881	2 832	30 270 367	221
Centro	137 159 766	2 583	10 682 919	201
Lisboa e Vale do Tejo	387 055 911	3 316	26 447 892	227
Alentejo	56 906 775	2 197	5 045 232	195
Algarve	31 261 217	2 044	2 850 080	186
Açores	2 915 517	744	624 939	159
Madeira	6 007 918	1 247	907 262	188

NOTA: O total para Portugal inclui pensionistas com residência não determinada e residentes no estrangeiro.

A representação cartográfica do montante médio anual processado por beneficiário ao nível dos concelhos, permite concluir que os valores mais elevados se concentraram nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto e em toda a faixa litoral que as separa. Dos 308 concelhos do país, apenas 51 (cerca de 17%) registaram valores médios superiores ao nacional (2 888 euros). O concelho que processou os valores médios mais elevados foi Oeiras em que o valor ascendeu a 4 201 euros por beneficiário. Por outro lado, os seis concelhos com valores mais baixos neste indicador localizavam-se na Região Autónoma dos Açores. [Figura 15.5].

FIGURA 15.5 MONTANTE MÉDIO ANUAL PROCESSADO POR BENEFICIÁRIO, POR CONCELHO, 2002

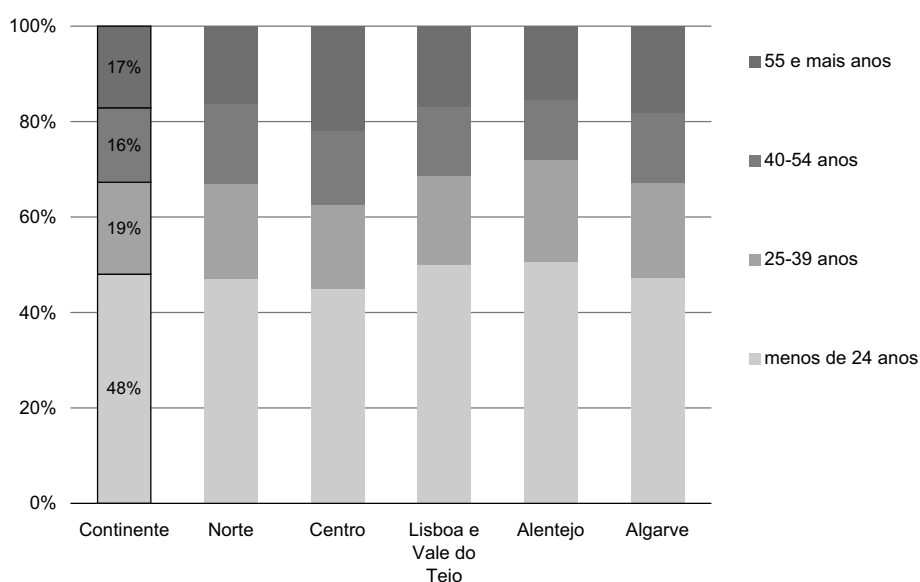


____| RENDIMENTO MÍNIMO GARANTIDO

Em 2002, cerca de 365 mil indivíduos beneficiaram de prestações do rendimento mínimo garantido, sendo que 53% destes eram do sexo feminino. As regiões do Norte e de Lisboa e Vale do Tejo concentraram, naquele ano, 71% dos beneficiários do rendimento mínimo garantido.

No que respeita às idades destes beneficiários²⁷, a maior parte (cerca de 48%) tinha menos de 24 anos, o que poderá justificar-se pelo facto dos titulares desta prestação serem indivíduos com famílias com um elevado número de filhos. Este escalão etário foi o dominante em todas as regiões [Figura 15.6].

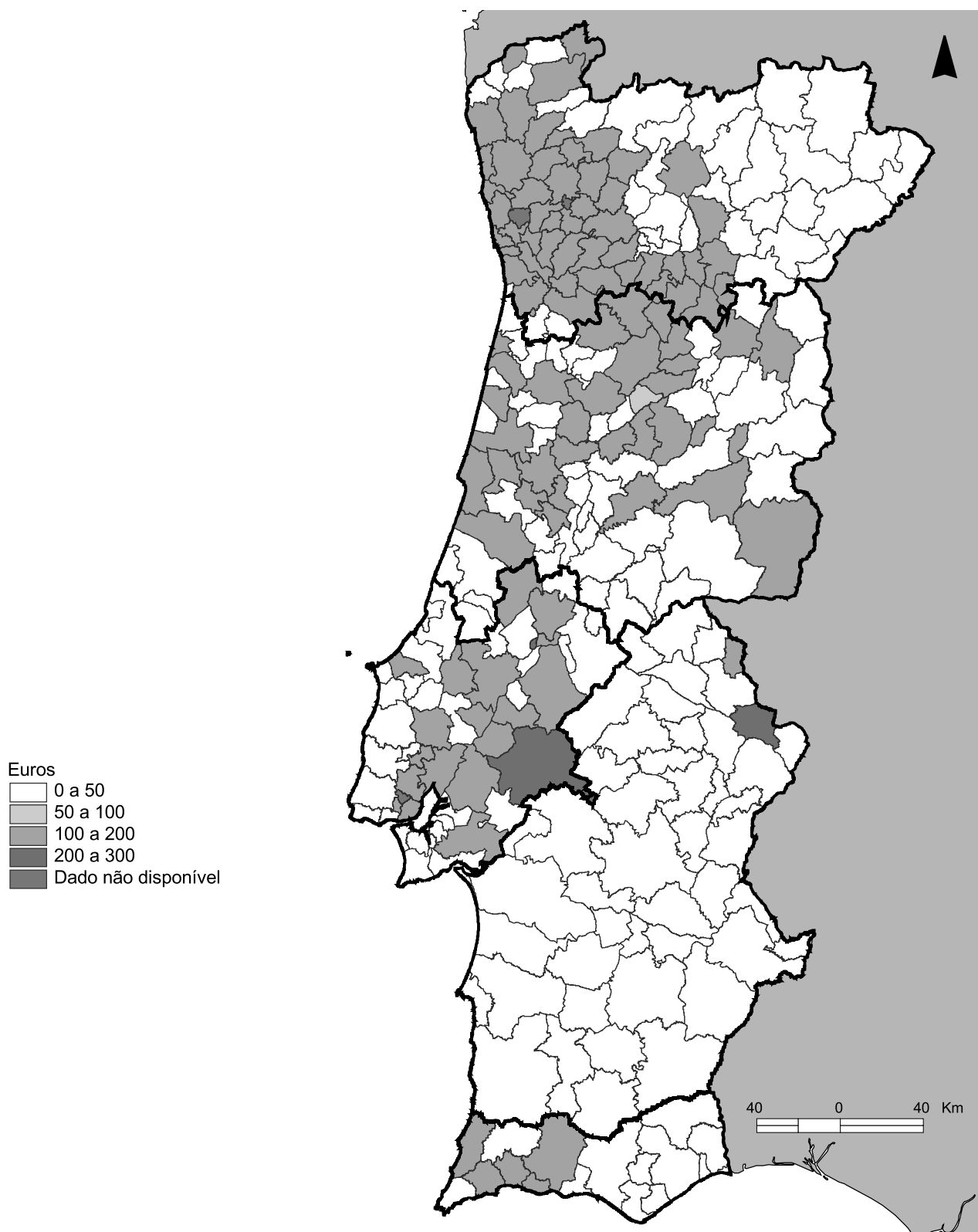
FIGURA 15.6 BENEFICIÁRIOS DO R M G SEGUNDO A IDADE, CONTINENTE E NUTS II, 2002



Cerca de 29% dos beneficiários do R M G no país receberam prestações entre os 100 e os 200 euros e ¼ dos beneficiários receberam prestações inferiores a 50 euros por mês. Também ao nível do concelho predominaram os beneficiários que receberam prestações destes valores, embora o escalão dos 100 aos 200 euros com mais incidência no litoral norte e o escalão menos de 50 euros no interior e sul do país. Apenas no concelho de Nelas dominaram os beneficiários que recebiam prestações entre 50 e 100 euros e nos concelhos de Arronches, Coruche e Entroncamento dominaram os que beneficiaram de prestações entre 200 e 300 euros. Os casos de prestações de mais de 300 euros foram excepção, não sendo dominantes em qualquer concelho [Figura 15.7].

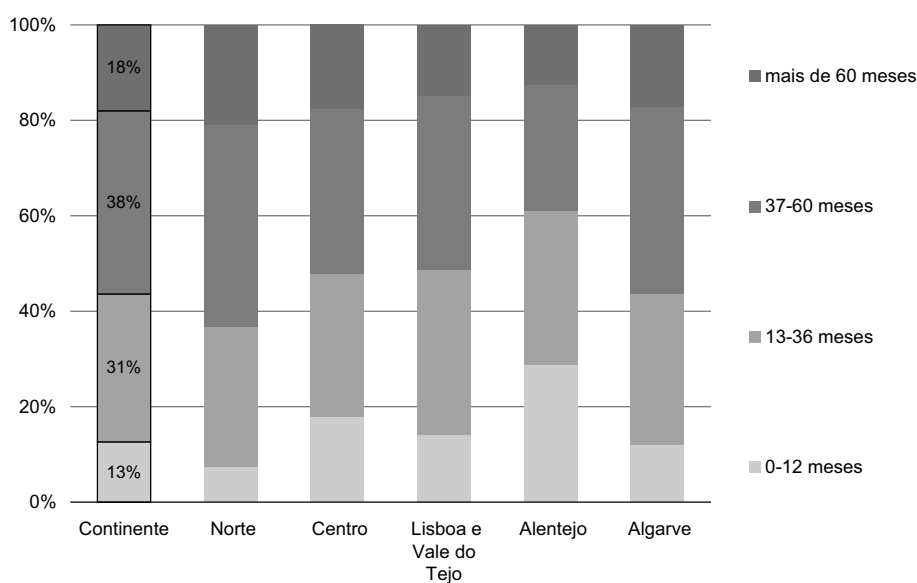
²⁷ Consideram-se como beneficiários todos os membros do agregado familiar do titular do rendimento mínimo garantido, incluindo o próprio titular.

FIGURA 15.7 VALOR DA PRESTAÇÃO MENSAL DO RMG, DOMINANTE NO CONCELHO,
EM TERMOS DE NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS, 2002



Em termos da duração da prestação, grande parte dos beneficiários receberam o RMG durante 3 a 5 anos, exceptuando-se os beneficiários da região do Alentejo onde a maior parte dos beneficiários recebeu a prestação durante 1 a 3 anos. É de realçar o facto de ainda 18% dos beneficiários terem recebido prestações durante mais de 5 anos. Em termos regionais, a maior proporção de beneficiários a receber prestações de RMG há mais de 5 anos correspondeu à região Norte (21%) e a menor ao Alentejo (12%) [Figura 15.8].

FIGURA 15.8 BENEFICIÁRIOS DO RMG, SEGUNDO A DURAÇÃO DA PRESTAÇÃO, CONTINENTE E NUTS II, 2002



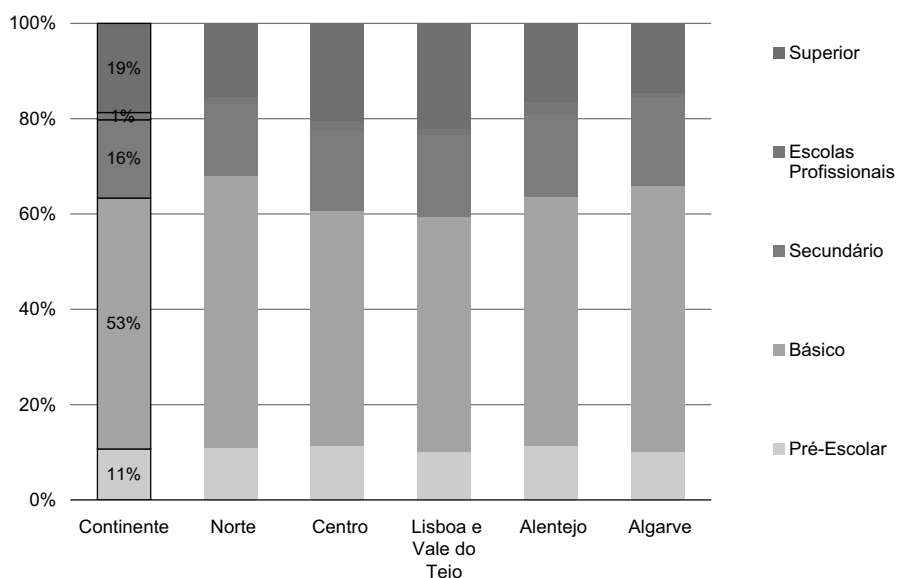
16 | EDUCAÇÃO

____| ALUNOS MATRICULADOS

No ano lectivo de 2001/2002, estavam matriculados nos estabelecimentos de ensino do território continental português 2,1 milhões de alunos, representando uma diminuição de cerca de 2% relativamente ao ano anterior. Pouco mais de metade dos alunos estavam inscritos no ensino básico, cerca de um quinto frequentava o ensino superior e os restantes estudantes estavam matriculados no ensino secundário (16%), no ensino pré-escolar (11%) e nas escolas profissionais (2%).

Esta distribuição de alunos não diferia muito entre regiões, mas Lisboa e Vale do Tejo e o Centro apresentavam as maiores proporções de alunos a frequentar o ensino superior, enquanto na região Norte se encontrava a maior proporção de alunos do ensino básico e a menor proporção de alunos no ensino secundário. O Alentejo era a região onde as escolas profissionais tinham maior importância relativa em termos de alunos (mas ainda assim com pouca expressão). Finalmente, o Algarve destacava-se por apresentar a menor proporção de alunos na educação pré-escolar mas a maior proporção de estudantes a frequentar o ensino secundário. Ainda no que diz respeito à educação pré-escolar, há a salientar o facto de serem as regiões Centro e Alentejo a apresentarem as maiores proporções de alunos neste nível de ensino (com valores acima da média do Continente) [Figura 16.1].

FIGURA 16.1 ALUNOS MATRICULADOS, SEGUNDO O ENSINO MINISTRADO,
CONTINENTE E NUTS II, 2001/2002

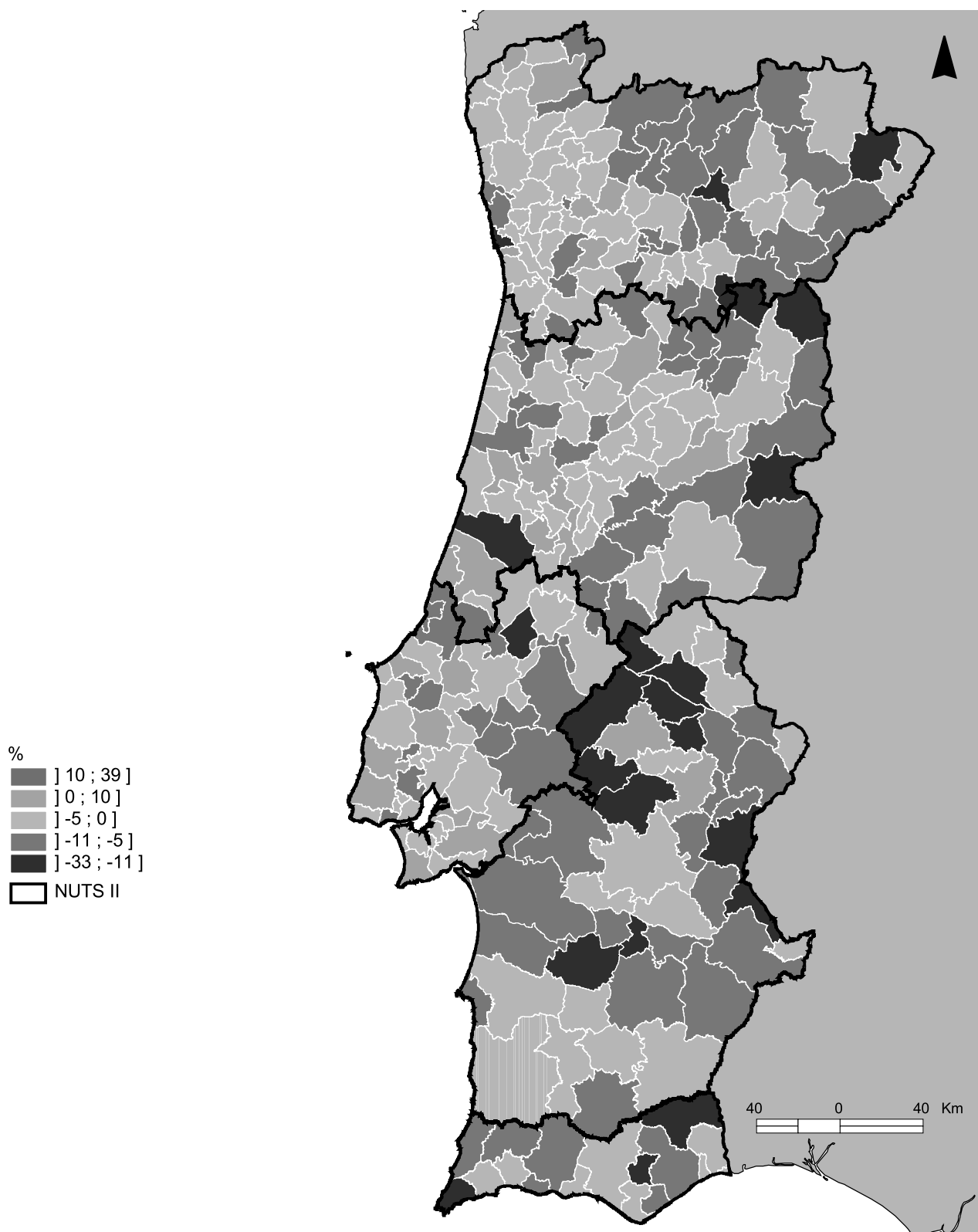


Entre os anos lectivos de 2000/2001 e 2001/2002, a maior parte dos concelhos do país sofreu uma diminuição no número de alunos matriculados, predominando esta situação no interior do país e também em toda a zona a sul do rio Tejo. Assim, a maior parte dos concelhos que apresentavam um aumento do número de alunos albergava cidades capitais de distrito (Porto, Viseu, Coimbra, Leiria, Lisboa) ou concelhos próximos destas zonas urbanas. Constituía exceções alguns concelhos alentejanos (Avis e Estremoz) e do interior Centro (como Manteigas e Covilhã) e Norte (Freixo de Espada à Cinta). Se no caso da Covilhã o ensino superior (mas também o secundário) foi responsável pelo aumento da população escolar, nos concelhos alentejanos e em Manteigas foram as escolas profissionais a contribuir de forma importante para o crescimento do número de alunos (note-se que, nestes concelhos do interior do país, não existem estabelecimentos de ensino superior e, portanto, não será de estranhar um aumento do número de alunos nas escolas profissionais). No caso de Freixo de Espada à Cinta, os dois únicos níveis de ensino existentes neste concelho (pré-escolar e básico) registaram aumentos expressivos no número de alunos [Figura 16.2].

Em 2001/2002, face ao ano anterior, eram as escolas profissionais que apresentavam o maior crescimento no número de alunos (cerca de 8%), concentrado sobretudo nas regiões do Alentejo e de Lisboa e Vale do Tejo. No Continente português, há ainda a salientar um ligeiro aumento (2%) do número de alunos a frequentar o ensino superior, contrastando com diminuições de 4% nos alunos do ensino básico, 2% no ensino secundário e 1% na educação pré-escolar (apenas na região Norte não diminuiu o número de alunos na educação pré-escolar). Estas variações derivam, em parte, do envelhecimento global da população.

No que diz respeito ao ensino superior, todas as regiões viram o número de alunos matriculados aumentar em relação ao ano anterior, tendo o maior crescimento acontecido no Centro (4%). Pelo contrário, o decréscimo de alunos nos ensinos básico e secundário foi comum a todas as regiões, com o Alentejo a apresentar a maior diminuição em ambos os níveis de ensino (-8% no básico e -5% no secundário) tendo-se verificado uma diminuição particularmente acentuada no 1º ciclo do ensino básico (-12%). Aliás, em todo o Continente, apenas 14 concelhos apresentaram um aumento do número de alunos no ensino básico: no Norte, Freixo de Espada à Cinta e Vila Flor; no Centro, Ovar, Leiria, Marinha Grande, Castanheira de Pêra, São Pedro do Sul e Manteigas; em Lisboa e Vale do Tejo, Alenquer, Mafra, Óbidos e Palmela; no Alentejo, Estremoz; e no Algarve, Vila Real de Santo António.

FIGURA 16.2 TAXA DE VARIAÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS,
POR CONCELHO, 2000/01-2001/02

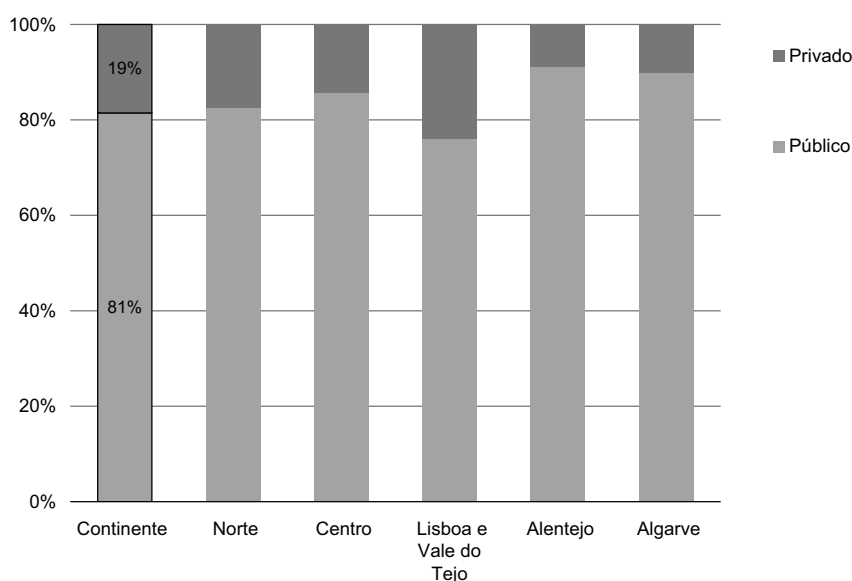


___| ENSINO PÚBLICO E ENSINO PRIVADO

No ano lectivo de 2001/2002, cerca de 81% do total dos alunos do Continente estavam matriculados em estabelecimentos de ensino público, tendo os restantes 19% recorrido à oferta privada [Figura 16.3]. Somente a educação pré-escolar apresentou uma maior proporção de alunos matriculados no ensino privado (51%) do que no público. Por outro lado, os ensinos básico e secundário apresentaram uma proporção de alunos no ensino público de aproximadamente 90% e no ensino superior verificou-se uma percentagem de 71% de alunos que ingressaram no ensino público.

Lisboa e Vale do Tejo surge como a região com maior importância relativa do ensino privado (a única a registar uma percentagem superior à média do Continente), enquanto o Alentejo apresentou a maior proporção de alunos no ensino público [Figura 16.3]. Estas proporções derivam essencialmente dos níveis de ensino pré-escolar (representando os alunos do ensino privado 65% em Lisboa e Vale do Tejo, 43% no Alentejo e 51% no Continente) e superior (representando os alunos do ensino privado 36% em Lisboa e Vale do Tejo, 6% no Alentejo e 29% no Continente).

FIGURA 16.3 ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO PÚBLICO E PRIVADO,
CONTINENTE E NUTS II, 2001/2002



___| ÁREAS DE ESTUDO DO ENSINO SUPERIOR

Em 2001/2002, uma parte significativa dos mais de 396 mil alunos matriculados no ensino superior em Portugal frequentava cursos nas áreas *Comércio e Administração* (16% dos alunos), *Formação de Professores e Ciências da Educação* (13%) e *Engenharia e Técnicas Afins* (12%).

A maior parte dos alunos eram mulheres, sendo a relação de masculinidade dos alunos matriculados de 75 homens por 100 mulheres. Algumas áreas de estudo apresentavam fortes desequilíbrios entre o número de homens e mulheres. Assim, as mulheres predominavam nas áreas de *Formação de Professores e Ciências da Educação, Saúde e Letras* (cerca de $\frac{3}{4}$ dos estudantes), enquanto os homens constituíam a maioria nos cursos de *Engenharia e Técnicas Afins, Ciências Informáticas e Arquitectura e Construção* (mais de $\frac{2}{3}$ dos alunos). Aliás, para além destas últimas áreas mencionadas, os homens apenas ocupavam mais lugares do que as mulheres nos *Serviços Pessoais*.

Desta forma, em termos regionais, a distribuição da ocupação das escolas superiores por homens e mulheres estava de alguma forma relacionada com as áreas de estudo existentes nas regiões. A análise do quociente de localização²⁸ dos alunos matriculados por área de estudo permite conhecer as áreas de especialização das regiões. Assim, se nos estabelecimentos de ensino superior das regiões menos populosas, as mulheres ocupavam um peso ainda maior do que ao nível nacional, tal facto não seria alheio às áreas de estudo de especialização destas regiões: *Formação de Professores e Ciências da Educação* (Alentejo e regiões autónomas), *Agricultura, Silvicultura e Pesca* (Alentejo e Açores) e *Letras* (Algarve e Açores). Já, em Lisboa e Vale do Tejo, Centro e Norte, a diferença entre o número de alunos dos dois sexos é menor. De facto, as áreas em que a frequência de alunos de ambos os sexos é claramente maior que a média nacional são *Ciências Informáticas*, em Lisboa e Vale do Tejo, e *Engenharia e Técnicas Afins*, no Centro, ou seja, áreas onde os homens predominam. Já na região Norte, os cursos nas áreas de *Saúde, Formação de Professores e Ciências da Educação e Serviços Pessoais* apresentavam uma proporção de alunos superior à média do país [Quadro 16.i].

QUADRO 16.i ÁREAS DE ESTUDO DO ENSINO SUPERIOR DE ESPECIALIZAÇÃO DAS REGIÕES, SEGUNDO O QUOCIENTE DE LOCALIZAÇÃO, 2001/2002

Especializações	1ª área de estudo	2ª área de estudo	3ª área de estudo
Norte	Saúde	Formação de Professores e Ciências da Educação	Serviços Pessoais
Centro	Engenharia e Técnicas Afins	Agricultura, Silvicultura e Pesca	Ciências Físicas
Lisboa e Vale do Tejo	Ciências Informáticas	Jornalismo e Informação	Artes
Alentejo	Agricultura, Silvicultura e Pesca	Formação de Professores e Ciências da Educação	Ciências Físicas
Algarve	Serviços Pessoais	Ciências Físicas	Letras
Açores	Agricultura, Silvicultura e Pesca	Formação de Professores e Ciências da Educação	Letras
Madeira	Ciências Físicas	Serviços Pessoais	Formação de Professores e Ciências da Educação

²⁸ Rácio entre o peso, em termos de número de alunos no ensino superior, de uma determinada área de estudo na região e o peso, em termos de alunos, da área de estudo no país. Se este rácio for superior a 1, significa que a área de estudo em questão tem maior relevância no número de alunos da região do que ao nível nacional, ou seja, a região é especializada nessa área de estudo, em termos de número de alunos.

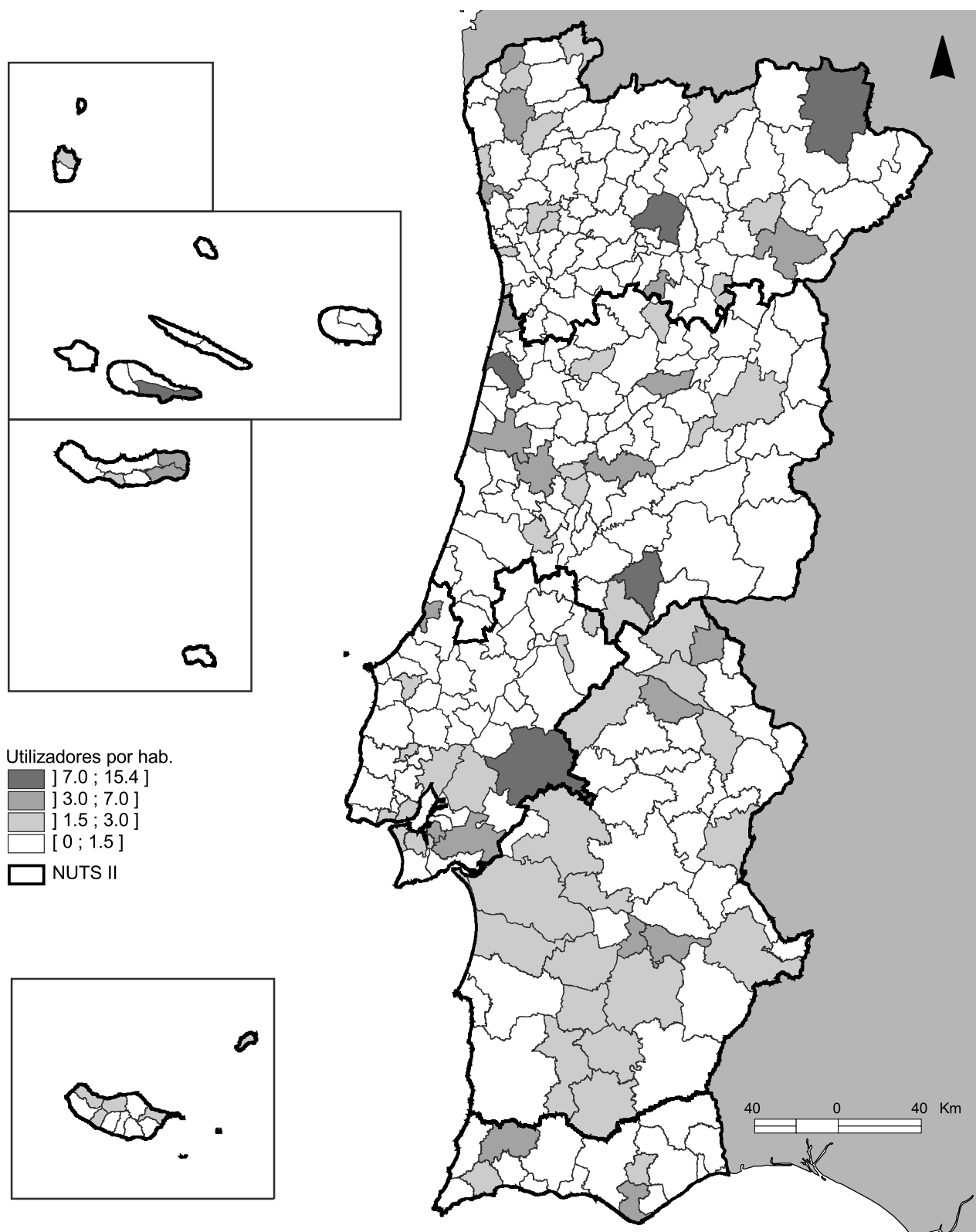
17 | CULTURA E RECREIO

— | BIBLIOTECAS

Em 2001, as 1 912 bibliotecas observadas no país disponibilizavam mais de 40,4 milhões de documentos para consulta. O número médio de documentos consultados por utilizador foi de 1,4, rácio que foi particularmente elevado nos concelhos de Monção e Murça (48,8 e 30,9 documentos consultados por utilizador), ambos pertencentes à região Norte. Por seu turno, o número de documentos emprestados por utilizador cifrou-se em 1,9 documentos por utilizador, atingindo o valor mais expressivo no concelho de Alcácer do Sal (20 documentos emprestados por utilizador).

Em Portugal, cada habitante frequentava em média 1,5 vezes as bibliotecas (para consulta ou empréstimo). Aos concelhos das Lajes do Pico, Vila Real, Bragança, Coruche, Aveiro e Proença-a-Nova correspondiam os valores mais elevados deste rácio de utilizadores por habitante (mais de 7). O Douro e o Baixo Mondego eram as sub-regiões que apresentavam os números mais elevados: 3,4 e 2,9, respectivamente; o Centro era a NUTS II com mais utilizadores por habitante (1,8) [Figura 17.1].

FIGURA 17.1 NÚMERO DE UTILIZADORES DE BIBLIOTECAS POR HABITANTE, POR CONCELHO, 2001



—| MUSEUS E GALERIAS DE ARTE E OUTROS ESPAÇOS DE EXPOSIÇÕES TEMPORÁRIAS

Em 2001, o número de visitantes dos museus nacionais ascendeu a 8,6 milhões, o que corresponde a um crescimento de 16% face ao ano anterior. Por sua vez, o número médio de visitantes por museu foi de cerca de 36,6 mil, ligeiramente inferior ao observado no ano anterior (36,7 mil visitantes).

Lisboa e Vale do Tejo e o Algarve destacaram-se relativamente às outras regiões, por apresentarem valores superiores à média nacional, no que respeita ao número médio de visitantes por museu, com 57,5 mil e 49 mil, respectivamente. Ao nível das sub-regiões NUTS III, o Pinhal Litoral observou, em 2001, a maior média de visitantes por museu (mais de 97 mil), seguido da sub-região da Grande Lisboa (mais de 84 mil).

Nas galerias de arte e outros espaços de exposições temporárias, em 2001, o número de visitantes atingiu 4,1 milhões, mais 11% do que no ano anterior. Ainda assim, o número médio de visitantes por espaço (7 500 indivíduos) diminuiu cerca de 5% face a 2000.

As sub-regiões do Grande Porto e do Oeste observaram, em 2001, os valores mais elevados (mais de 16 mil visitantes por espaço de exposições temporárias), enquanto ao nível das NUTS II, o Algarve (cerca de 11,4 mil) e Lisboa e Vale do Tejo (9,3 mil) ocupavam as posições de destaque.

—| ESPECTÁCULOS AO VIVO

Em 2001, realizaram-se mais de 13 mil sessões de espectáculos ao vivo (mais 46% que no ano anterior), às quais assistiram mais de 3,8 milhões de espectadores (mais 32% que em 2000). Perto de 48% dessas sessões foram realizadas na região de Lisboa e Vale do Tejo, com particular destaque para a sub-região da Grande Lisboa, que registou 1,3 milhões de espectadores (cerca de 36% do total).

Os espectáculos ao vivo realizados, em 2001, tiveram uma assistência média de 291 espectadores (menos 10% que no ano anterior), com a região do Algarve a observar o valor mais elevado (425 indivíduos), seguida da região Norte (305 espectadores). Pelo contrário, os espectáculos ao vivo realizados na Região Autónoma dos Açores contaram com o menor número médio de espectadores (162 indivíduos) [Figura 17.2].

A receita média por sessão realizada foi de cerca de 1,4 mil euros (menos 21% que em 2000), tendo os espectáculos realizados na região de Lisboa e Vale do Tejo proporcionado maiores receitas médias (cerca de 2 mil euros) em contraste com os ocorridos no Algarve (176 euros) [Figura 17.3].

FIGURA 17.2 NÚMERO MÉDIO DE ESPECTADORES POR ESPECTÁCULO AO VIVO,
POR NUTS II, 2001

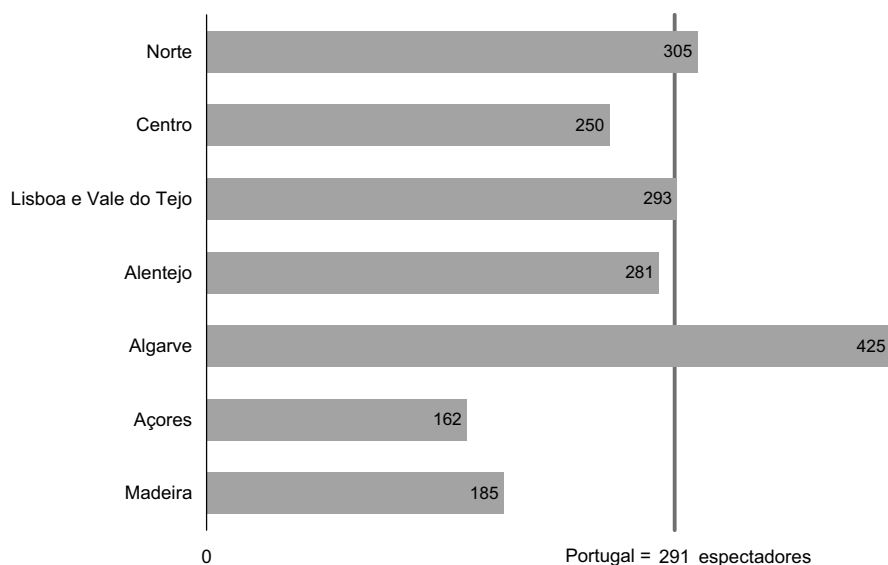
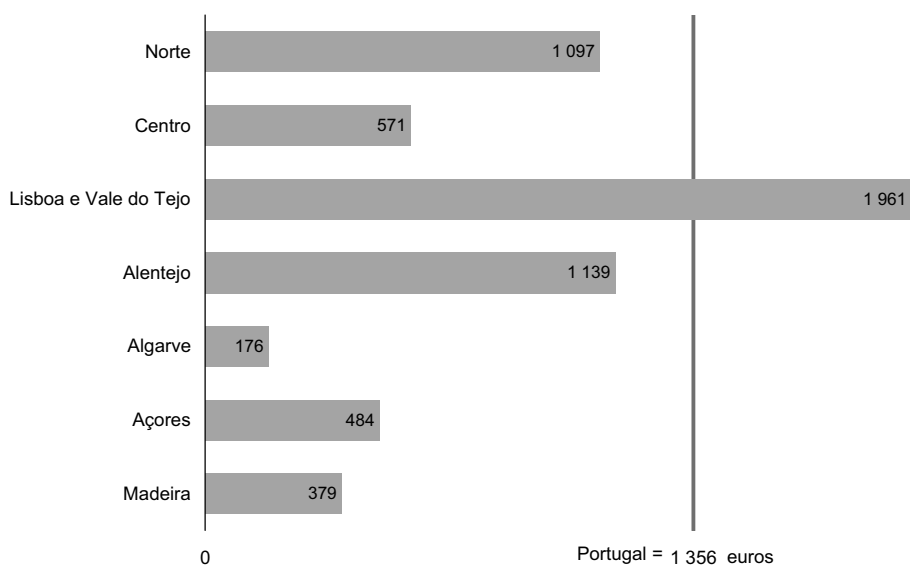


FIGURA 17.3 RECEITA MÉDIA POR ESPECTÁCULO AO VIVO,
POR NUTS II, 2001



—| CINEMA

Em 2001, existiam 238 recintos de cinema com 455 ecrãs e uma lotação de 102 mil lugares, tendo sido exibidas cerca de 450 mil sessões. A estas sessões assistiram quase 19,5 milhões espectadores, o que constitui um acréscimo de 9% face ao ano anterior. As receitas geradas pelos recintos de cinema atingiram 69,2 milhões de euros (mais 15% face a 2000), correspondendo a um preço médio de 3,6 euros por bilhete.

O número médio de espectadores por sessão aumentou ligeiramente face ao ano anterior (de 42,7 para 43,3), o que, conjugado com a diminuição da lotação dos recintos, indica uma maior taxa de ocupação dos recintos de cinema (quociente entre o número médio de espectadores por sessão e a lotação média dos recintos de cinema). A região do Alentejo apresentou a maior média de espectadores por sessão (74), seguida de Lisboa e Vale do Tejo e do Algarve (45, em ambos os casos). As regiões autónomas apresentaram os valores mais baixos para aquele indicador (ambas com 34).

____| DESPESAS DAS CÂMARAS MUNICIPAIS EM ACTIVIDADES CULTURAIS

Em 2001, as câmaras municipais despenderam cerca de 672 milhões de euros em actividades culturais (dos quais 48% em despesas de capital), o que constitui um acréscimo de 20% face ao ano anterior. Da despesa total realizada, 40% foi destinada aos *Jogos e Desportos*, 11% ao *Património* e 10% a cada uma das rubricas *Actividades sócio-culturais* e *Recintos culturais* enquanto que as despesas em cada um dos restantes domínios (*Música*, *Artes Cénicas*, *Publicações e Literatura* e *Outras*) não ultrapassaram os 8%.

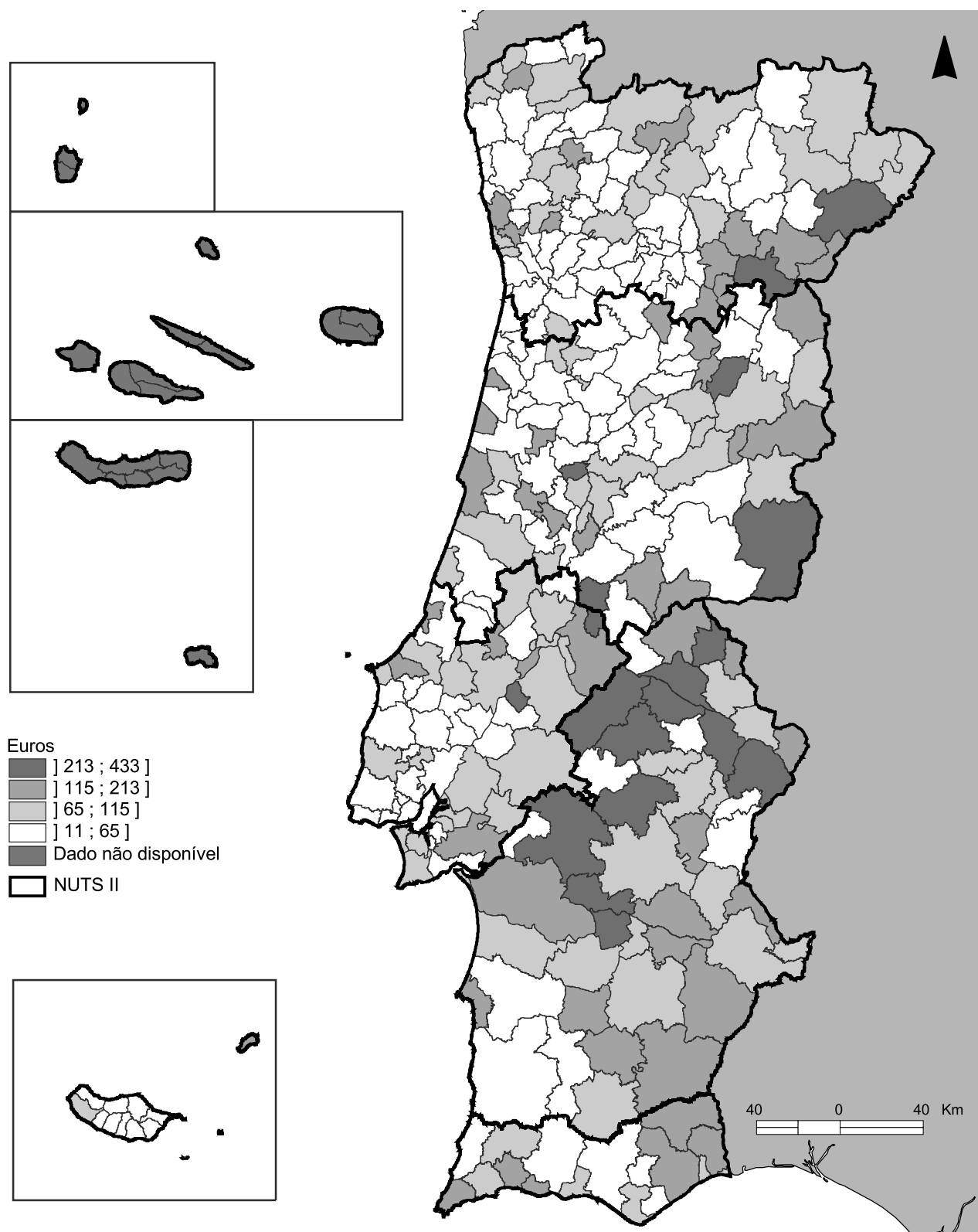
A afectação das despesas correntes pelas diversas rubricas demonstra, também, a relevância da rubrica *Jogos e Desportos* (31% do total de despesas correntes em actividades culturais), seguida das rubricas *Actividades sócio-culturais* e *Publicações e Literatura* com 14% e 11%, respectivamente.

Relativamente às despesas de capital, a importância da rubrica *Jogos e Desportos* acentua-se, representando 50% das despesas de capital realizadas pelas câmaras municipais. Os *Recintos Culturais* (19%) e o *Património* (15%) foram os outros destinos principais das despesas de capital das câmaras municipais.

Da análise concelhia das diferentes rubricas de despesa das câmaras municipais em actividades culturais, destacam-se Paços de Ferreira e Mira por destinarem mais de 85% das respectivas despesas culturais à rubrica *Jogos e Desportos*, enquanto 45 concelhos não dedicaram qualquer montante a esta rubrica. Por sua vez, Ílhavo e Celorico da Beira deram primazia à rubrica *Património* ao afectarem mais de 60% das suas despesas em actividades culturais naquela rubrica, por oposição a 141 concelhos que não realizaram qualquer despesa na mesma. Quanto às despesas em *Actividades sócio-culturais* e *Recintos culturais*, destacam-se Borba e Murtosa, no primeiro caso, e Sever do Vouga, no segundo, onde as respectivas câmaras municipais afectaram mais de 60% do total das despesas a actividades culturais. No entanto, 186 e 219 concelhos, respectivamente, não destinaram qualquer montante às referidas rubricas.

Durante o ano de 2001, as câmaras municipais realizaram em actividades culturais uma despesa média por habitante de pouco mais de 65 euros. Foi à região do Alentejo que pertenceu a despesa em actividades culturais por habitante mais elevada (134 euros), com particular destaque para a sub-região do Alto Alentejo e os seus concelhos do Crato, Monforte, Castelo de Vide e Alter do Chão que apresentavam valores superiores a 300 euros. Por NUTS II, seguiam-se as regiões do Algarve (93 euros) e do Centro (66 euros). Pelo contrário, a Região Autónoma da Madeira (39 euros) e Lisboa e Vale do Tejo (59 euros) destacavam-se por apresentar os menores valores. O concelho de Celorico da Beira foi o que apresentou a despesa em actividades culturais por habitante mais elevada (433 euros) [Figura 17.4].

FIGURA 17.4 DESPESA DAS CÂMARAS MUNICIPAIS EM ACTIVIDADES CULTURAIS POR HABITANTE,
POR CONCELHO, 2001



18 | JUSTIÇA E NOTARIADO

PROCESSOS CÍVEIS, PENAS E TUTELARES NOS TRIBUNAIS

Dos processos entrados nos tribunais em 2001, 73,1% eram de natureza cível, 21,7% penais e 5,2% tutelares. Este predomínio dos processos cíveis, relativamente aos penais e tutelares, verificava-se já no ano 2000.

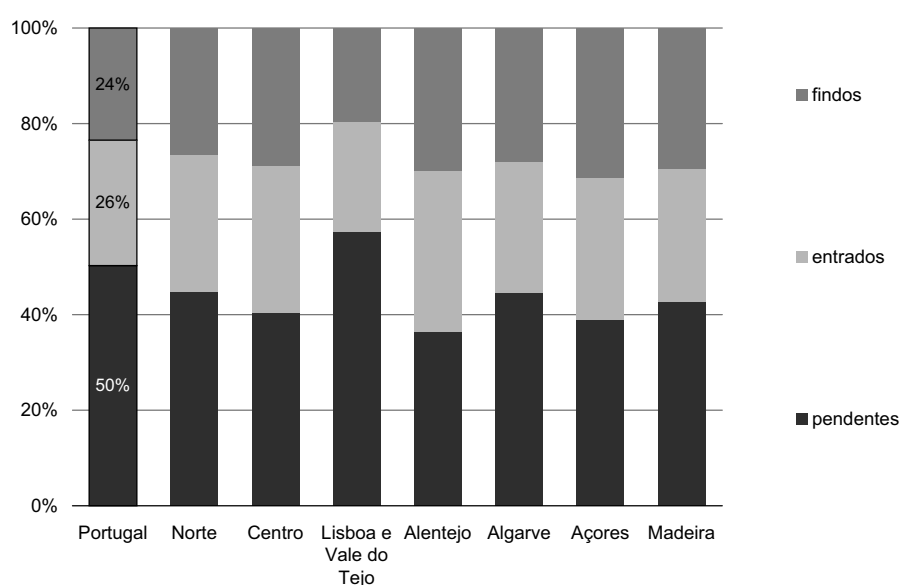
Nos processos pendentes esta tendência era ainda mais notória: 82,3% eram de natureza cível, 14,2% penais e apenas 3,5% tutelares.

Os processos findos revelavam uma estrutura semelhante à dos entrados: 71,0% eram de natureza cível, 22,2% penais e 6,8% tutelares.

Entre 2000 e 2001 o número de processos pendentes (cíveis e penais²⁹) registou uma variação positiva de 1,7%, enquanto os processos entrados diminuíram 1,0% e os processos findos decresceram 9,3%. Apesar do número de processos entrados ter decrescido, a variação negativa registada nos processos findos levou a um acréscimo nos processos pendentes nos tribunais.

Lisboa e Vale do Tejo apresentava em 2001 a maior proporção de processos pendentes (57,3%), superior à verificada para Portugal (50,3%), e a menor proporção de processos findos (19,5%), inferior à do país (23,5%). As proporções mais diminutas de processos pendentes encontravam-se no Alentejo (36,5%) e nos Açores (38,9%). Lisboa e Vale do Tejo era a região com o maior número de processos entrados, no entanto é onde se verificava o menor peso relativo destes processos [Figura 18.1].

FIGURA 18.1 PROCESSOS NOS TRIBUNAIS SEGUNDO O ESTADO, PORTUGAL E NUTS II, 2001



²⁹ Os processos tutelares não são comparáveis devido às alterações, em 2001, do regime jurídico das crianças e jovens em risco.

— | CRIMES E ARGUIDOS

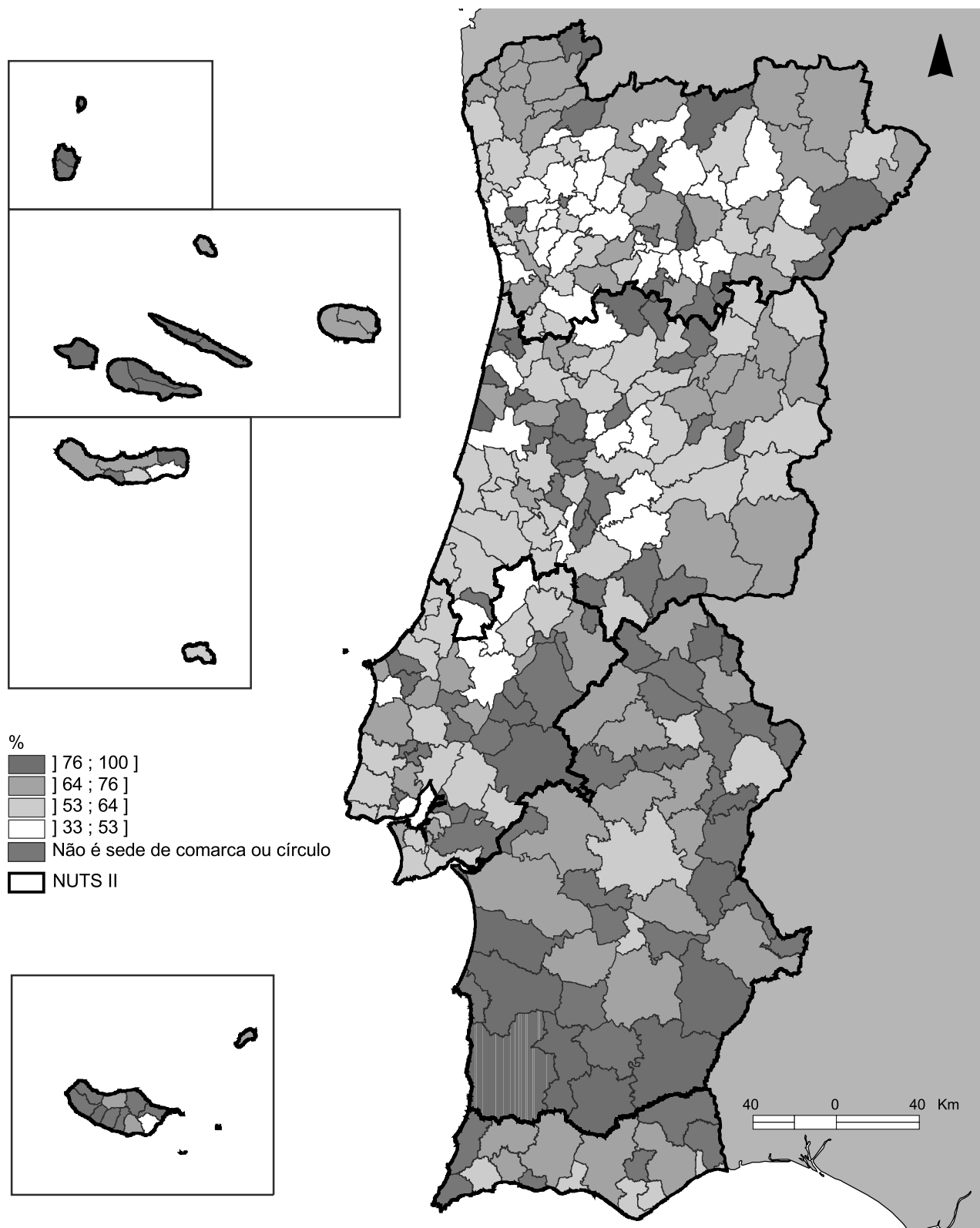
A justiça penal é a área da justiça com mais impacto junto da população e, não sendo a mais expressiva em número de processos nos tribunais, é a que tem um maior destaque na comunicação social. Em 2001, mais de metade (57,9%) dos crimes registados pelas autoridades policiais eram contra o património, 22,8% eram contra as pessoas e 9,7% contra a vida em sociedade. Os restantes 8,6% distribuíam-se entre crimes de legislação penal avulsa e crimes contra o Estado.

Do total de arguidos em processos crime, 58,4% foram condenados. Os restantes arguidos não foram condenados maioritariamente por desistência do processo (48,3%) e por absolvição/carência de prova (35,4%). Os restantes casos de não condenação deveram-se ainda a amnistia (3,0%), prescrição do procedimento criminal (3,3%) ou a outros motivos (10,1%).

A percentagem de condenados em processos crime face ao total de arguidos revelava diferenças significativas a nível regional. Assim, enquanto na região Norte se verificava a menor percentagem (52,4%), em Lisboa e Vale do Tejo a proporção de condenados atingia os 58,7%. O Centro e o Algarve apresentavam proporções, respectivamente, de 61,9% e 62,9% e as regiões autónomas e o Alentejo registavam as proporções mais elevadas: 68,7% (Açores), 69,9% (Madeira) e 70,8% (Alentejo).

A nível concelhio, a proporção de arguidos que foram condenados em processos crime apresentava valores muito díspares (entre 33% e 100%). Nota-se uma concentração dos concelhos com percentagens mais elevadas no Alentejo, nos Açores e em algumas zonas do interior do país. Os concelhos com menor percentagem de condenados situam-se essencialmente no Norte, notando-se ainda alguma concentração de baixas proporções nas regiões Centro e Lisboa e Vale do Tejo [Figura 18.2].

FIGURA 18.2 PROPORÇÃO DE ARGUIDOS CONDENADOS EM PROCESSOS CRIME, POR CONCELHO, 2001



ACTOS NOTARIAIS

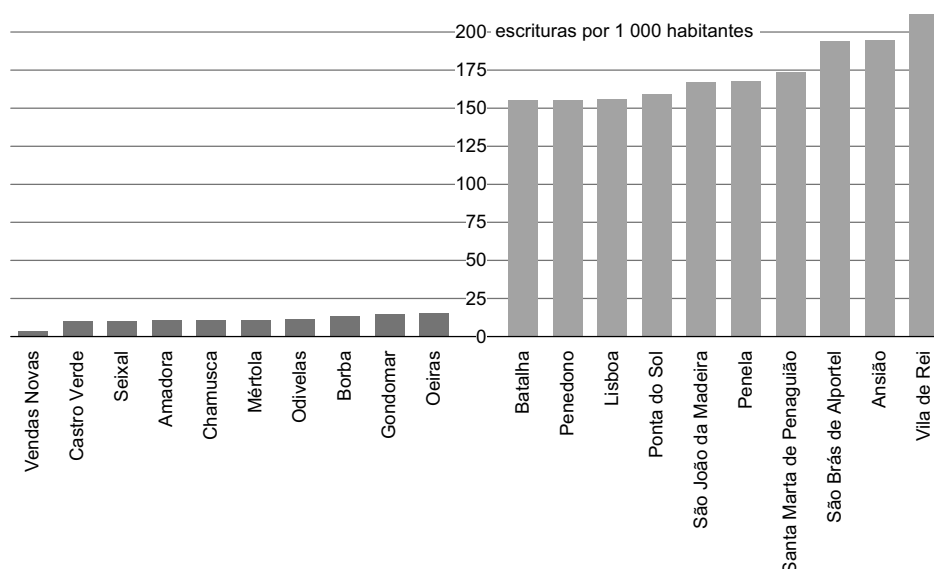
Em 2001, das mais de 600 mil escrituras realizadas em Portugal, 85% concentravam-se nas regiões Norte, Centro e Lisboa e Vale do Tejo. Os tipos de escritura mais frequentes eram a compra e venda de imóveis e o mútuo³⁰, representando no seu conjunto 70% do total de escrituras.

Apesar do número de escrituras ter aumentado ligeiramente entre 2000 e 2001 (+0,9%), a compra e venda de imóveis e o mútuo registaram variações negativas (-6,4% e -1,0%, respectivamente). Houve ainda outros tipos de escritura com decréscimos significativos: o arrendamento comercial (-84,5%) e o trespasse (-66,3%). Pelo contrário, apenas a constituição de sociedades comerciais e civis registou um crescimento face ao ano anterior (+52,2%).

Ao nível do concelho, o número mais elevado de escrituras registou-se em Lisboa (mais de 87 mil), seguido pelo Porto (quase 30 mil), com um valor que corresponde a cerca de um terço do de Lisboa, e por Coimbra (cerca de 13,5 mil). Em Setúbal e Vila Franca de Xira registaram-se ainda cerca de 11 mil escrituras. Estes foram os cinco concelhos com maior número de actos notariais celebrados por escritura pública. Os concelhos onde se verificaram o menor número de actos situam-se nos Açores, concelho do Corvo (14) e no Alentejo: Vendas Novas (43), Castro Verde (74), Mértola (95) e Borba (100).

Ao relativizar o número de escrituras por 1 000 habitantes, apenas Lisboa se mantém nas primeiras posições neste indicador, não apresentando sequer o maior valor. Com os menores valores neste indicador continuam a surgir os quatro concelhos do Alentejo que também registavam dos menores valores em termos absolutos, juntamente com concelhos da Área Metropolitana de Lisboa – Seixal, Amadora, Odivelas e Oeiras [Figura 18.3].

FIGURA 18.3 MAIORES E MENORES RÁCIOS DE ESCRITURAS POR 1 000 HABITANTES, POR CONCELHO, 2001



³⁰ Contrato pelo qual uma das partes (mutuantes) empresta à outra (mutuário) certa quantia em dinheiro ou outra coisa fungível, ficando esta obrigada a restituir outro tanto no mesmo género e qualidade.

19 | AMBIENTE

— | ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Dos cerca de 988 milhões de m³ de caudal captado de água, em Portugal, em 2001, 40% couberam à região de Lisboa e Vale do Tejo enquanto ao Norte e ao Centro corresponderam 24% e 15% do total, respectivamente. Note-se que, no conjunto, estas três regiões foram responsáveis por cerca de quatro quintos do caudal de água captado no país. Face a 2000, o valor nacional registou um crescimento de cerca de 4%; o crescimento anual foi particularmente expressivo no Algarve (cerca de 9%), tendo-se verificado apenas no Alentejo uma redução do caudal de água captado (cerca de -6%).

Aos concelhos de Povoação, Lajes do Pico e Nordeste corresponderam os maiores volumes de caudal de água captado por habitante (com valores superiores a 1 000 m³ de água). Pelo contrário, Aljustrel, São Vicente e Paredes registaram valores inferiores a 20 m³ de água captada por habitante.

Cerca de 47% do caudal de água captado no país foi da responsabilidade das câmaras municipais e dos serviços municipalizados enquanto o restante (mais de metade) coube a outras entidades gestoras. Para este resultado contribuíram decisivamente, entre outros, os concelhos de Lisboa, Porto, Sintra, Funchal, Cascais, Vila Nova de Gaia e Loures, onde os consideráveis volumes de água captados foram da responsabilidade de outras entidades gestoras. Contrariamente, na Região Autónoma dos Açores e no Alentejo, o contributo das outras entidades gestoras para o total de caudal captado ficou-se pelos 0,5% e 6,3%, respectivamente.

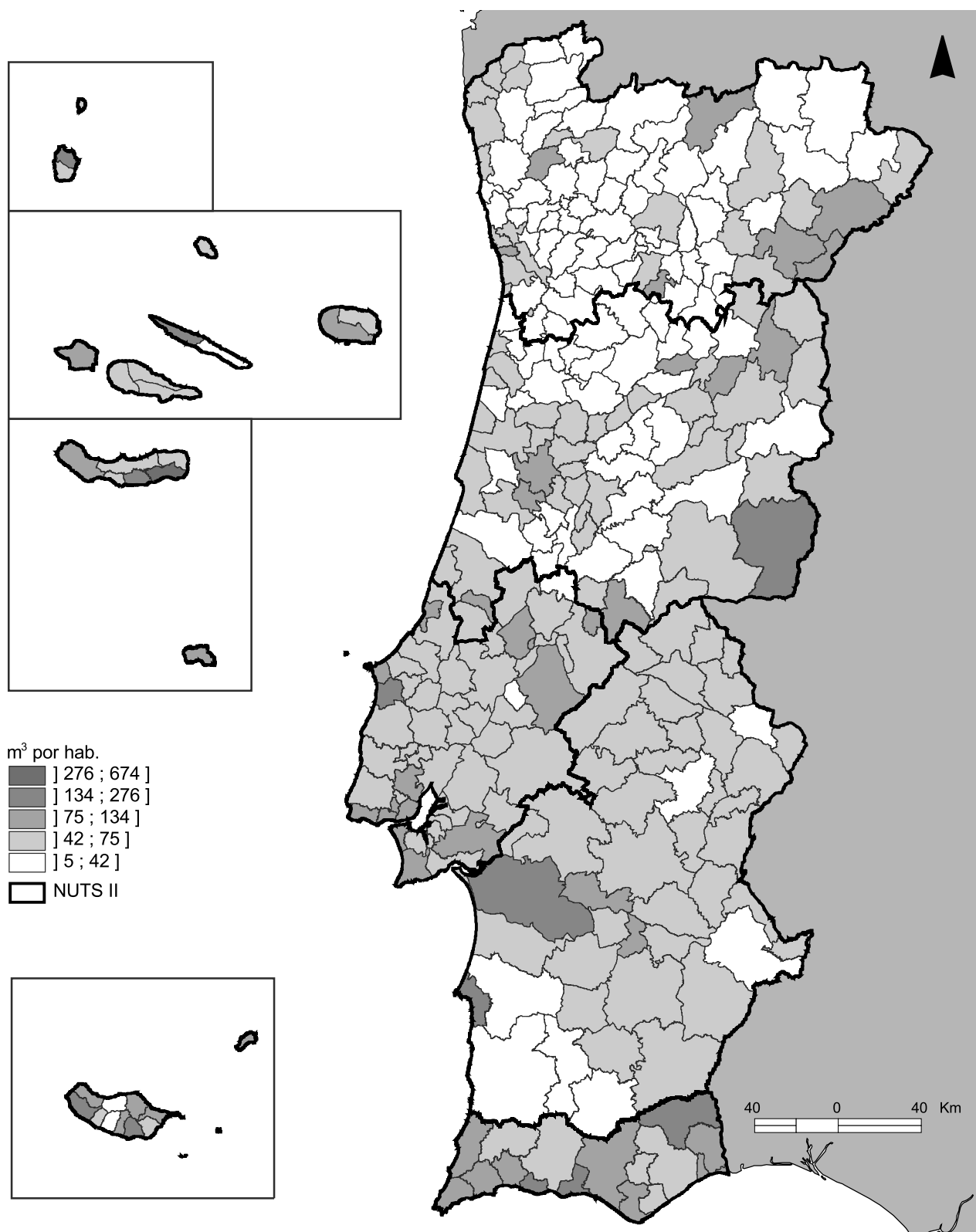
No mesmo ano, o caudal de água que foi alvo de tratamento³¹ no país correspondeu a 863 milhões de m³. Os contributos regionais para aquele total foram semelhantes aos observados para o volume de caudal captado. Em relação a 2000, importa sublinhar o crescimento expressivo no volume de água tratada no Algarve e na Região Autónoma dos Açores (+ 42% e + 55%, respectivamente).

A população servida por abastecimento domiciliário de água no país correspondia, em 2001, a 90,4% da população residente. A região de Lisboa e Vale do Tejo apresentava a proporção mais elevada (99,1%) enquanto o Norte se encontrava no outro extremo (78,8%). Os concelhos menos beneficiados eram Vizela e Lajes do Pico, onde a população servida por abastecimento de água não atingia ¼. Note-se que em 251 concelhos do país (de um total de 308) a população servida por abastecimento de água atingia pelo menos os 90%.

Em 2001, os serviços municipais foram responsáveis pelo abastecimento de cerca de 647 milhões de m³ de água consumida, ¾ dos quais tiveram um destino residencial e de serviços. À região de Lisboa e Vale do Tejo coube mais de 40% daquele consumo enquanto, ao Norte, correspondeu perto de ¼. O concelho de Povoação registou o consumo de água fornecida pelos serviços municipais por habitante mais elevado (cerca de 674 m³ por habitante), o que corresponde a mais do dobro do consumo por habitante de Alcútem, o segundo mais elevado. Pelo contrário, São Vicente, Trofa, Paredes, Cinfães e Baião apresentaram os menores consumos por habitante: abaixo dos 10 m³ de água. Em geral, os concelhos com menores valores concentram-se a norte do país e, ainda, no Alto Alentejo e Baixo Alentejo [Figura 19.1].

³¹ Apenas se considera tratamento se for utilizada uma instalação específica para o efeito. Não se consideram como tratamento os simples processos de filtração ou cloração. Desta forma, a ausência de tratamento não constitui necessariamente um indicador de má qualidade da água.

FIGURA 19.1 CONSUMO DE ÁGUA ABASTECIDA PELA REDE PÚBLICA POR HABITANTE, POR CONCELHO, 2001



—| DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

No que diz respeito à drenagem de águas residuais, foram colectadas, em Portugal, em 2001, 512 milhões de m³ de caudais efluentes, dos quais 18% tiveram origem industrial. Lisboa e Vale do Tejo foi a região que mais contribuiu para aquele total (46% do total de caudais efluentes produzidos) enquanto ao Norte correspondeu uma contribuição de pouco mais de ¼. Em relação a 2000, importa sublinhar o crescimento expressivo no volume de caudais efluentes produzidos na região Norte (+17%).

Porto, Lisboa, Sintra e Loures foram os únicos concelhos a apresentar um volume de efluentes colectados por habitante superior a 1 000 m³. Em 14 concelhos, todos pertencentes às regiões autónomas, observa-se uma total ausência de drenagem de águas residuais.

A proporção de caudais de efluentes produzidos com origem industrial foi particularmente expressiva na Região Autónoma da Madeira (27% do total produzido), seguida da região de Lisboa e Vale do Tejo (21%). Por outro lado, foi no Alentejo que a origem residencial e de serviços dos efluentes produzidos assumiu maior importância (91%).

Por seu turno, o volume de águas residuais tratadas ascendeu, em 2001, a 387 milhões de m³ de água, o que representa mais 27% que no ano anterior. O contributo das diferentes regiões para o total foi semelhante ao verificado para a drenagem de águas residuais.

Em 2001, o tratamento de águas residuais, definido através do rácio entre caudal tratado e caudal de efluentes produzidos, cifrou-se, em Portugal, em 75,7%. Acima da média nacional, ficaram as regiões da Madeira (com tratamento de águas residuais de 100%), Algarve (91%) e Centro (90%). A proporção mais reduzida pertenceu aos Açores (17%). Em 45% dos concelhos, o tratamento de águas residuais atingiu os 100%. Por outro lado, não se registou qualquer tratamento das águas residuais em mais de 10% dos concelhos do país.

—| RESÍDUOS SÓLIDOS

Em 2001, foram recolhidas 4,8 milhões de toneladas de resíduos sólidos, o que traduz um ligeiro crescimento face ao ano anterior. Do volume de resíduos sólidos recolhidos, 97% tiveram origem urbana e, destes, apenas 4% tiveram por base um processo de recolha selectiva. A região Norte salientava-se por exibir a proporção de resíduos sólidos urbanos mais reduzida face ao total recolhido (cerca de 92%). Por outro lado, à Região Autónoma da Madeira correspondia a proporção mais elevada (9,4%) de resíduos sólidos urbanos recolhidos de forma selectiva.

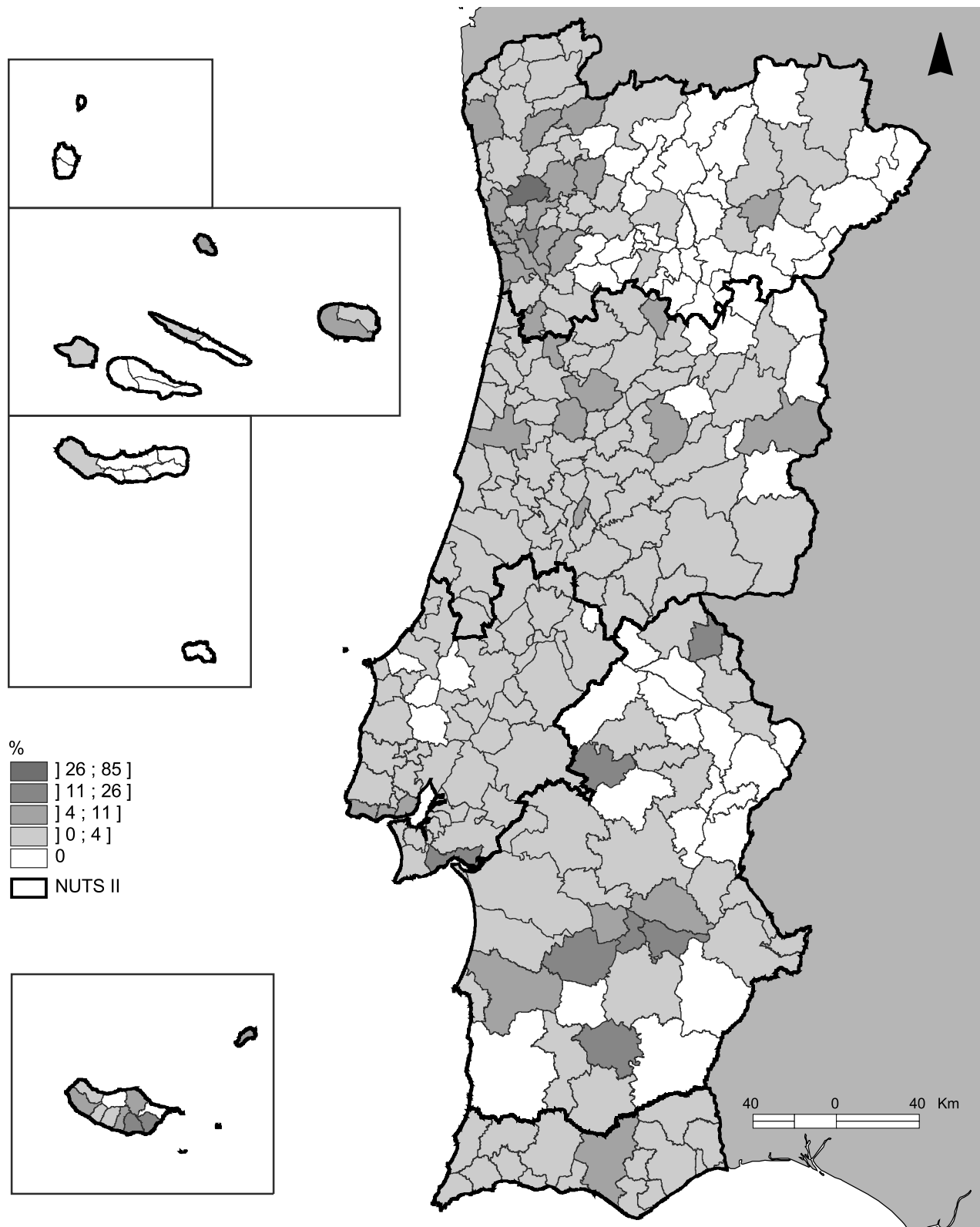
Note-se, ainda, que foi em seis concelhos do Alentejo que a recolha selectiva assumiu maior importância enquanto método de recolha dos resíduos sólidos; em particular, em Castro Verde e em Cuba, cerca de ¼ dos resíduos sólidos recolhidos foram-no de forma selectiva.

O material reciclado ascendeu, em Portugal, em 2001, a 240 milhares de toneladas, o que representa um crescimento de 12% em relação ao registado no ano anterior. Ao Algarve correspondeu o crescimento mais expressivo em termos de material reciclado (+85%) enquanto a Região Autónoma dos Açores exibiu a única redução (-46%). Em 2001, coube à região Norte a maior proporção de material reciclado: dois quintos do total.

Um terço do material reciclado no país correspondia a vidro enquanto 27% consistia em papel e cartão. Na região Centro, três quintos do material recolhido era vidro; por seu turno, o papel e cartão assumiam particular relevância enquanto material reciclado na Região Autónoma da Madeira e em Lisboa e Vale do Tejo: 48% e 40%, respectivamente, do total. Da análise concelhia ressalta, por um lado, o facto de, em Salvaterra de Magos, só se ter verificado reciclagem de papel e cartão e de, por outro lado, em 27 concelhos do país, apenas se ter procedido à reciclagem de vidro.

Em 2001, a taxa de reciclagem, definida pela proporção entre os materiais reciclados vendidos ou cedidos e os resíduos sólidos urbanos recolhidos, foi de 5,1%, em Portugal. A Região Autónoma da Madeira registou a taxa de reciclagem mais elevada, de entre as regiões NUTS II do país (12%); seguiram-se-lhe o Norte e Lisboa e Vale do Tejo (6,9% e 4,6%, respectivamente). O Ave destaca-se entre as NUTS III por exibir uma taxa de reciclagem de 22,4%; seguiram-se-lhe o Baixo Alentejo e o Grande Porto, cujas taxas de reciclagem foram de 7,6% e 7,5%, respectivamente. Para aquele resultado da sub-região do Ave, contribuiu decisivamente o concelho de Vila Nova de Famalicão ao apresentar uma taxa de reciclagem de 85,4%. Nos concelhos de Castro Verde, Valongo e Cuba, o rácio foi também expressivo: cerca de $\frac{1}{4}$. Em mais de um quinto dos concelhos portugueses, a taxa de reciclagem foi nula [Figura 19.2].

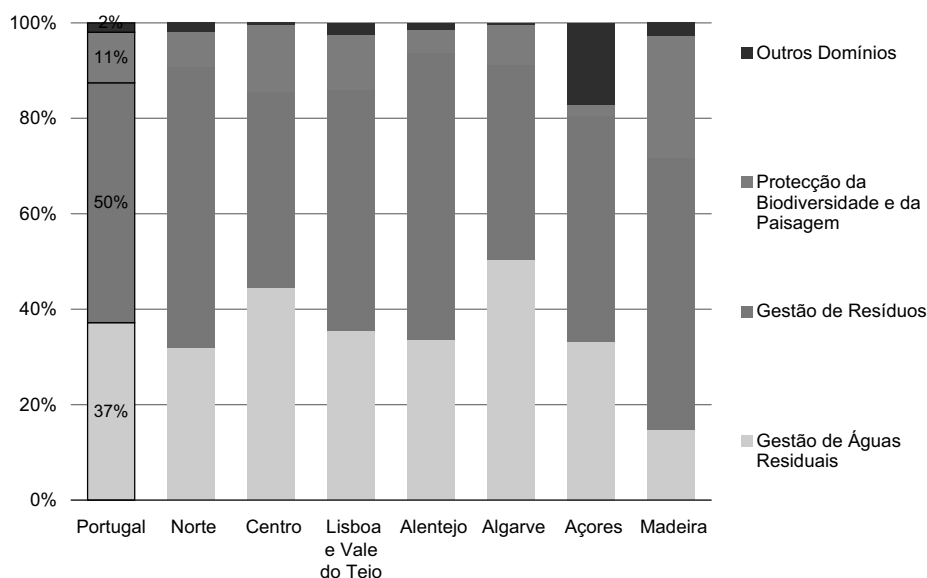
FIGURA 19.2 TAXA DE RECICLAGEM, POR CONCELHO, 2001



RECEITAS E DESPESAS DOS MUNICÍPIOS

No ano de 2001, as receitas dos municípios portugueses com o ambiente cifraram-se em 190 milhões de euros enquanto as despesas ascenderam a 529 milhões de euros. Face a 2000, registou-se um crescimento de cerca de 4% das despesas enquanto as receitas não sofreram alteração assinalável. Em todas as NUTS II, as despesas excederam as receitas, tendo esta diferença sido máxima no Norte (97 milhões de euros) e mínima nos Açores (6 milhões de euros). O domínio *gestão dos resíduos* absorvia a nível nacional metade das despesas, seguido do domínio *gestão de águas residuais* com 37% da despesa total [Figura 19.3].

FIGURA 19.3 DESPESAS DOS MUNICÍPIOS SEGUNDO OS DOMÍNIOS DE GESTÃO E PROTECÇÃO DO AMBIENTE, PORTUGAL E NUTS II, 2001



Santa Cruz das Flores registou, em 2001, simultaneamente o montante mais elevado de receita municipal por habitante (1,5 milhares de euros) e de despesa municipal (1,6 milhares de euros), com o ambiente. Em 37 concelhos do país, não se registou qualquer receita municipal com o ambiente. Sublinhe-se ainda que, em Mourão e Amares, a rubrica *gestão de águas residuais* apresentava uma proporção particularmente elevada no total de despesas municipais (100% e 93%, respectivamente). Por outro lado, em cerca de 20 concelhos (dos quais, 12 pertencentes às regiões autónomas), as despesas municipais com o Ambiente foram totalmente canalizadas para a rubrica *gestão de resíduos*.

20 | CONDIÇÕES DE VIDA

—| CONFORTO DOS AGREGADOS DOMÉSTICOS PRIVADOS

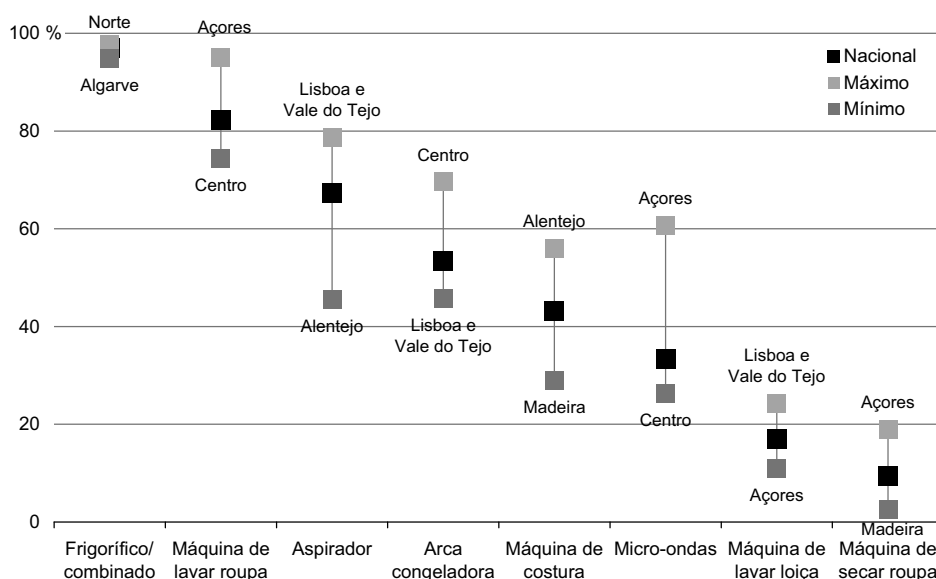
Em Portugal, no ano 2000, de entre os *equipamentos de aquecimento de água* analisados no Inquérito aos Orçamentos Familiares (IOF), o *aparelho não eléctrico* era o que predominava nos alojamentos dos agregados familiares (62,7% dispunham deste equipamento). Em termos de *aparelhos de aquecimento de ar*, o *aparelho eléctrico* estava presente em 46,6% dos alojamentos, enquanto que o *não eléctrico* constava em apenas 20,9%. Face a 1995, foi possível observar um acréscimo no número de *aparelhos não eléctricos* com a função de aquecimento de ar (+ 3,6 pontos percentuais (p.p.)), enquanto que os *aparelhos eléctricos de aquecimento de ar* diminuíram a sua presença nos alojamentos dos agregados familiares nacionais (- 5,4 p.p.).

Em termos regionais, o Alentejo era a região em que os *aparelhos de ar condicionado* tinham uma maior implantação (em 5% dos alojamentos) em oposição ao Norte (em 1,6% dos alojamentos). Quanto aos *aparelhos de aquecimento de ar*, Lisboa e Vale do Tejo detinha a maior proporção de agregados que possuíam *aparelhos eléctricos* (62,3%), ao passo que o Alentejo registava a maior proporção de agregados com *aparelhos não eléctricos* (28,8%). Saliente-se, ainda, a elevada incidência de *aparelhos de aquecimento de água eléctricos* no Norte (em 32,6% dos alojamentos) e de *não eléctricos* nos Açores (83,7%).

Ao nível de *equipamentos de apoio ao trabalho doméstico*, e em termos nacionais, verificou-se que, em 2000, o *fogão* estava presente na quase totalidade dos alojamentos dos agregados domésticos privados (99,4%) bem como o *frigorífico/combinado* (97,1%). Face a 1995, estas proporções representam aumentos de 0,1 e 2,6 pontos percentuais, respectivamente. A *máquina de lavar roupa* era outro dos equipamentos com maior presença nos alojamentos (em 82,2%), contrariamente ao *desumidificador* que constava num menor número de alojamentos (em 5,3%). Nos últimos 5 anos da década de 90 observou-se um aumento generalizado na proporção de agregados domésticos detentores de diversos *equipamentos de apoio ao trabalho doméstico*, sendo de destacar o caso do *micro-ondas* que apresentou uma evolução positiva de 21,7 pontos percentuais. Em oposição, a *máquina de costura* diminuiu, em 4,9 pontos percentuais, a sua presença nos lares portugueses.

Regionalmente, Lisboa e Vale do Tejo destacava-se das restantes regiões no que concerne à presença de alguns *equipamentos de apoio ao trabalho doméstico* nos alojamentos: *máquina de lavar roupa* (88,2%), *aspirador* (78,7%), *máquina de lavar loiça* (24,3%), *desumidificador* (9,1%) e *máquina de lavar e secar roupa* (6,5%). O Centro evidenciava-se com a maior proporção de agregados que possuíam *arca congeladora* (em 69,6% dos alojamentos), enquanto que o Alentejo apresentava a maior incidência de *máquina de costura* (56,0%). Por fim, refira-se o caso dos Açores com valores apreciáveis na proporção de agregados domésticos com *micro-ondas* (60,7%) e *máquina de secar roupa* (19,%) [Figura 20.1].

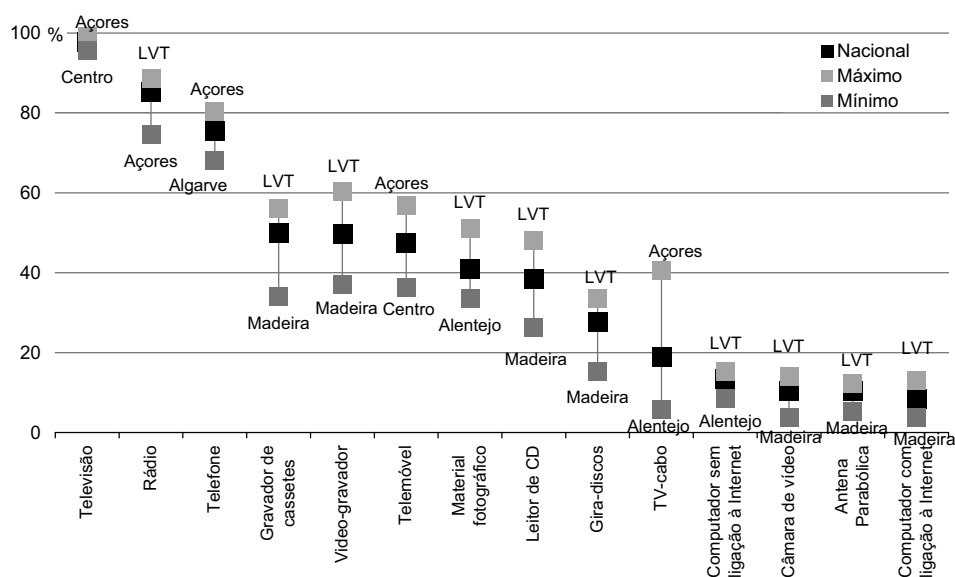
FIGURA 20.1 DISPARIDADES REGIONAIS DA PROPORÇÃO DE AGREGADOS DOMÉSTICOS PRIVADOS COM ALGUNS EQUIPAMENTOS DE APOIO AO TRABALHO DOMÉSTICO, 2000



Sem surpresa foi o facto de, em 2000, a *televisão* e o *rádio* terem sido os *bens de equipamento de áudio/vídeo* que constavam na maior parte dos alojamentos do país (97,9% e 85,4%, respectivamente). O *telefone*, o *gravador de cassetes*, o *vídeo gravador* e o *telemóvel* encontravam-se também presentes numa grande parte dos alojamentos nacionais. Face a 1995, ano do anterior IOF, sobressaem os aumentos no número de agregados que dispunham de *gravador de cassetes/gira discos* (+ 37,5 p.p.), de *leitor de CD* (+ 20,2 p.p.) e de *computador* (+ 11,9 p.p.), com ou sem ligação à internet.

Em 2000, os agregados familiares residentes na região de Lisboa e Vale do Tejo possuíam a generalidade dos *bens de equipamento de áudio/vídeo* em maior percentagem face às restantes NUTS II. Para além dessa região, apenas os Açores se destacaram nos casos da *televisão*, do *telefone* e da *tv-cabo*, apresentando uma maior incidência de agregados que dispunham destes equipamentos. A região da Madeira registava, pelo contrário, as menores proporções de agregados domésticos detentores de uma grande parte dos *bens de equipamento de áudio/vídeo* [Figura 20.2].

COM EQUIPAMENTOS DE AUDIO/VÍDEO E COMUNICAÇÕES, 2000



Relativamente aos meios de transporte verificou-se que, em 2000, cerca de 2,2 milhões de agregados familiares possuíam *automóvel*, o que representava 59,9% dos agregados domésticos totais. Seguidamente, os meios de transporte *bicicleta* e *ciclomotor* encontravam-se ao dispor de 21,3% e 14,3% dos agregados familiares totais, respectivamente. Comparativamente a 1995, registou-se um acréscimo na proporção de agregados detentores de *automóvel* e de *motociclo* e um decréscimo ao nível das *bicicletas* e dos *ciclomotores*.

A proporção de agregados que possuíam *veículo ligeiro de passageiros ou misto* era superior na região de Lisboa e Vale do Tejo, logo seguida da região Norte. Por seu turno, a Madeira registava a menor percentagem de agregados que possuíam *automóvel* (45,7%), bem como veículos de duas rodas: *bicicleta* (3,3%) e *motociclo* (1,7%). De notar que na região Centro 35,4% dos agregados dispunham de *bicicleta* (+ 14,1 p.p. que a nível nacional) e 23,7% possuíam *ciclomotor* (+ 9,4 p.p. que o valor nacional).

Entre 1995 e 2000 verificaram-se aumentos no número de agregados familiares que possuíam outro tipo de bens, nomeadamente, *residência secundária* e *garagens* dentro ou fora do edifício. A posse de *residência secundária* mais que duplicou no período referido, sendo pertença de mais de 306 mil agregados domésticos privados no país (8,5%). No ano de 2000, 25,4% dos agregados familiares possuíam *garagem* dentro do edifício (+ 8,7 p.p., face a 1995) e 7,7% dispunham desse equipamento fora do edifício (+ 1,6 p.p. que em 1995).

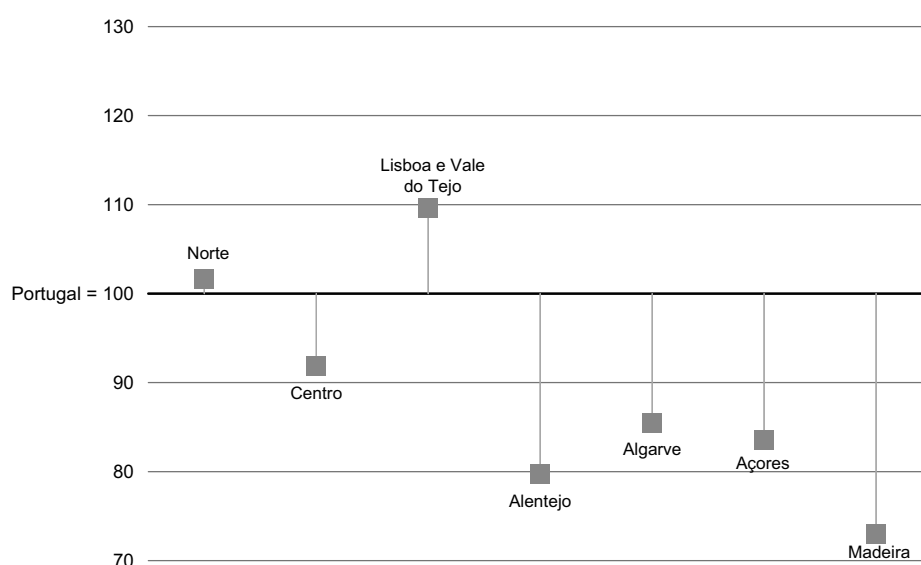
As regiões do Norte e do Centro eram aquelas onde residiam as maiores proporções de agregados domésticos com disponibilidade de *garagens*, quer no interior dos edifícios (34,7% e 34,6%, respectivamente), quer no exterior (11% e 9,5%, respectivamente), pertencendo os valores mais baixos ao Algarve e à Madeira. A região de Lisboa e Vale do Tejo evidenciou-se pela supremacia ao nível da posse de *residências secundárias* por parte dos agregados domésticos (13,1%). Esta proporção significa, em termos globais, que 55,2% do total de agregados domésticos privados com

residências secundárias residiam em Lisboa e Vale do Tejo. No extremo oposto, apenas 2,1% dos agregados familiares da Madeira dispunham de *residência secundária*, o que representa 0,5% do total.

— | DESPESAS MÉDIAS ANUAIS DOS AGREGADOS FAMILIARES

Ao nível regional, em 2000, Lisboa e Vale do Tejo era a região que apresentava os valores de despesa média mais elevados, sendo que cada agregado familiar despendia mais de 15 mil euros por ano. Em oposição, a Madeira era a região onde os agregados apresentavam uma menor despesa média anual, com cada agregado a despendar cerca de 10 mil euros. Importa notar que apenas duas regiões (Lisboa e Vale do Tejo e Norte) suplantam o valor nacional de despesas médias anuais (cerca de 14 mil euros/ano) [Figura 20.3].

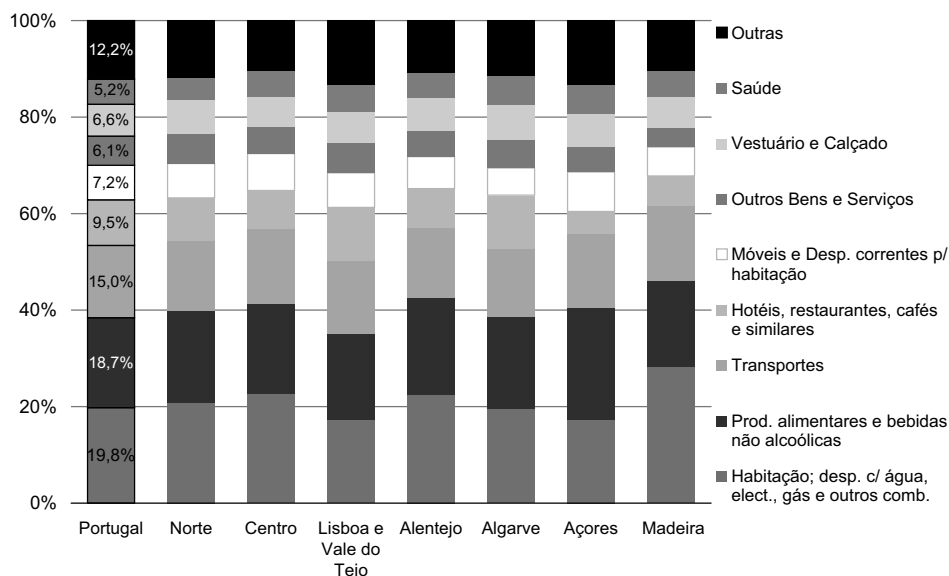
FIGURA 20.3 DESPESAS MÉDIAS ANUAIS DOS AGREGADOS,
POR NUTS II, 2000



À exceção de Lisboa e Vale do Tejo e dos Açores, nas restantes regiões a classe de despesa³² *Habituação; despesas com água, electricidade, gás e outros combustíveis* era a que absorvia a maior fatia do total das despesas, sendo a proporção média nacional de 19,8%; seguiam-se-lhe as classes *Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas* e *Transportes* que representavam, ao nível nacional, 18,7% e 15,0%, respectivamente, das despesas médias totais dos agregados familiares. Regionalmente, a classe *Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas* apresentava maior incidência nos Açores (23,3%) e menor na Madeira (18,0%), enquanto que os *Transportes* detinham uma quota mais elevada no total de despesas dos agregados da região Centro (15,6%) e mais reduzida nos agregados da região do Algarve (14,1%) [Figura 20.4].

³² No IOF 2000, a classificação das classes de despesa teve por base a nomenclatura COICOP.

FIGURA 20.4 DESPESAS MÉDIAS ANUAIS DOS AGREGADOS POR PRINCIPAIS CLASSES DA COICOP, PORTUGAL E NUTS II, 2000



Destaque-se, ainda, as despesas em *Hotéis, restaurantes, cafés e similares* que no caso da região de Lisboa e Vale do Tejo ascenderam a um valor médio de mais de 1,6 mil euros gastos pelos agregados anualmente, seguindo-se a região do Algarve com uma despesa média anual nesta classe de 1,3 mil euros. Contrariamente, esta classe era pouco representativa nos Açores onde ocupava a nona posição de entre as 12 classes de despesas da COICOP existentes.

Em Portugal, as classes de despesas que registavam menores valores eram *Ensino* (com 1,3% do total de despesas médias anuais dos agregados), *Bebidas alcoólicas e tabaco* (com 2,8%) e *Comunicações* (com 3,3%). Estas eram, também, as classes de despesas com menores valores nas várias NUTS II.

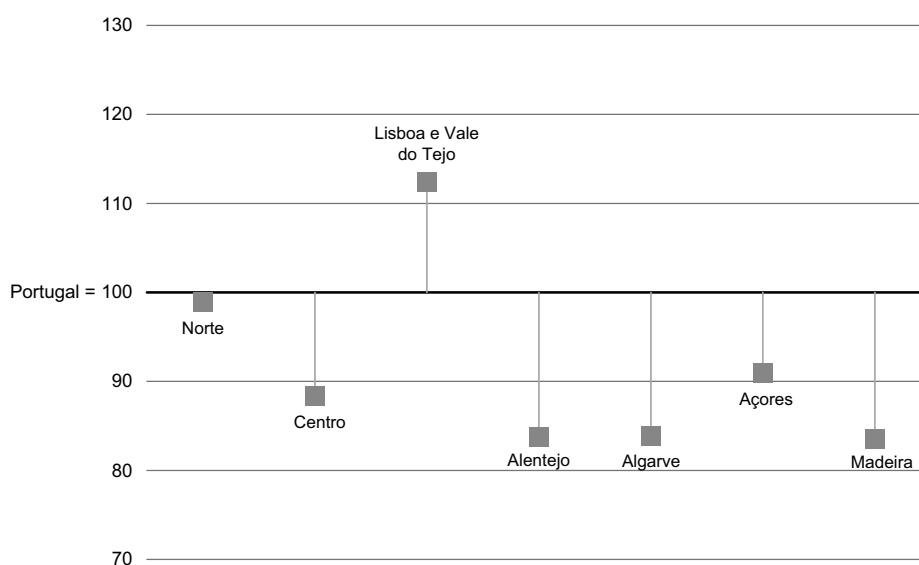
Em todas as regiões, verificou-se que a despesa média efectuada pelo *agregado familiar com representante activo* superava os valores de despesa efectuada por *agregados com representante inactivo*. Nas regiões Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Açores, os *trabalhadores por conta de outrem* (excepto operários, agricultura, pecuária e pesca) apresentavam, em média, um maior volume de despesas anuais. Nas restantes regiões eram os *trabalhadores por conta própria* (excepto agricultura, pecuária e pesca) que efectuavam despesas médias anuais mais elevadas. Pelo contrário, na generalidade das regiões, os *trabalhadores por conta própria ou por conta de outrem da agricultura, pecuária ou pesca* eram os activos com menores despesas médias anuais, sendo as únicas excepções o Alentejo e os Açores, onde os *desempregados* eram a categoria sócio-económica que realizava as menores despesas por ano.

Note-se, também, que a *população inactiva* da região Norte foi a que registou um volume de despesas médias anuais superior (10,5 mil euros) enquanto que os *inactivos* residentes no Alentejo despendiam o menor valor (6,4 mil euros).

RECEITAS MÉDIAS ANUAIS DOS AGREGADOS FAMILIARES

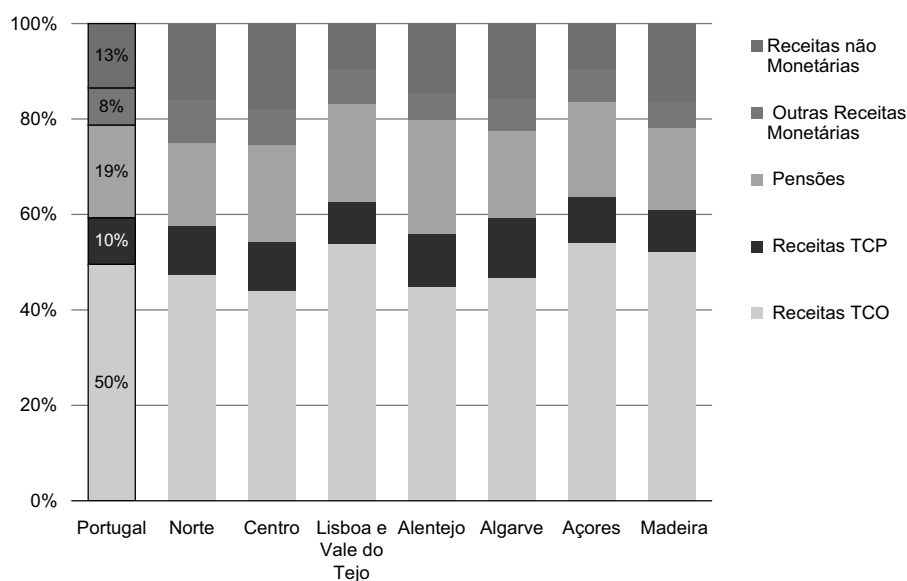
No que respeita às receitas médias anuais dos agregados familiares, a região de Lisboa e Vale do Tejo foi, novamente, a que apresentou o valor mais elevado (18,2 mil euros/ano), seguindo-se-lhe a região Norte (16,0 mil euros/ano). Relativamente à média nacional (16,2 mil euros/ano), o Alentejo, o Algarve e a Madeira foram as regiões que apresentaram as receitas médias mais baixas, com valores que rondavam os 13,5 mil euros. [Figura 20.5].

FIGURA 20.5 RECEITAS MÉDIAS ANUAIS DOS AGREGADOS, POR NUTS II, 2000



Relativamente ao tipo de receitas mais comum verificou-se, em todas as regiões, o predomínio das receitas com origem *no trabalho por conta de outrem* sobre as receitas de famílias que *trabalham por conta própria*, seguindo-se os rendimentos provenientes das *pensões*. Os Açores e Lisboa e Vale do Tejo eram as regiões cujas receitas mais dependiam do *trabalho por conta de outrem*, tendo esta fonte contribuído com 54,1% e 53,9%, respectivamente, do total de receitas dos agregados familiares de cada uma dessas regiões. O Alentejo era a região que apresentava uma maior proporção de receitas com origem em *pensões* (23,8%), enquanto que o Algarve era a região mais dependente das receitas oriundas do *trabalho por conta própria* (12,5%). Destaque-se, ainda, a considerável proporção de *receitas não monetárias* (receitas em géneros) verificada na região Centro (17,8%) [Figura 20.6].

FIGURA 20.6 RECEITAS MÉDIAS ANUAIS DOS AGREGADOS POR TIPO DE RECEITA,
PORTUGAL E NUTS II, 2000



Em 2000, as receitas médias anuais líquidas eram mais elevadas nos agregados familiares cujo representante se encontrava na condição de *activo* do que naqueles em que o seu representante era *inactivo*. As *pensões* eram, naturalmente, a fonte de receita mais relevante no caso dos agregados com representante *inactivo*, enquanto que no caso de famílias com representante *activo* as receitas provenientes do *trabalho por conta de outrem* prevaleciam na globalidade das regiões.

Atendendo à categoria sócio-económica do representante do agregado familiar constatou-se que, na grande maioria das regiões, o valor mais elevado de receitas médias líquidas anuais correspondia aos *trabalhadores por conta de outrem* (excepto *operários, agricultura, pecuária e pesca*), seguindo-se os rendimentos de *trabalhadores por conta própria*. A Madeira foi a única região em que a categoria sócio-económica de *trabalhadores por conta própria* obteve receitas anuais superiores às dos *trabalhadores por conta de outrem*.

SIGLAS E ABREVIATURAS

CAE	Classificação das Actividades Económicas
COICOP	Classificação do Consumo Individual por Objectivo
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
FUE	Ficheiros de Unidades Estatísticas
H	Homens
ha	Hectare
Hab	Habitantes
Hab/Km ²	Habitantes por Quilómetro Quadrado
HI	Hectolitro
HI/100kg	Hectolitro por Cem Quilogramas
HM	Homens e Mulheres
IGL	Índice de Grubel-Lloyd
IOF	Inquérito aos Orçamentos Familiares
IPC	Índice de Preços no Consumidor
Kg	Quilograma
km	Quilómetro
km ²	Quilómetro Quadrado
kW	Quilowatt
kW/h	Quilowatt Hora
L	Litro
LVT	Lisboa e Vale do Tejo
m ²	Metro Quadrado
m ³	Metro Cúbico
M	Mulheres
Nº	Número
NC	Nomenclatura Combinada
n.e.	Não Especificados
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
PIB	Produto Interno Bruto
Rev.	Revisão
RMG	Rendimento Mínimo Garantido
t	Tonelada
tAB	Tonelagem de Arqueação Bruta
TCO	Trabalhador por Conta de Outrem
TCP	Trabalhador por Conta Própria
TER	Turismo no Espaço Rural
TOC	Taxa de Ocupação-Cama
Unid.	Unidade
U.E.	União Europeia
VAB	Valor Acrescentado Bruto
VLQPRD	Vinho Licoroso de Qualidade Produzido em Região Demarcada
VQPRD	Vinho de Qualidade Produzido em Região Demarcada

NOMENCLATURAS

CLASSIFICAÇÃO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS - CAE-REV.2

SECÇÕES

Secção A	Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura
Secção B	Pesca
Secção C	Indústrias Extractivas
Secção D	Indústrias Transformadoras
Secção E	Produção e Distribuição de Electricidade, de Gás e Água
Secção F	Construção
Secção G	Comércio por Grosso e a Retalho, Reparação de Veículos Automóveis, Motociclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico
Secção H	Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)
Secção I	Transportes, Armazenagem e Comunicações
Secção J	Actividades Financeiras
Secção K	Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas
Secção L	Administração, Defesa e Segurança Social Obrigatória
Secção M	Educação
Secção N	Saúde e Acção Social
Secção O	Outras Actividades e Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais
Secção P	Famílias com Empregados Domésticos
Secção Q	Organismos Internacionais e outras Instituições Extra-Territoriais

SUB-SECÇÕES DA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA

DA - Indústrias Alimentares, das Bebidas e do Tabaco
DB - Indústria Têxtil
DC - Indústria do Couro e dos Produtos de Couro
DD - Indústria da Madeira e da Cortiça e suas Obras
DE - Indústria de Pasta, de Papel e Cartão e seus Artigos; Edição e Impressão
DF - Fabricação de Coque, Produtos Petrolíferos Refinados e Combustível Nuclear
DG - Fabricação de Produtos Químicos e de Fibras Sintéticas ou Artificiais
DH - Fabricação de Artigos de Borracha e de Matérias Plásticas
DI - Fabricação de Outros Produtos Minerais Não Metálicos
DJ - Indústrias Metalúrgicas de Base e de Produtos Metálicos
DK - Fabricação de Máquinas e Equipamento, n.e.
DL - Fabricação de Equipamento Eléctrico e de Óptica
DM - Fabricação de Material de Transporte
DN - Indústrias Transformadoras, n.e.

NOMENCLATURA COMBINADA - NC

Secção I	Animais Vivos e Produtos do Reino Animal
Secção II	Produtos do Reino Vegetal
Secção III	Gorduras e Óleos Animais ou Vegetais; Produtos da sua Dissociação; Gorduras Alimentares Elaboradas; Ceras de Origem Animal ou Vegetal
Secção IV	Produtos das Indústrias Alimentares; Bebidas, Líquidos Alcoólicos e Vinagres; Tabaco e seus Sucedâneos Manufacturados
Secção V	Produtos Minerais
Secção VI	Produtos das Indústrias Químicas ou das Indústrias Conexas
Secção VII	Plásticos e suas Obras; Borracha e suas Obras
Secção VIII	Peles, Couros, Peles com Pêlo e Obras Destas Matérias; Artigos de Correeiro ou de Seleiro; Artigos de Viagem, Bolsas e Artefactos Semelhantes; Obras de Tripa
Secção IX	Madeira, Carvão Vegetal e Obras De Madeira; Cortiça e suas Obras; Obras de Espartaria ou de Cestaria
Secção X	Pastas de Madeira ou de Outras Matérias Fibrosas Celulósicas; Desperdícios e Aparas de Papel ou de Cartão ; Papel e suas Obras
Secção XI	Matérias Têxteis e suas Obras
Secção XII	Calçado, Chapéus e Artefactos de Uso Semelhante, Guarda-Chuvas, Guarda-Sóis, Bengalas, Chicotes e suas Partes; Penas Preparadas e suas Obras; Flores Artificiais; Obras de Cabelo
Secção XIII	Obras de Pedra, Gesso, Cimento, Amianto, Mica ou de Materiais Semelhantes; Produtos Cerâmicos; Vidro e suas Obras
Secção XIV	Pérolas Naturais ou Cultivadas, Pedras Preciosas ou Semipreciosas e Semelhantes, Metais Preciosos, Metais Folheados ou Chapeados de Metais Preciosos e suas Obras; Bijuteria, Moedas
Secção XV	Metais Comuns e suas Obras
Secção XVI	Máquinas e Aparelhos, Material Eléctrico, e suas Partes; Aparelhos de Gravação ou de Reprodução de Som, Aparelhos de Gravação ou de Reprodução de Imagens e de Som em Televisão, suas Partes e Acessórios
Secção XVII	Material de Transportes
Secção XVIII	Instrumentos e Aparelhos de Óptica, Fotografia ou Cinematografia, Medida, Controlo ou de Precisão; Instrumentos e Aparelhos Médico-Cirúrgicos; Artigos de Relojoaria; Instrumentos Musicais; suas Partes e Acessórios
Secção XIX	Armas e Munições ; suas Partes e Acessórios
Secção XX	Mercadorias e Produtos Diversos
Secção XXI	Objectos de Arte, de Colecção ou Antiguidades

FIGURA I - NUTS II

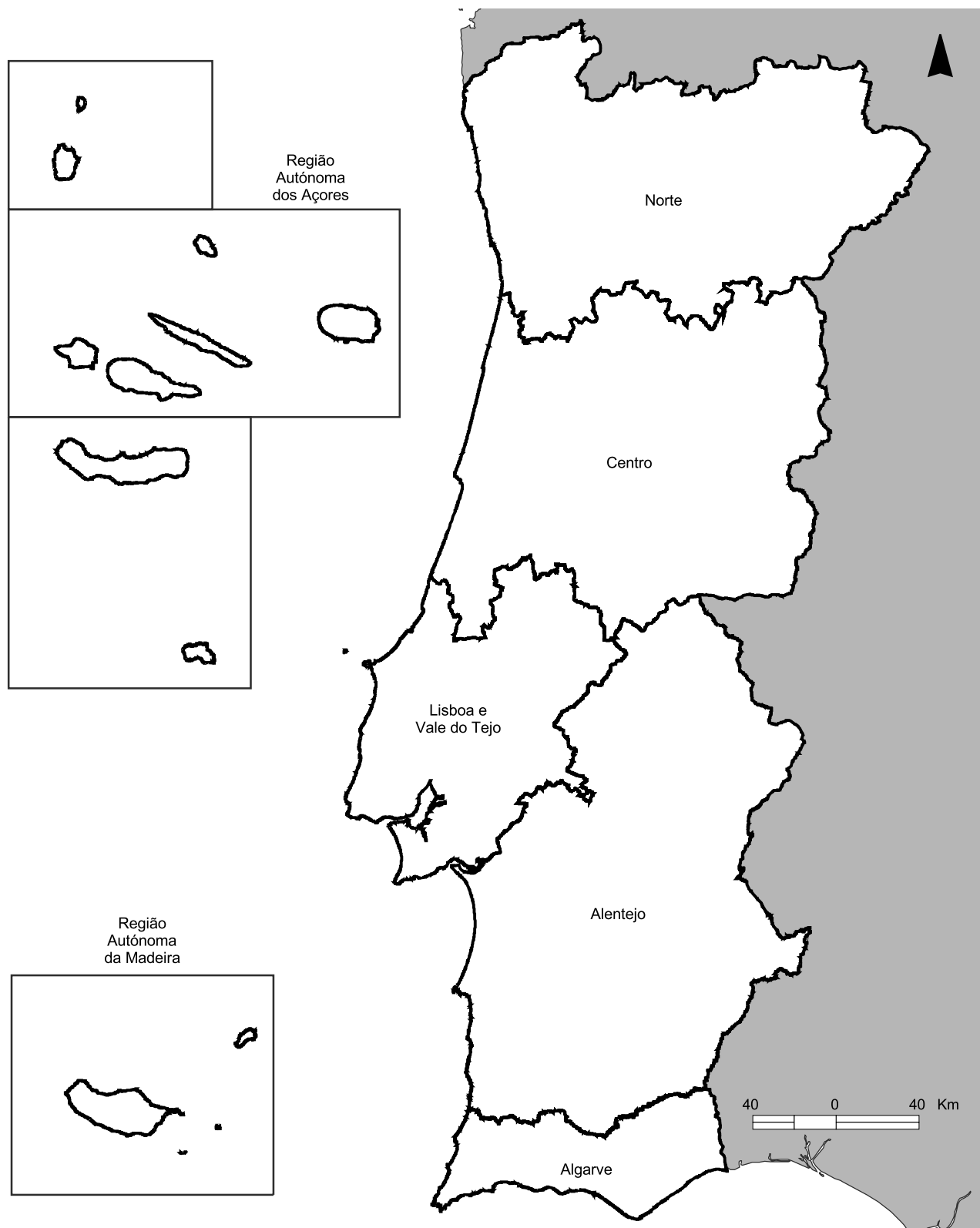


FIGURA II - NUTS III

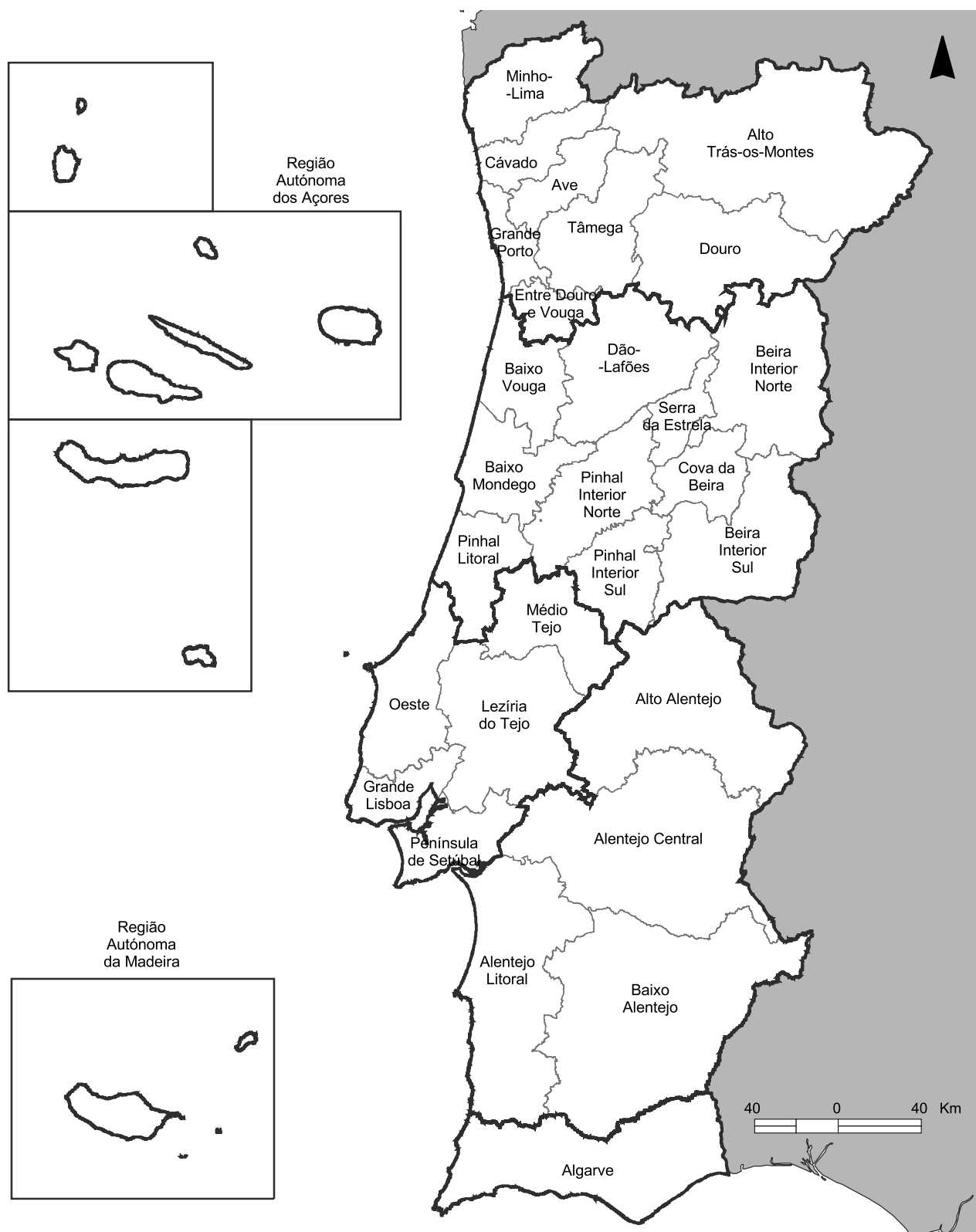


FIGURA III - CONCELHOS DA REGIÃO NORTE



FIGURA IV - CONCELHOS DA REGIÃO CENTRO



FIGURA V - CONCELHOS DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO



FIGURA VI - CONCELHOS DA REGIÃO DO ALENTEJO

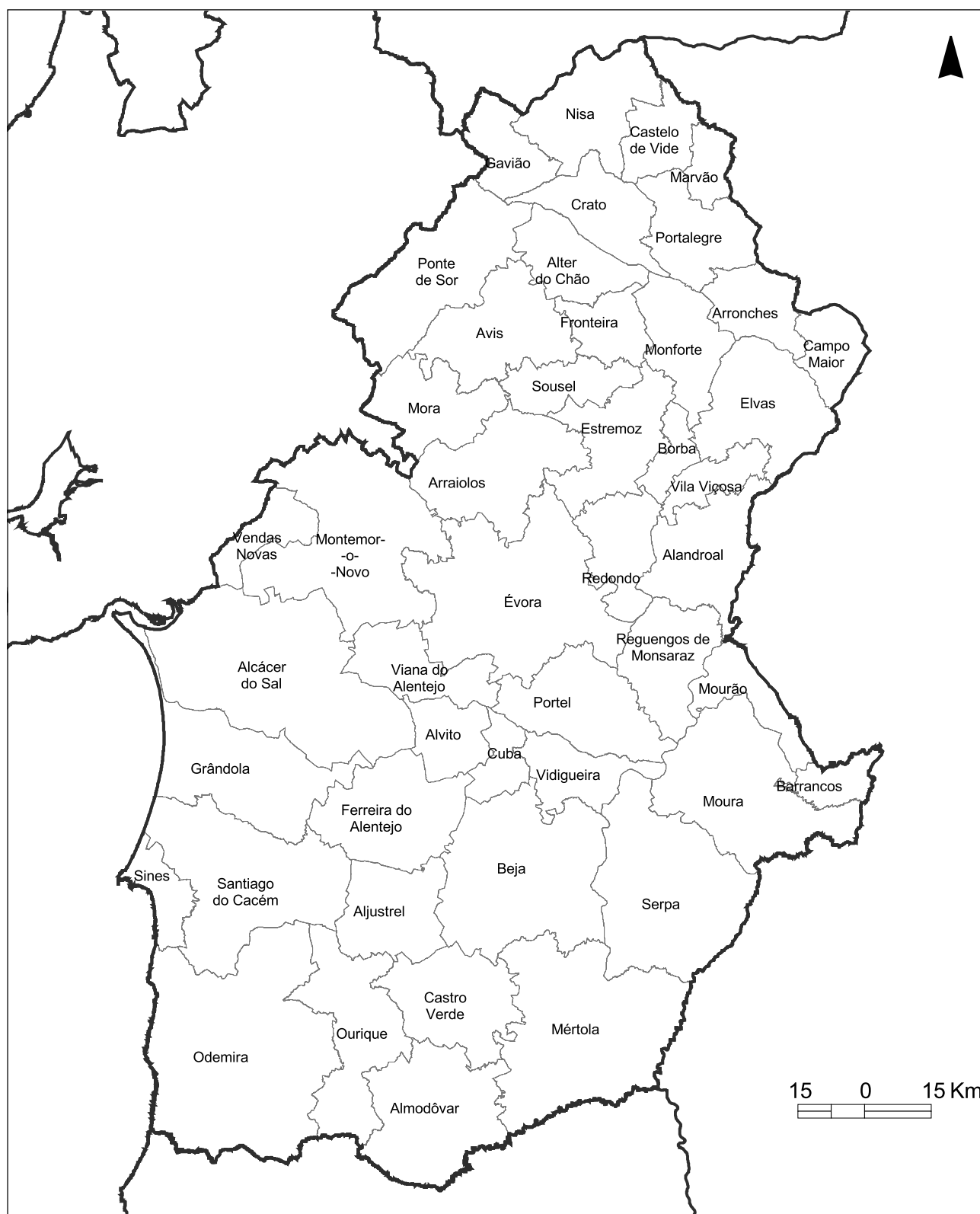


FIGURA VII - CONCELHOS DA REGIÃO DO ALGARVE

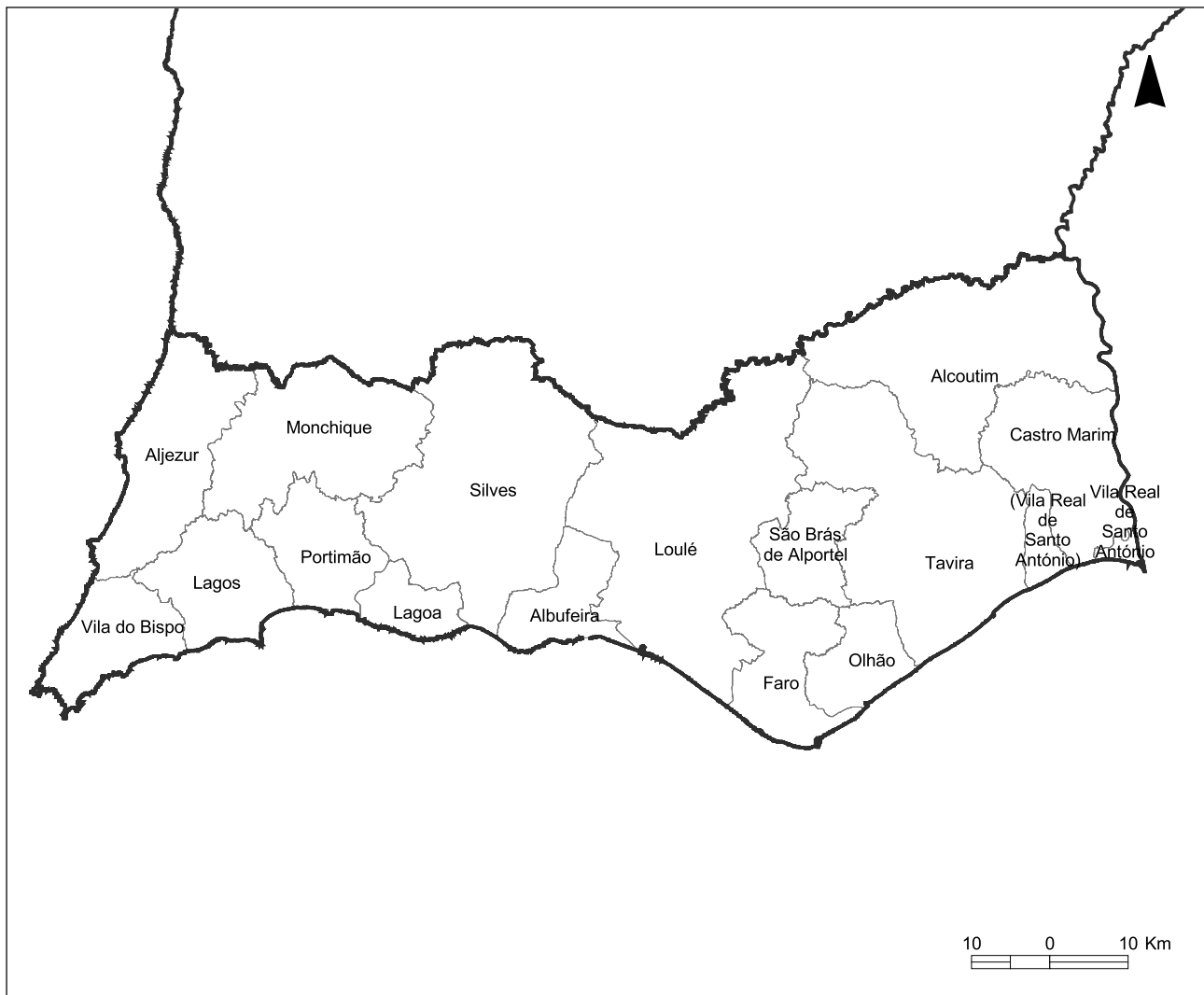


FIGURA VIII - CONCELHOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

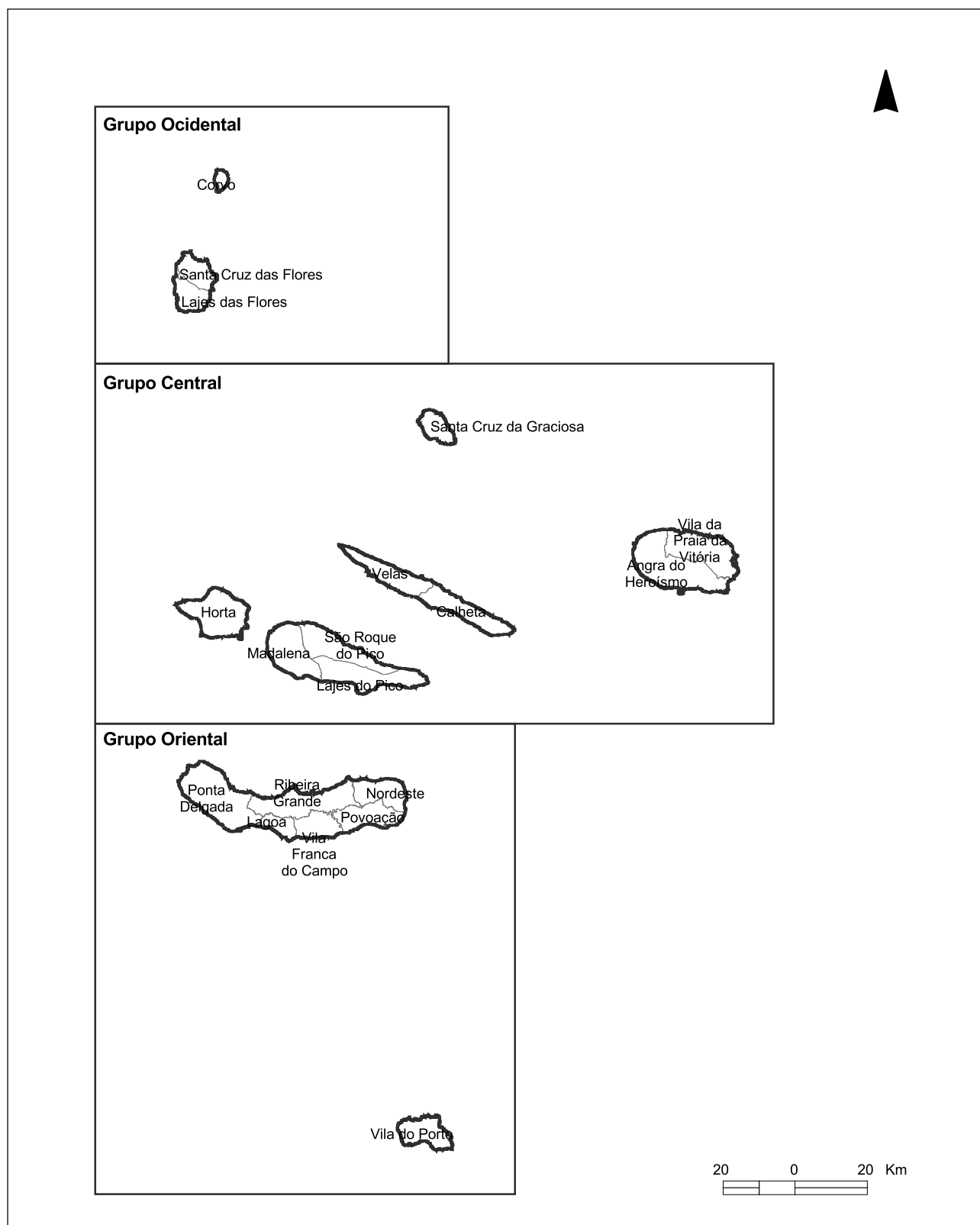
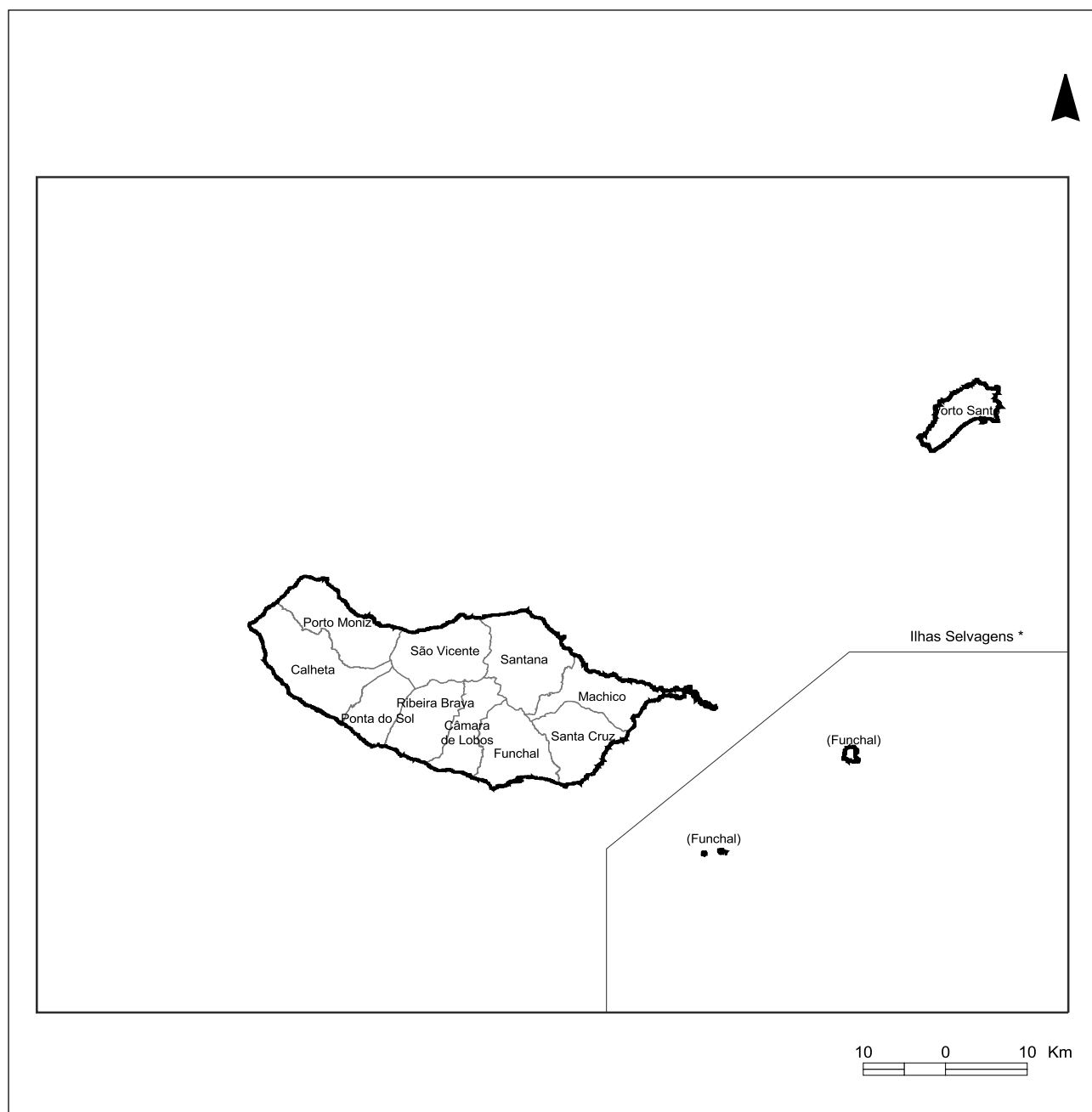


FIGURA IX - CONCELHOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA



* As Ilhas Selvagens pertencem ao concelho do Funchal e encontram-se a cerca de 280 km da Ilha da Madeira. Nos mapas temáticos apresentados nesta publicação optou-se por não colocar a linha de separação entre estas ilhas e as ilhas da Madeira e de Porto Santo, apesar das primeiras não estarem representadas na sua correcta posição geográfica.